

**2025 PESQUISA NACIONAL DIAGNÓSTICA
EM ENTIDADES DE ACOLHIMENTO
ATUANTES EM ÁLCOOL E DROGAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01/2024**

**DEPARTAMENTO DE ENTIDADES DE APOIO E
ACOLHIMENTO ATUANTES EM ÁLCOOL E DROGAS (Depad)**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)**

GOVERNO FEDERAL

Niterói - RJ
2025

 **Universidade
Federal
Fluminense**



EXPEDIENTE

Governo Federal

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

**MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENTIDADES
DE APOIO E ACOLHIMENTO ATUANTES EM
ÁLCOOL E DROGAS**

Sâmio Falcão Mendes

**COORDENADORA-GERAL DE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**

Danielle Andrade de Oliveira

**COORDENADOR-GERAL DE ARTICULAÇÃO E
PROJETOS ESTRATÉGICOS**

Diego Mantovaneli do Monte

**COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E
AVALIAÇÃO**

Estevão Melo de Sousa

**COORDENADOR DE ARTICULAÇÃO E
PROJETOS ESTRATÉGICOS**

Alexandre Drummond Kuroiva

Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fábio Barboza Passos

COORDENADOR-GERAL DO PROJETO

Marco Aurélio Sanfins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pesquisa nacional diagnóstica em entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas 2025 / coordenação Marco Aurélio Sanfins. -- 1. ed. -- Niterói, RJ : Conted Tech, 2026.

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia

ISBN: 978-65-6129-060-9

1. Acolhimento 2. Álcool - Abuso 3. Drogas - Abuso 4. Pesquisa 5. Problemas sociais 6. Serviço social I. Sanfins, Marco Aurélio.

26-369645.0

CDD-362.29

Índices para catálogo sistemático:

1. Álcool : Dependentes : Cuidados : Bem-estar social 362.29

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Aldo Gonçalves de Oliveira
Jessica Quintanilha Kubrusly
Jony Arrais Pinto Junior
Marco Aurélio Sanfins
Rafael Santos Erbisti
Raimunda Aurilia Ferreira de Sousa

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO PROJETO

Reinaldo Azevedo

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROJETO

Sabrina Souza

COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E COMPLIANCE

Elaine Batalha Martins
Roberto Miranda Pimentel Fully

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Pedro Ivo Rodrigues

SECRETÁRIA DO PROJETO

Ana Paula de Oliveira Alves Fernandes

COLABORAÇÃO

Bernardo Francisco Bronzi
Leticia Guimarães Roriz
Osmar Torres

EDITORA

Conted • Tech

DIRETOR EXECUTIVO

Hikaro Queiroz

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

João Guedes

COORDENAÇÃO DA EQUIPE DE PESQUISA DE CAMPO E APOIO TÉCNICO

Cláudia Valéria da Silva Pimentel

EQUIPE DE PESQUISA DE CAMPO E APOIO TÉCNICO

Adria Gomes Aguiar
Aline Oddo de Angelis
Ana Cláudia Ramos Moreira
Caique Espezim Pacheco
Carolina Lourenço de Souza
Daniel Cavaliere de Azevedo
Daniel Nicola Lima Castelo Branco
Elca Possidônio Moura
Euler Junior Gomes Batalha
Gabriella Vianna da Silva Nobre
Gracielle Silva Araújo
Irinéia Pereira
Jasper Souza de Azevedo
Jéssica Raposa Rocha
Jóice Azeredo Silva
José Dionis Araújo
Leonardo Batalha Martins
Lia Buratto
Luiz Alberto Martins de Oliveira
Luiz Felipe Melo de Menezes
Marlon Vinícius Alves de Araújo
Rafael Souza de Azevedo
Raiane Azeredo Silva
Sara de Souza Vieira
Werner Militz Wypczynski Martins
Wivian Emanuelle Lourenço Araújo



Prefácio

A Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento – 2025, desenvolvida pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (DEPAD), representa um esforço institucional de compreensão abrangente sobre o funcionamento das entidades de acolhimento no Brasil, suas dinâmicas organizacionais, os desafios enfrentados cotidianamente e os impactos produzidos nas trajetórias dos indivíduos acolhidos.

Em um campo marcado por elevada complexidade social, institucional e territorial, a formulação de estratégias efetivas de cuidado exige não apenas sensibilidade às múltiplas dimensões que atravessam a realidade dos sujeitos atendidos, mas também o compromisso permanente com a produção de evidências capazes de subsidiar decisões técnicas, administrativas e políticas.

A amplitude territorial alcançada pela pesquisa, envolvendo os 26 estados da federação, o Distrito Federal e municípios distribuídos em todas as regiões do país, confere ao estudo um caráter singular. Tal abrangência possibilitou reunir diferentes realidades institucionais, econômicas e socioculturais, evidenciando a heterogeneidade que caracteriza o campo das entidades de acolhimento no Brasil. Ao mesmo tempo, permitiu identificar elementos comuns que atravessam essas experiências, contribuindo para uma leitura mais consistente das potencialidades e limitações existentes.

O presente relatório evidencia o esforço metodológico empreendido para assegurar rigor técnico-científico, padronização e confiabilidade na produção dos dados. A utilização de estratégias de coleta remota, associadas à aplicação de questionários estruturados e ao monitoramento contínuo do trabalho de campo, demonstra a capacidade de adaptação metodológica diante dos desafios contemporâneos da pesquisa social em larga escala. Em um cenário marcado por distâncias territoriais, desigualdades de acesso e limitações operacionais, a incorporação de recursos tecnológicos revelou-se não apenas uma alternativa viável, mas um importante instrumento para ampliação do alcance analítico e da produção de informações qualificadas.

Ao reunir as perspectivas de acolhidos, egressos, familiares, gestores e responsáveis técnicos, o estudo amplia sua capacidade interpretativa e reafirma a importância da escuta plural na construção de diagnósticos sociais. Essa diversidade de vozes possibilita compreender o acolhimento para além das estruturas institucionais, alcançando também os sentidos, desafios e expectativas presentes nas experiências dos diferentes sujeitos envolvidos.

Os resultados apresentados ao longo deste documento revelam avanços importantes no funcionamento das entidades de acolhimento, especialmente no que se refere à organização de rotinas, à implementação de instrumentos de acompanhamento individual e à construção de espaços de cuidado e reorganização da vida cotidiana, assumindo um papel estratégico na formulação e no aprimoramento das políticas públicas.

Por fim, espera-se que esta publicação contribua para o fortalecimento institucional das entidades de acolhimento, para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a ampliação do diálogo entre pesquisadores, gestores, trabalhadores e sociedade civil. Que os resultados aqui sistematizados possam estimular novas reflexões, subsidiar futuras investigações e fomentar estratégias mais integradas, eficazes e humanizadas de atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade relacionada ao uso de álcool e outras drogas.

Prof. Dr. Marco Aurélio Sanfins

Coordenador-Geral do Termo de Execução
Descentralizada 01/2024/UFF/MDS
Universidade Federal Fluminense

Sumário

Prefácio	5
Sumário	7
1 Apresentação	9
2 Análise dos Dados das Entrevistas com os Acolhidos..	25
3 Análise dos Dados das Entrevistas com os Egressos ..	99
4 Análise dos Dados das Entrevistas com os Familiares	157
5 Análise dos Dados das Entrevistas com os Responsáveis Técnicos	195
6 Análise dos Dados das Entrevistas com os Gestores das Entidades de Acolhimento	237
7 Relatório do Cálculo do Indicador de Eficiência	291
8 Considerações Finais	299
Referências	305
Apêndice: Lista de Tabelas e Figuras.....	309
Lista de Tabelas	311
Lista de Figuras	329





1

Apresentação





1. Apresentação

A Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento – 2025 configura-se como uma iniciativa estratégica no campo das políticas públicas voltadas à atenção a pessoas com necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. Desenvolvida pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (DEPAD), e executada com o apoio do Instituto Parque Ipanema, a pesquisa insere-se no esforço institucional de produção de evidências qualificadas para subsidiar a formulação, o monitoramento e o aprimoramento das ações governamentais nesse campo.

Realizado entre 16 de outubro e 12 de dezembro de 2025, o estudo abrangeu 26 estados da federação, o Distrito Federal e 100 municípios distribuídos pelas cinco regiões brasileiras. Essa ampla cobertura territorial assegura elevada capilaridade e diversidade de contextos institucionais, permitindo que o diagnóstico contemple diferentes realidades operacionais, organizacionais e socioeconômicas das entidades de acolhimento no país. Ao considerar essa heterogeneidade, o relatório contribui para uma leitura mais precisa das dinâmicas que caracterizam o funcionamento dessas instituições.

A pesquisa foi concebida com o propósito de produzir uma leitura abrangente e multidimensional das entidades de acolhimento, considerando simultaneamente sua organização interna, seus processos de funcionamento e as experiências dos diferentes atores que participam de seu cotidiano. Para tanto, foram definidos cinco públicos-alvo: acolhidos, egressos, familiares, responsáveis técnicos e gestores. Essa abordagem possibilita a triangulação de evidências e a comparação entre perspectivas, ampliando a consistência analítica dos resultados e permitindo identificar convergências e discrepâncias relevantes.

Do ponto de vista metodológico, o estudo combinou rigor técnico-científico com viabilidade operacional em escala nacional. Foram elaborados questionários estruturados específicos para cada público, organizados em blocos temáticos voltados à caracterização dos participantes, à análise de processos institucionais e à avaliação de resultados. A aplicação ocorreu por meio de entrevistas remotas, com registro informatizado em plataforma digital, assegurando padronização, rastreabilidade e integridade dos dados coletados.

A incorporação de modalidades de pesquisa remota tem se intensificado nas ciências sociais e na saúde coletiva, especialmente em investigações que envolvem ampla distribuição geográfica, público diverso e limitações de acesso ao campo empírico. É por meio das mudanças tecnológicas nas últimas décadas, que a entrevista online superou limitações de tempo e finanças, e limites de mobilidade física, que afetam negativamente as entrevistas presenciais (Janghorban, Roudsari e Taghipour, 2014)

No estudo das entidades de acolhimento destinadas a pessoas com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, essas estratégias metodológicas assumem papel central na viabilização de pesquisas diagnósticas em escala nacional, permitindo a coleta sistemática e eficiente de dados institucionais, organizacionais e assistenciais em amplo alcance e maior agilidade na operacionalização de informações (Lupton, 2020; Braun; Clarke, 2013).

A pesquisa ocorrida de forma remota pode ser compreendida como aquela em que a produção de dados ocorre sem a presença física do pesquisador, sendo mediada por tecnologias digitais e meios de comunicação à distância. Logo, a pesquisa social no formato remoto envolve o uso de tecnologias digitais para investigar fenômenos sociais. A abordagem e forma de estudos dos fenômenos sociais tem ganhado novas possibilidades através das redes eletrônicas de comunicação virtuais, os novos recursos tecnológicos operam mudanças substanciais na formatação e aplicação das técnicas de coleta de dados, processamento e análise de fenômenos e variáveis.

Essa abordagem apresenta vantagens significativas, como redução de custos, ampliação do alcance amostral e maior agilidade na coleta de dados, sendo particularmente útil em contextos como o das comunidades terapêuticas, que frequentemente se localizam em áreas rurais ou de difícil acesso (IPEA, 2017; Lupton, 2020). No âmbito dessas estratégias, destacam-se diferentes tipos de coleta de dados, que podem ser utilizadas de forma complementar em pesquisas diagnósticas.

Diante dos elementos apresentados, Schmidt (*et al.*, 2020) situam um conjunto de pontos fortes das entrevistas online, sintetizadas: (1) maior abrangência geográfica e eficiência, com inclusão de pessoas de diferentes locais; (2) economia de recursos financeiros e redução de tempo na coleta de dados, pois não há necessidade de grandes deslocamentos, além da eliminação de custos e tempo nos possíveis retornos do pesquisador para retestagem; (3) maior segurança de participantes e pesquisadores, frente a contextos pandêmicos; (4) possibilidade de investigar tópicos sensíveis, pois os participantes não estão face a face com os pesquisadores e nem em locais públicos; e (5) acesso a grupos socialmente marginalizados e estigmatizados, comumente mais reticentes à exposição.

No contexto das entidades de acolhimento, essa estratégia de coleta de dados é especialmente relevante para a realização de entrevistas voltadas ao aprofundamento de temas relacionados às práticas institucionais, projetos terapêuticos e dinâmicas organizacionais, considerando o caráter e especificidade, característicos da pesquisa qualitativa. Evidências revelam que videoconferências geram um volume de dados expressivamente maior em comparação a entrevistas baseadas em texto, além disso, o nível de conexão entre pesquisador e participante nas entrevistas online por videoconferência é similar às entrevistas presenciais.

No tocante a pesquisa quantitativa, destacamos o *survey* como uma das principais estratégias de coleta de dados, sendo amplamente utilizado em estudos de caráter diagnóstico. Trata-se de um levantamento estruturado, realizado por meio de questionários padronizados, que permite a coleta de dados em larga escala e a produção de informações comparáveis (Babbie, 2010). Podemos também ressaltar que se trata de um tipo de investigação que tem como finalidade fornecer descrições estatísticas de pessoas por meio de perguntas, normalmente aplicadas em uma amostra (Fowler, 2011).

Babbie (2001) aponta algumas características centrais da pesquisa de *survey*, a saber: Possibilidade de implementar o raciocínio lógico e sistematizado de informações; análises explicativas em pesquisas de *survey* amostrais visam desenvolver proposições gerais sobre o comportamento humano; a possibilidade de replicar um achado da pesquisa em diferentes subgrupos, traz maior confiabilidade de que ele representa um fenômeno geral na sociedade; permite o máximo de compreensão com o menor número de variáveis possível; a conceituação e a medição são centrais nesse processo, e requer cuidado e rigor científico nas correlações de variáveis.

No campo das comunidades terapêuticas, o *survey* é fundamental para o mapeamento de características institucionais, perfil dos acolhidos, práticas terapêuticas, fontes de financiamento e distribuição territorial. Apesar de suas potencialidades analíticas, essa técnica apresenta limitações, como a dependência de respostas autodeclaradas e a possibilidade de vieses institucionais, o que exige a adoção de estratégias complementares de validação (Groves, *et al.*, 2009).

A investigação por telefone constitui outra modalidade relevante, especialmente em contextos em que há restrições de acesso à internet. Essa técnica pode ser utilizada tanto para a aplicação de questionários estruturados quanto para a realização de entrevistas semiestruturadas, sendo particularmente útil na validação de dados coletados por meio de *surveys* (Novick, 2008). No caso das entidades de acolhimento, o contato telefônico permite alcançar instituições com baixa infraestrutura tecnológica, além de possibilitar o esclarecimento de inconsistências nas respostas e o aumento das taxas de resposta. No entanto, essa modalidade apresenta limitações quanto à profundidade analítica e à ausência de elementos visuais da interação.

As modalidades de pesquisa remota configuram-se como ferramentas metodológicas fundamentais para a investigação das entidades de acolhimento no Brasil, especialmente em estudos diagnósticos de abrangência nacional. Sua utilização, quando orientada por rigor metodológico e articulada a estratégias de triangulação, contribui significativamente para a produção de conhecimento qualificado sobre esse campo, marcado por heterogeneidade institucional, desigualdades territoriais e desafios relacionados à garantia de direitos.

Todo o processo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos aplicáveis, incluindo a leitura, o esclarecimento e o registro do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como a adoção de procedimentos voltados à proteção da confidencialidade dos participantes. Foram implementadas rotinas de treinamento das equipes, pré-teste dos instrumentos, monitoramento contínuo da produção e registro sistemático de ocorrências, de modo a garantir qualidade e consistência ao trabalho de campo.

O planejamento amostral previa a realização de 2.628 entrevistas distribuídas entre os cinco públicos investigados. Ao final do ciclo de coleta, foram efetivamente realizadas 2.041 entrevistas, correspondendo a uma cobertura global de 77,66%. Esse resultado revela desempenho elevado nos públicos sob controle institucional direto (acolhidos, responsáveis técnicos e gestores), que alcançaram cobertura integral ou praticamente integral das metas estabelecidas. Em contrapartida, os públicos não controlados diretamente pelas instituições (especialmente egressos e familiares) apresentaram níveis mais baixos de participação, evidenciando limitações estruturais associadas à desatualização cadastral, à dificuldade de localização e à baixa responsividade.

A análise desses resultados indica que as dificuldades observadas não se restringem ao plano operacional da pesquisa, mas refletem condições estruturais mais amplas relacionadas à gestão de informações, à manutenção de vínculos e à comunicação com públicos externos. Nesse sentido, o relatório adota uma postura analítica que considera essas limitações como parte integrante do diagnóstico, contribuindo para uma interpretação mais qualificada dos dados.

A utilização de entrevistas remotas, por meio de telefonia e videoconferência, permitiu ampliar o alcance da pesquisa e viabilizar sua execução em escala nacional. No entanto, esse modelo também introduziu desafios específicos, como a necessidade de múltiplas tentativas de contato, a verificação de condições adequadas de privacidade e a mitigação de desconfianças relacionadas a contatos remotos. Para enfrentar esses desafios, foram adotados protocolos padronizados de agendamento, confirmação e registro de tentativas, garantindo maior controle e transparência do processo.

Ao longo do documento, são apresentados o desenho metodológico da pesquisa, a organização do trabalho de campo, os resultados obtidos para cada público-alvo e a análise das principais ocorrências registradas. O relatório também explicita as limitações encontradas e propõe recomendações para o aprimoramento de futuras coletas, reforçando seu caráter não apenas descritivo, mas também propositivo.

No plano analítico, a pesquisa busca subsidiar a construção de indicadores voltados à avaliação de processos, à caracterização dos participantes e à mensuração de resultados, com especial atenção à dimensão de efetividade. A integração de diferentes fontes de informação, incluindo dados de monitoramento institucional, amplia a capacidade explicativa do diagnóstico e contribui para a identificação de padrões e tendências relevantes.

Destaca-se, ainda, que o relatório adota os princípios da redação oficial, privilegiando clareza, objetividade e precisão. Sempre que necessário, são utilizados quadros, tabelas e figuras para facilitar a compreensão dos dados e apoiar a tomada de decisão. Ao mesmo tempo, são preservados os princípios de confidencialidade e proteção de dados, evitando a exposição de informações sensíveis ou identificáveis.

Em síntese, este documento apresenta um panorama abrangente das entidades de acolhimento no Brasil, combinando análise empírica, rigor metodológico e reflexão crítica. Mais do que um registro dos resultados alcançados, o relatório constitui um instrumento de apoio à gestão pública, contribuindo para o aprimoramento das políticas e práticas voltadas à atenção em álcool e outras drogas. Ao evidenciar avanços, limitações e desafios, a pesquisa oferece subsídios concretos para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes, integradas e orientadas por evidências.

1.1. Metodologia

A metodologia da pesquisa foi estruturada de forma a combinar rigor técnico-científico com viabilidade operacional em escala nacional. Inicialmente, foram realizadas revisão de literatura e levantamento de arcabouço legal e normativo correlato às Entidades de Acolhimento atuantes em álcool e outras drogas, com a finalidade de definir dimensões analíticas e assegurar aderência dos instrumentos aos referenciais institucionais. Esse procedimento permitiu alinhar a coleta ao contexto de regulação e de monitoramento do setor, bem como organizar, desde o desenho, a distinção entre informações de caracterização, processo e resultados, evitando lacunas críticas para interpretação do diagnóstico.

Nessa perspectiva, foram definidos indicadores em três eixos:

- (i) indicadores de processo, relativos a rotinas, protocolos, fluxos e condições de funcionamento;
- (ii) indicadores de caracterização, voltados ao perfil institucional e ao perfil dos respondentes;
- (iii) indicadores de resultados, com ênfase em efetividade, notadamente aplicável a egressos, por se tratar do público que permite observar, ainda que por autorrelato, condições posteriores ao desligamento.

Registra-se que análises de eficácia, em sentido estrito, tendem a demandar metas explícitas, séries temporais e/ou novas coletas complementares, bem como integração a sistemas de informação e acompanhamento, razão pela qual tal dimensão deve ser tratada com cautela e com delimitação metodológica clara nos produtos analíticos subsequentes.

Marta Arretche (2006) propõe que uma avaliação consistente deve responder a três critérios fundamentais, os quais balizam o sucesso de qualquer ação pública: a) eficiência;

b) eficácia; e, c) efetividade. Esses três conceitos formam a centralidade da avaliação da política pública, os 3Es.

A *eficiência* indica em que medida os recursos utilizados para gerar um produto estão sendo otimizados ou desperdiçados, seja por falha nos insumos ou nos processos. De maneira sucinta, um bom indicador de eficiência aponta, se exitoso, para a possibilidade de fazer mais com menos, ou seja, uma boa eficiência indica a potencialização dos recursos (Marcom, Vantropa e Halicki, 2020). Geralmente vista segundo a ótica orçamentária, a lógica é da otimização de recursos (Oliveira, Lopes e Raposo, 2020), trata-se da relação entre insumos e produtos utilizados na elaboração de um bem ou serviço, visando a combinação para reduzir custos ou aumentar a entrega. Por isso, Marcom, Vantropa e Halicki (2020) entendem que ao buscar a relação entre custos e benefícios a eficiência não se preocupa primariamente com os fins, mas com os meios (Marcom, Vantropa e Halicki, 2020, p. 118).

A *eficácia* demonstrará se os produtos previstos foram entregues, ou seja, se os objetivos iniciais estão sendo cumpridos, pois a eficácia se refere à relação entre metas alcançadas e metas pretendidas, de acordo com Sano e Montenegro Filho (2013). Independentemente dos meios utilizados, a eficácia foca nos fins (Marcom, Vantropa e Halicki, 2020; Oliveira, Lopes e Raposo, 2020). Dessa forma, a eficácia é um parâmetro na análise e/ou avaliação de políticas públicas que mensura se os recursos públicos estão sendo aplicados para o alcance de metas de atendimento às demandas do cidadãos (BRASIL, 2018b). Independentemente dos custos implicados, em síntese, a eficácia condiz a capacidade da gestão em cumprir objetivos imediatos do atendimento (BRASIL, 2020).

De outro modo, a *efetividade* está ligada ao alcance de um grau mais elevado de satisfação da sociedade e ao cumprimento da missão da política, isto é, dirá se os resultados mais importantes da política pública estão acontecendo – geralmente em médio e longo prazo –, segundo os Guias (BRASIL, 2018a; 2018b). Por isso, a efetividade é considerada fundamental em qualquer desenho de política pública, conforme Lima, Aguiar e Lui (2021, p. 8). Sendo assim, reza uma diferença entre eficácia e eficiência que não deve ser confundida, a eficácia indica o cumprimento de objetivos imediatos, enquanto a efetividade mede o impacto, se tal política produz efeitos causais.

Uma síntese das relações que expressam esses conceitos, explicação simplificada e exemplo de aplicação de cada um pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 1: Síntese

Conceito	Relação	Pergunta central	Explicação	Exemplo
Eficiência	Insumos → Produtos gerados	Os recursos foram utilizados de forma otimizada na produção dos serviços?	Um bom indicativo de eficiência revela otimização de recursos e custos de operação.	O custo por atendimento ou tempo médio de execução de um procedimento. (Sano e Montenegro Filho, 2013)

Conceito	Relação	Pergunta central	Explicação	Exemplo
Eficácia	Objetivos → Produtos	Os serviços e ações programadas foram entregues conforme previsto?	Um bom indicativo de eficácia revela o cumprimento de prazos e entregas planejadas a curto prazo.	O percentual de metas operacionais cumpridas ou redução imediata de um problema alvo durante o período de implementação. (Paschoalotto <i>et al</i> , 2020)
Efetividade	Objetivos → Impactos e resultados	A política produziu mudanças reais nas condições de vida dos usuários e no problema social?	Um bom indicativo de efetividade revela impacto social e mudança positiva na realidade e solução ou mitigação do problema.	A melhoria persistente em indicadores sociais (educação, saúde, segurança) atribuível à política ao longo do tempo. (Paschoalotto <i>et al</i> , 2020)

Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa da UFF (2025)

Para alinhar os critérios de avaliação aos parâmetros das entidades de acolhimento de usuários de álcool e outras drogas, faz-se necessário delimitar o conceito de “acolhimento”. Conforme estabelecem a Lei nº 13.840/2019 e a Resolução nº 01/2015 do CONAD, o acolhimento em comunidades terapêuticas é uma tecnologia de caráter residencial e transitório, baseada na voluntariedade do sujeito e no convívio, cujo objetivo final é a reinserção social dos acolhidos (BRASIL, 2025; 2019). Sendo assim, a eficiência, a eficácia e a efetividade devem levar a natureza dessa política em consideração.

A aplicação do critério de eficiência ao acolhimento requer cuidado. Quando uma política trata de acolhimento de populações em vulnerabilidade, a lógica estrita de maximização de produtos por unidade de insumo e o rito econômico podem entrar em conflito com a dignidade presente no processo (BRASIL, 2018b). Portanto, a análise da eficiência não deve fragmentar a atuação das entidades, mas mensurar a capacidade do conjunto em prover respostas adequadas às necessidades da população. Aqui reza uma diferença entre dois tipos distintos de eficiência, conforme o Guia de Análise Ex Post (BRASIL, 2018b): a alocativa, com foco na relação entre recursos e resultados, e a eficiência operacional, com foco na relação entre recursos e atividades, e recursos e produtos. Uma análise de eficiência global considera também as externalidades evitadas, como internações de urgência, situações de violência e a criminalização da dependência, e não apenas o custo unitário por atendimento.

No campo do acolhimento, a eficácia verifica-se na resolutividade dos atendimentos imediatos. Sob a ótica da saúde, ela passa pela objetividade dos encaminhamentos responsáveis à rede (articulando serviços de assistência social e saúde) e pela instrução e orientação dos usuários para outros equipamentos públicos, garantindo o acesso aos demais direitos sociais. Exige, ainda, a criação de protocolos de classificação de risco que assegurem a compreensão da singularidade e gravidade de cada caso, resultando no pronto atendimento às necessidades imediatas do sujeito.

Ademais, a eficiência e a eficácia combinadas também se traduzem em termos dos fazedores da política pública, na capacidade de integrar saberes para potencializar resoluções por meio do trabalho colaborativo das equipes atuantes. Em termos operacionais, exige não sobrecarregar as equipes, mantendo a qualidade, o que transporta essa noção para a reorganização do serviço e para a gestão dos recursos humanos.

Por fim, a efetividade, por ser um critério mais amplo, desponta como o mais relevante para aferir o impacto real da política pública, pois julga os valores mais profundos do acolhimento. Ela se manifesta na produção de autonomia do usuário em sua recuperação e no estabelecimento de vínculos entre profissionais e acolhidos. No âmbito do cuidado, a efetividade atenta-se para a integralidade do sujeito, visibilizando vulnerabilidades que avaliações burocráticas costumam ignorar. Assim, a efetividade mensura a resposta a problemas sociais históricos em sua multidimensionalidade, contribuindo para a legitimação da política como uma ação na mitigação dos danos decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Diante do exposto, a transposição desses critérios para o escopo do Relatório da Pesquisa Nacional Diagnóstica (2025) exige uma delimitação metodológica precisa sobre o alcance de seus indicadores. É imperativo considerar que o relatório não dispõe de dados estruturados para coadunar com uma avaliação estrita do critério de eficiência, visto que seu desenho não priorizou métricas de custo-benefício financeiro ou otimização de insumos orçamentários. Em contrapartida, o documento concentra sua força analítica na avaliação da eficácia e da efetividade da política de acolhimento, fundamentando-se em indicadores de processo, de caracterização e de resultados.

No que se refere à eficácia, o diagnóstico oferece um panorama detalhado do plano imediato e operacional das comunidades terapêuticas, reunindo dados sobre rotinas, protocolos, fluxos e condições de funcionamento, além do perfil sociodemográfico dos respondentes (nos cinco grupos). A eficácia também se revela na capacidade da política em instruir e conduzir os usuários para redes externas, mapeando os encaminhamentos para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e para a assistência social (SUAS). Por fim, o critério de efetividade ganha contornos significativos no relatório ao investigar o impacto social *ex-post*, focado nas condições posteriores ao desligamento da instituição. Ao analisar o grupo de egressos e seus familiares, o diagnóstico capta transformações de médio e longo prazo, como o grau de adesão ao tratamento, a inserção em atividades laborais, a capacitação profissional e o fortalecimento dos vínculos familiares e da rede de apoio, demonstrando, assim, a capacidade real da política de mitigar vulnerabilidades e gerar valor público.

1.2. Instrumentos e coleta informatizada

Foram elaborados questionários estruturados específicos para cada público-alvo, contemplando gestores, responsáveis técnicos, acolhidos, familiares e egressos. A aplicação

ocorreu por entrevistas remotas, através da pesquisa Survey, registradas diretamente em formulários informatizados no Kobotoolbox, com padronização de campos, validações básicas e rotinas de salvamento. A entrevista estruturada foi escolhida por reduzir variabilidade na abordagem, ampliar comparabilidade entre grupos e fortalecer a consistência estatística do banco de dados. Para os grupos em que a videoconferência era operacionalmente viável e recomendável, foi utilizada a plataforma Google Meet, ao passo que, para egressos e familiares, prevaleceu o contato telefônico, dadas as limitações de acesso a recursos digitais e a maior dispersão geográfica dos participantes.

A estrutura da entrevista seguiu protocolo padronizado: acolhida e apresentação, verificação de áudio e vídeo (quando aplicável), explicação do objetivo e da importância do estudo, leitura e esclarecimento do TCLE, confirmação do consentimento e, somente após essa etapa, aplicação do questionário. Ao final, realizou-se encerramento com agradecimento quanto à participação e orientação quanto à possibilidade de desistência e retirada de consentimento, nos termos informados. Em razão da natureza remota da coleta, foram instituídos procedimentos adicionais de privacidade para o grupo de acolhidos, com reforço para que a entrevista ocorresse em ambiente reservado e sem interferência de terceiros, garantindo liberdade de resposta e minimizando riscos de exposição indevida.

Os registros de consentimento foram gravados antes do início do questionário, como mecanismo de salvaguarda e de auditoria interna. Além disso, manteve-se rotina de organização e arquivamento dos documentos de consentimento e das gravações em repositório de acesso restrito, associando-os aos registros de produção em planilhas de controle. Esse procedimento conferiu rastreabilidade ao processo e favoreceu a identificação de inconsistências ou lacunas documentais ao longo do monitoramento, sem comprometer a confidencialidade dos participantes.

1.3. Desenho amostral

O desenho amostral foi concebido para assegurar representatividade e diversidade institucional, por meio de amostragem probabilística estratificada. Os estratos foram definidos com base em variáveis estruturais, tais como porte da entidade, região geográfica, localização urbano/rural e, quando aplicável, participação em programas e recortes específicos de política pública, como aqueles relacionados ao PRONASCI, podendo alcançar até 60 estratos em cenários de maior detalhamento. A seleção ocorreu em dois estágios: inicialmente, sorteio de entidades; em seguida, sorteio de indivíduos no interior das entidades para os públicos em que esse procedimento era pertinente.

Para gestores e responsáveis técnicos, adotou-se estratégia de censo no universo das entidades selecionadas, em razão do número limitado de respondentes por unidade e da relevância de captar a visão institucional de cada CT. Para acolhidos, familiares e

egressos, o desenho previu seleção de indivíduos, respeitando critérios operacionais e éticos. No caso dos egressos, adotou-se critério temporal de elegibilidade associado ao intervalo de três meses, com espaço amostral limitado no tempo aos acolhidos com Alta Terapêutica (conclusão do acolhimento) realizada entre os dias 01 de julho e 31 de julho de 2025. O objetivo era aumentar a pertinência analítica das respostas e reduzir vieses relacionados a desligamentos muito antigos ou a condições ainda fortemente vinculadas ao cotidiano institucional. Essas escolhas metodológicas orientaram a interpretação dos resultados e devem ser consideradas no planejamento de medidas destinadas a reduzir perdas nos públicos não controlados diretamente.

Por fim, ressalta-se que o planejamento amostral foi articulado com as bases institucionais fornecidas pelo DEPAD/MDS e com as listagens encaminhadas pelas CTs. Em razão de variações na qualidade e atualização desses registros, foram necessárias rotinas de checagem, padronização e, em alguns casos, ajustes operacionais para viabilizar o contato, sem descaracterizar o desenho de referência. A transparência sobre tais limitações, bem como o registro das ocorrências associadas, constitui elemento central do controle de qualidade, razão pela qual este relatório descreve, nos itens subsequentes, os fatores que impactaram a sua execução.

1.4. Integração com monitoramento institucional

A pesquisa diagnóstica foi concebida para dialogar com o monitoramento institucional conduzido pelo DEPAD/MDS no período 2025-2026, previsto em normativas específicas, incluindo portarias que estabelecem diretrizes para acompanhamento das Entidades de Acolhimento. O formulário de monitoramento, previsto em etapas próprias do planejamento ministerial, foi considerado insumo complementar para caracterização institucional, cabendo à equipe de pesquisa a análise e a integração dos resultados, com o objetivo de ampliar a capacidade explicativa do diagnóstico. Assim, as informações obtidas por entrevista e aquelas provenientes do monitoramento tendem a se somar como camadas analíticas, permitindo verificar coerência, identificar convergências e localizar discrepâncias relevantes para recomendações de política pública.

Em termos operacionais, essa integração pressupõe padronização de variáveis, consistência de identificadores institucionais e governança de dados voltada à proteção da informação. Por essa razão, ao longo do campo, foram reforçadas rotinas de gestão documental, controle de acesso e padronização de nomenclatura de arquivos e planilhas, sem prejuízo da autonomia analítica necessária para exploração estatística posterior. Este relatório, por sua natureza executiva, limita-se a registrar a diretriz de integração e os cuidados operacionais associados, deixando para relatórios técnicos e produtos científicos a descrição detalhada dos procedimentos de harmonização e análise conjunta.

Para reduzir riscos e preservar a privacidade dos pesquisadores, adotou-se estratégia de comunicação por canais institucionais, com disponibilização de e-mails e apoio para aquisição de chip e créditos telefônicos, mitigando o uso de contatos pessoais. Essa medida, além de favorecer padronização de abordagem, reduz a exposição individual do pesquisador e reforça a legitimidade do contato perante participantes externos, especialmente em um cenário de crescente desconfiança de ligações e mensagens por risco de golpes telemáticos.

1.5. Resultados de execução

O planejamento amostral previa a realização de 2.628 entrevistas distribuídas entre cinco públicos-alvo, com metas por grupo e cobertura territorial definida para as CTs selecionadas. Ao término do trabalho de campo, foram realizadas 2.039 entrevistas, correspondendo a 77,59% da meta global. A execução apresentou comportamento assimétrico entre públicos controlados e não controlados pelas instituições. De um lado, gestores e responsáveis técnicos atingiram 100% de realização e cobertura de CTs, e os acolhidos atingiram 99,11% com cobertura de 127 CTs. De outro lado, os egressos permaneceram com 18,24% de realização e cobertura de 23 CTs, e os familiares com 54,33% de realização e cobertura de 124 entidades. Esses resultados indicam que o principal limitador da execução não se concentrou na capacidade de aplicação de entrevistas, mas na possibilidade de localizar e engajar participantes externos às instituições, dependentes de cadastros e de disponibilidade individual.

A leitura conjunta dos indicadores sugere que, nos públicos controlados, a intermediação institucional e as comunicações formais elevaram a previsibilidade da produção, reduzindo perdas e permitindo gestão eficiente de agenda. Nos públicos não controlados, os registros de tentativas e os relatórios de motivos de insucesso evidenciaram restrições prévias ao campo, associadas à desatualização de números telefônicos, inexistência de contato válido, ausência de retorno a mensagens e ligações, bem como desconfiança quanto à legitimidade de contatos remotos. Assim, recomenda-se interpretar a cobertura global não apenas como indicador de desempenho operacional, mas como expressão das condições estruturais de acesso aos públicos-alvo, com implicações diretas para planejamento de ações mitigadoras em ciclos futuros.

Quadro 2: Planejamento e execução por público-alvo

Público-alvo	Entrevistas previstas	Entrevistas realizadas	Cobertura (%)	CTs previstas	CTs alcançadas
Acolhidos	1.234	1.223	99,11%	127	127
Egressos	159	29	18,24%	65	23
Familiares	981	533	54,33%	124	124

Público-alvo	Entrevistas previstas	Entrevistas realizadas	Cobertura (%)	CTs previstas	CTs alcançadas
Responsáveis Técnicos	127	127	100%	127	127
Gestores	127	127	100%	127	127
Total	2.628	2.039	77,59%	-	-

Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa da UFF (2025)

1.6. Principais desafios e ocorrências relevantes

As ocorrências registradas durante o ciclo de entrevistas foram sistematizadas com o propósito de preservar a qualidade dos dados e de documentar fatores que possam impactar a interpretação analítica dos resultados. De modo geral, observou-se que os desafios variaram conforme o grau de controle institucional sobre o público-alvo. Nos públicos controlados, as ocorrências concentraram-se em aspectos operacionais, como instabilidade de internet, readequação de horários e necessidade de reforço de protocolos para garantir ambiente adequado à entrevista. Nos públicos não controlados, as ocorrências relacionaram-se sobretudo à dificuldade de localização e de legitimação do contato, envolvendo multiplicidade de tentativas, baixa responsividade e, em alguns casos, recusas motivadas por temor de golpes ou por ausência de confiança no contato remoto.

No grupo de acolhidos, apesar do elevado atingimento da meta, foram observadas intercorrências metodológicas pontuais, que demandaram pronta atuação da supervisão. Registraram-se erros de preenchimento decorrentes de falhas na aplicação, situações em que responsáveis técnicos buscaram indicar ou selecionar entrevistados, bem como episódios de entrega indevida de listagens ao responsável técnico, contrariando orientações de sigilo e de seleção. Também foram registradas perdas pontuais de entrevistas por queda de energia e falta de internet, além de problemas de conexão em entidades rurais, que exigiram reagendamento e reforço de procedimentos de contingência. Em situações isoladas, houve desistências voluntárias no meio da entrevista, bem como episódios de baixa atenção do entrevistado, com uso de internet durante a aplicação, o que reforça a necessidade de condução ativa do entrevistador e de confirmação de compreensão a cada bloco do questionário.

Nos grupos de egressos e familiares, os registros apontam, com alta frequência, ligações não atendidas, números inexistentes ou desatualizados, ausência de retorno em aplicativos de mensagem e perda de vínculo com a instituição. Essas ocorrências não apenas reduziram a realização das entrevistas, como também ampliaram o tempo de esforço necessário para obtenção de cada contato bem-sucedido, reduzindo a eficiência marginal da coleta. Destaca-se, ainda, que alguns contatos informados não correspondiam ao participante elegível, como familiares sem vínculo ou sem condições de responder, o que

reforça a necessidade de qualificação do cadastro e de validação prévia de contatos. Por fim, a desconfiança em relação a contatos remotos, associada a relatos de medo de golpes telemáticos, apresentou-se como barreira relevante, sugerindo que estratégias institucionais de legitimação do contato devem ser adotadas antes da fase de entrevistas, para reduzir recusas e silêncio.

Quadro 3: Síntese de categorias de motivos de insucesso (Grupos 2 e 3)

Categoria	Descrição operacional (síntese)
Telefone não atende / caixa postal / linha indisponível	Tentativas de ligação sem atendimento, chamadas não completadas ou linhas temporariamente indisponíveis.
Sem contato / sem fonte de contato / situação de rua	Ausência de referência válida para contato, inexistência de canal confiável ou impossibilidade prática de localização.
Número incorreto / inexistente / desatualizado	Contato não corresponde ao participante ou encontra-se inválido, impedindo a continuidade do processo de abordagem.
Erro ou inconsistência nas listas enviadas	Divergências entre listagens e informações de contato, com impacto direto na elegibilidade e na rastreabilidade.
Sem vínculo familiar / familiar não elegível	Contato informado não atende ao critério de respondente ou não tem condições de prestar informações.
Recusa do participante	Recusa expressa após esclarecimentos iniciais, observada sobretudo por desconfiança ou indisponibilidade.
Ausência de resposta a chamadas ou mensagens	Múltiplas tentativas de contato sem retorno, inclusive via aplicativos de mensagem.
Problemas técnicos (conexão/ gravação)	Falhas pontuais de conexão, gravação ou interrupções que exigiram reagendamento.
Outros	Casos pontuais não categorizados, como horários incompatíveis, sem retorno posterior ou registros incompletos.

Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa da UFF (2025)





2

Análise dos Dados das Entrevistas com os Acolhidos





2. Análise dos Dados das Entrevistas com os Acolhidos

Foram contatados 1.229 acolhidos para participação na pesquisa, dos quais seis se recusaram a responder ao questionário. Entre as justificativas apresentadas destacam-se o não consentimento para gravação da entrevista, o desconforto em participar ou a recusa sem apresentação de motivo específico. Dessa forma, o questionário do Grupo 1 – Acolhidos foi efetivamente respondido por 1.223 participantes, no período compreendido entre 02 de outubro de 2025 e 12 de novembro de 2025.

Os resultados apresentados nesta seção estão organizados de acordo com os blocos temáticos do instrumento de pesquisa, contemplando informações sobre o perfil sociodemográfico dos acolhidos, suas trajetórias e experiências no acolhimento, o acesso e o conhecimento sobre as redes de saúde, atenção psicossocial e assistência social, bem como a avaliação geral da experiência de acolhimento. Todas as análises consideram a aplicação de pesos amostrais, de modo a garantir que as estimativas reflitam adequadamente a distribuição da população de acolhidos atendida pelas entidades participantes.

2.1. Dados pessoais

Esta subseção apresenta resultados referentes à idade e à distribuição geográfica dos acolhidos.

2.1.1. Idade dos entrevistados/acolhidos

A idade média dos acolhidos foi estimada em 39,6 anos, com desvio padrão de 10,4 anos, indicando uma população predominantemente adulta, com variabilidade moderada em torno da média. A mediana da idade (39 anos) é muito próxima da média, sugerindo uma distribuição etária relativamente simétrica (**Tabela 1**).

Tabela 1: Medidas de tendência central e de dispersão para a idade dos acolhidos.

Variável	Média	Desvio padrão	1º quartil	Mediana	3º quartil
Idade	39,6	10,4	31	39	47

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Adicionalmente, observa-se que 50% dos acolhidos apresentam idade entre 31 e 47 anos, conforme indicado pelo intervalo interquartílico (**Tabela 1**). Esse resultado evidencia que o acolhimento atinge majoritariamente indivíduos em idade economicamente ativa, o que reforça a importância de estratégias articuladas de reinserção social e produtiva no planejamento do pós-acolhimento.

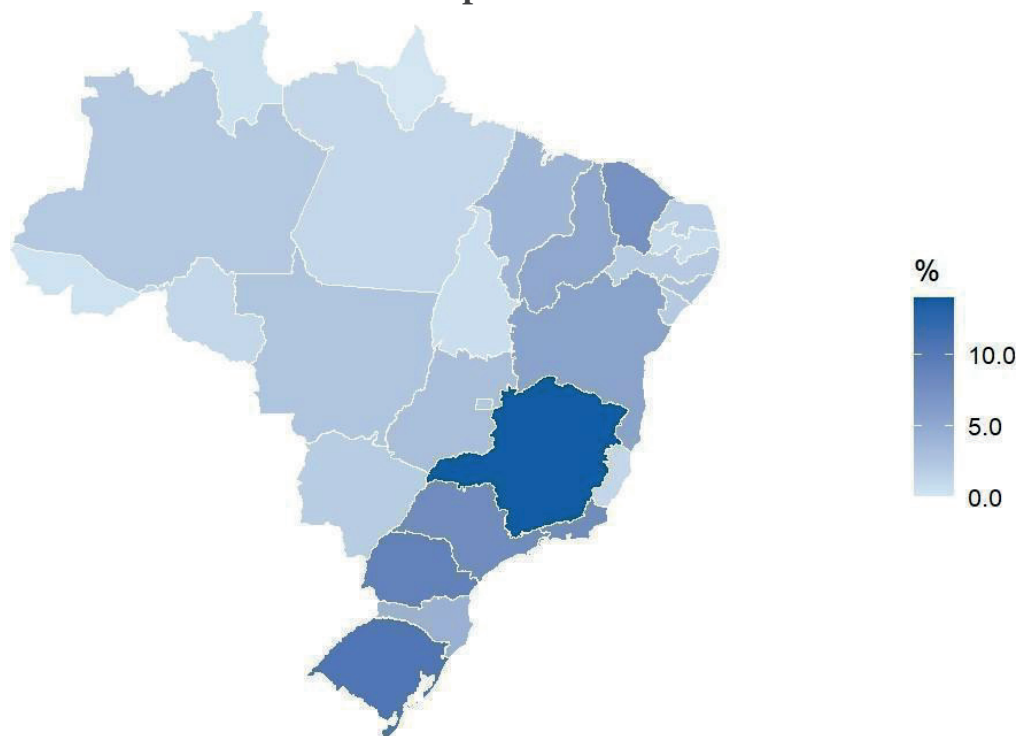
2.1.2. Distribuição geográfica dos indivíduos acolhidos

A **Figura 1** apresenta a distribuição percentual dos acolhidos segundo o estado de nascimento do entrevistado, com estimativas ponderadas pelo peso amostral da pesquisa. Observa-se uma distribuição heterogênea no território nacional, com clara concentração de acolhidos nascidos em algumas unidades da federação.

Destacam-se Minas Gerais (14,0%), Rio Grande do Sul (10,4%) e Paraná (9,0%) como os estados de nascimento mais frequentes entre os acolhidos, concentrando, em conjunto, aproximadamente um terço do total. Na sequência, aparecem Rio de Janeiro (7,8%), São Paulo (7,7%), Ceará (7,2%) e Bahia (5,5%), indicando uma expressiva participação de indivíduos oriundos das regiões Sudeste e Sul, além de estados específicos do Nordeste.

De modo geral, a distribuição evidencia assimetrias regionais relevantes no local de nascimento dos acolhidos, com maior representatividade de estados mais populosos e historicamente mais urbanizados. Em contrapartida, estados da Região Norte e parte do Nordeste apresentam proporções relativamente menores. Esses resultados sugerem que fatores demográficos, padrões históricos de migração interna e desigualdades regionais podem influenciar o perfil territorial de origem dos acolhidos, refletindo dinâmicas estruturais de vulnerabilidade social no país.

Figura 1: Mapa com a distribuição da proporção de nascimento por UF dos acolhidos.



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.2. Perfil do entrevistado

Esta subseção apresenta o perfil do entrevistado, reunindo informações sociodemográficas, econômicas e sociais dos acolhidos participantes da pesquisa. São analisados aspectos como cor/raça, identidade de gênero, estado civil, escolaridade, composição familiar, condições de moradia, práticas religiosas e situação de renda familiar e individual. O conjunto dessas características permite delinear o contexto social e econômico no qual se inserem os acolhidos, contribuindo para a compreensão das múltiplas dimensões de vulnerabilidade que atravessam suas trajetórias de vida e que influenciam tanto o processo de acolhimento quanto as possibilidades de reinserção social no pós-acolhimento.

2.2.1. Autodeclaração com relação à cor/raça

A análise da autodeclaração de cor/raça indica predominância de acolhidos que se identificam como pardos (54,2%), seguidos por brancos (27,8%). A proporção de acolhidos que se autodeclararam pretos corresponde a 15,8%, ao passo que as categorias indígena (1,1%) e amarela (0,7%) apresentam participações reduzidas. A categoria NS/NR representa uma parcela residual de respostas (0,4%), indicando baixo nível de não resposta para essa variável (**Tabela 2**).

Tabela 2: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração com relação à cor/raça dos acolhidos

Respostas	%	Erro padrão (%)
Amarelo	0,7	0,27
Branco	27,8	1,35
Indígena	1,1	0,31
Pardo	54,2	1,53
Preto	15,8	1,14
NS/NR	0,4	0,20
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.2. Autodeclaração com relação ao gênero

Os resultados apontam que a população acolhida é majoritariamente composta por homens cisgênero (80,8%), seguida por mulheres cisgênero (17,6%). As demais identidades de gênero apresentam percentuais inferiores a 1% (**Tabela 3**).

Tabela 3: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração com relação ao gênero dos acolhidos.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Homem cisgênero	80,8	1,16

Respostas	%	Erro padrão (%)
Homem transgênero	0,6	0,21
Mulher cisgênero	17,6	1,11
Mulher transgênero	0,4	0,20
Pessoa não binária	0,3	0,18
Outro	0,2	0,16
NS/NR	0,1	0,08
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.3. Estado civil do(a) entrevistado(a)

A maioria dos acolhidos declarou-se solteira (66,5%), seguida por indivíduos separados ou divorciados (18,1%). A proporção de casados, pessoas em união estável e viúvos é relativamente menor (**Tabela 4**).

Tabela 4: Distribuição percentual (ponderada) do estado civil dos acolhidos.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Casado	9,3	0,89
Separado/divorciado	18,1	1,18
Solteiro	66,5	1,44
União estável	4,6	0,62
Viúvo	1,5	0,36
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.4. Renda familiar

A renda familiar dos acolhidos concentra-se majoritariamente nas faixas mais baixas: 39,9% declararam renda familiar de até um salário mínimo, e 21,0% situam-se entre um e dois salários mínimos. Destaca-se ainda o percentual expressivo de NS/NR (24,8%), o que pode indicar dificuldades na mensuração da renda familiar ou ausência de informações consolidadas sobre o rendimento do núcleo familiar (**Tabela 5**).

Esses resultados evidenciam um cenário de acentuada vulnerabilidade socioeconômica, com a maioria dos acolhidos pertencentes a famílias com renda insuficiente para garantir condições adequadas de subsistência.

Tabela 5: Distribuição percentual (ponderada) da renda familiar dos acolhidos.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,00)	39,9	1,51
De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.519,00 a 3.036,00)	21,0	1,24
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 3.037,00 a R\$ 4.554,00)	7,2	0,82

Respostas	%	Erro padrão (%)
De 3 a 4 salários mínimos (R\$ 4.555,00 a R\$ 6.072,00)	4,2	0,61
De 4 a 5 salários mínimos (R\$ 6.073,00 a R\$ 7.590,00)	1,3	0,37
Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 7.590,00)	1,6	0,37
NS/NR	24,8	1,33
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.5. Renda individual mensal

No que se refere à renda individual, observa-se que 51,7% dos acolhidos afirmam não ter renda no momento, ao passo que 34,9% recebem até um salário mínimo. As faixas de renda superiores apresentam percentuais residuais (**Tabela 6**).

Esse padrão indica forte dependência econômica e limitada autonomia financeira entre os acolhidos, o que representa um desafio central para os processos de saída do acolhimento e reinserção social. Os dados reforçam a relevância de políticas articuladas de qualificação profissional, acesso ao trabalho e geração de renda no acompanhamento pós-acolhimento.

Tabela 6: Distribuição percentual (ponderada) da renda individual dos acolhidos

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não tenho renda no momento	51,7	1,60
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,00)	34,9	1,47
De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.519,00 a 3.036,00)	9,4	0,91
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 3.037,00 a R\$ 4.554,00)	1,9	0,40
De 3 a 4 salários mínimos (R\$ 4.555,00 a R\$ 6.072,00)	0,8	0,29
De 4 a 5 salários mínimos (R\$ R\$ 6.073,00 a R\$ 7.590,00)	0,4	0,17
Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 7.590,00)	0,3	0,17
NS/NR	0,6	0,27
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.6. Situação de moradia

No que se refere à situação de moradia dos acolhidos antes do ingresso na entidade, observa-se uma distribuição heterogênea, marcada por diferentes arranjos habitacionais (**Tabela 7**). A maior proporção dos entrevistados residia em moradia própria (32,0%), seguida por aqueles que viviam em moradia alugada (24,8%) e por indivíduos em situação de rua (24,2%). Destaca-se ainda a parcela de acolhidos que morava em casa de terceiros sem pagamento (11,6%), indicando relações habitacionais marcadas por dependência ou instabilidade. As categorias de moradia cedida (5,3%), abrigo ou programa de acolhimen-to (1,0%) e outras situações (1,1%) apresentam participações menos expressivas.

Esse conjunto de resultados evidencia a coexistência de trajetórias habitacionais relativamente estáveis com situações de elevada vulnerabilidade, especialmente aquelas associadas à rua ou à ausência de autonomia residencial, reforçando a importância de estratégias de acesso à moradia e de apoio habitacional no planejamento da saída do acolhimento.

Tabela 7: Distribuição percentual (ponderada) da situação de moradia dos acolhidos antes do acolhimento.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Abrigo ou Programa de acolhimento	1,0	0,28
Em situação de rua	24,2	1,31
Moradia alugada	24,8	1,33
Moradia cedida	5,3	0,71
Moradia própria	32,0	1,43
Morava em casa de outros e não pagava	11,6	1,03
Outra	1,1	0,32
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.7. Número de pessoas na residência do entrevistado

No que se refere à quantidade de pessoas que residiam na mesma moradia dos acolhidos antes do acolhimento, observa-se predominância de domicílios com até duas pessoas além do entrevistado (**Tabela 8**). A categoria mais frequente corresponde àqueles que moravam com uma a duas pessoas (37,7%), seguida por indivíduos que viviam sozinhos, sem coabitação com outras pessoas (25,0%) e por aqueles que residiam com três a quatro pessoas (25,2%). As situações de maior adensamento domiciliar, envolvendo cinco a seis moradores (8,4%) ou sete ou mais pessoas (3,5%), apresentam percentuais menos expressivos. A proporção de respostas NS/NR é residual (0,2%), indicando elevado grau de completude da informação.

Tabela 8: Distribuição percentual (ponderada) da quantidade de pessoas que moravam na mesma residência dos acolhidos com algum tipo de moradia antes do acolhimento.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Nenhuma	25,0	1,54
1 a 2 pessoas	37,7	1,71
3 a 4 pessoas	25,2	1,55
5 a 6 pessoas	8,4	1,00
7 ou mais pessoas	3,5	0,65
NS/NR	0,2	0,15
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.8. Situação de moradia após saída da entidade de acolhimento

No que se refere à situação de moradia prevista para os acolhidos após a saída da entidade, observa-se uma concentração das respostas em arranjos habitacionais considerados mais estáveis, especialmente moradia alugada (39,7%) e moradia própria (29,4%), conforme **Tabela 9**. Em proporções menores, aparecem aqueles que indicam que irão morar em casa de terceiros sem pagamento (10,2%) ou em outras situações habitacionais (5,6%). As categorias de moradia cedida (2,8%) e de abrigo ou programa de acolhimento (3,3%) apresentam percentuais reduzidos, assim como a expectativa de retorno à situação de rua (1,4%).

Apesar de esse cenário indicar uma perspectiva de maior estabilidade residencial no pós-acolhimento, destaca-se o percentual de respostas NS/NR (7,6%), o que pode refletir incertezas quanto às condições efetivas de moradia após a saída da entidade. Esses resultados sugerem que, embora a maioria dos acolhidos projete *algum* tipo de inserção habitacional, persistem desafios relacionados à definição e à garantia de moradia no processo de desinstitucionalização.

Tabela 9: Distribuição percentual (ponderada) da situação de moradia dos acolhidos quando saírem da entidade de acolhimento.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Abrigo ou Programa de acolhimento	3,3	0,58
Em situação de rua	1,4	0,38
Moradia alugada	39,7	1,50
Moradia cedida	2,8	0,52
Moradia própria	29,4	1,39
Morará em casa de outros e não pagará	10,2	0,97
Outra	5,6	0,74
NS/NR	7,6	0,83
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.9. Benefícios e/ou direitos sociais recebidos

No que se refere ao recebimento de benefícios e/ou direitos sociais, os resultados indicam que a maior parte dos acolhidos não é beneficiária da maioria dos programas e auxílios investigados (**Tabela 10**). O benefício mais frequentemente mencionado é o Bolsa Família, recebido por 25,3% dos entrevistados, ao passo que 74,7% declararam não ser beneficiários. Para os demais benefícios, como Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), aposentadoria, pensões e seguro-desemprego, os percentuais de recebimento são bastante reduzidos, não ultrapassando 4,6% em nenhuma das categorias.

Destaca-se ainda que 59,8% dos acolhidos afirmaram não receber nenhum tipo de auxílio ou benefício social, evidenciando uma baixa cobertura das políticas de proteção social para essa população. Esse resultado reforça o cenário de vulnerabilidade socioeconômica já observado nas análises de renda familiar e individual, além de apontar para a necessidade de fortalecimento do acesso aos direitos sociais como parte das estratégias de acompanhamento e reinserção social no pós-acolhimento.

Tabela 10: Distribuição percentual (ponderada) do recebimento de benefícios e/ou direitos sociais dos acolhidos.

Benefício	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Bolsa Família	74,7	1,33	25,3	1,33
Benefício de Prestação Continuada (BPC LOAS)	97,1	0,50	2,9	0,50
Aposentadoria	98,1	0,41	1,9	0,41
Pensão por morte	99,4	0,23	0,6	0,23
Pensão por invalidez	99,6	0,17	0,4	0,17
Auxílio-doença (Auxílio por incapacidade temporária)	95,4	0,63	4,6	0,63
Seguro-desemprego	99,8	0,14	0,2	0,14
Outro	94,6	0,76	5,4	0,76
Não recebe nenhum tipo de auxílio ou benefício	40,2	1,51	59,8	1,51
NS/NR	99,6	0,17	0,4	0,17

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.10. Nível de escolaridade

No que se refere ao nível de escolaridade dos acolhidos, observa-se predominância de trajetórias educacionais marcadas por baixa escolarização (**Tabela 11**). Percebe-se que 45,8% dos acolhidos têm, no máximo, Ensino Fundamental completo. A maior parcela dos entrevistados declarou ter ensino fundamental incompleto (35,3%), seguida por aqueles com ensino médio completo (27,1%) e ensino médio incompleto (16,8%). As proporções de acolhidos com ensino fundamental completo (8,7%) e que nunca estudaram (1,8%) também são relevantes no conjunto analisado.

Os níveis mais elevados de escolaridade apresentam percentuais reduzidos: 4,6% têm ensino superior incompleto, 4,5% ensino superior completo, e menos de 1% alcançaram a pós-graduação, completa ou incompleta. A categoria NS/NR é residual (0,2%), indicando elevada consistência das respostas. Pode-se concluir que a maioria possui Ensino Fundamental completo (62,9%), seguida por aqueles com Ensino Médio completo (37,2%) e, em menor proporção, indivíduos com Ensino Superior completo (5,5%).

Esse perfil educacional evidencia limitações importantes no capital educacional dos acolhidos, o que pode impactar diretamente as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de autonomia econômica, reforçando a necessidade de articulação entre políticas de acolhimento, educação e qualificação profissional no processo de reinserção social.

Tabela 11: Distribuição percentual (ponderada) da escolaridade dos acolhidos.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Nunca estudou	1,8	0,39
Ensino Fundamental incompleto	35,3	1,48
Ensino Fundamental completo	8,7	0,84
Ensino Médio incompleto	16,8	1,16
Ensino Médio completo	27,1	1,38
Ensino Superior incompleto	4,6	0,62
Ensino Superior completo	4,5	0,61
Pós-Graduação incompleta	0,3	0,16
Pós-Graduação completa	0,7	0,21
NS/NR	0,2	0,16
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.11. Níveis de ensino cursados atualmente

No que se refere à vinculação atual dos acolhidos a alguma modalidade de ensino, observa-se que a ampla maioria não estava cursando nenhuma etapa educacional no momento da pesquisa (93,6%), conforme **Tabela 12**. Entre aqueles que declararam estar matriculados, as proporções são reduzidas e concentram-se principalmente no ensino fundamental (3,4%) e no ensino médio (1,6%). As modalidades de ensino superior (0,9%) e de pós-graduação (0,1%) apresentam participação residual. A proporção de respostas NS/NR é baixa (0,4%), indicando elevado nível de completude da informação.

Tabela 12: Distribuição percentual (ponderada) da modalidade de ensino cursada atualmente pelos acolhidos.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Nenhuma	93,6	0,85
Ensino Fundamental	3,4	0,65
Ensino Médio	1,6	0,46
Ensino Superior	0,9	0,31
Pós-Graduação	0,1	0,09
NS/NR	0,4	0,18
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.12. Número de Filhos

No que se refere à quantidade de filhos, observa-se que a maioria dos acolhidos tem, pelo menos, um filho (68,3%), ao passo que 31,7% declararam não ter filhos (**Tabela 13**). Entre aqueles que são pais ou mães, predomina o relato de um (27,6%) ou dois filhos (19,9%), seguidos por indivíduos com três filhos (11,1%). As situações de maior número de filhos, correspondentes a quatro (5,1%) ou mais de quatro filhos (4,6%), apresentam percentuais menos expressivos.

Tabela 13: Distribuição percentual (ponderada) da quantidade de filhos dos acolhidos.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sem filhos	31,7	1,43
1	27,6	1,39
2	19,9	1,24
3	11,1	0,96
4	5,1	0,66
Mais de 4	4,6	0,61
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.2.13. Religião

No que se refere à religião declarada pelos acolhidos, observa-se predominância de indivíduos que se identificam como evangélicos (50,2%), seguidos por católicos (35,6%), conforme consta na **Tabela 14**. Em conjunto, essas duas tradições religiosas concentram a maior parte das respostas. As demais religiões apresentam percentuais reduzidos, incluindo aqueles que se declaram espíritas (1,1%), adeptos de religiões afro-brasileiras, como Umbanda e Candomblé (1,6%), ou de outras religiões (1,8%). A proporção de acolhidos que se declaram sem religião corresponde a 9,4%. As categorias de ateus (0,1%) e NS/NR (0,2%) são residuais.

Tabela 14: Distribuição percentual (ponderada) da religião dos acolhidos

Respostas	%	Erro padrão (%)
Ateu	0,1	0,07
Católica	35,6	1,46
Espírita	1,1	0,31
Evangélica	50,2	1,54
Umbanda, Candomblé ou outra religião afro-brasileira	1,6	0,39
Outra	1,8	0,41
Sem religião	9,4	0,88
NS/NR	0,2	0,13
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à frequência de participação dos acolhidos em locais de prática religiosa antes do acolhimento, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre as diferentes categorias de resposta (**Tabela 15**). Aproximadamente três em cada dez acolhidos (29,0%) declararam não frequentar espaços religiosos, ao passo que proporções semelhantes relataram participação rara (23,5%), eventual (23,5%) ou regular (23,7%). A categoria NS/NR é residual (0,3%), indicando elevada completude das informações.

Esses resultados sugerem que, antes do acolhimento, a vivência religiosa entre os acolhidos apresentava diferentes níveis de envolvimento, variando desde a ausência de participação até a frequência regular, o que aponta para a heterogeneidade das experiências religiosas nesse grupo.

Tabela 15: Distribuição percentual (ponderada) da frequência dos acolhidos em lugares de prática religiosa (igrejas, terreiro etc.) antes do acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	29,0	1,39
Sim, raramente	23,5	1,32
Sim, eventualmente	23,5	1,31
Sim, regularmente	23,7	1,32
NS/NR	0,3	0,17
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à frequência atual de participação dos acolhidos em locais de prática religiosa durante o período de acolhimento, observa-se uma mudança expressiva no padrão de envolvimento religioso em comparação ao período anterior (**Tabela 16**). A ampla maioria dos entrevistados declarou frequentar regularmente espaços religiosos (82,8%), ao passo que proporções significativamente menores relataram participação eventual (6,0%) ou rara (2,3%). Apenas 8,7% afirmaram não frequentar locais de prática religiosa no momento da pesquisa. A categoria NS/NR é residual (0,2%), indicando elevado grau de completude das respostas.

Tabela 16: Distribuição percentual (ponderada) da frequência dos acolhidos em lugares de prática religiosa (igrejas, terreiro etc.) atualmente

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	8,7	0,82
Sim, raramente	2,3	0,45
Sim, eventualmente	6,0	0,70
Sim, regularmente	82,8	1,11
NS/NR	0,2	0,14
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3. Experiência no acolhimento

Esta subseção apresenta os resultados relacionados à experiência dos acolhidos no processo de acolhimento institucional, abordando aspectos como o histórico de passagens pela entidade e por outras instituições de apoio, a situação de trabalho e ocupação, o tempo de permanência, as formas de ingresso, a participação na elaboração do Plano Individual de Acolhimento (PIA/PAS), o convívio institucional, o cumprimento de normas e eventuais sanções disciplinares, bem como o acesso a visitas e a atendimentos psicossociais. A análise desses elementos permite compreender de forma mais aprofundada as trajetórias institucionais dos acolhidos, as dinâmicas vivenciadas durante o acolhimento e os fatores que podem influenciar tanto a adesão ao tratamento quanto às perspectivas de saída e reinserção social.

2.3.1. Histórico de passagens pela entidade e por outras instituições de apoio

Tabela 17: Distribuição percentual (ponderada) quanto à primeira permanência do acolhido na entidade atual.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	31,5	1,44
Sim	68,5	1,44
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao histórico de acolhimento na entidade atual, observa-se que a maioria dos entrevistados declarou estar acolhida pela primeira vez nessa instituição (68,5%), ao passo que 31,5% relataram já terem passado anteriormente pela mesma entidade (**Tabela 17**). Esse resultado indica que, embora o acolhimento inicial seja predominante, uma parcela significativa dos acolhidos apresenta recorrência institucional, o que pode sinalizar trajetórias marcadas por dificuldades na manutenção do tratamento ou na reinserção social após saídas anteriores.

Tabela 18: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de acolhimento na atual entidade entre acolhidos que já haviam sido acolhidos anteriormente.

Respostas	%	Erro padrão (%)
2 vezes	67,7	2,62
3 vezes	18,8	2,17
4 vezes	6,0	1,39
Mais de 4 vezes	7,1	1,45
NR/NS	0,4	0,32
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os acolhidos que relataram não estar na entidade pela primeira vez, observa-se que, segundo a **Tabela 18**, a maioria passou pela instituição em duas ocasiões (67,7%). Em seguida, destacam-se aqueles que informaram três passagens pela entidade (18,8%). As situações de maior recorrência institucional, correspondentes a quatro acolhimentos (6,0%) ou mais de quatro acolhimentos (7,1%), apresentam percentuais menos expressivos. A categoria NS/NR é residual (0,4%), indicando elevado nível de completude das respostas.

Tabela 19: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a primeira experiência de acolhimento em entidade de apoio para tratamento de álcool e outras drogas.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	54,1	1,54
Sim	45,9	1,54
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à experiência prévia em entidades de apoio para tratamento contra o uso de álcool e outras drogas, observa-se que pouco mais da metade dos acolhidos declarou já ter sido acolhida anteriormente em alguma instituição desse tipo (54,1%), enquanto 45,9% relataram que se tratava da primeira experiência de acolhimento naquele tipo de entidade (**Tabela 19**). Esse resultado indica que a recorrência institucional não se limita à entidade atual, mas se estende ao histórico de acolhimentos em outras instituições.

Tabela 20: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de acolhimento na entidade entre acolhidos que já haviam sido acolhidos anteriormente.

Respostas	%	Erro padrão (%)
2 vezes	46,5	2,07
3 vezes	20,2	1,67
4 vezes	10,0	1,23
Mais de 4 vezes	22,9	1,74
NS/NR	0,4	0,22
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os acolhidos que relataram já ter passado anteriormente por entidades de apoio para tratamento contra o uso de álcool e outras drogas, observa-se que a maior parcela foi acolhida duas vezes (46,5%), conforme a **Tabela 20**. Em seguida, destacam-se aqueles que informaram três passagens (20,2%). Chama a atenção o percentual expressivo de acolhidos com histórico de quatro (10,0%) ou mais de quatro acolhimentos (22,9%), indicando recorrência elevada nesse tipo de serviço. A categoria NS/NR é residual (0,4%), o que aponta para boa qualidade da informação coletada.

Tabela 21: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a situação atual de trabalho ou ocupação.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	56,4	1,51
Sim	43,5	1,51
NS/NR	0,1	0,03
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3.2. Situação de trabalho e ocupação

No que se refere à inserção em atividades laborais ou ocupacionais no momento da entrevista, observa-se que a maior parte dos acolhidos declarou não ter atualmente nenhum tipo de trabalho ou ocupação (56,4%), enquanto 43,5% informaram exercer alguma atividade laboral ou ocupacional (Tabela 21). Esse resultado sugere que, embora uma parcela expressiva dos acolhidos esteja vinculada a alguma forma de trabalho ou ocupação, a maioria ainda se encontra fora do mercado de trabalho ou de atividades produtivas no momento do acolhimento. A categoria NS/NR apresenta percentual residual (0,1%), indicando elevada completude das respostas.

Tabela 22: Distribuição percentual (ponderada) do tipo de trabalho ou ocupação atual dos acolhidos.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Aposentado	1,8	0,39
Autônomo	5,4	0,67
Desempregado, em busca de trabalho	17,5	1,23
Desempregado e não está em busca de trabalho	23,3	1,29
Empregado com carteira assinada (CLT)	4,7	0,65
Estudante (sem atividade profissional)	2,0	0,46
Estagiário	0,0	-
Microempreendedor Individual (MEI)	0,5	0,19
Servidor público efetivo	0,5	0,18
Servidor público temporário	0,0	-
Trabalhador do lar (não remunerado)	6,6	0,82
Trabalhador Informal	5,1	0,73
Outro	22,7	1,25
NS/NR	9,9	0,90
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao tipo de trabalho ou ocupação atual dos acolhidos, observa-se maior concentração nas categorias relacionadas à ausência de vínculo laboral formal. A condição mais frequente corresponde aos acolhidos desempregados que não estão em

busca de trabalho (23,3%), seguida da categoria “outro” (22,7%) e daqueles desempregados que estão em busca de trabalho (17,5%), conforme a **Tabela 22**.

Entre as demais situações, destacam-se os trabalhadores do lar não remunerados (6,6%), os trabalhadores autônomos (5,4%) e os trabalhadores informais (5,1%). A proporção de acolhidos com vínculo formal de trabalho é relativamente reduzida, com 4,7% declarando emprego com carteira assinada (CLT), enquanto as categorias de servidor público efetivo (0,5%) e microempreendedor individual (0,5%) apresentam percentuais pouco expressivos.

As condições de aposentado (1,8%) e estudante sem atividade profissional (2,0%) também aparecem em menor proporção. As categorias estagiário e servidor público temporário não registraram ocorrências na amostra. Observa-se ainda uma proporção de 9,9% de respostas classificadas como NS/NR, indicando algum grau de não resposta para essa variável.

Tabela 23: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo experiência prévia de trabalho ou ocupação

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	3,2	0,56
Sim	96,7	0,57
NS/NR	0,1	0,07
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao histórico de inserção em atividades laborais ou ocupacionais ao longo da vida, observa-se que a ampla maioria dos acolhidos declarou já ter exercido algum tipo de trabalho ou ocupação (96,7%), enquanto apenas 3,2% informaram nunca ter trabalhado (**Tabela 23**). Esse resultado indica que, embora muitos acolhidos não estejam atualmente inseridos no mercado de trabalho, grande parte deles tem experiência prévia de trabalho, o que pode representar um potencial importante para processos de reinserção social e produtiva. A categoria NS/NR apresenta percentual residual (0,1%), indicando elevada completude das respostas.

Tabela 24: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o tipo de ocupação exercida anteriormente

Respostas	%	Erro padrão (%)
Aposentado	0,8	0,24
Autônomo	22,7	1,29
Desempregado, em busca de trabalho	1,7	0,34
Desempregado e não está em busca de trabalho	3,5	0,53
Empregado com carteira assinada (CLT)	43,2	1,53
Estudante (sem atividade profissional)	0,0	-

Respostas	%	Erro padrão (%)
Estagiário	0,0	-
Microempreendedor Individual (MEI)	1,8	0,41
Servidor público efetivo	0,7	0,23
Servidor público temporário	1,4	0,41
Trabalhador do lar (não remunerado)	0,9	0,24
Trabalhador Informal	18,1	1,2
Outro	3,2	0,56
NS/NR	2,0	0,42
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao tipo de trabalho ou ocupação exercido anteriormente pelos acolhidos, observa-se predominância de vínculos formais de trabalho. A categoria mais frequente corresponde aos empregados com carteira assinada (CLT), que representam 43,2% dos casos (**Tabela 24**). Em seguida, destacam-se os trabalhadores autônomos (22,7%) e os trabalhadores informais (18,1%), indicando presença relevante de trajetórias ocupacionais também em modalidades de trabalho sem vínculo formal.

As demais categorias apresentam percentuais menos expressivos, como desempregado que não estava em busca de trabalho (3,5%), outro tipo de ocupação (3,2%) e desempregado em busca de trabalho (1,7%). Também aparecem em menor proporção as categorias de microempreendedor individual (1,8%), servidor público temporário (1,4%), trabalhador do lar não remunerado (0,9%), aposentado (0,8%) e servidor público efetivo (0,7%).

As categorias estudante sem atividade profissional e estagiário não registraram ocorrências na amostra. Observa-se ainda a presença de 2,0% de respostas classificadas como NS/NR, indicando pequeno nível de não resposta para essa variável.

2.3.3. Envolvimento do acolhido com a justiça

Tabela 25: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos quanto à ocorrência de problemas com a justiça.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	58,5	1,52
Sim	41,5	1,52
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Em relação ao envolvimento com a justiça, observa-se que a maioria dos acolhidos declarou não ter, nem ter tido, problemas dessa natureza (58,5%), enquanto uma parcela expressiva relatou já ter enfrentado algum tipo de problema com a justiça (41,5%), conforme consta na **Tabela 25**.

2.3.4. Participação na elaboração do Plano Individual de Acolhimento (PIA/PAS)

Tabela 26: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo participação no PIA/PAS nos primeiros 20 dias de acolhimento na entidade atual.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não, mesmo estando há mais de 20 dias	5,3	0,65
Não, estou acolhido há menos de 20 dias	0,8	0,27
Sim, eu participei em até 20 dias	81,2	1,16
Sim, participei, mas não lembro se em 20 dias	3,8	0,55
Sim, mas participei depois de 20 dias	2,4	0,48
NS/NR	6,5	0,72
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à participação na elaboração do Plano Individual de Acolhimento (PIA/PAS) no prazo de até 20 dias após a entrada na instituição, observa-se que 81,2% dos acolhidos afirmaram ter participado da sua construção nesse prazo (**Tabela 26**). Esse resultado indica que, para a ampla maioria, o procedimento está sendo realizado conforme a diretriz normativa, sugerindo institucionalização do processo de elaboração do PIA/PAS nos prazos estabelecidos.

Entretanto, 5,3% relataram não ter participado da elaboração do plano, mesmo quando na situação de acolhidos há mais de 20 dias, o que pode sinalizar situações pontuais de não cumprimento da exigência ou de fragilidades na inclusão do acolhido no processo. Além disso, 2,4% informaram que participaram, mas somente após o prazo de 20 dias, enquanto 3,8% declararam não se lembrar se a participação ocorreu dentro do período estipulado.

Os acolhidos com menos de 20 dias na instituição correspondem a 0,8%, percentual residual e coerente com a lógica da pergunta. A taxa de não resposta (6,5%) também merece atenção, pois pode refletir desconhecimento sobre o processo ou baixa apropriação do conteúdo do plano.

De modo geral, os resultados apontam para elevada adesão formal à elaboração do PIA/PAS no prazo previsto, embora a presença de respostas que indicam atraso, não participação ou desconhecimento revele a importância de fortalecer a transparência e o acompanhamento deste instrumento junto aos acolhidos.

Tabela 27: Distribuição percentual (ponderada) do tempo do acolhido na atual entidade de acolhimento.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Até 7 dias	0,7	0,24
De mais de 1 semana até 4 semanas	13,6	1,05

Respostas	%	Erro padrão (%)
De mais de 1 mês até 3 meses	31,8	1,44
De mais de 3 meses até 4 meses	15,0	1,11
De mais de 4 meses até 6 meses	18,1	1,17
De mais de 6 meses até 12 meses	19,7	1,25
Outra	1,0	0,33
NS/NR	0,1	0,08
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3.5. Tempo de permanência na atual entidade de acolhimento

No que se refere ao tempo de permanência na atual entidade de acolhimento, observa-se maior concentração de acolhidos no intervalo de mais de 1 mês até 3 meses (31,8%), conforme consta na **Tabela 27**. Em seguida, destacam-se aqueles que estão na instituição há mais de 6 meses até 12 meses (19,7%) e entre mais de 4 meses até 6 meses (18,1%), indicando presença expressiva de permanências de médio prazo.

Os acolhidos com tempo de mais de 3 meses até 4 meses correspondem a 15,0%, enquanto aqueles com mais de 1 semana até 4 semanas representam 13,6%. Já os casos de permanência muito recente (até 7 dias) são residuais (0,7%), assim como as categorias “Outra” (1,0%) e NS/NR (0,1%), evidenciando elevado nível de completude das respostas.

De forma geral, os resultados sugerem que a maioria dos acolhidos se encontra em fases intermediárias ou mais prolongadas do processo de acolhimento. A distribuição também revela que uma parcela significativa permanece por períodos superiores a quatro meses, aspecto relevante para a análise das estratégias de acompanhamento, reinserção social e planejamento de saída.

2.3.6. Principal forma de ingresso na atual entidade de acolhimento

Tabela 28: Distribuição percentual (ponderada) da forma como o acolhido chegou na atual entidade de acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Busquei a entidade por sugestão de familiar ou amigo	24,4	1,34
Encaminhado pelo sistema de justiça	0,6	0,25
Encaminhado pelo serviço de assistência social (CRAS, CREAS etc.)	4,4	0,61
Encaminhado por serviço de saúde (CAPS, hospital etc.)	8,9	0,84
Encaminhado por familiar ou amigo	24,8	1,33
Procurei a entidade por conta própria	34,3	1,47
Outro	2,6	0,45
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à principal forma de ingresso na atual entidade de acolhimento, observa-se que a maior parte dos acolhidos declarou ter procurado a instituição por conta própria (34,3%), segundo a **Tabela 28**. Esse resultado sugere presença significativa de demanda espontânea, indicando algum nível de reconhecimento da necessidade de apoio por parte dos próprios indivíduos.

Em seguida, destacam-se duas categorias com percentuais bastante próximos: encaminhamento por familiar ou amigo (24,8%) e busca da entidade por sugestão de familiar ou amigo (24,4%). Consideradas em conjunto, essas modalidades revelam o papel central da rede pessoal de apoio no processo de ingresso, seja por encaminhamento direto, seja por influência na decisão de buscar tratamento.

Os encaminhamentos formais por serviços públicos aparecem com menor frequência: 8,9% foram encaminhados por serviços de saúde (CAPS, hospital etc.) e 4,4% por serviços da assistência social (CRAS, CREAS etc.). O encaminhamento pelo sistema de justiça apresenta percentual residual (0,6%), assim como a categoria “Outro” (2,6%).

De modo geral, os resultados indicam que o ingresso na entidade ocorre predominantemente por iniciativa própria ou por mobilização da rede familiar e social, enquanto os fluxos institucionais formais desempenham papel menos expressivo nesse grupo de acolhidos.

2.3.7. Previsão de saída da entidade

Tabela 29: Distribuição percentual (ponderada) quanto a alguma previsão de saída do acolhido da entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	26,7	1,38
Sim	72,6	1,37
NS/NR	0,7	0,22
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à existência de previsão de saída da entidade, observa-se que a maioria dos acolhidos (72,6%) afirmou ter alguma previsão para deixar a instituição (**Tabela 29**). Por outro lado, 26,7% declararam não ter qualquer previsão de saída, indicando uma parcela significativa de acolhidos que se encontra em situação de permanência, sem horizonte temporal claramente estabelecido. A categoria NS/NR apresenta percentual residual (0,7%), evidenciando elevado nível de completude das respostas.

Tabela 30: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos com previsão de saída, segundo o tempo estimado até o desligamento da entidade.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Menos de uma semana	0,8	0,31
Na próxima semana	2,5	0,58
No próximo mês	7,4	0,96
Em até 3 meses	23,2	1,49
Em até 6 meses	35,4	1,75
Em até 9 meses	21,9	1,49
Em até 12 meses	8,8	1,01
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao prazo previsto para a saída da entidade entre aqueles que declararam ter previsão para isso, observa-se maior concentração no intervalo de até 6 meses (35,4%), conforme consta na **Tabela 30**. Em seguida, destacam-se as previsões de saída em até 3 meses (23,2%) e em até 9 meses (21,9%), indicando predominância de expectativas de desligamento no médio prazo.

As previsões mais longas, de até 12 meses, correspondem a 8,8% dos casos, enquanto os prazos mais curtos apresentam percentuais reduzidos: 7,4% indicaram saída no próximo mês, 2,5% na semana seguinte e apenas 0,8% em menos de uma semana. Esses valores sugerem que desligamentos imediatos ou de curtíssimo prazo são pouco frequentes.

De forma geral, os resultados indicam que a maioria das previsões de saída se concentra entre três e seis meses, reforçando a ideia de que o acolhimento tende a seguir um planejamento de duração intermediária. A distribuição também aponta que uma parcela relevante projeta permanência superior a seis meses, o que pode refletir a complexidade dos casos atendidos ou a estrutura dos programas terapêuticos adotados pela entidade.

2.3.8. Descumprimento de regras e aplicação de sanções disciplinares

Tabela 31: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a ocorrência de descumprimento de normas na entidade com aplicação de sanção disciplinar

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, eu já descumpri alguma regra ou norma de convivência dentro da entidade e sofri uma sanção disciplinar.	12,0	0,99
Sim, eu já descumpri alguma regra ou norma de convivência dentro da entidade, mas nunca sofri uma sanção disciplinar.	3,1	0,54
Não, eu nunca descumpri nenhuma regra ou norma de convivência dentro da entidade e nunca sofri uma sanção disciplinar.	83,6	1,13
Não, eu nunca descumpri nenhuma regra ou norma de convivência dentro da entidade, mas, mesmo assim, sofri uma sanção disciplinar.	1,3	0,35

Respostas	%	Erro padrão (%)
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao descumprimento de regras e à aplicação de sanções disciplinares, observa-se que a ampla maioria dos acolhidos (83,6%) declarou nunca ter descumprido normas de convivência e nunca ter sofrido sanção disciplinar (**Tabela 31**). Esse resultado sugere, do ponto de vista dos entrevistados, um cenário de relativa conformidade às regras institucionais.

Por outro lado, 12,0% afirmaram já ter descumprido alguma regra e, em decorrência disso, sofreram sanção disciplinar, indicando a existência de situações de conflito ou infração que resultaram em medidas punitivas formais. Além disso, 3,1% relataram ter descumprido regras, mas não sofreram sanção.

Chama a atenção, ainda que com percentual reduzido (1,3%), o grupo que declarou não ter descumprido regras, mas mesmo assim ter sofrido sanção disciplinar. Embora minoritário, esse resultado pode indicar percepções de injustiça.

Tabela 32: Distribuição percentual (ponderada) da forma como a sanção sofrida pelo acolhido foi aplicada para aqueles que sofreram sanção disciplinar

Respostas	%	Erro padrão (%)
A sanção disciplinar foi individual	92,6	2,2
A sanção disciplinar foi coletiva	7,4	2,2
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os acolhidos que relataram ter sofrido sanção disciplinar, observa-se que a ampla maioria (92,6%) afirmou que a medida aplicada foi de caráter individual (**Tabela 32**). Por outro lado, 7,4% relataram que a sanção foi coletiva, o que revela a existência, ainda que minoritária, de medidas aplicadas de forma abrangente a mais de um acolhido.

Tabela 33: Distribuição percentual (ponderada) de como a sanção disciplinar foi aplicada nos acolhidos que sofreram sanção disciplinar

Sanção disciplinar	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Advertência verbal	35,9	4,00	64,1	4,00
Restrição temporária de atividades recreativas	92,1	2,37	7,9	2,37
Restrição de visitas temporariamente	98,8	0,89	1,2	0,89
Restrição temporária de contato com a família	97,0	1,41	3,0	1,41
Retirada temporária de benefícios ou privilégios (como passeio, participação em oficinas)	94,6	2,08	5,4	2,08
Isolamento temporário (retirada do convívio com os demais)	100,0	0,00	0,0	0,00

Sanção disciplinar	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Obrigações forçadas (trabalhos forçados ou não desejados)	97,2	1,19	2,8	1,19
Ameaças verbais	100,0	0,00	0,0	0,00
Intimidação	100,0	0,00	0,0	0,00
Agressões físicas	100,0	0,00	0,0	0,00
Maus-tratos	100,0	0,00	0,0	0,00
Outra	62,7	4,08	37,3	4,08
NS/NR	100,0	0,00	0,0	0,00

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 33** detalha as formas de aplicação das sanções disciplinares entre os acolhidos que relataram ter sofrido sanção. Observa-se que a modalidade mais frequente foi a advertência verbal, mencionada por 64,1% dos respondentes. Esse resultado indica que, nos casos de punição, predomina uma medida de caráter mais brando e de natureza orientadora.

As demais modalidades apresentam percentuais substancialmente menores. A retirada temporária de benefícios ou privilégios foi relatada por 5,4%, enquanto a restrição temporária de atividades recreativas aparece com 7,9%. Medidas como restrição temporária de contato com a família (3,0%), obrigações forçadas (2,8%) e restrição temporária de visitas (1,2%) foram pouco mencionadas. A categoria Outra teve um percentual de 37,3%.

Destaca-se que não houve registro de aplicação de isolamento temporário, ameaças verbais, intimidação, agressões físicas ou maus-tratos (0,0%), segundo os respondentes. Esse dado é relevante do ponto de vista da análise institucional, pois sugere ausência declarada de práticas disciplinares de maior gravidade entre os entrevistados.

2.3.9. Orientação sobre direitos e deveres

Tabela 34: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a orientação recebida sobre direitos e deveres por parte da equipe, da gestão ou de monitores na instituição

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	2,3	0,46
Sim	97,5	0,48
NS/NR	0,2	0,13
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à orientação sobre direitos e deveres dentro da instituição, observa-se que a ampla maioria dos acolhidos (97,5%) afirmou ter recebido esse tipo de orientação

por parte da equipe, da gestão ou de monitores (**Tabela 34**). Esse resultado indica forte presença de comunicação institucional acerca das normas, responsabilidades e garantias relacionadas ao processo de acolhimento.

Por outro lado, 2,3% declararam não ter recebido orientação sobre seus direitos e deveres. A categoria NS/NR é residual (0,2%), evidenciando elevado nível de completude das respostas.

Tabela 35: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção de respeito à sua opção religiosa na entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	1,4	0,37
Sim	98,3	0,39
NS/NR	0,3	0,14
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3.10. Percepção de respeito à opção religiosa dentro da entidade

No que se refere à percepção de respeito à opção religiosa dentro da entidade, observa-se que a ampla maioria dos acolhidos (98,3%) considera que há respeito quanto a esse aspecto (**Tabela 35**). Esse resultado indica percepção amplamente positiva quanto à garantia da liberdade religiosa e à convivência institucional com relação às crenças individuais.

Apenas 1,4% declararam não perceber respeito à sua opção religiosa. A categoria NS/NR representa 0,3%, configurando proporção residual e indicando alto grau de completude das respostas.

Tabela 36: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção da importância da espiritualidade no tratamento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Nada importante	0,4	0,16
Pouco importante	1,5	0,37
Importante	14,7	1,06
Muito Importante	29,3	1,42
Extremamente importante	52,8	1,54
NS/NR	1,3	0,34
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3.11. Importância atribuída à espiritualidade no âmbito do tratamento

No que se refere à importância atribuída à espiritualidade no âmbito do tratamento, observa-se forte concentração nas categorias de maior valorização (**Tabela 36**). Mais da metade dos acolhidos (52,8%) considera a espiritualidade “*extremamente importante*”, enquanto 29,3% a classificam como “*muito importante*”. Somadas, essas categorias representam 82,1% dos respondentes, evidenciando centralidade expressiva da dimensão espiritual na percepção do processo terapêutico.

Além disso, 14,7% consideram a espiritualidade “*importante*”, reforçando a predominância de avaliações positivas. Em contraste, os percentuais que indicam baixa relevância são reduzidos: 1,5% apontaram como “*pouco importante*” e 0,4% como “*nada importante*”. A categoria NS/NR corresponde a 1,3%, configurando valor residual.

Tabela 37: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção de respeito à diversidade de gênero e sexualidade na entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	2,2	0,42
Sim	97,4	0,45
NS/NR	0,4	0,18
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3.12. Percepção de respeito a diversidades de gênero e sexualidade

No que se refere à percepção de respeito à diversidade de gênero e sexualidade entre os acolhidos, observa-se que a ampla maioria (97,4%) acredita que há respeito na entidade (**Tabela 37**). Esse resultado indica avaliação amplamente positiva quanto ao ambiente institucional no que diz respeito à convivência e à diversidade. Por outro lado, 2,2% dos respondentes consideram que não há respeito à diversidade de gênero e sexualidade. A categoria NS/NR representa 0,4%, configurando valor residual e indicando alto nível de completude das respostas.

Tabela 38: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a permissão de visitas e saídas para contato com familiares ou amigos durante o acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	1,0	0,32
Sim	99,0	0,32
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3.13. Possibilidade de manutenção de vínculos sociais durante o acolhimento

No que se refere à possibilidade de manutenção de vínculos sociais durante o acolhimento, observa-se que a quase totalidade dos acolhidos (99,0%) afirmou que a entidade permite receber visitas ou visitar familiares e amigos fora da instituição (**Tabela 38**). Esse resultado indica que, do ponto de vista normativo e prático, a manutenção de contato com a rede sociofamiliar é amplamente autorizada. Apenas 1,0% dos respondentes declarou que não há permissão para visitas.

Tabela 39: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o tempo decorrido até a autorização para recebimento de visitas na entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
No mesmo dia	5,9	0,75
Na primeira semana	14,9	1,14
Entre 2 e 4 semanas	67,4	1,45
Entre 2 e 3 meses	6,8	0,71
Entre 3 e 4 meses	1,8	0,43
Entre 4 e 6 meses	0,4	0,20
Mais de 6 meses	0,0	-
NS/NR	2,8	0,47
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.3.14. Tempo decorrido entre o ingresso na entidade e a autorização para receber visitas

No que se refere ao tempo decorrido entre o ingresso na entidade e a autorização para receber visitas, observa-se forte concentração no intervalo entre 2 e 4 semanas (67,4%), conforme consta na **Tabela 39**. Esse resultado indica que, para a maioria dos acolhidos, a liberação para visitas ocorre aproximadamente no primeiro mês de permanência.

Além disso, 14,9% relataram ter sido autorizados a receber visitas já na primeira semana, e 5,9% no mesmo dia do acolhimento, sugerindo que, em uma parcela dos casos, o contato com familiares e amigos é permitido de forma bastante precoce.

Os percentuais diminuem à medida que o tempo de espera aumenta: 6,8% foram autorizados entre 2 e 3 meses, 1,8% entre 3 e 4 meses, e apenas 0,4% entre 4 e 6 meses. Não houve registro de autorização apenas após mais de 6 meses. A categoria NS/NR corresponde a 2,8%, valor relativamente baixo.

Tabela 40: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o recebimento de visitas

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	36,6	1,49
Sim	63,3	1,49
NS/NR	0,1	0,07
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao recebimento efetivo de visitas durante o acolhimento, observa-se que 63,3% dos acolhidos afirmaram recebê-las, enquanto 36,6% declararam não receber (Tabela 40). Esse resultado indica que, embora a grande maioria das entidades permita visitas (conforme observado nas tabelas 38 e 39), nem todos os acolhidos contam, na prática, com a presença de familiares ou amigos.

A proporção de não resposta é residual (0,1%), evidenciando elevado nível de completude das informações.

Tabela 41: Distribuição percentual (ponderada) do tipo de visita dos acolhidos que afirmaram que recebem algum tipo de visita

Tipo de visita	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão o (%)
Pai	79,1	1,59	20,9	1,59
Mãe	51,0	1,94	49,0	1,94
Esposa/companheira	85,1	1,39	14,9	1,39
Marido/companheiro	97,6	0,55	2,4	0,55
Filho/filha	61,0	1,89	39,0	1,89
Tio/tia	84,8	1,40	15,2	1,40
Irmão/irmã	51,5	1,94	48,5	1,94
Amigo/amiga	91,0	1,10	9,0	1,10
Avô/avó	94,1	0,95	5,9	0,95
Outros parentes	65,1	1,86	34,9	1,86
Não recebe visitas	100,0	0	0,0	0
NS/NR	99,8	0,25	0,2	0,25

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao tipo de visita recebida pelos acolhidos que afirmaram receber visitas, segundo a Tabela 41, observa-se que os familiares mais frequentemente mencionados são a mãe (49,0%) e os irmãos ou irmãs (48,5%). Também se destacam as visitas de filhos ou filhas (39,0%) e de outros parentes (34,9%), indicando que o contato com familiares próximos permanece presente para parcela expressiva dos acolhidos.

As visitas do pai foram relatadas por 20,9% dos acolhidos, enquanto 15,2% informaram receber visitas de tios ou tias. As visitas de esposa ou companheira foram mencionadas

por 14,9% dos entrevistados, ao passo que as visitas de amigos correspondem a 9,0%. Percentuais menores foram observados para visitas de avós (5,9%) e de marido ou companheiro (2,4%).

De modo geral, os resultados indicam que os vínculos familiares, especialmente com mães, irmãos e filhos, constituem as formas mais frequentes de visita aos acolhidos. As categorias “*não recebe visitas*” e “NS/NR” apresentam percentuais residuais na coluna de respostas afirmativas (0,0% e 0,2%, respectivamente), indicando alta consistência nas respostas.

Tabela 42: Distribuição percentual (ponderada) da frequência das visitas dos acolhidos que afirmaram que recebem algum tipo de visita

Respostas	%	Erro padrão (%)
Mais de uma vez por semana	0,3	0,20
A cada semana	8,9	1,09
A cada duas semanas	20,7	1,53
A cada mês	59,2	1,88
A cada dois meses	3,1	0,62
A cada três meses	1,0	0,39
Outro	6,5	0,91
NS/NR	0,3	0,18
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à frequência das visitas entre os acolhidos que relataram receber algum tipo de visita, observa-se que a periodicidade mensal é a mais comum, sendo mencionada por 59,2% dos entrevistados (**Tabela 42**). Em seguida, destacam-se as visitas realizadas a cada duas semanas (20,7%) e aquelas que ocorrem semanalmente (8,9%).

Frequências menos comuns incluem visitas a cada dois meses (3,1%) e a cada três meses (1,0%). A categoria “*mais de uma vez por semana*” apresenta percentual bastante reduzido (0,3%). Além disso, 6,5% dos entrevistados indicaram outras frequências de visita não contempladas nas categorias anteriores.

A categoria NS/NR apresenta percentual residual (0,3%), indicando elevado nível de completude das respostas. De modo geral, os resultados sugerem que, embora as visitas ocorram com certa regularidade para parte dos acolhidos, predominam intervalos mais espaçados, especialmente mensais.

Tabela 43: Distribuição percentual (ponderada) da frequência das visitas permitida pela entidade dos acolhidos que afirmaram que recebem algum tipo de visita

Respostas	%	Erro padrão (%)
Mais de uma vez por semana	3,7	0,73
A cada semana	19,1	1,51

Respostas	%	Erro padrão (%)
A cada duas semanas	21,8	1,57
A cada mês	53,1	1,93
A cada dois meses	0,3	0,18
A cada três meses	0,0	-
Outro	1,0	0,42
NS/NR	1,0	0,32
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à frequência de visitas permitida pela entidade para os acolhidos que relataram receber visitas, observa-se que a periodicidade mensal é a mais frequente, sendo mencionada por 53,1% dos entrevistados (Tabela 43). Em seguida, destacam-se as visitas permitidas a cada duas semanas (21,8%) e aquelas autorizadas semanalmente (19,1%).

As visitas permitidas mais de uma vez por semana correspondem a 3,7% dos casos, enquanto as autorizações para visitas a cada dois meses apresentam percentual bastante reduzido (0,3%). Não foram registradas respostas na categoria de visitas permitidas a cada três meses.

A categoria “outro” representa 1,0% das respostas, indicando a existência de arranjos de frequência diferentes daqueles previamente listados. A categoria NS/NR também corresponde a 1,0%, sugerindo baixo nível de não resposta. De modo geral, os resultados indicam que as entidades tendem a estabelecer intervalos relativamente regulares para visitas, predominando autorizações mensais ou quinzenais.

2.3.15. Recebimento de atendimento psicossocial particular

Tabela 44: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o recebimento de atendimento psicossocial em serviços privados, fora da rede pública, em decorrência do uso de substâncias psicoativas

Recebeu cuidado ou atendimento particular psicossocial	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Sim, internação em clínica/hospital particular	95,3	0,63	4,7	0,63
Sim, ambulatorial em consultório/clínica/hospital particular	89,5	0,96	10,5	0,96
Sim, atendimento particular psicossocial online	98,5	0,40	1,5	0,40
Não	14,4	1,09	85,6	1,09
NS/NR	99,4	0,24	0,6	0,24
Total	100,0	-	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 44** apresenta informações sobre o recebimento de atendimento psicossocial particular, fora da rede pública, antes do acolhimento atual e em decorrência do uso de substâncias psicoativas.

Observa-se que a maioria dos acolhidos declarou não ter recebido atendimento particular nas modalidades listadas. No caso de internação em clínica ou hospital particular, apenas 4,7% relataram ter utilizado esse tipo de serviço, enquanto 95,3% afirmaram não ter passado por essa experiência. Para atendimento ambulatorial particular (consultório, clínica ou hospital), o percentual de utilização é um pouco maior, 10,5%, embora ainda minoritário frente aos 89,5% que não recorreram a esse tipo de cuidado. Já o atendimento psicossocial particular online apresenta ocorrência bastante reduzida (1,5%).

Destaca-se, ainda, que 85,6% dos respondentes assinalaram a opção “Não” para a pergunta geral, indicando que não receberam qualquer tipo de atendimento particular psicossocial, enquanto 14,4% não marcaram essa alternativa, o que é coerente com os percentuais observados nas modalidades específicas.

Tabela 45: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o recebimento de atendimento psicossocial em serviços privados durante o período de acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	70,4	1,40
Sim	29,3	1,39
NS/NR	0,3	0,13
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto ao recebimento de atendimento psicossocial em serviços privados durante o período de acolhimento, observa-se que a maioria dos acolhidos (70,4%) declarou não ter recebido esse tipo de atendimento (**Tabela 45**). Por outro lado, 29,3% afirmaram ter acessado algum atendimento particular no decorrer do acolhimento. A categoria NS/NR apresenta percentual residual (0,3%), indicando elevado nível de completude das respostas.

2.3.16. Substâncias utilizadas pelos acolhidos antes do último acolhimento

Tabela 46: Distribuição percentual (ponderada) da substância usada pelo acolhido no último acolhimento

Substância	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Maconha	65,1	1,48	34,9	1,48
Crack	52,9	1,54	47,1	1,54

Substância	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Cocaína	38,7	1,50	61,3	1,50
Ecstasy	95,7	0,66	4,3	0,66
Heroína	98,8	0,35	1,2	0,35
Inalantes (substâncias voláteis e inflamáveis, como colas, solventes, aerossóis e gases)	91,3	0,89	8,7	0,89
Álcool	26,3	1,35	73,7	1,35
LSD	95,4	0,67	4,6	0,67
Tabaco/nicotina	64,6	1,48	35,4	1,48
Sintéticas	94,9	0,72	5,1	0,72
Outra	96,6	0,55	3,4	0,55
NS/NR	99,8	0,16	0,2	0,16

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere às substâncias utilizadas pelos acolhidos antes do último acolhimento, observa-se que o álcool é a substância mais frequentemente relatada, sendo mencionado por 73,7% dos entrevistados (**Tabela 46**). Em seguida, destaca-se o uso de cocaína (61,3%) e de crack (47,1%), indicando elevada prevalência dessas substâncias entre os acolhidos. O uso de maconha também apresenta proporção relevante, sendo relatado por 34,9% dos entrevistados, assim como o consumo de tabaco ou nicotina (35,4%).

As demais substâncias aparecem com percentuais significativamente menores. O uso de inalantes foi mencionado por 8,7% dos acolhidos, enquanto substâncias sintéticas foram relatadas por 5,1%. O consumo de LSD (4,6%) e ecstasy (4,3%) também aparece em menor proporção. Percentuais ainda mais reduzidos foram observados para outras substâncias (3,4%) e heroína (1,2%).

A categoria NS/NR apresenta percentual residual (0,2%), indicando elevada completude das respostas. De modo geral, os resultados evidenciam predominância do consumo de álcool e de drogas ilícitas, como cocaína e crack, entre os acolhidos no período anterior ao último acolhimento.

Tabela 47: Distribuição percentual (ponderada) da substância que o acolhido considera como a principal razão de busca por apoio na entidade de acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Maconha	0,7	0,25
Crack	36,1	1,48
Cocaína	28,7	1,40
Ecstasy	0,1	0,08
Heroína	0,0	-
Inalantes (substâncias voláteis e inflamáveis, como colas, solventes, aerossóis e gases)	0,2	0,14
Álcool	32,6	1,45
LSD	0,0	-

Respostas	%	Erro padrão (%)
Tabaco/nicotina	0,4	0,19
Sintéticas	0,2	0,13
Outra	0,5	0,05
NS/NR	0,5	0,24
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à substância que os acolhidos consideram como a principal razão para terem procurado apoio na entidade, observa-se predominância de três: crack, álcool e cocaína (**Tabela 47**). O crack aparece como a substância mais frequentemente mencionada, sendo apontado por 36,1% dos entrevistados, seguido do álcool (32,6%) e da cocaína (28,7%).

As demais substâncias apresentaram percentuais bastante reduzidos. A maconha foi mencionada por 0,7% dos acolhidos, enquanto o tabaco ou nicotina aparece com 0,4%. O uso de inalantes e de substâncias sintéticas foi relatado por 0,2% dos entrevistados cada, e o *ecstasy* por 0,1%.

Não foram registradas respostas indicando heroína ou LSD como principal substância associada à busca por acolhimento. As categorias “outra” e “NS/NR” apresentam percentuais residuais de 0,5% cada.

De modo geral, os resultados indicam que a procura por apoio nas entidades de acolhimento está majoritariamente associada ao uso de crack, álcool e cocaína, substâncias que concentram praticamente a totalidade das respostas.

2.4. Conhecimento sobre a rede de saúde, rede de atenção psicossocial (RAPS) e assistência social

Esta subseção apresenta os resultados relacionados ao conhecimento e à utilização, pelos acolhidos, dos serviços ofertados pela rede de saúde, pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS, exceto as comunidades terapêuticas) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São abordados aspectos como o reconhecimento dos equipamentos públicos (CAPS, UBS, CRAS, CREAS, entre outros), experiências prévias de atendimento e o acesso a esses serviços antes e durante o acolhimento. A análise desses elementos permite avaliar o grau de inserção dos acolhidos nas políticas públicas, bem como possíveis lacunas de informação, acesso ou articulação entre a entidade e a rede intersetorial.

2.4.1. Conhecimento dos serviços ofertados pela rede de saúde e pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Tabela 48: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos quanto ao conhecimento sobre os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	38,9	1,48
Sim	61,0	1,48
NS/NR	0,1	0,12
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao conhecimento sobre os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), 61,0% dos acolhidos afirmaram já ter ouvido falar desses serviços (**Tabela 48**). Esse resultado indica que a maioria tem algum nível de familiaridade com a estrutura pública de atenção à saúde e ao cuidado psicossocial.

Por outro lado, 38,9% declararam não conhecer esses serviços, percentual expressivo que revela possível déficit de informação ou baixa inserção prévia na rede pública. A categoria NS/NR é residual (0,1%), indicando alto grau de completude das respostas.

Tabela 49: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) o acolhido conhece ou já ouviu falar, considerando somente os acolhidos que afirmaram ter algum conhecimento sobre esses serviços

Serviços	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)	19,1	1,57	80,90	1,57
CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)	40,3	1,99	59,7	1,99
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	32,9	1,89	67,1	1,89
Consultórios na Rua (Equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas)	72,3	1,86	27,7	1,86
Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais	76,0	1,76	24,0	1,76
Hospitais Psiquiátricos (em casos específicos)	57,9	2,03	42,1	2,03
UPA (Unidade de Pronto Atendimento)	27,3	1,74	72,7	1,74
Outro	97,9	0,58	2,1	0,58
NS/NR	99,7	0,29	0,3	0,29

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 49** detalha quais serviços da rede de saúde e da RAPS são conhecidos pelos acolhidos que afirmaram já ter ouvido falar desses dispositivos.

Observa-se que os serviços mais conhecidos são o CAPS (80,9%) e a UPA – Unidade de Pronto Atendimento (72,7%). Também apresentam níveis elevados de reconhecimento

as Unidades Básicas de Saúde (UBS), mencionadas por 67,1%, e o CAPS AD, conhecido por 59,7% dos respondentes. Esses resultados indicam maior visibilidade dos equipamentos mais consolidados e amplamente difundidos no território.

Por outro lado, serviços mais específicos e direcionados a públicos vulnerabilizados são menos conhecidos. É o caso dos Consultórios na Rua (27,7%) e dos Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais (24,0%). Os Hospitais Psiquiátricos foram mencionados por 42,1%, percentual intermediário. A categoria “Outro” apresenta percentual residual (2,1%), assim como NS/NR (0,3%), indicando que a maioria dos respondentes conseguiu identificar claramente os serviços listados.

Tabela 50: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a utilização de serviços de saúde e/ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	24,5	1,36
Sim	74,8	1,37
NS/NR	0,7	0,23
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à experiência prévia de atendimento em serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS), observa-se que a maioria dos acolhidos (74,8%) afirmou já ter sido atendida em algum desses serviços antes do acolhimento atual (Tabela 50). Esse resultado indica trajetória prévia de contato com a rede pública de saúde ou de cuidado psicossocial para grande parte dos entrevistados. Por outro lado, 24,5% declararam nunca ter sido atendidos nesses serviços. A categoria NS/NR corresponde a 0,7%, configurando valor residual.

Tabela 51: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) o acolhido já usou

Serviços	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)	53,5	1,76	46,5	1,76
CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)	68,0	1,64	32,0	1,64
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	40,3	1,74	59,7	1,74
Consultórios na Rua (Equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas)	93,7	0,87	6,3	0,87
Leitos de saúde mental em hospitais gerais	94,1	0,81	5,9	0,81
Hospitais psiquiátricos (em casos específicos)	89,3	1,06	10,7	1,06
UPA (Unidade de Pronto Atendimento)	46,0	1,75	54,0	1,75
Outro	96,1	0,71	3,9	0,71
NS/NR	99,7	0,21	0,3	0,21

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 51** apresenta os serviços de saúde e/ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) já utilizados pelos acolhidos que afirmaram ter feito uso de algum serviço. Observa-se que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) são o serviço mais utilizado (59,7%), seguidas pela UPA (54,0%) e pelo CAPS (46,5%). Esses resultados indicam forte presença da atenção primária e dos serviços de urgência no histórico de uso dos acolhidos, além de participação relevante dos dispositivos especializados em saúde mental.

O CAPS AD foi utilizado por 32,0%, percentual inferior ao do CAPS geral, mas ainda expressivo, considerando o foco específico em álcool e em outras drogas. Já os serviços de maior complexidade ou de perfil mais específico apresentam baixa utilização: hospitais psiquiátricos (10,7%), Consultórios na Rua (6,3%) e leitos de saúde mental em hospitais gerais (5,9%). A categoria “*Outro*” corresponde a 3,9%, e NS/NR é residual (0,3%).

Tabela 52: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) o acolhido tem/teve acesso a partir do seu acolhimento na entidade

Serviços	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)	83,1	1,13	16,9	1,13
CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)	89,5	0,93	10,5	0,93
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	66,1	1,45	33,9	1,45
Consultórios na Rua (Equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas)	98,6	0,29	1,4	0,29
Leitos de saúde mental em hospitais gerais	99,4	0,18	0,6	0,18
Hospitais psiquiátricos (em casos específicos)	99,5	0,17	0,5	0,17
UPA (Unidade de Pronto Atendimento)	79,5	1,29	20,5	1,29
Outro	95,2	0,73	4,8	0,73
NS/NR	97,3	0,47	2,7	0,47

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 52** apresenta os serviços de saúde e/ou da RAPS aos quais os acolhidos tiveram acesso a partir do seu ingresso na entidade.

Observa-se que os serviços mais acessados após o acolhimento são as Unidades Básicas de Saúde (33,9%) e a UPA (20,5%). Esses resultados indicam que, mesmo durante o acolhimento, a articulação com a rede de atenção primária e com serviços de urgência permanece relevante.

O acesso ao CAPS foi mencionado por 16,9% dos acolhidos, enquanto o CAPS AD aparece com 10,5%. Os demais serviços apresentam percentuais bastante reduzidos: Consultórios na Rua (1,4%), leitos de saúde mental em hospitais gerais (0,6%) e hospitais psiquiátricos (0,5%). A categoria “*Outro*” corresponde a 4,8%, enquanto NS/NR representa 2,7%.

2.4.2. Conhecimento sobre os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência social (SUAS)

Tabela 53: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos quanto ao conhecimento dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	28,9	1,38
Sim	70,7	1,37
NS/NR	0,4	0,21
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao conhecimento sobre os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), observa-se que 70,7% dos acolhidos afirmaram conhecer esses serviços (**Tabela 53**). Esse resultado indica que a maioria tem algum nível de familiaridade com a rede de proteção social não contributiva, que inclui equipamentos como CRAS, CREAS e outros dispositivos de apoio.

Por outro lado, 28,9% declararam não conhecer os serviços do SUAS. A categoria NS/NR é residual (0,4%), evidenciando elevado nível de completude das respostas.

Tabela 54: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, o acolhido conhece

Serviços	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	6,7	0,94	93,3	0,94
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	54,2	1,86	45,8	1,86
Centro POP(Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua)	55,5	1,86	44,5	1,86
Centro-dia (O Centro Dia é uma unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados)	89,5	1,24	10,5	1,24
Unidades de Acolhimento (ex: Casa de passagem)	67,5	1,75	32,5	1,75
Outro	97,0	0,68	3,0	0,68
NS/NR	99,3	0,34	0,7	0,34

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 54** apresenta quais serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são conhecidos pelos acolhidos. Observa-se que o serviço mais amplamente reconhecido é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conhecido por 93,3% dos respondentes. Esse resultado indica forte visibilidade do principal equipamento da proteção social básica, que atua como porta de entrada da assistência social nos territórios.

Em patamar intermediário de conhecimento estão o CREAS (45,8%) e o Centro POP (44,5%), ambos vinculados à proteção social especial e voltados a situações de maior vulnerabilidade e violação de direitos. As Unidades de Acolhimento (como casas de passagem) são conhecidas por 32,5% dos acolhidos.

Por outro lado, o Centro-dia apresenta baixo nível de reconhecimento (10,5%), o que pode estar relacionado ao perfil específico do público atendido por esse equipamento (pessoas idosas ou com deficiência com dependência de cuidados). A categoria “*Outro*” é residual (3,0%), assim como NS/NR (0,7%).

Tabela 55: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social foram utilizados pelo acolhido

Serviços	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	54,5	1,54	45,5	1,54
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	90,4	0,91	9,6	0,91
Centro POP(Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua)	86,3	1,04	13,7	1,04
Centro-Dia (Unidade pública destinada ao atendimento especializado de pessoas idosas e de pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados)	99,5	0,22	0,5	0,22
Unidades de Acolhimento (ex: Casa de Passagem)	91,1	0,88	8,9	0,88
Outro	97,1	0,51	2,9	0,57
Nunca usei nenhum tipo de serviço oferecido pelo Sistema Único de Assistência Social	57,0	1,53	43,0	1,53
NS/NR	98,1	0,42	1,9	0,42

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 55** apresenta os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) efetivamente utilizados pelos acolhidos. Observa-se que 45,5% relataram já ter utilizado o CRAS, configurando o serviço socioassistencial mais acessado entre os listados. Em seguida, aparecem o Centro POP (13,7%) e o CREAS (9,6%), ambos vinculados à proteção social especial. As Unidades de Acolhimento (como Casas de Passagem) foram utilizadas por 8,9% dos respondentes.

O Centro-dia apresenta utilização bastante reduzida (0,5%), o que é coerente com o perfil específico desse equipamento. A categoria “*Outro*” corresponde a 2,9%, enquanto 1,9% não responderam.

Destaca-se ainda que 43,0% afirmaram nunca ter utilizado nenhum serviço ofertado pelo SUAS, percentual expressivo que indica ausência de vínculo prévio com a rede socioassistencial para parcela significativa dos acolhidos.

Tabela 56: Distribuição percentual (ponderada) dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aos quais o acolhido teve acesso a partir do seu acolhimento na entidade

Serviços	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	78,3	1,30	21,7	1,30
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	96,2	0,59	3,8	0,59
Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua)	98,3	0,37	1,7	0,37
Centro-Dia (Unidade pública destinada ao atendimento especializado de pessoas idosas e de pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados)	99,6	0,15	0,4	0,15
Unidades de Acolhimento (ex: Casa de Passagem)	99,4	0,21	0,6	0,21
Outro	95,5	0,74	4,5	0,74
Nunca usei nenhum tipo de serviço oferecido pelo Sistema Único de Assistência Social	31,6	1,45	68,4	1,45
NS/NR	95,3	0,61	4,7	0,61
Total	100,0	-	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 56** apresenta os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aos quais os acolhidos passaram a ter acesso em decorrência do acolhimento na entidade.

Observa-se que 21,7% tiveram acesso ao CRAS após o acolhimento, sendo este o principal equipamento acionado nesse contexto. Os demais serviços apresentam percentuais bastante reduzidos: CREAS (3,8%), Centro POP (1,7%), Unidades de Acolhimento (0,6%) e Centro-Dia (0,4%). A categoria “Outro” corresponde a 4,5%. Chama a atenção o fato de que 68,4% afirmam não ter utilizado nenhum serviço do SUAS a partir do acolhimento.

2.5. Avaliação do acolhimento

Este bloco reúne questões voltadas à avaliação subjetiva da experiência de acolhimento na entidade, buscando captar a percepção dos próprios acolhidos quanto à qualidade, ao impacto e à satisfação com o período vivido na instituição. Trata-se de um conjunto de informações centrais para compreender como os serviços ofertados são percebidos por seus usuários e para subsidiar análises sobre qualidade do cuidado, vínculo institucional e efetividade do acolhimento.

Tabela 57: Distribuição percentual (ponderada) de como o acolhido avalia a experiência do seu acolhimento na entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Ótimo	76,9	1,29
Bom	19,7	1,21

Respostas	%	Erro padrão (%)
Regular	3,1	0,54
Ruim	0,1	0,10
Péssimo	0,0	-
NS/NR	0,2	0,10
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 57** evidencia uma avaliação amplamente positiva da experiência de acolhimento. A maioria expressiva dos respondentes classifica o acolhimento como “Ótimo” (76,9%), seguida por “Bom” (19,7%). Somadas, essas categorias alcançam 96,6%, revelando elevado nível de satisfação.

As avaliações intermediárias ou negativas são residuais, já que apenas 3,1% consideram a experiência “Regular”. A avaliação “Ruim” corresponde a somente 0,1%, e não há registros para “Péssimo”. A proporção de NS/NR é muito baixa (0,2%), indicando alta taxa de resposta e posicionamento claro dos acolhidos.

2.5.1. Autoavaliação dos acolhidos quanto ao seu próprio desempenho ou participação durante o período de acolhimento

Tabela 58: Distribuição percentual (ponderada) de como o acolhido avalia o seu desempenho/participação no acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Ótimo	56,2	1,53
Bom	36,7	1,48
Regular	7,0	0,8
Ruim	0,0	-
Péssimo	0,0	-
NS/NR	0,1	0,1
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 58** apresenta a autoavaliação dos acolhidos quanto ao seu próprio desempenho ou participação durante o período de acolhimento.

Observa-se uma percepção amplamente positiva: 56,2% avaliam seu desempenho como “Ótimo” e 36,7% como “Bom”. Em conjunto, essas categorias totalizam 92,9%, indicando que a grande maioria considera ter tido participação satisfatória no processo.

A avaliação “Regular” corresponde a 7,0%, enquanto não há registros nas categorias “Ruim” ou “Péssimo”. A proporção de NS/NR é residual (0,1%), sugerindo posicionamento claro dos respondentes.

Comparativamente à avaliação da experiência institucional (**Tabela 57**), nota-se que a autoavaliação é ligeiramente mais moderada, pois há menor proporção de “Ótimo” e maior concentração de “Bom” e “Regular”. Ainda assim, o padrão geral é bastante positivo, indicando percepção de engajamento e envolvimento no processo de acolhimento.

2.5.2. Expectativas dos acolhidos em relação ao período pós-acolhimento

Tabela 59: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção sobre o principal desafio após a saída da entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Conseguir trabalho e renda	16,2	1,13
Manter a abstinência do uso de álcool e/ou de outras drogas	39,9	1,51
Retomar ou fortalecer os vínculos familiares	12,2	1,02
Ter acesso a moradia digna	5,4	0,69
Lidar com a discriminação ou o preconceito	8,2	0,85
Dar continuidade ao tratamento/atendimento em outros serviços	8,1	0,83
Outro	9,0	0,87
NS/NR	1,0	0,30
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 59** aborda as expectativas dos acolhidos em relação ao período pós-acolhimento, identificando o principal desafio que acreditam enfrentar após sair da entidade.

O desafio mais citado é manter a abstinência do uso de álcool e/ou de outras drogas (39,9%), evidenciando que a continuidade do cuidado e a sustentação das mudanças relacionadas ao consumo de substâncias configuram a principal preocupação para os respondentes.

Em seguida, destacam-se conseguir trabalho e renda (16,2%) e retomar ou fortalecer os vínculos familiares (12,2%), apontando que dimensões socioeconômicas e relacionais também ocupam lugar relevante nas preocupações futuras.

Outros desafios mencionados incluem lidar com discriminação ou preconceito (8,2%) e dar continuidade ao tratamento/atendimento em outros serviços (8,1%), o que sugere consciência sobre barreiras sociais e institucionais que podem interferir na sua reinserção social. Ter acesso à moradia digna foi indicado por 5,4%, enquanto 9,0% mencionaram “Outro” desafio. A proporção de NS/NR é baixa (1,0%).

2.6. Indicadores

Esta subseção apresenta um conjunto de indicadores construídos a partir das informações coletadas no questionário aplicado aos acolhidos, com o objetivo de sintetizar

dimensões centrais relacionadas ao perfil sociodemográfico, às condições de vulnerabilidade, à trajetória no acolhimento e à articulação com as políticas públicas. Os indicadores foram definidos a partir de proporções e cruzamentos entre variáveis-chave, permitindo uma leitura integrada dos dados e a identificação de padrões relevantes.

São abordados aspectos como características individuais, inserção educacional e laboral, vínculos familiares, histórico de acolhimento, acesso a direitos, percepção sobre o serviço e integração com a rede de saúde e assistência social. Além disso, alguns indicadores exploram relações entre variáveis, como o tempo de permanência e a avaliação do acolhimento, contribuindo para uma análise mais aprofundada da experiência dos acolhidos.

A construção desses indicadores possibilita não apenas descrever o perfil do público atendido, mas também avaliar a qualidade do serviço ofertado, o grau de adesão às ações propostas e a efetividade da articulação intersetorial, oferecendo subsídios para o monitoramento e o aprimoramento das entidades de acolhimento.

2.6.1. Indicador 1 - Indicador etário

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador etário} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos acolhidos na faixa etária}}{\text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}} \right) \times 100$$

O Indicador etário permite caracterizar a distribuição dos acolhidos segundo diferentes faixas de idade, contribuindo para a compreensão do perfil demográfico do público atendido pelas entidades.

Tabela 60: Indicador etário dos acolhidos

Respostas	Indicador etário
18 - 25 anos	9,1%
26 - 35 anos	29,0%
36 - 50 anos	45,8%
> 50 anos	16,1%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

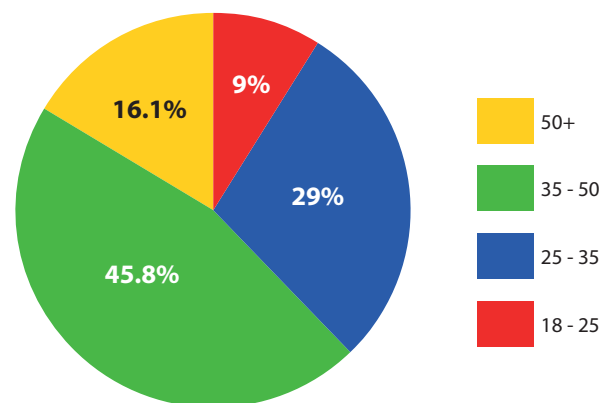
Conforme apresentado na **Tabela 60** e na **Figura 2**, observa-se uma concentração expressiva de acolhidos nas faixas etárias intermediárias. A maior proporção encontra-se entre 36 e 50 anos, representando 45,8% do total, seguida pelo grupo de 26 a 35 anos, com 29%. Já os acolhidos com mais de 50 anos correspondem a 16,1%, enquanto os mais jovens, de 18 a 25 anos, representam a menor parcela, com 9,1%.

Esse padrão indica que o público acolhido é predominantemente adulto, com maior concentração em idades economicamente ativas. Tal resultado pode refletir trajetórias

prolongadas de vulnerabilidade social e uso de substâncias, que se acumulam ao longo do tempo até demandarem acolhimento institucional. A menor participação de jovens sugere, por outro lado, que esse grupo pode estar acessando outros tipos de serviços ou ainda não chegou ao acolhimento institucional.

A distribuição observada na **Tabela 60**, corroborada visualmente pela **Figura 2**, evidencia a importância de estratégias diferenciadas de cuidado, considerando as especificidades das faixas etárias predominantes, especialmente no que se refere à reinserção social, laboral e ao manejo de condições crônicas associadas.

Figura 2: Distribuição do Indicador etário dos acolhidos
Indicador 1: distribuição por Faixa Etária



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.2. Indicador 2 – Indicador de Diversidade racial

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de diversidade racial} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos acolhidos por cor/raça}}{\text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}} \right) \times 100.$$

O Indicador de diversidade racial permite analisar a composição étnico racial do público acolhido, contribuindo para a identificação de possíveis desigualdades e a compreensão de como diferentes grupos estão representados nas entidades de acolhimento.

Tabela 61: Indicador de diversidade racial

Respostas	Indicador de diversidade racial
Amarelo	0,7%
Branco	27,8%
Indígena	1,1%
Pardo	54,2%
Preto	15,8%

Respostas	Indicador de diversidade racial
NS/NR	0,4%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 61**, observa-se uma predominância de acolhidos que se autodeclararam pardos, representando 54,2% do total. Em seguida, destacam-se os acolhidos brancos, com 27,8%, e pretos, com 15,8%. As categorias indígena e amarela apresentam proporções bastante reduzidas, com 1,1% e 0,4%, respectivamente, enquanto os casos de não resposta ou não declaração correspondem a apenas 0,4%.

Esse padrão evidencia uma maior presença de pessoas negras, considerando a soma das categorias parda e preta, que juntas representam a maioria dos acolhidos. Tal resultado pode refletir desigualdades estruturais historicamente associadas a fatores socioeconômicos, acesso a oportunidades e exposição a situações de vulnerabilidade social, que afetam de forma mais intensa determinados grupos raciais.

A distribuição observada na **Tabela 61** reforça a importância de incorporar a dimensão racial na análise das políticas públicas e das práticas institucionais, de modo a promover ações mais equitativas, sensíveis às especificidades desses grupos e alinhadas à redução de desigualdades no acesso e na qualidade do acolhimento.

2.6.3. Indicador 3 – Indicador de Diversidade de gênero

O indicador é definido por:

Indicador de diversidade de gênero = (Soma dos pesos dos acolhidos por identidade de gênero ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100.

O Indicador de diversidade de gênero permite analisar a composição do público acolhido segundo identidade de gênero, contribuindo para o monitoramento da inclusão e da diversidade nas entidades de acolhimento.

Tabela 62: Indicador de diversidade de gênero dos acolhidos

Respostas	Indicador de diversidade de gênero
Homem cisgênero	80,8%
Homem transgênero	0,6%
Mulher cisgênero	17,6%
Mulher transgênero	0,4%
Pessoa não-binária	0,3%
Outro	0,2%
NS/NR	0,1%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 62**, observa-se uma predominância ainda mais acentuada de homens cisgênero quando considerados os pesos amostrais, representando 80,8% do total de acolhidos. As mulheres cisgênero correspondem a 17,6%, configurando o segundo maior grupo. As demais identidades de gênero aparecem com proporções bastante reduzidas, incluindo homens transgênero (0,6%), mulheres transgênero (0,4%), pessoas não-binárias (0,3%) e outras identidades (0,2%), além de um percentual residual de não resposta (0,1%).

Esse resultado reforça que o perfil dos acolhidos é fortemente concentrado em homens cisgênero, o que pode refletir padrões de demanda, encaminhamento ou acesso aos serviços. Por outro lado, a baixa representatividade de pessoas trans e não-binárias pode estar associada a diferentes fatores, como barreiras de acesso, subnotificação ou encaminhamento para outros serviços mais especializados. Esse cenário destaca a importância de estratégias institucionais que promovam o acolhimento inclusivo, assegurando respeito à diversidade de gênero e atenção às necessidades específicas desses grupos.

A distribuição observada na **Tabela 62** reforça a necessidade de fortalecimento de práticas que ampliem o acesso e a permanência de diferentes identidades de gênero nos serviços de acolhimento, contribuindo para a equidade no atendimento e a efetivação dos direitos dessa população.

2.6.4. Indicador 4 – Indicador de vínculos familiares

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de vínculos familiares} = (\text{Soma dos pesos dos acolhidos por estado civil} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100.$$

O Indicador de vínculos familiares permite caracterizar a situação conjugal dos acolhidos, oferecendo subsídios para a compreensão das redes de apoio social e familiar disponíveis a esse público.

Tabela 63: Indicador de vínculos familiares dos acolhidos

Respostas	Indicador de vínculos familiares
Casado	9,3%
Separado/divorciado	18,1%
Solteiro	66,5%
União estável	4,6%
Viúvo	1,5%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 63**, observa-se uma predominância de acolhidos que se declaram solteiros, representando 66,5% do total. Em seguida, destacam-se os indivíduos separados ou divorciados, com 18,1%, e os casados, com 9,3%. As categorias união estável e viúvo apresentam menores proporções, com 4,6% e 1,5%, respectivamente.

Esse padrão indica que a maior parte dos acolhidos não possui vínculos conjugais formalizados, o que pode estar associado a redes de apoio familiar mais fragilizadas ou menos estruturadas. A presença relevante de pessoas separadas ou divorciadas também pode sinalizar rupturas de vínculos afetivos ao longo da trajetória de vida, possivelmente relacionadas a contextos de vulnerabilidade social.

A distribuição observada na **Tabela 63** reforça a importância de estratégias que considerem a fragilidade ou ausência de vínculos familiares no planejamento das ações de acolhimento, especialmente no que se refere ao fortalecimento de redes de apoio e à promoção da reinserção social dos acolhidos.

2.6.5. Indicador 5 – Indicador de Vulnerabilidade socioeconômica

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de vulnerabilidade socioeconômica} = (\text{Soma dos pesos dos acolhidos com renda de até 1 S.M.} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100.$$

O Indicador de vulnerabilidade socioeconômica permite identificar a proporção de acolhidos em situação de baixa renda, contribuindo para a análise das condições materiais de vida e do grau de vulnerabilidade econômica desse público.

Tabela 64: Indicador de vulnerabilidade socioeconômica dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos com renda até 1 S.M.	Indicador de vulnerabilidade socioeconômica
3094	1236	39,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

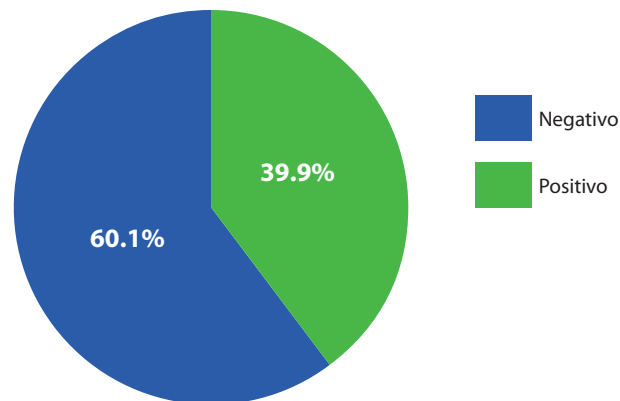
Conforme apresentado na **Tabela 64** e na **Figura 3**, observa-se que o indicador de vulnerabilidade socioeconômica atinge 39,9%, indicando que uma parcela significativa dos acolhidos possui renda de até um salário mínimo. Esse resultado evidencia a presença expressiva de indivíduos em situação de baixa renda entre o público atendido pelas entidades.

Esse cenário aponta para um contexto de vulnerabilidade econômica relevante, que pode estar associado a dificuldades de acesso a condições básicas de subsistência, inserção no mercado de trabalho e manutenção de estabilidade financeira. A limitação de recursos econômicos tende a agravar outras dimensões da vulnerabilidade social, podendo influenciar diretamente a necessidade de acolhimento.

A distribuição observada na **Tabela 64**, ilustrada pela **Figura 3**, reforça a importância de ações articuladas com políticas de geração de renda, qualificação profissional e inclusão produtiva, de modo a contribuir para a autonomia dos acolhidos e para a redução das condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 3: Distribuição do Indicador de vulnerabilidade socioeconômica dos acolhidos

Indicador 5: Vulnerabilidade Socioeconômica



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.6. Indicador 6 – Indicador de Vulnerabilidade habitacional

O indicador é definido por:

Indicador de vulnerabilidade habitacional = (Soma dos pesos dos acolhidos em rua/abrigo ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100.

O Indicador de vulnerabilidade habitacional permite identificar a proporção de acolhidos que se encontravam em situação de rua ou em abrigos antes do acolhimento, contribuindo para a análise do grau de vulnerabilidade social e das condições habitacionais prévias desse público.

Tabela 65: Indicador de vulnerabilidade habitacional dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos em rua/abrigo	Indicador de vulnerabilidade habitacional
3094	778	25,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 65** e na **Figura 4**, observa-se que o indicador de vulnerabilidade habitacional atinge 25,1%, indicando que aproximadamente um quarto dos acolhidos se encontrava em situação de rua ou em abrigos antes do ingresso na

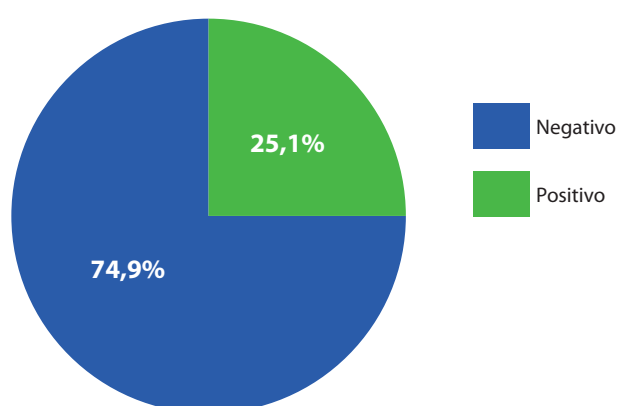
entidade. Esse resultado evidencia a presença relevante de condições habitacionais precárias entre o público atendido.

Esse cenário aponta para um contexto de vulnerabilidade social significativa, no qual a ausência de moradia estável constitui um fator central na trajetória dos acolhidos. A vivência em situação de rua ou em abrigos está frequentemente associada a múltiplas formas de exclusão, incluindo fragilidade de vínculos sociais, instabilidade econômica e dificuldades de acesso a serviços básicos.

A distribuição observada na **Tabela 65**, ilustrada pela **Figura 4**, reforça a importância de políticas e ações voltadas à garantia do direito à moradia, bem como à articulação entre as entidades de acolhimento e a rede de proteção social, com vistas à promoção de condições mais estáveis de habitação e à reinserção social dos acolhidos.

Figura 4: Distribuição do Indicador de vulnerabilidade habitacional dos acolhidos.

Indicador 6: Vulnerabilidade Habitacional



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.7. Indicador 7 – Indicador de Expectativa de reinserção habitacional

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de expectativa de reinserção habitacional} = \frac{\text{(Soma dos pesos dos acolhidos que preveem moradia estável)}}{\text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}} \times 100.$$

O Indicador de expectativa de reinserção habitacional permite identificar a proporção de acolhidos que preveem alcançar uma situação de moradia estável após o período de acolhimento, contribuindo para a análise das perspectivas de reintegração social e das condições futuras de habitação desse público.

Tabela 66: Indicador de expectativa de reinserção habitacional dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que preveem moradia estável	Indicador de expectativa de reinserção habitacional
3094	2225	71,9%

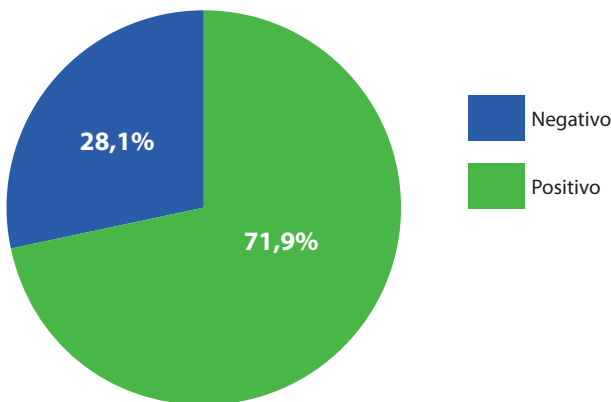
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 66** e na **Figura 5**, observa-se que o indicador de expectativa de reinserção habitacional atinge 71,9%, indicando que uma parcela expressiva dos acolhidos prevê alcançar uma situação de moradia estável após o período de acolhimento. Esse resultado sugere uma perspectiva predominantemente positiva em relação às condições futuras de habitação.

Esse cenário pode refletir expectativas de melhoria nas condições de vida, possivelmente associadas ao apoio recebido durante o acolhimento e às estratégias de reinserção social desenvolvidas pelas entidades. A elevada proporção de respostas positivas indica um potencial de saída do acolhimento com melhores condições habitacionais, o que é um aspecto central para a autonomia dos indivíduos.

Por outro lado, a existência de uma parcela dos acolhidos que não prevê alcançar moradia estável evidencia a persistência de desafios relacionados à reintegração social, especialmente para aqueles em situação de maior vulnerabilidade. A distribuição observada na **Tabela 66**, ilustrada pela **Figura 5**, reforça a importância de fortalecer ações voltadas à garantia de moradia e ao acompanhamento pós-acolhimento, contribuindo para a consolidação de trajetórias mais estáveis e sustentáveis.

Figura 5: Distribuição do Indicador de expectativa de reinserção habitacional dos acolhidos
Indicador 7: Expectativa de Reinserção Habitacional



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.8. Indicador 8 – Indicador de Acesso à proteção social

O indicador é definido por:

Indicador de acesso à proteção social = (Soma dos pesos dos acolhidos que recebem benefícios ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100.

Tabela 67: Indicador de acesso à proteção social dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que recebem benefícios	Indicador de acesso à proteção social
3094	1849	59,8%

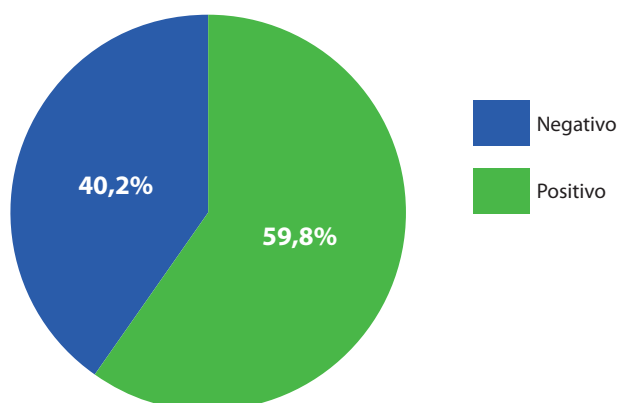
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 67** e na **Figura 5**, observa-se que o indicador de acesso à proteção social atinge 59,8%, indicando que mais da metade dos acolhidos recebe algum tipo de benefício social. Esse resultado evidencia uma inserção relevante desse público nas políticas de transferência de renda e proteção social.

Esse cenário sugere que os mecanismos de proteção social têm alcançado uma parcela significativa dos acolhidos, contribuindo para a mitigação de vulnerabilidades econômicas e para a garantia de condições mínimas de subsistência. Ao mesmo tempo, a proporção de acolhidos que não recebe benefícios indica a existência de lacunas no acesso a esses direitos, o que pode estar relacionado a dificuldades de cadastro, desinformação ou barreiras institucionais.

A distribuição observada na **Tabela 67**, ilustrada pela **Figura 6**, reforça a importância de fortalecer a articulação entre as entidades de acolhimento e as políticas de assistência social, de modo a ampliar o acesso aos benefícios e assegurar maior cobertura da proteção social entre os acolhidos.

Figura 6: Distribuição do Indicador de acesso à proteção social
Indicador 8: Acesso à Proteção Social



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.9. Indicador 9 – Indicador de Escolaridade

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de escolaridade} = (\text{Soma dos pesos dos acolhidos por nível de escolaridade} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$$

O Indicador de escolaridade permite caracterizar o nível educacional dos acolhidos, contribuindo para a identificação de barreiras relacionadas ao acesso à educação e às oportunidades de inserção social e laboral.

Tabela 68: Indicador de escolaridade dos acolhidos

Resposta	Indicador de escolaridade
Nunca estudou	1,8%
Ensino Fundamental incompleto	35,3%
Ensino Fundamental completo	8,7%
Ensino Médio incompleto	16,8%
Ensino Médio completo	27,1%
Ensino Superior incompleto	4,6%
Ensino Superior completo	4,5%
Pós-Graduação incompleta	0,3%
Pós-Graduação Completa	0,7%
NS/NR	0,2%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 68**, observa-se que a maior concentração de acolhidos está nos níveis mais baixos de escolaridade, com destaque para o Ensino Fundamental incompleto, que representa 35,3% do total. Em seguida, aparecem os indivíduos com Ensino Médio completo, com 27,1%, e Ensino Médio incompleto, com 16,8%. As demais categorias apresentam proporções menores, incluindo Ensino Fundamental completo (8,7%), Ensino Superior incompleto (4,6%) e completo (4,5%), além de percentuais residuais para pós-graduação e para aqueles que nunca estudaram.

Esse padrão evidencia que uma parcela significativa dos acolhidos possui baixa escolaridade, o que pode representar um importante fator de vulnerabilidade social, especialmente no que se refere às oportunidades de inserção no mercado de trabalho e à autonomia econômica. A concentração em níveis educacionais incompletos sugere trajetórias escolares interrompidas, possivelmente associadas a contextos de vulnerabilidade ao longo da vida.

A distribuição observada na **Tabela 68** reforça a importância de estratégias voltadas à educação e qualificação profissional no âmbito das entidades de acolhimento,

contribuindo para a ampliação das oportunidades de reinserção social e para a redução das desigualdades associadas ao nível educacional.

2.6.10. Indicador 10 – indicador de inserção educacional

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de inserção educacional} = \frac{(\text{Soma dos pesos dos acolhidos matriculados em atividades educacionais} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100}{}$$

O Indicador de inserção educacional permite avaliar a proporção de acolhidos que estão atualmente vinculados a alguma atividade de ensino, contribuindo para a análise das oportunidades de continuidade ou retomada da trajetória educacional no contexto do acolhimento.

Tabela 69: Indicador de inserção educacional dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos matriculados	Indicador de inserção educacional
3094	187	6,0%

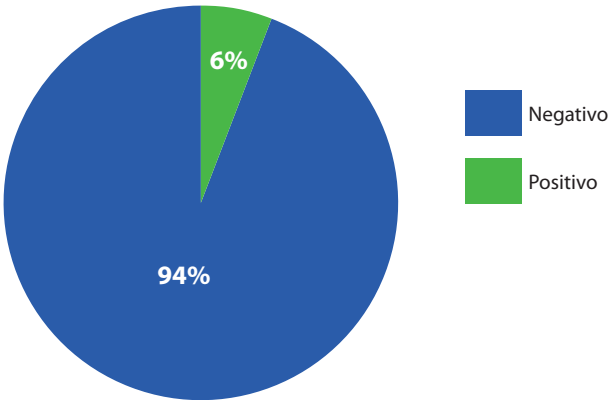
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 69** e na **Figura 7**, observa-se que o indicador de inserção educacional atinge 6,0%, indicando que uma parcela bastante reduzida dos acolhidos está matriculada em atividades educacionais. Esse resultado evidencia um baixo nível de inserção no sistema de ensino entre o público atendido.

Esse cenário pode refletir dificuldades de acesso à educação, descontinuidade escolar ao longo da trajetória de vida ou barreiras institucionais e sociais que dificultam a retomada dos estudos durante o período de acolhimento. A baixa proporção observada reforça a importância de estratégias voltadas à reintegração educacional, incluindo ações de incentivo à matrícula, oferta de programas de educação de jovens e adultos e articulação com a rede de ensino.

A distribuição observada na **Tabela 69**, ilustrada pela **Figura 7**, evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas educacionais no âmbito do acolhimento, de modo a ampliar as oportunidades de formação e contribuir para a autonomia e reinserção social dos acolhidos.

Figura 7: Distribuição do Indicador de inserção educacional dos acolhidos
Indicador 10: Inserção Educacional



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.11. Indicador 11 – Indicador de fé

O indicador é definido por:

Indicador de fé = (Soma dos pesos dos acolhidos que declararam possuir religião ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100

O Indicador de fé permite identificar a proporção de acolhidos que possuem algum tipo de vínculo religioso ou espiritual, contribuindo para a compreensão das redes de apoio simbólico e dos aspectos culturais que podem influenciar o processo de acolhimento.

Tabela 70: Indicador de fé dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que declararam possuir religião	Indicador de fé
3094	2794	90,3%

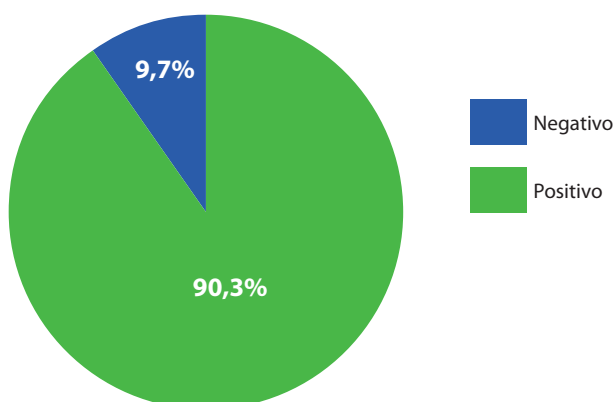
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 70** e na **Figura 8**, observa-se que o indicador de fé atinge 90,3%, indicando que a grande maioria dos acolhidos declara possuir alguma religião. Esse resultado evidencia a forte presença da dimensão religiosa entre o público atendido.

Esse cenário sugere que a religiosidade pode desempenhar um papel relevante no enfrentamento de situações de vulnerabilidade, funcionando como fonte de apoio emocional, sentido e pertencimento. Ao mesmo tempo, indica a importância de considerar essa dimensão nas práticas institucionais, respeitando a diversidade de crenças e garantindo que o acolhimento ocorra de forma inclusiva e não impositiva.

A distribuição observada na **Tabela 70**, ilustrada pela **Figura 8**, reforça a relevância de reconhecer a fé como um elemento potencialmente significativo no processo de cuidado, podendo contribuir para o fortalecimento dos vínculos e para a trajetória de reinserção social dos acolhidos.

Figura 8: Distribuição do Indicador de fé dos acolhidos
Indicador 11: Apoio de Religião (Possui Religião)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.12. Indicador 12 - Indicador de Reacolhimento

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de Reacolhimento} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos acolhidos com múltiplos acolhimentos}}{\text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}} \right) \times 100$$

O Indicador de Reacolhimento permite identificar a proporção de acolhidos que já passaram por mais de um episódio de acolhimento, contribuindo para a análise da recorrência no uso desse tipo de serviço e das possíveis dificuldades de reinserção social.

Tabela 71: Indicador de Reacolhimento dos acolhidos.

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos com múltiplos acolhimentos	Indicador de Reacolhimento
3094	1973	63,8%

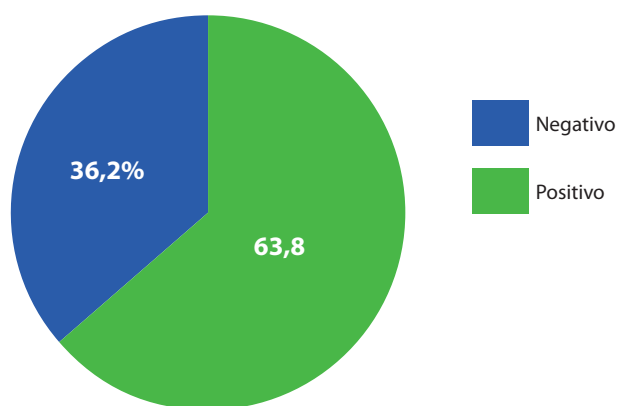
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 71** e na **Figura 9**, observa-se que o indicador de Reacolhimento atinge 63,8%, indicando que uma parcela significativa dos acolhidos já vivenciou múltiplos episódios de acolhimento. Esse resultado evidencia uma elevada recorrência no acesso às entidades.

Esse cenário pode refletir a persistência de situações de vulnerabilidade social, dificuldades na manutenção de vínculos familiares e comunitários, bem como desafios na consolidação de processos de reinserção social após a saída do acolhimento. A alta proporção de reacolhimento sugere que, para muitos indivíduos, o acolhimento não representa uma solução definitiva, mas sim parte de um ciclo mais amplo de vulnerabilidade.

A distribuição observada na **Tabela 71**, ilustrada pela **Figura 9**, reforça a importância de estratégias que atuem de forma mais contínua e integrada, especialmente no acompanhamento pós-acolhimento, visando reduzir a recorrência e promover trajetórias mais estáveis e sustentáveis para os acolhidos.

Figura 9: Distribuição do Indicador de Reacolhimento dos acolhidos
Indicador 12: Reacolhimento (Recorrência)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.13. Indicador 13 - Indicador de Inserção laboral

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de inserção laboral} = (\text{Soma dos pesos dos acolhidos empregados} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$$

O Indicador de inserção laboral permite avaliar a proporção de acolhidos que estão inseridos no mercado de trabalho, contribuindo para a análise das condições de autonomia econômica e das oportunidades de reinserção social desse público.

Tabela 72: Indicador de Inserção laboral dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos empregados	Indicador de Inserção laboral
3094	2794	89,9%

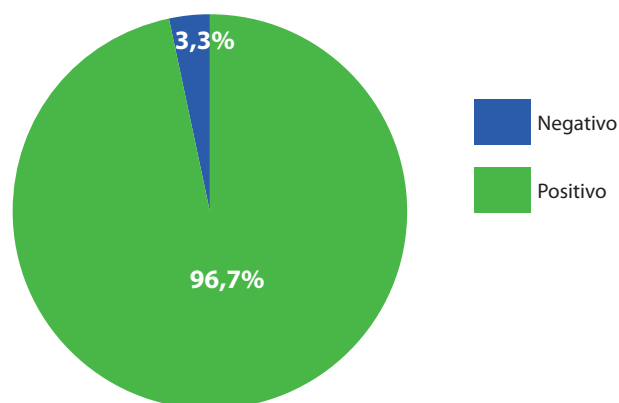
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 72** e na **Figura 10**, observa-se que o indicador de inserção laboral atinge 89,9%, indicando que a grande maioria dos acolhidos se encontra inserida em atividades de trabalho. Esse resultado evidencia um elevado nível de participação no mercado de trabalho entre o público atendido.

Esse cenário sugere que os acolhidos, em sua maioria, mantêm algum tipo de vínculo laboral, o que pode representar um fator positivo para a autonomia financeira e para o processo de reinserção social. A inserção no trabalho tende a contribuir para a construção de rotinas, fortalecimento da autoestima e ampliação das possibilidades de reconstrução de trajetórias de vida.

A distribuição observada na **Tabela 72**, ilustrada pela **Figura 10**, reforça a importância de fortalecer ações voltadas à qualificação profissional e à manutenção dos vínculos de trabalho, contribuindo para a consolidação da autonomia e para a redução das situações de vulnerabilidade social entre os acolhidos.

Figura 10: Distribuição do Indicador de Inserção Laboral dos acolhidos
Indicador 13: Inserção Laboral (Experiência Prévia/Atual)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.14. Indicador 14 - Indicador de Conflito com a justiça

O indicador é definido por:

Indicador de conflito com a justiça = $(\text{Soma dos pesos dos acolhidos que já tiveram problema com a justiça} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$

O Indicador de conflito com a justiça permite identificar a proporção de acolhidos que já tiveram envolvimento com o sistema de justiça, contribuindo para a análise de vulnerabilidades associadas a contextos legais e sociais.

Tabela 73: Indicador de Conflito com a justiça dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que já tiveram problema com a justiça	Indicador de Conflito com a justiça dos acolhidos
3094	1285	41,5%

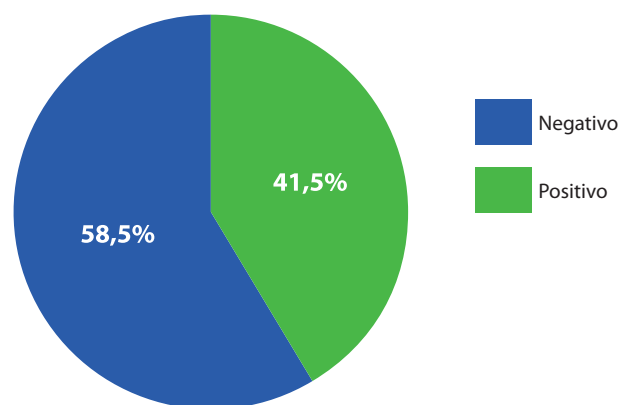
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 73** e na **Figura 11**, observa-se que o indicador de conflito com a justiça atinge 41,5%, indicando que uma parcela relevante dos acolhidos já teve algum tipo de envolvimento com o sistema de justiça. Esse resultado evidencia a presença significativa de vulnerabilidades associadas a contextos legais entre o público atendido.

Esse cenário pode refletir trajetórias marcadas por exclusão social, dificuldades de acesso a direitos e exposição a contextos de risco, nos quais o envolvimento com a justiça aparece como uma dimensão adicional da vulnerabilidade. A elevada proporção observada sugere que as entidades de acolhimento lidam com um público que demanda atenção não apenas nas áreas de saúde e assistência social, mas também em aspectos relacionados à reintegração social e à superação de estigmas.

A distribuição observada na **Tabela 73**, ilustrada pela **Figura 11**, reforça a importância de estratégias intersectoriais que articulem as políticas de assistência, saúde e justiça, contribuindo para a construção de trajetórias mais estáveis e para a redução das situações de vulnerabilidade entre os acolhidos.

Figura 11: Distribuição do Indicador de Conflito com a justiça dos acolhidos
Indicador 14: Conflito com a Justiça



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.15. Indicador 15 - Indicador de Adesão ao PIA

O indicador é definido por:

Indicador de adesão ao PIA = (Soma dos pesos dos acolhidos que participaram do PIA no prazo estabelecido ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100

O Indicador de adesão ao PIA permite avaliar o cumprimento do Plano Individual de Atendimento no prazo previsto, bem como o nível de adesão dos acolhidos a esse instrumento, que é central para o planejamento e acompanhamento das ações no contexto do acolhimento.

Tabela 74: Indicador de Adesão ao PIA dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que participaram do PIA no prazo estabelecido	Indicador de Adesão ao PIA
3094	2512	81,2%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

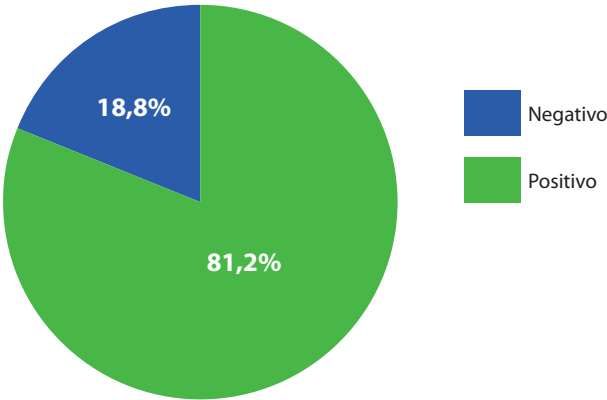
Conforme apresentado na **Tabela 74** e na **Figura 12**, observa-se que o indicador de adesão ao PIA atinge 81,2%, indicando que a maioria dos acolhidos participou do Plano Individual de Atendimento dentro do prazo estabelecido. Esse resultado evidencia um bom nível de cumprimento deste instrumento nas entidades.

Esse cenário sugere que as entidades, de modo geral, estão conseguindo implementar o PIA de forma adequada, garantindo o planejamento individualizado das ações e o acompanhamento dos acolhidos desde o início do processo. A elevada proporção observada reforça a importância do PIA como ferramenta de organização do cuidado e de orientação das estratégias de reinserção social.

Por outro lado, a existência de uma parcela de acolhidos que não participou do PIA no prazo previsto indica a necessidade de aprimoramento na implementação desse instrumento, de modo a assegurar que todos os indivíduos tenham acesso a um planejamento individualizado.

A distribuição observada na **Tabela 74**, ilustrada pela **Figura 12**, reforça a relevância do PIA como eixo estruturante das ações de acolhimento, contribuindo para a qualificação do atendimento e para a efetividade das estratégias de cuidado.

Figura 12: Distribuição do Indicador de Adesão ao PIA dos acolhidos
Indicador 15: Adesão ao PIA (Prazo de 20 dias)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.16. Indicador 16 - Indicador das avaliações do acolhimento segundo tempo de permanência

O indicador é definido por:

Indicador das avaliações do acolhimento segundo tempo de permanência = distribuição das avaliações do acolhimento segundo o tempo de permanência na entidade, obtida a partir do cruzamento entre essas duas variáveis

O Indicador das avaliações do acolhimento segundo tempo de permanência permite analisar como diferentes aspectos percebidos pelos acolhidos variam de acordo com o tempo de permanência na entidade, contribuindo para a compreensão da relação entre duração do acolhimento e dimensões associadas à experiência no serviço e às perspectivas de reinserção social.

Tabela 75: Indicador das avaliações do acolhimento segundo tempo de permanência

Tempo de permanência do acolhido na entidade								
Respostas	Até 7 dias	1-4 semanas	1-3 meses	3-4 meses	4-6 meses	6-12 meses	Outra	NS/NR
Conseguir trabalho e renda	14,9	17,5	16,8	13,8	15,5	15,5	43,4	0,0
Dar continuidade ao tratamento/ atendimento em outros serviços	0,0	7,1	10,1	7,5	8,5	6,4	0,0	0,0
Lidar com a discriminação ou preconceito	13,8	5,3	10,7	8,8	5,2	8,4	0,0	0,0
Manter a abstinência do uso de álcool e/ou outras drogas	39,8	40,5	36,2	42,9	45,6	38,6	25,1	0,0
Retomar ou fortalecer os vínculos familiares	10,9	13,2	11,8	11,4	12,6	13,3	0,0	0,0
Ter acesso a moradia digna	0,0	6,0	3,7	5,2	3,5	8,6	18,4	0,0

Tempo de permanência do acolhido na entidade								
Respostas	Até 7 dias	1-4 semanas	1-3 meses	3-4 meses	4-6 meses	6-12 meses	Outra	NS/NR
Outro	9,7	9,1	9,4	9,6	8,0	7,9	13,1	55,7
NS/NR	10,9	1,0	1,0	0,6	0,8	1,0	0,0	44,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 75**, observa-se que, independentemente do tempo de permanência, a manutenção da abstinência do uso de álcool e/ou outras drogas aparece como a principal dimensão destacada pelos acolhidos, com percentuais elevados em todas as categorias, variando aproximadamente entre 36,2% e 45,6%. Em seguida, destacam-se aspectos como conseguir trabalho e renda e retomar ou fortalecer vínculos familiares, ainda que com menor intensidade.

Ao analisar as diferentes faixas de tempo, nota-se relativa estabilidade na distribuição das respostas, sugerindo que as percepções dos acolhidos sobre os principais desafios e objetivos do acolhimento não variam de forma substancial ao longo do tempo. No entanto, algumas variações podem ser observadas, como o aumento da importância atribuída à abstinência em períodos mais longos de permanência e a presença de respostas mais dispersas na categoria “Outra”, especialmente entre aqueles com classificações menos definidas de tempo.

Destaca-se ainda que a categoria NS/NR apresenta concentração elevada de respostas em opções genéricas, o que indica limitações na interpretação desses casos e sugere cautela na análise desse grupo específico.

A distribuição observada na **Tabela 75** evidencia que a manutenção da abstinência, a inserção laboral e o fortalecimento de vínculos familiares constituem eixos centrais na experiência dos acolhidos, independentemente do tempo de permanência, reforçando a importância de estratégias integradas que contemplem essas dimensões ao longo de todo o processo de acolhimento.

2.6.17. Indicador 17 – Indicador de Porta de entrada

O indicador é definido por:

Indicador de porta de entrada = (Soma dos pesos dos acolhidos por via de ingresso ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100

O Indicador de porta de entrada permite identificar as principais formas de acesso dos acolhidos às entidades, contribuindo para a análise dos fluxos de encaminhamento e do papel das diferentes redes de apoio, como família, serviços públicos e iniciativa individual.

Tabela 76: Indicador de Porta de entrada dos acolhidos.

Resposta	Indicador de porta de entrada
Busquei a entidade por sugestão familiar ou amigo	24,4%
Encaminhado pelo sistema de justiça	0,6%
Encaminhado pelo serviço de assistência social (CRAS, CREAS etc.)	4,4%
Encaminhado por serviço de saúde (CAPS, hospital etc.)	8,9%
Encaminhado por um familiar ou amigo	24,8%
Procurei a entidade por conta própria	34,3%
Outro	2,6%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 76**, observa-se que a principal forma de acesso às entidades é por iniciativa própria, representando 34,3% dos acolhidos. Em seguida, destacam-se as entradas mediadas por redes pessoais, com 24,8% dos acolhidos encaminhados por familiares ou amigos e 24,4% que buscaram a entidade por sugestão dessas mesmas redes. As formas de encaminhamento institucional apresentam menor participação, incluindo serviços de saúde (8,9%), assistência social (4,4%) e sistema de justiça (0,6%), além de 2,6% classificados como outros.

Esse padrão evidencia o papel central das redes informais, especialmente familiares e sociais, no acesso às entidades de acolhimento, indicando que a decisão de ingresso está frequentemente associada a vínculos pessoais e ao reconhecimento da necessidade de cuidado no âmbito privado. Ao mesmo tempo, a menor participação dos encaminhamentos institucionais pode sugerir limitações na articulação com a rede pública ou menor atuação desses serviços como porta de entrada.

A distribuição observada na **Tabela 76** reforça a importância de fortalecer os fluxos de encaminhamento formais, especialmente com os serviços de saúde e assistência social, ao mesmo tempo em que destaca o papel estratégico das redes familiares e sociais no acesso ao acolhimento.

2.6.18. Indicador 18 – Indicador de Expectativa de alta

O indicador é definido por:

Indicador de expectativa de alta = (Soma dos pesos dos acolhidos com previsão de saída da entidade ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100

O Indicador de expectativa de alta permite avaliar a proporção de acolhidos que possuem previsão de saída da entidade, contribuindo para a análise das perspectivas de conclusão do acolhimento e de reinserção social.

Tabela 77: Indicador de Expectativa de alta dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos com previsão de saída da entidade	Indicador de Expectativa de alta
3094	2247	72,6%

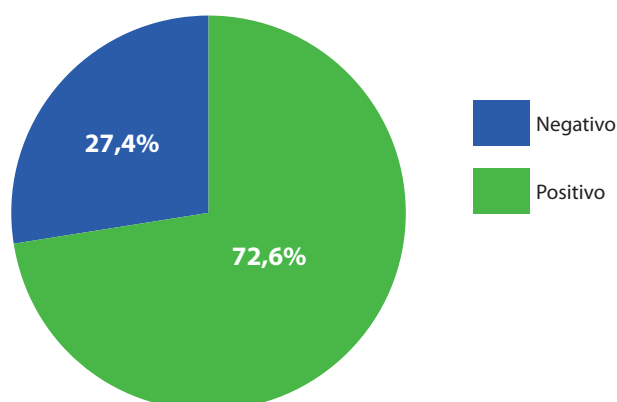
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 77** e na **Figura 13**, observa-se que o indicador de expectativa de alta atinge 72,6%, indicando que uma parcela expressiva dos acolhidos possui previsão de saída da entidade. Esse resultado sugere um cenário predominantemente positivo em relação às perspectivas de conclusão do acolhimento.

Esse padrão pode refletir avanços no processo de cuidado, bem como a existência de estratégias voltadas à reinserção social e ao planejamento de saída dos acolhidos. A presença de uma expectativa de alta para a maioria dos indivíduos indica que o acolhimento tem sido percebido como um processo com horizonte definido, associado à recuperação e à reconstrução de trajetórias.

Por outro lado, a parcela de acolhidos sem previsão de saída evidencia a persistência de situações mais complexas, que demandam maior tempo de permanência ou acompanhamento mais intensivo. A distribuição observada na **Tabela 77**, ilustrada pela **Figura 13**, reforça a importância de fortalecer o planejamento individualizado e as ações de preparação para a alta, contribuindo para trajetórias mais sustentáveis após o acolhimento.

Figura 13: Distribuição do Indicador de Expectativa de alta dos acolhidos
Indicador 18: Expectativa de Alta (Previsão de Saída)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.19. Indicador 19 – Indicador de Disciplina institucional

O indicador é definido por:

Indicador de disciplina institucional = (Soma dos pesos dos acolhidos que sofreram sanções disciplinares ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100

O Indicador de disciplina institucional permite avaliar a ocorrência de sanções aplicadas aos acolhidos no contexto das entidades, contribuindo para a análise das práticas disciplinares e do ambiente institucional.

Tabela 78: Indicador de Disciplina institucional dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que sofreram sanções disciplinares	Indicador de Disciplina institucional
3094	467	15,1%

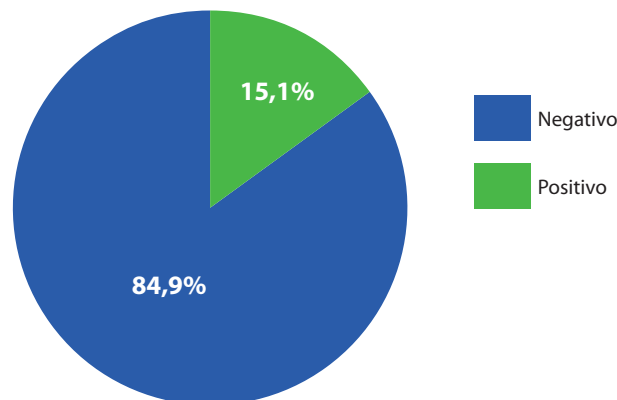
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 78** e na **Figura 14**, observa-se que o indicador de disciplina institucional atinge 15,1%, indicando que uma parcela relativamente pequena dos acolhidos sofreu algum tipo de sanção disciplinar durante o período de acolhimento. Esse resultado sugere que, na maioria dos casos, não há registro de aplicação de medidas disciplinares. Dentre as sanções citadas encontram-se: advertência verbal, restrição temporária de atividade recreativa, restrição de visitas temporariamente, restrição temporária de contato com a família, retirada temporária de benefícios ou privilégios, obrigações forçadas.

Esse cenário pode indicar um ambiente institucional com menor incidência de conflitos ou com práticas de gestão que priorizam abordagens não punitivas. Ao mesmo tempo, a existência de casos de sanções aponta para a necessidade de acompanhamento dessas situações, de modo a garantir que as práticas disciplinares sejam aplicadas de forma adequada, respeitando os direitos dos acolhidos.

A distribuição observada na **Tabela 78**, ilustrada pela **Figura 14**, reforça a importância de monitorar continuamente esse indicador, contribuindo para a qualificação das práticas institucionais e para a promoção de um ambiente de acolhimento pautado no respeito e na dignidade.

Figura 14: Distribuição do Indicador de Disciplina institucional dos acolhidos
Indicador 19: Disciplina Institucional (Sanções Disciplinares)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.20. Indicador 20 – Indicador de Orientação sobre direitos

O indicador é definido por:

Indicador de orientação sobre direitos = $(\text{Soma dos pesos dos acolhidos que receberam orientação sobre seus direitos} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$

O Indicador de orientação sobre direitos permite avaliar a proporção de acolhidos que receberam informações sobre seus direitos no contexto do acolhimento, contribuindo para a análise da garantia de direitos e da transparência das práticas institucionais.

Tabela 79: Indicador de Orientação sobre direitos dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que receberam orientação sobre seus direitos	Indicador de Orientação sobre direitos dos acolhidos
3094	3016	97,5%

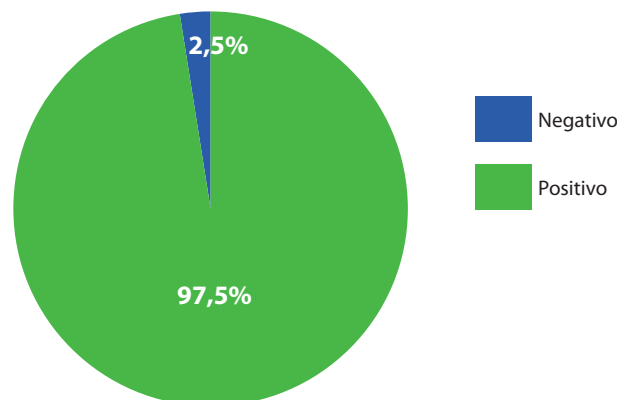
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 79** e na **Figura 15**, observa-se que o indicador de orientação sobre direitos atinge 97,5%, indicando que a quase totalidade dos acolhidos recebeu informações sobre seus direitos. Esse resultado evidencia um alto nível de cumprimento desse aspecto pelas entidades.

Esse cenário sugere que as instituições têm adotado práticas consistentes de orientação, contribuindo para o conhecimento dos direitos por parte dos acolhidos e para o fortalecimento de sua autonomia e capacidade de participação. A ampla cobertura desse indicador é um aspecto positivo, alinhado às diretrizes de garantia de direitos no contexto do acolhimento.

A distribuição observada na **Tabela 79**, ilustrada pela **Figura 15**, reforça a importância de manter e qualificar continuamente as ações de orientação, assegurando que todos os acolhidos tenham acesso às informações necessárias para o exercício pleno de seus direitos.

Figura 15: Distribuição do Indicador de Orientação sobre direitos dos acolhidos
Indicador 20: Orientação Sobre Direitos e Deveres



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.21. Indicador 21 – Indicador de Inclusão e diversidade

O indicador é definido por:

Indicador de inclusão e diversidade = $(\text{Soma dos pesos dos acolhidos que percebem respeito à diversidade} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$

O Indicador de inclusão e diversidade permite avaliar a percepção dos acolhidos quanto ao respeito às diferenças no ambiente institucional, contribuindo para a análise da qualidade do acolhimento em termos de inclusão e garantia de direitos.

Tabela 80: Indicador de Inclusão e diversidade dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que percebem respeito à diversidade	Indicador de Inclusão e diversidade
3094	2975	96,2%

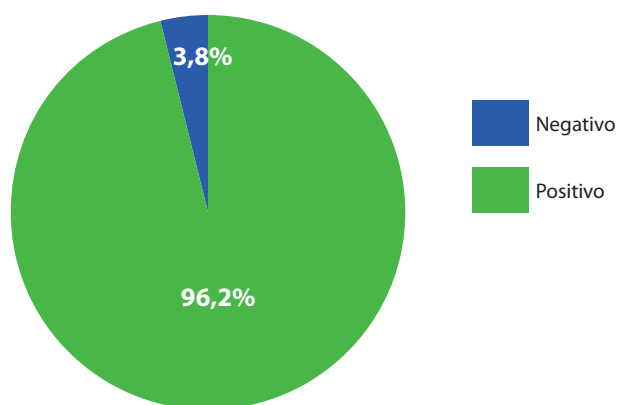
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 80** e na **Figura 16**, observa-se que o indicador de inclusão e diversidade atinge 96,2%, indicando que a grande maioria dos acolhidos percebe o ambiente institucional como respeitoso em relação às diferenças. Esse resultado evidencia uma avaliação amplamente positiva das práticas de inclusão nas entidades.

Esse cenário sugere que as instituições têm promovido um ambiente acolhedor e sensível à diversidade, contribuindo para o bem-estar dos acolhidos e para a construção de relações baseadas no respeito e na dignidade. A elevada proporção observada reforça a importância de práticas institucionais alinhadas à promoção dos direitos humanos.

A distribuição observada na **Tabela 80**, ilustrada pela **Figura 16**, destaca a relevância de manter e fortalecer ações que garantam a inclusão e o respeito à diversidade, assegurando a continuidade de um ambiente institucional equitativo e acolhedor.

Figura 16: Distribuição do Indicador de Inclusão e diversidade dos acolhidos
Indicador 21: Inclusão e Diversidade (Percepção de Respeito)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.22. Indicador 22 – Indicador de Acesso a visitas

O indicador é definido por:

Indicador de acesso a visitas = $(\text{Soma dos pesos dos acolhidos que podem receber visitas} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$

O Indicador de acesso a visitas permite avaliar a proporção de acolhidos que podem manter contato presencial com familiares ou outras pessoas de sua rede social, contribuindo para a análise da preservação de vínculos e da qualidade do acolhimento.

Tabela 81: Indicador de acesso a visitas dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que podem receber visitas	Indicador de Indicador de acesso a visitas dos acolhidos
3094	3062	99,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

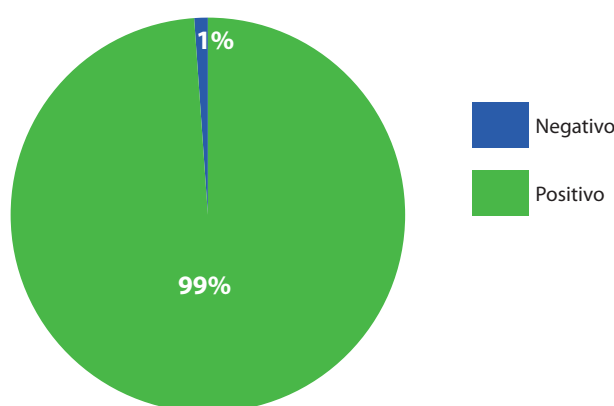
Conforme apresentado na **Tabela 81** e na **Figura 17**, observa-se que o indicador de acesso a visitas atinge 99,0%, indicando que praticamente a totalidade dos acolhidos podem receber visitas.

Esse cenário sugere que as entidades têm favorecido o contato dos acolhidos com suas redes de apoio, o que é fundamental para o bem-estar emocional e para o fortalecimento de vínculos familiares e sociais. A possibilidade de receber visitas pode contribuir significativamente para o processo de reinserção social e para a continuidade das relações fora do ambiente institucional.

A distribuição observada na **Tabela 81**, ilustrada pela **Figura 17**, reforça a importância de garantir e estimular o acesso a visitas como parte das práticas de acolhimento, assegurando a preservação dos vínculos e a promoção de um cuidado mais humanizado.

Figura 17: Distribuição do Indicador de Acesso a visitas dos acolhidos

Indicador 22: Acesso a Visitas



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.23. Indicador 23 – Indicador de Substância principal

O indicador é definido por:

Indicador de substância principal = $(\text{Soma dos pesos dos acolhidos por substância de uso principal} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$

O Indicador de substância principal permite identificar a distribuição das substâncias de uso predominante entre os acolhidos, contribuindo para a compreensão do perfil de consumo e para o planejamento de estratégias de cuidado e tratamento.

Tabela 82: Indicador de Substância principal dos acolhidos

Respostas	Indicador de substância principal
Maconha	0,7%
Crack	36,1%
Cocaína	28,7%
Ecstasy	0,1%
Heroína	0,0%
Inalantes (substâncias voláteis e inflamáveis, como colas, solventes, aerossóis e gases)	0,2%
Álcool	32,6%
LSD	0,0%
Tabaco/nicotina	0,4%
Sintéticas	0,2%
Outra	0,5%
NS/NR	0,5%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 82**, observa-se que as substâncias mais frequentemente indicadas como principais são o crack (36,1%), o álcool (32,6%) e a cocaína (28,7%), concentrando a grande maioria dos casos. As demais substâncias apresentam participações bastante reduzidas, incluindo maconha (0,7%), tabaco/nicotina (0,4%), inalantes (0,2%) e substâncias sintéticas (0,2%), além de percentuais residuais para outras categorias e NS/NR.

Esse padrão evidencia a predominância de substâncias associadas a maior risco social e à dependência, especialmente o crack e a cocaína, além do álcool, que mantém participação elevada. A concentração nessas substâncias sugere perfis de uso mais intensos e potencialmente mais associados a situações de vulnerabilidade e necessidade de cuidado especializado.

A distribuição observada na **Tabela 82** reforça a importância de estratégias de atenção voltadas ao tratamento do uso de substâncias mais prevalentes, com destaque para ações específicas para o enfrentamento do uso de crack, álcool e cocaína, bem como para a articulação com a rede de saúde, especialmente os serviços da RAPS.

2.6.24. Indicador 24 – Indicador de Integração com a saúde

O indicador é definido por:

Indicador de integração com a saúde = (Soma dos pesos dos acolhidos que acessaram serviços de saúde durante o acolhimento ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100

O Indicador de integração com a saúde permite avaliar a articulação entre as entidades de acolhimento e os serviços de saúde, contribuindo para a análise do acesso dos acolhidos à rede de atenção à saúde.

Tabela 83: Indicador de Integração com a saúde dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que acessaram serviços de saúde durante o acolhimento	Indicador de Integração com a saúde
3094	2652	85,7%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

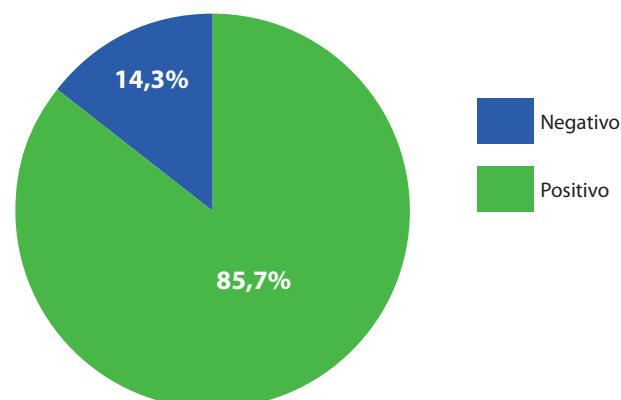
Conforme apresentado na **Tabela 83** e na **Figura 18**, observa-se que o indicador de integração com a saúde atinge 85,7%, indicando que a maioria dos acolhidos acessou serviços de saúde durante o período de acolhimento. Esse resultado evidencia uma articulação relevante entre as entidades e a rede de saúde.

Esse cenário sugere que os acolhidos têm sido, em grande parte, inseridos em serviços de saúde, o que é fundamental para o acompanhamento clínico e psicossocial, especialmente considerando o perfil de vulnerabilidade e o uso de substâncias. A elevada proporção observada aponta para a existência de fluxos de encaminhamento e acompanhamento relativamente consolidados.

Por outro lado, a parcela de acolhidos que não acessou serviços de saúde indica a necessidade de aprimorar ainda mais essa integração, garantindo que todos tenham acesso contínuo e adequado aos cuidados necessários.

A distribuição observada na **Tabela 83**, ilustrada pela **Figura 18**, reforça a importância de fortalecer a articulação com a rede de saúde, especialmente no âmbito da RAPS, contribuindo para a integralidade do cuidado e para a efetividade das ações de acolhimento.

Figura 18: Distribuição do Indicador Integração com a saúde dos acolhidos
Indicador 24: Integração com a RAPS/Saúde



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.25. Indicador 25 – Indicador de Integração com a assistência

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de integração com a assistência} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos acolhidos que acessaram serviços da assistência social durante o acolhimento}}{\text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}} \right) \times 100$$

O Indicador de integração com a assistência permite avaliar a articulação entre as entidades de acolhimento e a rede de assistência social, contribuindo para a análise do acesso dos acolhidos a serviços do SUAS.

Tabela 84: Indicador de Integração com a assistência dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos que acessaram serviços da assistência social durante o acolhimento	Indicador de Integração com a assistência dos acolhidos
3094	1986	64,2%

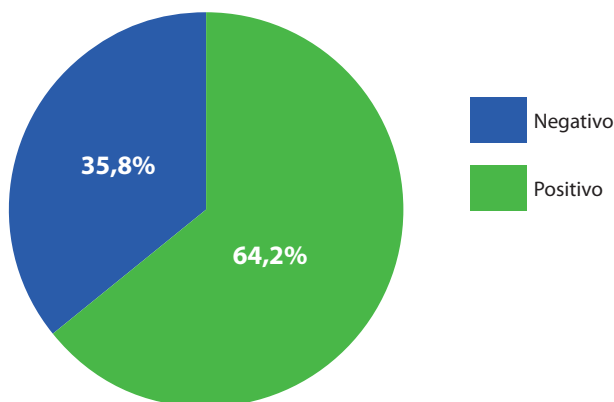
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 84** e na **Figura 19**, observa-se que o indicador de integração com a assistência atinge 64,2%, indicando que uma parcela significativa dos acolhidos acessou serviços da assistência social durante o período de acolhimento. Esse resultado evidencia um nível moderado de articulação com a rede do SUAS.

Esse cenário sugere que, embora haja integração relevante com a assistência social, essa articulação ainda é menos abrangente quando comparada à integração com a rede de saúde. A diferença entre esses indicadores pode refletir desafios na articulação intersetorial ou na inserção dos acolhidos em determinados serviços socioassistenciais.

A distribuição observada na **Tabela 84**, ilustrada pela **Figura 19**, reforça a importância de fortalecer a integração com a rede de assistência social, ampliando o acesso aos serviços e benefícios e contribuindo para a construção de trajetórias mais estáveis e sustentáveis após o acolhimento.

Figura 19: Distribuição do Indicador Integração com a assistência social.
Indicador 25: Integração com a Assistência Social (SUAS)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.26. Indicador 26 – Indicador de Satisfação com o Acolhimento

O indicador é definido por:

Indicador de satisfação com o acolhimento = $(\text{Soma dos pesos dos acolhidos satisfeitos com o acolhimento} \div \text{Soma dos pesos de todos os acolhidos}) \times 100$

O Indicador de satisfação com o acolhimento permite avaliar a percepção dos acolhidos em relação à qualidade do serviço ofertado, contribuindo para a análise do nível de satisfação com a experiência de acolhimento.

Tabela 85: Indicador de satisfação com o acolhimento dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistado	Soma dos pesos dos acolhidos satisfeitos com o acolhimento	Indicador de satisfação com o acolhimento dos acolhidos
3090	2989	96,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 85** e na **Figura 20**, observa-se que o indicador de satisfação com o acolhimento atinge 96,8%, indicando que a grande maioria dos acolhidos avalia positivamente o serviço recebido. Esse resultado evidencia um elevado nível de satisfação com as entidades.

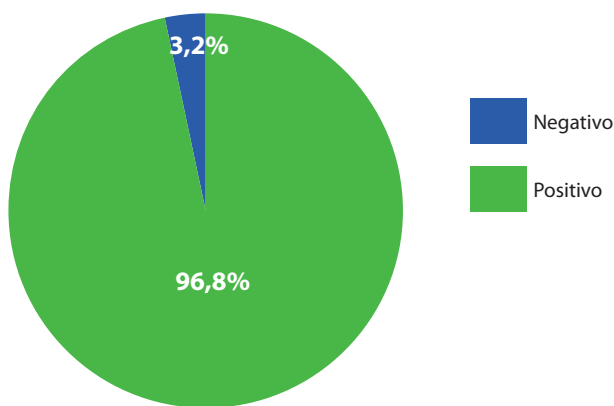
Esse cenário sugere que as práticas institucionais têm sido bem avaliadas pelos acolhidos, refletindo, possivelmente, a qualidade do atendimento, das atividades desenvolvidas e das relações estabelecidas no ambiente de acolhimento. A elevada proporção de satisfação é um indicativo importante da efetividade das ações realizadas.

Por outro lado, a pequena parcela de acolhidos que não se declara satisfeita aponta para a necessidade de atenção contínua à qualidade do serviço, buscando identificar possíveis pontos de melhoria.

A distribuição observada na **Tabela 85**, ilustrada pela **Figura 20**, reforça a importância de manter e aprimorar as práticas institucionais, assegurando a continuidade de um atendimento qualificado e centrado nas necessidades dos acolhidos.

Figura 20: Distribuição do Indicador de satisfação com o acolhimento dos acolhidos.

Indicador 26: Satisfação com o Acolhimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.27. Indicador 27 – Indicador de Avaliação do desempenho e participação

O indicador é definido por:

Indicador de avaliação do desempenho e participação =
(Soma dos pesos dos acolhidos avaliados quanto ao desempenho e participação ÷ Soma dos pesos de todos os acolhidos) × 100.

O Indicador de avaliação do desempenho e participação permite avaliar a proporção de acolhidos que passaram por processos de avaliação no contexto das atividades desenvolvidas na entidade, contribuindo para a análise do acompanhamento individual e do engajamento nas ações propostas.

Tabela 86: Indicador de avaliação do desempenho e participação dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos avaliados quanto ao desempenho e participação	Indicador de avaliação do desempenho e participação
3090	2873	93,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 86** e na **Figura 21**, observa-se que o indicador de avaliação do desempenho e participação atinge 93,0%, indicando que a grande maioria dos acolhidos é avaliada quanto ao seu desempenho e participação nas atividades da entidade. Esse resultado evidencia um elevado nível de acompanhamento das trajetórias individuais.

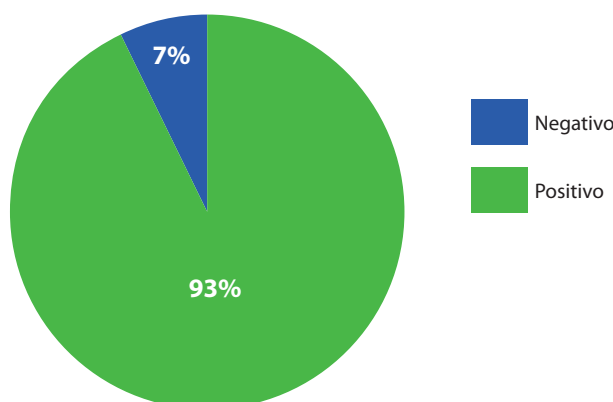
Esse cenário sugere que as entidades têm adotado práticas sistemáticas de monitoramento e avaliação, o que é fundamental para o planejamento das ações e para o ajuste das estratégias de cuidado de forma individualizada. A elevada proporção observada reforça a importância desse tipo de avaliação como instrumento de qualificação do atendimento.

Por outro lado, a pequena parcela de acolhidos não avaliada indica a necessidade de garantir que esse acompanhamento seja universal, assegurando que todos os indivíduos tenham suas trajetórias monitoradas.

A distribuição observada na **Tabela 86**, ilustrada pela **Figura 21**, destaca a relevância da avaliação contínua do desempenho e da participação como elemento central para a efetividade das ações de acolhimento.

Figura 21: Distribuição do Indicador de avaliação do desempenho e participação dos acolhidos

Indicador 27: Avaliação do Desempenho e Participação do Acolhido



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

2.6.28. Indicador 28 – Indicador de Tempo do acolhimento e satisfação

O indicador é definido por:

Indicador de tempo de acolhimento e satisfação =

(Soma dos pesos dos acolhidos satisfeitos com o acolhimento em determinado tempo de permanência ÷ Soma dos pesos dos acolhidos considerados na análise) × 100 .

O Indicador de tempo de acolhimento e satisfação permite analisar a relação entre o tempo de permanência na entidade e o nível de satisfação dos acolhidos, contribuindo para a compreensão de como a experiência no acolhimento varia ao longo do tempo.

Tabela 87: Indicador de Tempo de acolhimento e satisfação dos acolhidos

Soma dos pesos de todos os acolhidos entrevistados	Soma dos pesos dos acolhidos satisfeitos com o acolhimento	Indicador de Tempo de acolhimento e satisfação
1663	1611	96,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

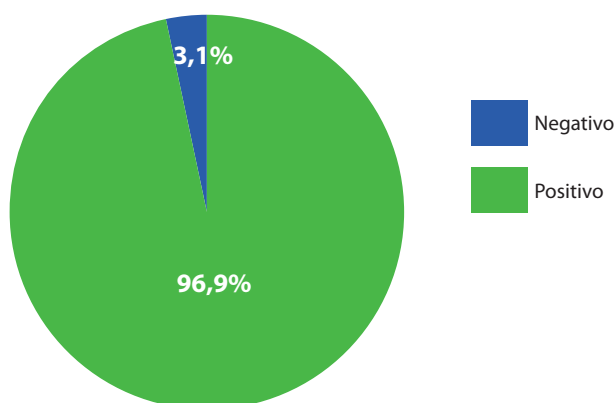
Conforme apresentado na **Tabela 87** e na **Figura 22**, observa-se que o indicador de tempo de acolhimento e satisfação atinge 96,9%, indicando que a grande maioria dos acolhidos considerados na análise avalia positivamente o acolhimento ao longo do tempo de permanência. Esse resultado evidencia um elevado nível de satisfação independentemente da duração do acolhimento.

Esse cenário sugere que a experiência nas entidades tem sido, de modo geral, bem avaliada ao longo do tempo, indicando consistência na qualidade do serviço ofertado. A elevada proporção de satisfação reforça a percepção de que as práticas institucionais são capazes de atender às necessidades dos acolhidos em diferentes momentos da trajetória no acolhimento.

A distribuição observada na **Tabela 87**, ilustrada pela **Figura 22**, reforça a importância de manter a qualidade do atendimento ao longo de todo o período de permanência, garantindo que a satisfação dos acolhidos seja sustentada independentemente do tempo de acolhimento.

Figura 22: Distribuição do Indicador de Tempo do acolhimento e satisfação dos acolhidos

Indicador 28: Satisfação com o Acolhimento (Acolhidos há > 3 meses)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3

Análise dos Dados das Entrevistas com os Egressos



3. Análise dos Dados das Entrevistas com os Egressos

O questionário para o grupo de egressos foi respondido por 29 egressos entre os dias 17/11/2025 e 03/12/2025, e todos os entrevistados deram consentimento para participação na entrevista.

A leitura dos resultados obtidos nesta etapa exige algumas considerações técnicas, especialmente no que se refere à possibilidade de inferência sobre efetividade da política pública, considerando limitações de cobertura amostral, presença de heterogeneidade no processo de localização e restrições de generalização estatística. Conforme afirmado anteriormente a *efetividade* está ligada ao alcance de um grau mais elevado de satisfação da sociedade e ao cumprimento da missão da política, isto é, a efetividade indica se os resultados mais importantes da política estão acontecendo (BRASIL, 2018a; 2018b).

Logo, a análise dos indicadores de efetividade construídos a partir do grupo de egressos requer cautela metodológica, uma vez que os resultados disponíveis derivam exclusivamente dos indivíduos efetivamente localizados e entrevistados especificamente nesta rodada da pesquisa. No universo inicialmente previsto de 159 egressos, foram realizadas 29 entrevistas, o que corresponde a uma cobertura aproximada de 18,24%. Essa taxa de resposta indica que os resultados representam um subconjunto específico do universo investigado, o que deve ser considerado na interpretação dos achados.

Além disso, observa-se que o processo de localização e adesão à entrevista pode estar associado a diferentes perfis de acesso e contato com os egressos. Nesse contexto, os participantes efetivamente entrevistados podem refletir características próprias do grupo alcançado, enquanto parte do universo previsto não foi localizada nesta etapa. Esse cenário sugere a necessidade de consideração de possíveis assimetrias na composição do grupo respondente, com impacto sobre a forma de leitura dos resultados.

Sob a perspectiva estatística e metodológica, a taxa de resposta observada demonstra que os indicadores atualmente apresentados — tais como manutenção da abstinência, fortalecimento de vínculos familiares e inserção laboral — devem ser compreendidos como descrições do grupo efetivamente respondente nesta rodada da pesquisa. Dessa forma, sua interpretação deve ser contextualizada dentro do recorte amostral disponível, sem extrapolações automáticas para o conjunto total dos egressos.

Adicionalmente, embora tenha sido considerada a possibilidade de construção de cenários conservadores para análise dos casos não respondentes, essa abordagem foi entendida como dependente de premissas não observadas nesta etapa, sendo mais apropriada para momentos de maior consolidação amostral, em edições posteriores da pesquisa.

Diante dessas características, recomenda-se que os resultados aqui apresentados devem ser tratados como evidências parciais relativas ao grupo de egressos entrevistados,

com explicitação das condições de cobertura da coleta. A interpretação dos achados deve considerar o estágio atual de consolidação dos dados, evitando generalizações para o conjunto total da população de egressos.

Reconhece-se, ainda, que a não localização de parte dos egressos pode estar associada a diferentes trajetórias pós-acolhimento, o que reforça a importância de ampliação das estratégias de contato nas próximas etapas da pesquisa, de modo a fortalecer a representatividade do conjunto analisado.

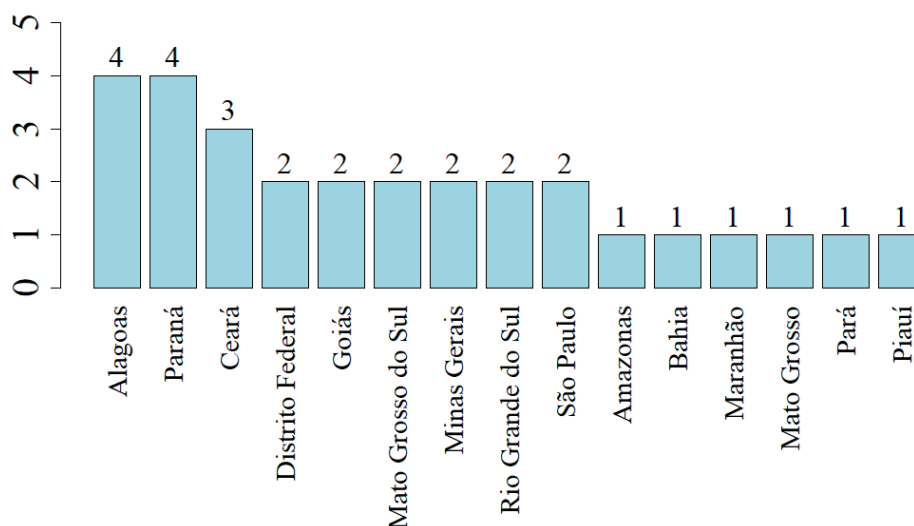
À luz do exposto, conclui-se que os indicadores devem ser interpretados como resultados descritivos do grupo alcançado nesta etapa da pesquisa, sendo sua utilização voltada à compreensão parcial do fenômeno investigado, dentro dos limites de cobertura amostral observados. Essa leitura contribui para uma interpretação metodologicamente consistente e proporcional ao estágio atual de coleta de dados.

3.1. Identificação

Entre as entidades dos egressos entrevistados, 10 (34,5%) estão localizadas na região Nordeste, sendo 4 em Alagoas, 1 na Bahia, 3 no Ceará, 1 no Maranhão e 1 no Piauí; 2 (6,9%) estão localizadas na região Norte, sendo 1 no Amazonas e 1 no Pará; 7 (24,1%) estão localizadas na região Centro-Oeste, sendo 2 no Distrito Federal, 2 em Goiás, 1 no Mato Grosso e 2 no Mato Grosso do Sul; 4 (13,8%) estão localizadas na região Sudeste, sendo 2 em Minas Gerais e 2 em São Paulo e, por fim, 6 (20,7%) estão localizadas na região Sul, sendo 4 no Paraná e 2 no Rio Grande do Sul.

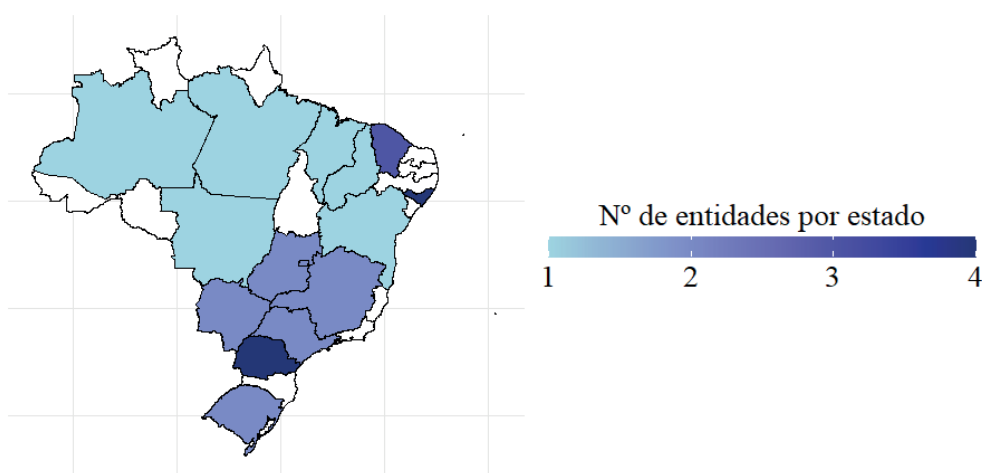
A **Figura 23** apresenta um gráfico de barras com a distribuição de frequência da variável referente ao estado das entidades de acolhimento dos entrevistados. A **Figura 24**, por sua vez, apresenta um mapa de calor dessa mesma variável. Nessa visualização, a cor dos estados está relacionada com a quantidade de entidades de acolhimento: quanto mais escura a cor, maior o número de entidades observadas. A partir desse mapa, é possível identificar a distribuição espacial das entidades, com destaque para os estados localizados nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, que concentram maior número de ocorrências.

Figura 23: Gráfico de barras da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 24: Mapa de calor da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.2. Dados Pessoais dos Entrevistados

Nesta seção serão apresentados os resultados para as variáveis idade do(a) entrevistado(a) e município de nascimento.

3.2.1. Idade do Entrevistado

Os entrevistados têm idade entre 24 e 62 anos, sendo a idade média de 41 anos. A mediana da idade é 40 anos, o que indica que metade dos entrevistados tem 40 anos ou menos, e a outra metade tem 40 anos ou mais. Além disso, 25% dos entrevistados têm 35 anos ou menos, e 25% dos entrevistados têm 47 anos ou mais, conforme mostra a **Tabela 88**.

Tabela 88: Medidas-resumo da idade dos entrevistados

Variável	Min	Máx	Média	Mediana	Q1	Q3
Idade (anos)	24	62	41	40	35	47

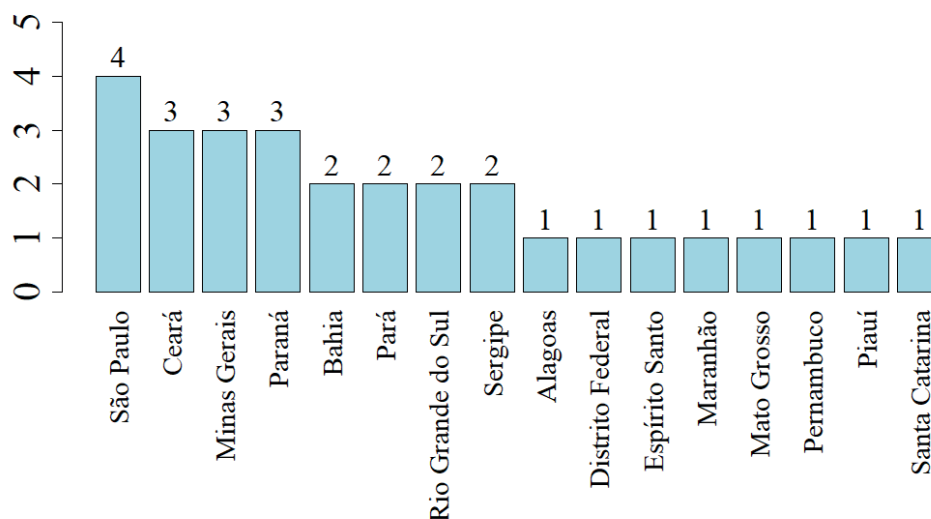
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.2.2. Estado de Nascimento do(a) Entrevistado(a)

Entre os 29 egressos entrevistados, 11 (37,9%) nasceram na região Nordeste, sendo 1 em Alagoas, 2 na Bahia, 3 no Ceará, 1 no Maranhão, 1 no Piauí, 2 em Sergipe e 1 em Pernambuco; 2 (6,9%) nasceram na região Norte, ambos no Pará; 2 (6,9%) nasceram na região Centro-Oeste, sendo 1 no Distrito Federal e 1 no Mato Grosso; 8 (27,6%) nasceram na região Sudeste, sendo 3 em Minas Gerais, 4 em São Paulo e 1 no Espírito Santo; e 6 (20,7%) nasceram na região Sul, sendo 3 no Paraná, 2 no Rio Grande do Sul e 1 em Santa Catarina. Entre os 29 egressos entrevistados, 13 (44,8 %) foram acolhidos por entidades na mesma região de nascimento.

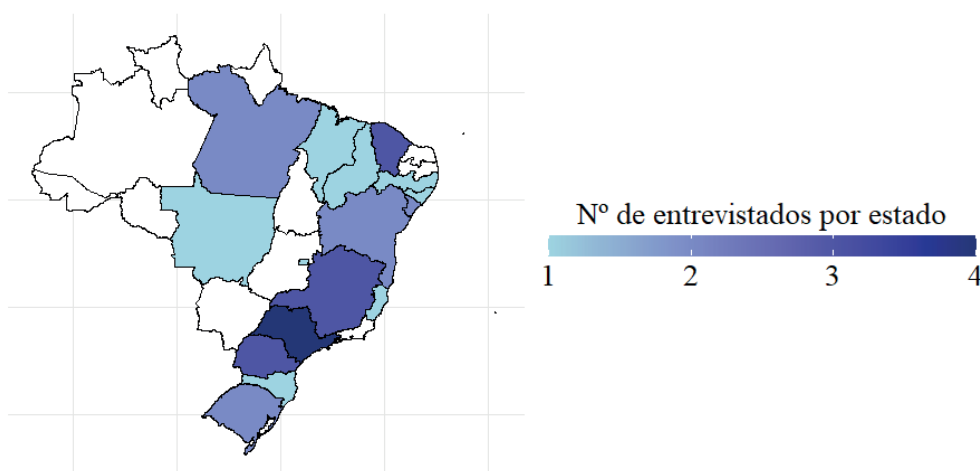
A **Figura 25** apresenta um gráfico de barras com a distribuição de frequência para a variável estado de nascimento dos entrevistados. Já a **Figura 26** apresenta um mapa de calor da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados. Nele é apresentado o mapa do Brasil e os estados são coloridos de acordo com a quantidade de entidades de acolhimento dos entrevistados no estado: quanto mais escura for a cor, mais entidades foram observadas no estado em questão. Nesta figura, diferente do que foi observado na figura 25, destacam-se os estados da região Sul, Sudeste e Nordeste como aqueles com mais acolhidos nascidos neles.

Figura 25: Gráfico de barras da variável estado de nascimento dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Figura 26: Mapa de calor da variável estado de nascimento dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.3. Perfil dos Entrevistados

Nesta seção serão apresentados os resultados para as perguntas referentes ao perfil dos entrevistados.

3.3.1. Autodeclaração com relação à cor/raça

Sobre a autodeclaração com relação à cor/raça, entre os 29 entrevistados, 16 (55,2%), mais da metade, se autodeclararam pardos, 10 (34,5%) se autodeclararam brancos e 3 se autodeclararam pretos (10,3%). A distribuição das respostas para a pergunta sobre como se autodeclararam com relação à cor/raça está apresentada na **Tabela 89**.

Tabela 89: Distribuição da variável autodeclaração com relação à cor/raça

Respostas	Frequência	Porcentagem
Preto	3	10,3%
Pardo	16	55,2%
Branco	10	34,5%
Indígena	0	0%
Amarelo	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Sobre a autodeclaração com relação ao gênero, todos os 29 entrevistados se autodeclararam cisgênero, sendo 24 (82,8%) homens cisgêneros (homens que se identificam com o sexo biológico de nascimento), e 5 (17,2%) mulheres cisgêneros (mulheres que se identificam com o sexo biológico de nascimento). A distribuição das respostas para a pergunta sobre como se autodeclararam com relação ao gênero está apresentada na **Tabela 90**.

Tabela 90: Distribuição da variável autodeclaração com relação ao gênero.

Respostas	Frequência	Porcentagem
Homem cisgênero	24	82,8%
Mulher cisgênero	5	17,2%
Homem transgênero	0	0%
Mulher transgênero	0	0%
Pessoa não binária	0	0%
Outro	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.2. Estado Civil do(a) Entrevistado (a)

Sobre o estado civil, entre os 29 entrevistados, 4 (13,8%) são casados, 1 (3,4%) é separado/divorciado, 21 (72,4%) são solteiros e 3 (10,3%) estão em uma união estável, ou seja, moram com um companheiro, mas não são casados civilmente. A distribuição da variável estado civil está apresentada na **Tabela 91**.

Tabela 91: Distribuição da variável estado civil

Respostas	Frequência	Porcentagem
Casado	4	13,8%
União estável	3	10,3%
Solteiro	21	72,4%
Viúvo	0	0%
Separado/divorciado	1	3,4%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.3. Renda familiar

No que diz respeito à renda familiar mensal, entre os 29 entrevistados, 2 não responderam ou não souberam responder sobre esse assunto, 12 (41,4%) recebem até 1 salário mínimo, 7 (24,1%) recebem de 1 a 2 salários mínimos, 5 (17,2%) recebem de 2 a 3 salários mínimos, 2 (6,9%) recebem de 3 a 4 salários mínimos, apenas 1 (3,4%) recebe de 4 a 5 salários mínimos e nenhum (0%) entrevistado recebe mais de 5 salários mínimos. Vale destacar que, no momento da entrevista, considerou-se o salário mínimo (SM) no valor de R\$1.518,00. A distribuição da variável renda familiar mensal dos entrevistados é apresentada na **Tabela 92**.

Tabela 92: Distribuição da variável renda familiar mensal em salários mínimos (SM)

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 1 salário mínimo	12	41,4%
De 1 a 2 salários mínimos	7	24,1%
De 2 a 3 salários mínimos	5	17,2%
De 3 a 4 salários mínimos	2	6,9%
De 4 a 5 salários mínimos	1	3,4%
Mais de 5 salários mínimos	0	0%
NS/NR	2	6,9%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.4. Renda Individual Mensal

Já em relação à renda individual mensal, entre os 29 entrevistados, 6 (20,7%) declararam não ter renda naquele momento, 13 (44,8%) recebiam até 1 salário mínimo, 8 (27,6%) recebiam de 1 a 2 salários mínimos e 2 (6,9%) recebiam de 2 a 3 salários mínimos. Vale destacar que, no momento da entrevista, considerou-se o salário mínimo (SM) no valor de R\$1.518,00. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a renda individual mensal é apresentada na **Tabela 93**.

Tabela 93: Distribuição da variável renda individual mensal em salários mínimos (SM)

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sem renda no momento	6	20,7%
Até 1 salário mínimo	13	44,8%
De 1 a 2 salários mínimos	8	27,6%
De 2 a 3 salários mínimos	2	6,9%
De 3 a 4 salários mínimos	0	0%
De 4 a 5 salários mínimos	0	0%
Mais de 5 salários mínimos	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.5. Situação de Moradia

A seguir serão apresentados os resultados sobre a situação de moradia dos entrevistados, tanto antes de serem egressos quanto atualmente. Entre os 29 entrevistados, observa-se que: nenhum (0%) entrevistado residia em abrigo antes de se tornar egresso, enquanto atualmente 1 (3,4%) encontra-se nessa condição; 8 (27,6%) estavam em situação de rua anteriormente, ao passo que, atualmente, apenas 1 (3,4%) está nessa situação; 7 (24,1%) moravam de aluguel antes de serem egressos, e esse número passou para 11 (37,9%) na situação atual; 1 (3,4%) vivia em moradia cedida anteriormente, enquanto atualmente são 2 (6,9%); 11 (37,9%) residiam em moradia própria antes de serem egressos, mantendo-se esse mesmo quantitativo na situação atual; 2 (6,9%) moravam na casa de outras pessoas sem pagar por isso, reduzindo para 1 (3,4%) atualmente; Nenhum (0%) entrevistado declarou “outra” situação de moradia antes de se tornar egresso, ao passo que, atualmente, 2 (6,9%) se enquadram nessa categoria. Esses resultados estão apresentados na **Tabela 94**.

Tabela 94: Distribuição da variável situação de moradia antes e depois do acolhimento

Resposta	Antes do acolhimento		Atualmente	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Moradia própria	11	37,9%	11	37,9%
Moradia alugada	7	24,1%	11	37,9%
Moradia cedida	1	3,4%	2	6,9%
Abrigo	0	0%	1	3,4%
Casa de terceiros	2	6,9%	1	0%
Situação de rua	8	27,6%	1	0%
Outra	0	0%	2	6,9%
Total	29	100%	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 27** apresenta a matriz de transição da situação de moradia dos entrevistados antes de serem egressos em comparação com sua situação atual. Por exemplo, entre os 8 entrevistados que estavam em situação de rua antes de serem egressos, apenas 1 continua em situação de rua. Quanto aos demais, 1 passou a morar em abrigo, 2 em moradia alugada, 1 em moradia cedida, 2 em moradia própria, e 1 em outra situação de moradia. Outro exemplo são os 11 entrevistados que moravam em casa própria antes de egresso. Atualmente 7 ainda moram em casa própria, 3 moram de aluguel e 1 em moradia cedida. Por outro lado, considerando os 11 entrevistados que atualmente moram em casa própria, antes de serem egressos 2 estavam em situação de rua, 2 moravam de aluguel e 7 já moravam em casa própria antes de serem egressos.

Figura 27: Fluxo de mudança na situação de moradia antes e depois do acolhimento

		Situação de Moradia						
Antes do acolhimento	Outra	0	0	0	0	0	0	0
	Situação de rua	2	2	1	1	0	1	1
	Casa de terceiros	0	2	0	0	0	0	0
	Abrigo	0	0	0	0	0	0	0
	Moradia cedida	0	1	0	0	0	0	0
	Moradia alugada	2	3	0	0	1	0	1
	Moradia própria	7	3	1	0	0	0	0
		Depois do acolhimento						
		Moradia própria	Moradia alugada	Moradia cedida	Abrigo	Casa de terceiros	Situação de rua	Outra

Frequência
6
4
2
0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.6. Número de Pessoas na Residência do Entrevistado

Entre os 29 entrevistados, 8 estavam em situação de rua antes de serem egressos e 1 encontra-se em situação de rua atualmente. Para os demais foi perguntado sobre o número de pessoas que moram/moravam na residência junto com o entrevistado.

Entre os 21 entrevistados que responderam sobre a quantidade de pessoas em sua residência antes de serem egressos, foram obtidas as seguintes informações: 4 (19%) moravam sozinhos; 12 (57,1%) viviam com 1 a 2 pessoas; 2 (9,5%) residiam com 3 a 4 pessoas e 3 (14,3%) moravam com 5 a 6 pessoas.

Entre os 28 entrevistados para os quais foi perguntado sobre a quantidade de pessoas em sua residência atualmente, 2 não responderam ou não souberam responder. Vale destacar que 1 deles respondeu morar em abrigo e o outro respondeu como “outra” a sua situação de moradia atualmente. Dessa forma, apenas 26 entrevistados responderam sobre a quantidade de pessoas em sua residência atualmente.

Desses 26 entrevistados que responderam sobre o número de pessoas em sua residência atualmente, 7 (26,9%) informaram que moram sozinhos; 14 (53,8%) responderam que moram com mais 1 ou 2 pessoas; 4 (15,4%) responderam que moram com mais 3 ou 4 pessoas; e 1 apenas (3,8%) respondeu que mora com mais 5 ou 6 pessoas. Esses resultados encontram-se na **Tabela 95**.

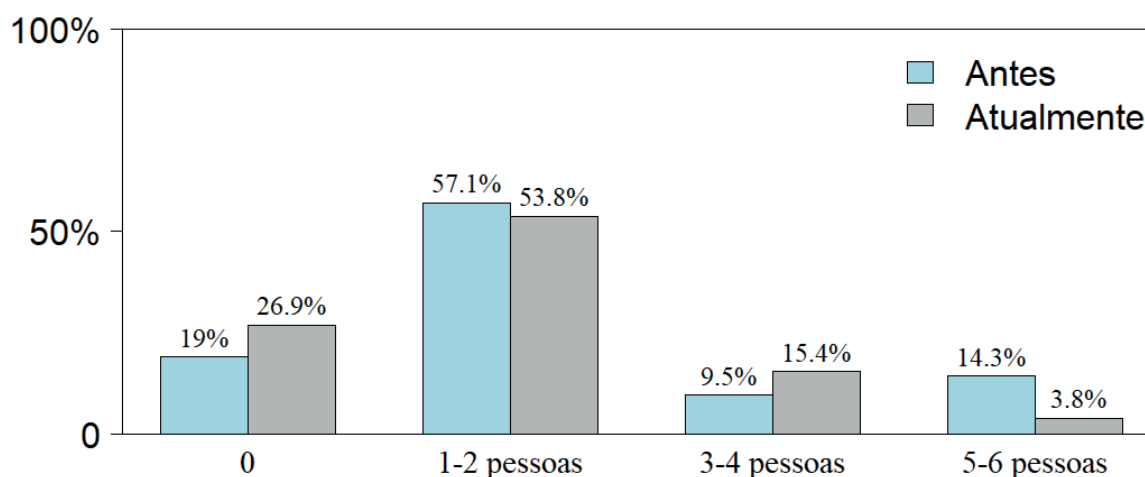
Tabela 95: Distribuição da variável número de pessoas na residência, antes e depois do acolhimento

Respostas	Antes de ser egresso		Atualmente	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
0	4	19%	7	26,9%
1-2 pessoas	12	57,1%	14	53,8%
3-4 pessoas	2	9,5%	4	15,4%
5-6 pessoas	3	14,3%	1	3,8%
7 ou mais pessoas	0	0,00%	0	0,00%
Total	21	100%	26	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 28** apresenta o gráfico de barras da variável “número de pessoas que residiam com o entrevistado”, comparando o período anterior à situação de egresso (em azul) com a situação atual (em cinza). Observa-se que, tanto antes de ser egresso quanto na situação atual, a maior parte dos entrevistados convivia (e convive) com uma a duas pessoas.

Figura 28: Gráfico de barras da variável número de pessoas na residência, antes e depois do acolhimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.7. Benefícios e/ou Direitos Sociais Recebidos

Também foi perguntado aos entrevistados se eles atualmente recebem benefícios e/ou direitos sociais. As opções de respostas foram informadas aos entrevistados, que poderiam escolher mais de uma alternativa, porém todos eles escolheram apenas uma opção.

Entre os 29 entrevistados, 7 (24,1%) recebem Bolsa Família; 1 (3,4%) recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC Loas); nenhum (0%) recebe aposentadoria; 1 (3,4%) recebe pensão por morte; nenhum (0%) recebe pensão por invalidez; 1 (3,4%) recebe

auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária); nenhum (0%) recebe seguro-desemprego; nenhum (0%) declarou receber outro benefício; e 18 (62,1%) informaram não receber benefício algum. Essas respostas estão na **Tabela 96**. Nela observa-se que o benefício mais comum entre os recebidos é o Bolsa Família.

Tabela 96: Distribuição da proporção de entrevistados que recebem benefícios e/ou direitos sociais por tipo de benefícios

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Bolsa Família	22	75,9%	7	24,1%
BPC Loas	28	96,6%	1	3,4%
Aposentadoria	29	100%	0	0%
Pensão por morte	28	96,6%	1	3,4%
Pensão por invalidez	29	100%	0	0%
Auxílio-doença	28	96,6%	1	3,4%
Seguro-desemprego	29	100%	0	0%
Não recebe auxílio ou benefício	11	37,9%	18	62,1%
Outro	29	100%	0	0%
NS/NR	28	96,6%	1	3,4%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.8. Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade, entre os 29 entrevistados, 11 (37,9%) declararam ter Ensino Médio completo, 9 (31%) tinham Ensino Fundamental completo, 6 (20,7%) tinham Ensino Fundamental incompleto, 2 (6,9%) apresentavam Ensino Médio incompleto e 1 (3,4%) nunca estudou. A distribuição da variável escolaridade está detalhada na **Tabela 97**. Percebe-se que a maioria dos entrevistados tem Ensino Médio completo, seguida por Ensino Fundamental completo, enquanto os casos de Ensino Fundamental incompleto e os que nunca estudaram aparecem com menor frequência.

Tabela 97: Distribuição da variável escolaridade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Nunca estudou	1	3,4%
Ensino Fundamental incompleto	6	20,7%
Ensino Fundamental completo	9	31%
Ensino Médio incompleto	2	6,9%
Ensino Médio completo	11	37,9%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Também foi questionado aos entrevistados se estão cursando algum nível de ensino atualmente. Entre os 29 entrevistados, 27 (93,1%) declararam não cursar nenhuma

modalidade de ensino no momento, 1 (3,4%) informou estar no Ensino Médio e 1 (3,4%) relatou estar no Ensino Superior. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o nível de escolaridade do entrevistado no momento está detalhada na **Tabela 98**. Percebe-se que a maioria dos entrevistados não está cursando nenhuma modalidade de ensino no momento, enquanto as categorias Ensino Médio e Ensino Superior apresentam frequências significativamente menores e iguais entre si.

Tabela 98: Distribuição da variável ensino cursado atualmente

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ensino Médio	1	3,4%
Ensino Superior	1	3,4%
Não cursa modalidade de ensino no momento	27	93,1%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.9. Número de Filhos

A seguir, foi questionado sobre a quantidade de filhos do egresso. Entre os 29 entrevistados, 9 (31%) declararam não ter filhos, 9 (31%) informaram ter 1 filho, 4 (13,8%) relataram ter 4 filhos, 3 (10,3%) afirmaram ter 2 filhos, 3 (10,3%) indicaram ter 3 filhos e 1 (3,4%) declarou ter 5 filhos. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o número de filhos do entrevistado está detalhada na **Tabela 99**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde à de entrevistados que não têm filhos e aos que têm apenas 1 filho. Em seguida, evidenciam-se os que têm 4 filhos, enquanto as categorias 2 filhos e 3 filhos apresentam frequências intermediárias, e o grupo com 5 filhos aparece com menor frequência.

Tabela 99: Distribuição da variável número de filhos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não possui filhos	9	31%
1 filho	9	31%
2 filhos	3	10,3%
3 filhos	3	10,3%
4 filhos	4	13,8%
5 filhos	1	3,4%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.3.10. Religião

No que diz respeito à variável religião, 29 entrevistados responderam à questão. Entre eles, 8 (27,6%) são católicos, 19 (65,5%) evangélicos e 2 (6,9%) não têm religião. Nenhum entrevistado informou outras respostas. Os dados estão na **Tabela 100**.

Tabela 100: Distribuição da variável religião

Respostas	Frequência	Porcentagem
Católica	8	27,6%
Evangélica	19	65,5%
Espírita	0	0%
Religiões afro-brasileiras	0	0%
Ateu	0	0%
Não tem religião	2	6,9%
Outra	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também foi perguntado sobre o costume, antes e depois do acolhimento, de frequentar algum local de prática religiosa. Antes do acolhimento, 13 (44,8%) não frequentavam esses locais; após o acolhimento, esse número caiu para 2 (6,9%). A frequência rara manteve-se estável, com 5 entrevistados (17,2%) tanto antes quanto depois do acolhimento. Por outro lado, a frequência eventual passou de 3 (10,3%) para 4 (13,8%), enquanto a frequência regular apresentou aumento expressivo, passando de 8 (27,6%) antes do acolhimento para 18 (62,1%) após o acolhimento. Os valores estão na **Tabela 101**.

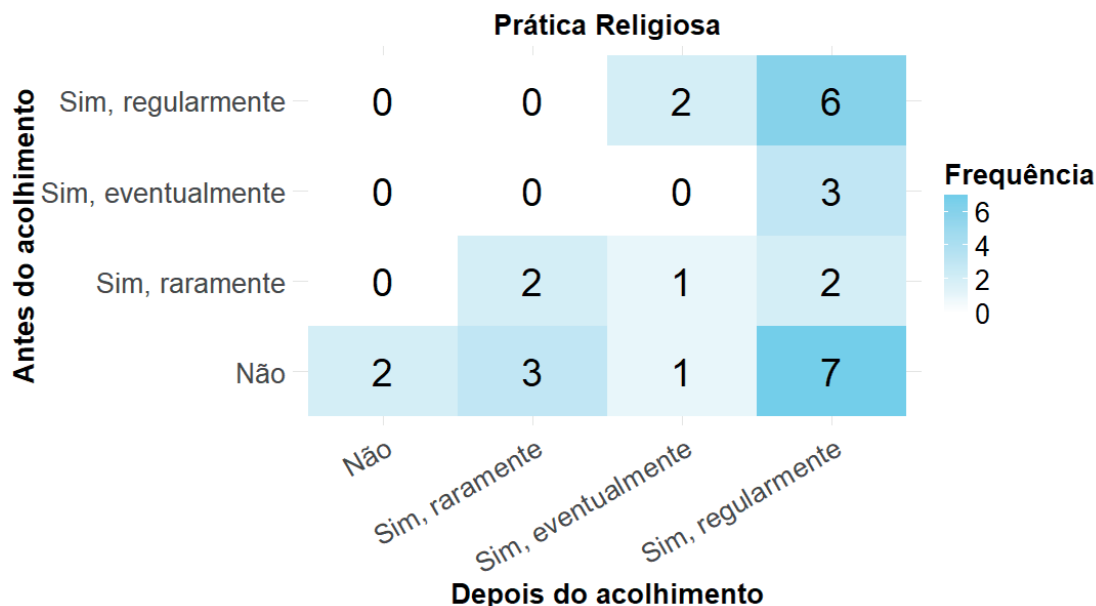
Tabela 101: Distribuição da variável costume de frequentar algum local de prática religiosa, antes e depois do acolhimento

Resposta	Antes do acolhimento		Depois do acolhimento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	13	44,8%	2	6,9%
Sim, raramente	5	17,2%	5	17,2%
Sim, eventualmente	3	10,3%	4	13,8%
Sim, regularmente	8	27,6%	18	62,1%
Total	29	100%	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

O costume de frequentar locais de prática religiosa, antes e depois do acolhimento, pode ser mais bem interpretado pela **Figura 29**, que mostra o fluxo de mudança nessa variável. É possível perceber que a grande maioria dos entrevistados manteve ou aumentou a frequência em locais de prática religiosa. Verifica-se que apenas 2 entrevistados passaram de frequência regular, antes do acolhimento, para frequência eventual.

Figura 29: Fluxo de mudança na variável costume de frequentar locais de práticas religiosas, antes e depois do acolhimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4. Experiência do último acolhimento

3.4.1. Durante o Acolhimento

Quanto à duração do último acolhimento, entre os 29 entrevistados, 5 (17,2%) informaram que permaneceram por mais de 4 meses até 6 meses, 23 (79,3%) mais de 6 meses até 12 meses, e apenas 1 (3,4%) indicou outra duração. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a duração do último acolhimento do entrevistado está detalhada na **Tabela 102**. Percebe-se que a maioria dos entrevistados permaneceu acolhida por mais de 6 meses até 12 meses, seguida pela faixa de mais de 4 meses até 6 meses, enquanto a categoria “outra duração” aparece com menor frequência

Tabela 102: Distribuição da duração do último acolhimento do entrevistado

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 7 dias	0	0%
Entre 1 e 4 semanas	0	0%
Entre 1 e 3 meses	0	0%
Entre 3 e 4 meses	0	0%
Entre 4 e 6 meses	5	17,2%
Entre 6 e 12 meses	23	79,3%
Outra	1	3,4%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.2. Tempo entre a saída do último Acolhimento e a Entrevista

Já no que diz respeito ao tempo entre a saída do último acolhimento e a entrevista, entre os 29 entrevistados, 18 (62,1%) declararam que o tempo desde a saída do último acolhimento até o dia da entrevista foi de mais de 3 meses até 4 meses, 10 (34,5%) informaram que o período foi de mais de 4 meses até 6 meses, e apenas 1 (3,4%) indicou que havia transcorrido mais de 1 mês até 3 meses. A distribuição das respostas sobre o tempo desde a saída do último acolhimento até o dia da entrevista encontra-se na **Tabela 103**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados se encontrava na faixa de mais de 3 meses até 4 meses, seguida pela categoria de mais de 4 meses até 6 meses, enquanto o intervalo de mais de 1 mês até 3 meses aparece com menor frequência.

Tabela 103: Distribuição do tempo desde a saída do último acolhimento até o dia da entrevista do entrevistado

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 7 dias	0	0%
Entre 1 e 4 semanas	0	0%
Entre 1 e 3 meses	1	3,4%
Entre 3 e 4 meses	18	62,1%
Entre 4 e 6 meses	10	34,5%
Entre 6 e 12 meses	0	0%
Outra	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.3. Número de vezes Acolhido em uma Entidade

Na análise da variável referente ao número de vezes em que o entrevistado foi acolhido em uma entidade, perguntou-se aos 29 participantes se o último acolhimento correspondia à primeira experiência em entidade de apoio e acolhimento para cuidado de álcool e outras drogas. Em seguida, para aqueles que responderam que esta não tinha sido a primeira vez, foi perguntado quantas vezes ele já tinha sido acolhido em uma entidade de apoio e acolhimento. Juntando as respostas das duas perguntas, foi possível analisar o número de vezes que os entrevistados foram acolhidos em entidades, como é mostrado a seguir.

Entre os 29 entrevistados, 12 (41,4%) responderam que o último acolhimento foi o primeiro, 8 (27,6%) já passaram por dois acolhimentos, 2 (6,9%) já passaram por três acolhimentos, 3 (10,3%) já passaram por quatro acolhimentos e 4 (13,8%) passaram por cinco ou mais acolhimentos. A distribuição do número de acolhimentos vividos pelos entrevistados está detalhada na **Tabela 104**.

Tabela 104: Distribuição da variável número de vezes em uma entidade de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Uma vez	12	41,4%
Duas vezes	8	27,6%
Três vezes	2	6,9%
Quatro vezes	3	10,3%
Cinco vezes ou mais	4	13,8%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.4. Participação na Elaboração do PIA/PAS após o Acolhimento

Quanto à participação na elaboração do PIA/PAS após o acolhimento, entre os 29 entrevistados, 19 (65,5%) declararam ter participado em até 20 dias; 4 (13,8%) afirmaram que participaram, mas não se lembram se isso ocorreu dentro desse prazo; outros 4 (13,8%) declararam não se lembrar de sua participação; 1 (3,4%) informou ter participado após 20 dias ou mais; e 1 (3,4%) declarou não ter participado, mesmo estando há mais de 20 dias na instituição. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a participação na elaboração do PIA/PAS após o acolhimento está detalhada na **Tabela 105**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados participou da elaboração do PIA/PAS em até 20 dias depois do acolhimento, enquanto as categorias “não se lembra” e “participou, mas não se lembra se em 20 dias” aparecem com frequência intermediária. As opções “participou depois de passados 20 dias ou mais” e “não participou, mesmo estando há mais de 20 dias na instituição” apresentam menor frequência.

Tabela 105: Distribuição da variável participação na elaboração do PIA/PAS

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não se lembra	4	13,8%
Não participou, mesmo estando há mais de 20 dias na instituição.	1	3,4%
Participou, mas não se lembra se em 20 dias.	4	13,8%
Participou em até 20 dias depois do acolhimento.	19	65,5%
Participou depois de passados 20 dias ou mais do acolhimento.	1	3,4%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.5. Forma de Ingresso na Entidade de Acolhimento

Quando questionados sobre a forma de ingresso na entidade de acolhimento, entre os 29 entrevistados, 11 (37,9%) informaram que procuraram a entidade por conta própria, 11 (37,9%) declararam que buscaram a entidade por sugestão de um familiar ou amigo, 2 (6,9%) relataram ter sido encaminhados por serviço de saúde (CAPS, hospital,

posto de saúde etc.), 1 (3,4%) mencionou encaminhamento por serviço da assistência social (CRAS, CREAS, abordagem social etc.), 1 (3,4%) afirmou ter sido encaminhado pelo sistema de justiça e 3 (10,3%) indicaram outra forma de ingresso. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a forma de ingresso na entidade de acolhimento está detalhada na **Tabela 106**. Percebe-se que as maiores frequências correspondem às categorias “buscou a entidade por sugestão de familiar ou amigo” e “procurou a entidade por conta própria”.

Tabela 106: Distribuição da variável forma de ingresso na entidade de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Procurei a entidade por conta própria	11	37,9%
Busquei a entidade por sugestão de um familiar ou amigo	11	37,9%
Fui encaminhado(a) por serviço de saúde	2	6,9%
Fui encaminhado(a) por serviço da assistência social	1	3,4%
Fui encaminhado(a) pelo sistema de justiça	1	3,4%
Outro	3	10,3%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.6. Indicativo de problema com a Justiça

Em relação ao indicativo de problema com a justiça, entre os 29 entrevistados, 17 (58,6%) declararam não ter problema com a justiça, enquanto 12 (41,4%) informaram que têm. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o indicativo de problema com a justiça está detalhada na **Tabela 107**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados declarou não ter problema com a justiça, enquanto uma parcela expressiva informou ter.

Tabela 107: Distribuição da variável indicativa de problema com a justiça

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	17	58,6%
Sim	12	41,4%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.7. Avaliação da Experiência do seu Último acolhimento

Em relação à avaliação da experiência do seu último acolhimento, entre os 29 entrevistados, 22 (75,9%) a avaliaram como ótima, 5 (17,2%) a classificaram como boa, 1 (3,4%) a considerou regular, 1 (3,4%) a avaliou como ruim e, por fim, nenhum (0%) como péssimo. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a avaliação da experiência do último acolhimento na entidade está detalhada na **Tabela 108**. Nela, percebe-se que

a maioria dos entrevistados classificou a experiência como ótima, seguida pela avaliação boa, enquanto as categorias regular e ruim aparecem com menor frequência.

Tabela 108: Distribuição da avaliação da experiência do último acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ótimo	22	75,9%
Bom	5	17,2%
Regular	1	3,4%
Ruim	1	3,4%
Péssimo	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.8. Avaliação do seu Desempenho/Participação no Acolhimento

Sobre a avaliação do seu desempenho/participação no acolhimento, entre os 29 entrevistados, 17 (58,6%) avaliaram seu desempenho/participação no último acolhimento como ótimo, 10 (34,5%) classificaram como bom, 2 (6,9%) consideraram regular e nenhum (0%) como ruim ou péssimo. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a avaliação do desempenho/participação no último acolhimento na entidade está detalhada na **Tabela 109**.

Tabela 109: Distribuição da variável autoavaliação de desempenho/participação no acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ótimo	17	58,6%
Bom	10	34,5%
Regular	2	6,9%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.9. Recebimento de Visitas Durante acolhimento

Em relação ao recebimento de visitas durante o acolhimento e a fim de entender como funcionam as visitas nas entidades de acolhimento, primeiro foi perguntado aos entrevistados sobre a permissão de receber visitas durante o acolhimento. Entre os 29 entrevistados, 1 (3,4%) relatou que não teve permissão de receber visitas no último acolhimento e os outros 28 (96,6 %) relataram que tiveram tal permissão.

Aos 28 entrevistados que tiveram a permissão de receber visitas, foi perguntado sobre o tempo entre a entrada na entidade e a autorização de recebimento de visitas. Apenas

1 (3,6%) deles disse que as visitas já eram permitidas desde o primeiro dia de acolhimento. Somente 2 entrevistados (7,1%) disseram que as visitas passaram a ser permitidas na mesma semana do início de acolhimento, 23 (82,1%) disseram que as visitas passaram a ser permitidas entre 2 e 4 semanas (antes de 1 mês) do início do acolhimento, 1 (3,6%) relatou que as visitas passaram a ser permitidas entre 2 e 3 meses de acolhimento e 1 (3,6%) relatou que as visitas passaram a ser permitida entre 3 e 4 meses de acolhimento. Nenhum dos entrevistados relatou mais de 4 meses entre o início do acolhimento e a permissão de visitas, assim como também ninguém disse não se lembrar. Esses valores estão discriminados na **Tabela 110**. Nela fica claro que a grande maioria das entidades permite visitas entre 2 e 4 semanas desde o início do acolhimento.

Tabela 110: Distribuição da variável tempo entre o início do acolhimento e a permissão de visitas

Respostas	Frequência	Porcentagem
No mesmo dia	1	3,6%
Na primeira semana	2	7,1%
Entre 2 e 4 semanas	23	82,1%
Entre 2 e 3 meses	1	3,6%
Entre 3 e 4 meses	1	3,6%
Entre 4 e 6 meses	0	0%
Mais de 6 meses	0	0%
Não me lembro	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 28 entrevistados que tiveram permissão para receber visitas durante o acolhimento, 7 (25%) declararam não ter recebido visitas, enquanto 21 (75%) afirmaram tê-las recebido. Aos 21 que receberam visitas, foi perguntado quem os visitava. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher uma ou mais opções entre as apresentadas.

Entre os 21 entrevistados que responderam a essa pergunta, 4 (19%) receberam visitas do pai, 11 (52,4%) receberam visitas da mãe, 5 (23,8%) receberam visitas do(a) companheiro(a), 9 (42,9%) receberam visitas de filhos(as), 3 (14,3%) receberam visitas de tios(as), 13 (61,9%) receberam visitas de irmãos(ãs), 6 (28,6%) receberam visitas de amigos(as) e 3 (14,3%) receberam visitas de outros parentes. Esses valores estão na **Tabela 111**. Nela é possível perceber que irmãos/irmãs representam os parentes que mais visitam os acolhidos, seguido das mães e depois dos(as) filhos(as).

Tabela 111: Distribuição da proporção de entrevistados que recebem visitas, por categoria de familiar que os visitaram

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Pai	17	81,0%	4	19,0%
Mãe	10	47,6%	11	52,4%
Companheiro(a)	16	76,2%	5	23,8%
Filhos(as)	12	57,1%	9	42,9%
Tios(as)	18	85,7%	3	14,3%
Irmão(ã)	8	38,1%	13	61,9%
Amigos(as)	15	71,4%	6	28,6%
Avó/Avô	21	100%	0	0%
Outros parentes	18	85,7%	3	14,3%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.10. Importância dos laços Familiares Durante o acolhimento

Quanto à importância dos laços familiares durante o acolhimento, entre os 29 entrevistados, 1 (3,4%) considerou-os pouco importantes para o tratamento; 4 (13,8%) avaliaram-nos como importantes; 6 (20,7%) classificaram-nos como muito importantes; 16 (55,2%) como extremamente importantes; e 2 (6,9%) não souberam ou não responderam. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a importância dos laços familiares no tratamento durante o acolhimento está detalhada na **Tabela 112**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados considerou os laços familiares extremamente importantes, seguida pela avaliação “*muito importante*” e “*importante*”.

Tabela 112: Distribuição da variável importância dos laços familiares no tratamento durante o acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Nada importante	0	0%
Pouco importante	1	3,4%
Importante	4	13,8%
Muito importante	6	20,7%
Extremamente importante	16	55,2%
NS/NR	2	6,9%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.11. Descumprimento de Regras e sanção Disciplinar

Quando questionados sobre o descumprimento de regras ou normas de convivência durante o acolhimento e a aplicação de sanções disciplinares, 7 entrevistados (24,1%) declararam ter descumprido normas e ter sofrido sanção; 1 (3,4%) informou ter descumprido

normas, mas não ter sofrido sanção; e 21 (72,4%) afirmaram nunca ter descumprido normas nem ter sofrido sanção disciplinar. Os valores estão na **Tabela 113**. Por meio desses dados, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados nunca descumpriu nenhuma regra. Entre os que descumpriram, a maioria (7 de 8) sofreu sanções disciplinares por isso.

Tabela 113: Distribuição da variável descumprimento de regras e sanções disciplinares

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim, eu já descumpri alguma regra e sofri uma sanção disciplinar.	7	24,1%
Sim, eu já descumpri alguma regra, mas não sofri uma sanção disciplinar.	1	3,4%
Não, eu nunca descumpri nenhuma regra.	21	72,4%
Não, eu nunca descumpri nenhuma regra; mesmo assim, sofri uma sanção disciplinar.	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em seguida, aos 7 entrevistados que declararam terem descumprido regras e terem sofrido sanções disciplinares por isso, foi perguntado quais sanções foram adotadas. Naquele momento, os entrevistados poderiam informar mais de uma sanção, e as opções não foram apresentadas previamente pelo entrevistador. A **Tabela 114** apresenta as respostas e nela é possível perceber que a sanção mais frequente relatada é a advertência verbal. As demais sanções apresentaram nenhum ou apenas um apontamento pelos entrevistados.

Tabela 114: Distribuição da variável proporção de sanções sofridas como consequências do descumprimento de regras, por tipo de sanção

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Advertência verbal	0	0%	7	100%
Restrição temporária de atividades recreativas	6	85,7%	1	14,3%
Restrição temporária de visitas	7	100%	0	0%
Restrição temporária de contato com a família	6	85,7%	1	14,3%
Retirada temporária de benefícios	7	100%	0	0%
Isolamento temporário	7	100%	0	0%
Obrigações forçadas	6	85,7%	1	14,3%
Ameaças verbais	7	100%	0	0%
Intimidação	7	100%	0	0%
Agressões físicas	7	100%	0	0%
Maus-tratos	7	100%	0	0%
Outra	5	71,4%	2	28,6%
Não respondeu	7	100%	0	0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.12. Orientação sobre Direitos e Deveres dentro da Instituição

Entre os 29 entrevistados, 27 (93,1%) declararam ter recebido orientação sobre seus direitos e deveres dentro da instituição, ao passo que somente 2 (6,9%) informaram que não a receberam. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a orientação acerca de direitos e deveres dentro da instituição está detalhada na **Tabela 115**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados afirmou ter recebido orientação, enquanto uma pequena parcela declarou não ter recebido.

Tabela 115: Distribuição da variável indicadora de recebimento de orientação sobre direitos e deveres dentro da instituição

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	2	6,9%
Sim	27	93,1%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.13. Respeito e Importância da Espiritualidade no Tratamento

Quanto à importância da espiritualidade no tratamento, inicialmente foi perguntado aos entrevistados se consideravam que, na entidade, houve respeito à diversidade religiosa. Entre os 29 egressos, apenas 1 (3,4%) declarou não perceber esse respeito, enquanto os demais 28 (96,6%) afirmaram que houve respeito. Em seguida foi perguntado sobre a importância da espiritualidade no âmbito do tratamento. Entre os entrevistados, nenhum considera a espiritualidade “*nada importante*”, 1 (3,4%) a considera “*pouco importante*”, 7 (24,1%) a consideram “*importante*”, 7 (24,1%) a consideram “*muito importante*” e 14 (48,3%) a consideram “*extremamente importante*”, como apresentado na **Tabela 116** a seguir. Fica nítido sobre como os egressos consideram importante a espiritualidade. Vale destacar que o único egresso que considerou não ter sua religião respeitada respondeu que considera extremamente importante a espiritualidade no âmbito do tratamento.

Tabela 116: Distribuição da variável importância da espiritualidade no tratamento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Nada importante	0	0%
Pouco importante	1	3,4%
Importante	7	24,1%
Muito importante	7	24,1%
Extremamente importante	14	48,3%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.14. Respeito com Diversidades Gênero e sexualidade na Entidade

Quanto ao respeito às diversidades de gênero e sexualidade na entidade, entre os 29 entrevistados, 27 (93,1%) declararam que há respeito a essas diversidades na entidade, enquanto 2 (6,9%) informaram que não há. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o indicador de respeito às diversidades de gênero e sexualidade na entidade está detalhada na **Tabela 117**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados afirmou que há respeito às diversidades, enquanto uma pequena parcela declarou que não há.

Tabela 117: Distribuição da variável indicadora de respeito às diversidades de gênero e sexualidade na entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	2	6,9%
Sim	27	93,1%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.15. Substâncias em Uso que Levou ao Último Acolhimento

Quanto às substâncias em uso associadas ao último acolhimento, perguntou-se aos entrevistados quais substâncias os levaram à internação, sendo possível a seleção de mais de uma alternativa. Entre os entrevistados, 7 (24,1%) indicaram a maconha, 12 (41,4%) indicaram o crack, 14 (48,3%) indicaram a cocaína, 3 (10,3%) indicaram o Ecstasy, 1 (3,4%) indicou a heroína, 4 (13,8%) indicaram os inalantes (substâncias voláteis e inflamáveis, como colas, solventes, aerossóis e gases), 24 (82,8%) indicaram o álcool, 2 (6,9%) indicaram outras substâncias além das apresentadas, 8 (27,6%) indicaram o tabaco/nicotina e 2 (6,9%) indicaram o LSD. As anfetaminas e as drogas sintéticas não foram indicadas pelos entrevistados como substâncias associadas ao acolhimento. O álcool destaca-se como a principal substância, seguido pela cocaína e pelo crack. Esses valores estão presentes na **Tabela 118**.

Tabela 118: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo o tipo de substância associado ao último acolhimento

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Maconha	22	75,9%	7	24,1%
Crack	17	58,6%	12	41,4%
Cocaína	15	51,7%	14	48,3%
Anfetaminas	29	100%	0	0%
Ecstasy	26	89,7%	3	10,3%
Heroína	28	96,6%	1	3,4%
Inalantes	25	86,2%	4	13,8%

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Álcool	5	17,2%	24	82,8%
Sintéticas	29	100%	0	0%
Outra	27	93,1%	2	6,9%
Tabaco	21	72,4%	8	27,6%
LSD	27	93,1%	2	6,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Em seguida, perguntou-se ao entrevistado qual das substâncias anteriormente mencionadas ele considerava a principal razão para ter buscado apoio em uma entidade de acolhimento. Naquele momento, o entrevistado só podia escolher uma resposta. Entre todas as alternativas listadas, apenas quatro delas foram apresentadas como a principal razão do acolhimento: o álcool, apontado por 16 (55,2%) entrevistados; a cocaína e o crack, apontados por 6 (20,7%) entrevistados cada; e a maconha, apontada por 1 (3,4%) entrevistado. Esses valores estão na **Tabela 119**.

Tabela 119: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo a principal substância associada ao último acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Maconha	1	3,4%
Crack	6	20,7%
Cocaína	6	20,7%
Anfetaminas	0	0%
Ecstasy	0	0%
Heroína	0	0%
Inalantes	0	0%
Álcool	16	55,2%
Sintéticas	0	0%
Outra	0	0%
Tabaco	0	0%
LSD	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.16. Pontos Positivos do Último Acolhimento

Quando questionados sobre os três principais pontos positivos do último acolhimento, 2 entrevistados (6,9%) apontaram apenas um ponto positivo; outros 2 (6,9%) indicaram dois pontos; e a maioria, 25 (86,2%), mencionou três pontos positivos.

Entre os 29 entrevistados, 16 (55,2%) indicaram a orientação psicológica como um dos principais pontos positivos do último acolhimento; 20 (69,0%) apontaram a orientação espiritual; 4 (13,8%) mencionaram a abstinência de drogas; 16 (55,2%) destacaram

o cuidado humanizado da instituição; 4 (13,8%) citaram os grupos de apoio; 5 (17,2%) indicaram o estudo e a capacitação em oficinas profissionalizantes; 5 (17,2%) mencionaram a convivência entre os pares; 5 (17,2%) apontaram o afastamento temporário de locais de risco; e 6 (20,7%) referiram outros pontos positivos além dos apresentados. A **Tabela 120** apresenta a proporção de entrevistados que selecionaram cada um dos itens como um dos três principais pontos positivos do último acolhimento. Observa-se que a orientação espiritual, a orientação psicológica e o cuidado humanizado da instituição se destacam como os aspectos mais relevantes para a maioria dos entrevistados.

Tabela 120: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os pontos positivos do último acolhimento

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Orientação Psicológica	13	44,8%	16	55,2%
Orientação Espiritual	9	31%	20	69%
Abstinência de drogas	25	86,2%	4	13,8%
Cuidado humanizado	13	44,8%	16	55,2%
Grupos de apoio	25	86,2%	4	13,8%
Estudo e capacitação	24	82,8%	5	17,2%
Convivência entre os pares	24	82,8%	5	17,2%
Afastamento de local de risco	24	82,8%	5	17,2%
Outro	23	79,3%	6	20,7%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.4.17. Pontos Negativos do Último Acolhimento

Já em relação aos pontos negativos do último acolhimento, quando perguntados sobre os três principais pontos negativos do último acolhimento, 8 (27,6%) entrevistados não souberam responder, 9 (31%) entrevistados apontaram apenas 1 ponto negativo, 5 (17,2%) entrevistados apontaram 2 pontos negativos e os outros 7 (24,2%) entrevistados apontaram 3 pontos negativos.

Entre os 29 entrevistados, 1 (3,4%) escolheu a falta de orientação psicológica como um dos três principais pontos negativos, 9 (31%) escolheram a abstinência de drogas, 1 (3,4%) escolheu a falta de cuidado humanizado no local, 7 (24,1%) escolheram o isolamento inicial, 3 (10,3%) escolheram a falta de estudo e capacitação, 3 (10,3%) escolheram a falta de amparo da instituição, 3 (10,3%) escolheram a falta de visitas, 1 (3,4%) escolheu as sanções disciplinares e 12 (41,4%) apontaram outras opções. Nenhum entrevistado escolheu a falta de orientação espiritual como um dos principais pontos negativos. A **Tabela 121** apresenta a proporção de entrevistados que selecionaram cada item como um dos três principais pontos negativos do último acolhimento. Observa-se que a abstinência de drogas e o isolamento inicial se destacam como os aspectos mais relevantes

para a maioria dos entrevistados. Além disso, chama a atenção o número de participantes que indicaram outras opções além das apresentadas como principais pontos negativos.

Tabela 121: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os pontos negativos do último acolhimento

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Falta de orientação psicológica	28	96,6%	1	3,4%
Falta de orientação espiritual	29	100%	0	0%
Abstinência da(s) droga(s)	20	69%	9	31%
Falta de cuidado humanizado	28	96,6%	1	3,4%
Isolamento inicial	22	75,9%	7	24,1%
Falta de estudo e capacitação	26	89,7%	3	10,3%
Falta de amparo da instituição	26	89,7%	3	10,3%
Falta de visitas	26	89,7%	3	10,3%
Sanções disciplinares	28	96,6%	1	3,4%
Outro	17	58,6%	12	41,4%
NS/NR	20	69%	9	31%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.5. Experiência do egresso no pós-acolhimento

3.5.1. Sobre o Uso do Álcool e/ou drogas após a Saída da Entidade

Quanto ao uso de álcool e/ou drogas após a saída da entidade, entre os 29 entrevistados, 20 (69,0%) declararam estar em abstinência total; 7 (24,1%) relataram redução significativa do consumo; 1 (3,4%) manteve o padrão de uso; e 1 (3,4%) indicou aumento do consumo em razão da progressividade da dependência. Esses resultados estão apresentados na **Tabela 122**. Observa-se a expressiva proporção de entrevistados que alcançaram abstinência total após a saída da entidade.

Tabela 122: Distribuição da variável consumo de álcool e/ou drogas após o acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Abstinência total	20	69%
Reduziu significativamente	7	24,1%
Manteve-se no padrão	1	3,4%
Aumentou o consumo	1	3,4%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Aos 9 egressos que não ficaram em abstinência total, foi perguntado por quanto tempo, após a saída, eles conseguiram manter a abstinência. Entre eles, 7 (77,8%) responderam

que de 1 a 6 meses e 2 (22,2%) nunca conseguiram manter a abstinência. Aos mesmos 9 egressos foi perguntado qual foi o principal motivo para voltarem a fazer uso de álcool e/ou drogas. Eles poderiam escolher 3 principais motivos. Cinco entrevistados indicaram somente um motivo, ao passo que quatro entrevistados apontaram três motivos.

Entre 9 entrevistados que responderam a essa pergunta, 2 (6,9%) apontaram os problemas familiares; 2 (6,9%) apontaram a falta de apoio familiar/social; 5 (17,2%) apontaram problemas emocionais/psicológicos, como ansiedade e depressão; 1 (3,4%) apontou o desemprego/falta de ocupação; 3 (10,3%) apontaram a influência de amigos ou o ambiente social; 1 (3,4%) apontou a falta de acompanhamento pós-tratamento; 1 (3,4%) apontou a recaída em situações de estresse; e 2 (6,9%) entrevistados informaram outros problemas como os motivos que os levaram a fazer uso de álcool e/ou drogas. Os valores são apresentados na **Tabela 123**.

Tabela 123: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os problemas apontados como motivo para o retorno ao uso de álcool e/ou drogas

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Problemas familiares	7	24,1%	2	6,9%
Falta de apoio familiar/social	7	24,1%	2	6,9%
Problemas emocionais/psicológicos	4	13,8%	5	17,2%
Problemas financeiros	9	31%	0	0%
Desemprego/falta de ocupação	8	27,6%	1	3,4%
Influência de amigos/ambiente social	6	20,7%	3	10,3%
Falta de acompanhamento pós-tratamento	8	27,6%	1	3,4%
Recaída em situações de estresse	8	27,6%	1	3,4%
Outro	7	24,1%	2	6,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.5.2. Importância do Tempo de Permanência

Quando questionados sobre a importância do tempo de permanência no último acolhimento para a manutenção da abstinência, 1 entrevistado não soube ou não quis responder. Entre os 28 que responderam, 13 (46,4%) consideraram esse tempo extremamente importante; 11 (39,3%) muito importante; e 4 (14,3%) importante. Nenhum entrevistado o classificou como pouco ou nada importante, conforme apresentado na **Tabela 124**. Observa-se, de modo geral, haver consenso entre os entrevistados quanto à relevância do tempo de permanência para a manutenção da abstinência.

Tabela 124: Distribuição da variável importância do tempo de permanência no último acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Extremamente importante	13	46,4%
Muito importante	11	39,3%
Importante	4	14,3%
Pouco importante	0	0%
Nada importante	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.5.3. Trabalho, Ocupação e Capacitação, Antes e Depois do Acolhimento

Entre os 29 entrevistados, 15 (51,7%) trabalhavam ou tinham alguma ocupação antes de serem acolhidos na entidade, enquanto os outros 14 (48,3%) não. Quando perguntados sobre ocupação, fonte de renda ou emprego após o acolhimento, 23 (79,3%) informaram que trabalhavam ou que tinham alguma ocupação, enquanto os outros 6 (20,7%) não. Esses valores estão na **Tabela 125**.

Tabela 125: Distribuição da variável indicadora de ocupação, fonte de renda ou emprego antes e após o acolhimento

Resposta	Antes do acolhimento		Atualmente	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	14	48,3%	6	20,7%
Sim	15	51,7%	23	79,3%
Total	29	100%	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Aos 15 que trabalhavam antes do acolhimento, foi perguntado sobre a sua condição de trabalho na época. Como resposta, observou-se que 5 (33,3%) eram autônomos; 5 (33,3%) eram empregados com carteira assinada (CLT); 2 (13,3%) eram trabalhadores informais, sem registro; 1 (6,7%) era trabalhador do lar não remunerado; e 2 (13,3%) responderam ser de outra condição de trabalho, como mostra a **Tabela 126**.

Tabela 126: Distribuição da variável condição de trabalho antes do acolhimento

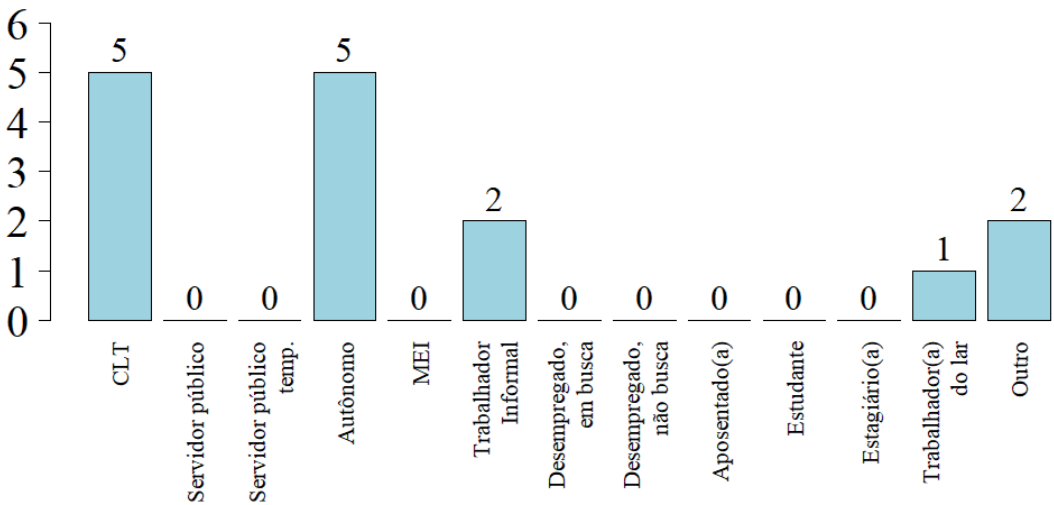
Respostas	Frequência	Porcentagem
Empregado com carteira assinada (CLT)	5	33,3%
Servidor público	0	0%
Servidor público temporário	0	0%
Autônomo	5	33,3%
Microempreendedor Individual (MEI)	0	0%
Trabalhador informal	2	13,3%
Desempregado, em busca de trabalho	0	0%

Respostas	Frequência	Porcentagem
Desempregado, não está buscando trabalho	0	0%
Aposentado	0	0%
Estudante	0	0%
Estagiário	0	0%
Trabalhador do lar	1	6,7%
Outro	2	13,3%
Total	15	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 30** apresenta gráfico de barras que representa a ocupação dos entrevista- dos antes do acolhimento. Autônomos, empregados com carteira assinada (CLT) e traba- lhadores informais representam a maioria.

Figura 30: Gráfico de barras da variável condição de trabalho antes do acolhimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 23 entrevistados que trabalham atualmente, investigou-se a condição de trabalho. Dentre eles, 7 (30,4%) têm vínculo formal (carteira assinada); 10 (43,5%) estão em ocupações informais; 3 (13,0%) atuam como autônomos; 1 (4,3%) declarou não exer- cer atividade profissional no momento; e 2 (8,7%) indicaram outra condição de trabalho, conforme apresentado na **Tabela 127**.

Tabela 127: Distribuição da variável condição de trabalho após o acolhimento

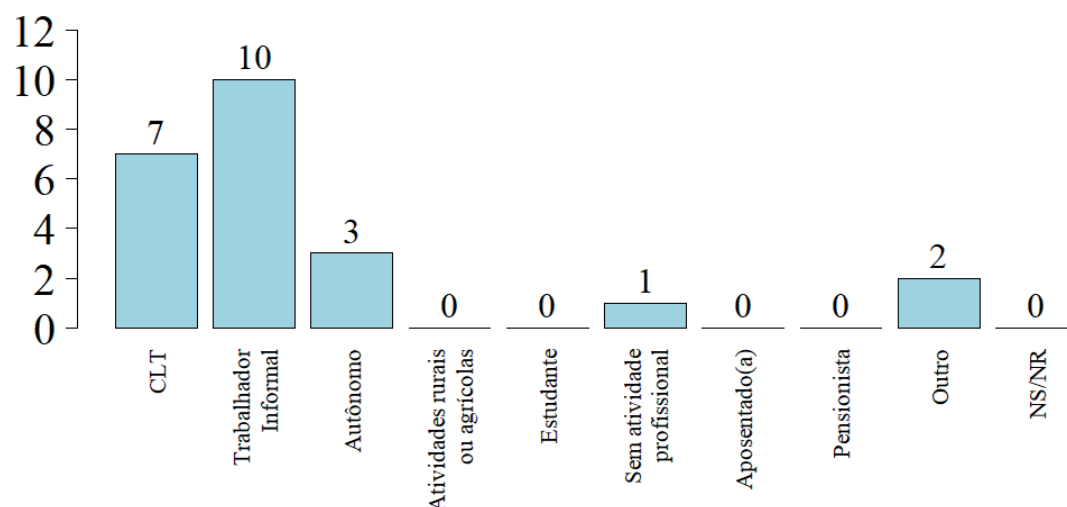
Respostas	Frequência	Porcentagem
Empregado com carteira assinada (CLT)	7	30,4%
Trabalhador Informal	10	43,5%
Autônomo	3	13%
Atividades rurais ou agrícolas	0	0%
Estudante	0	0%

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sem atividade profissional	1	4,3%
Aposentado	0	0%
Pensionista	0	0%
Outro	2	8,7%
NS/NR	0	0%
Total	23	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 31** apresenta um gráfico de barras que ilustra a ocupação dos entrevistados após o acolhimento. Nela não foram incluídos os 6 entrevistados que responderam não ter ocupação na época. A comparação entre os gráficos apresentados nas Figuras 9 e 10 mostra uma diminuição no número de entrevistados sem ocupação e um aumento no emprego informal, quando comparada a situação de antes com a de depois do acolhimento.

Figura 31: Gráfico de barras da variável condição de trabalho após o acolhimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Vale destacar que entre os 29 entrevistados, 13 (44,8%) participaram de alguma capacitação, curso ou oficina oferecida pela entidade durante o período em que esteve em acolhimento, enquanto 16 (55,2%) não participaram de atividades desse tipo. A comparação entre os dados de ocupação e a participação em atividades formativas sugere uma possível relação entre essas variáveis. Considerando que 44,8% dos entrevistados participaram de cursos, capacitações ou oficinas durante o período de acolhimento, é plausível inferir que essas experiências tenham contribuído para o aumento do nível de ocupação observado no período pós-acolhimento, especialmente no que se refere ao crescimento do emprego informal.

3.5.4. Estudo e escolaridade antes, durante e após o acolhimento

Investigou-se a situação de estudo dos entrevistados antes, durante e após o acolhimento. Observa-se que essa condição apresentou pouca variação entre os três períodos. Antes do acolhimento, 27 entrevistados (93,1%) não estudavam e 2 (6,9%) estudavam. Durante o acolhimento, 25 (86,2%) não estudavam e 4 (13,8%) estudavam. Após o acolhimento, 27 (93,1%) voltaram a não estudar, enquanto 2 (6,9%) estudavam. Esses resultados estão apresentados na **Tabela 128**.

Tabela 128: Distribuição da variável indicadora de estudo antes, durante e após o acolhimento

Resposta	Antes do acolhimento		Durante o acolhimento		Atualmente	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não	27	93,1%	25	86,2%	27	93,1%
Sim	2	6,9%	4	13,8%	2	6,9%
Total	29	100%	29	100%	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto à escolaridade dos entrevistados, 1 (3,4%) declarou nunca ter estudado; 7 (24,1%) têm ensino fundamental incompleto; 9 (31,0%) ensino fundamental completo; 2 (6,9%) ensino médio incompleto; e 10 (34,5%) ensino médio completo, conforme apresentado na **Tabela 129**.

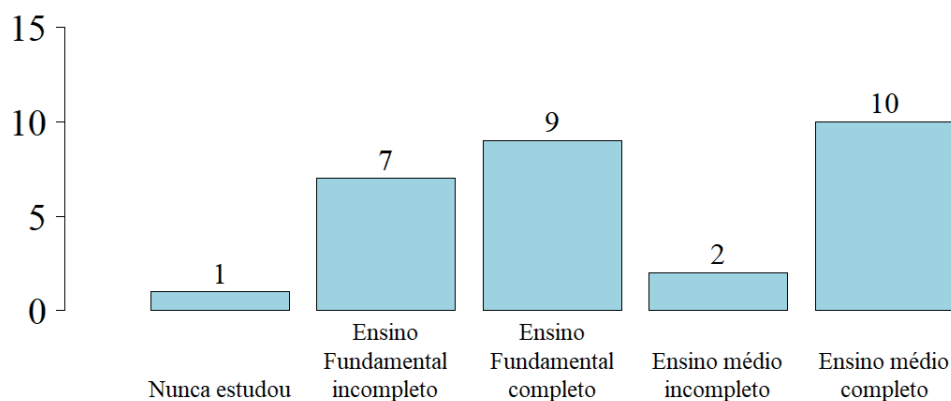
Tabela 129: Distribuição da variável escolaridade dos entrevistados

Respostas	Frequência	Porcentagem
Nunca estudou	1	3,4%
Ensino Fundamental incompleto	7	24,1%
Ensino Fundamental completo	9	31%
Ensino Médio incompleto	2	6,9%
Ensino Médio completo	10	34,5%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 32** mostra o gráfico de barras referente à escolaridade dos acolhidos.

Figura 32: Gráfico de barras da variável escolaridade



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.5.5. Com quem moravam antes e depois do acolhimento

Quando perguntados sobre com quem moravam antes do acolhimento, os entrevistados podiam escolher mais de uma opção entre as apresentadas. As respostas foram que 2 (6,9%) moravam com o pai, 8 (27,6%) moravam com a mãe, 5 (17,2%) moravam com o(a) companheiro(a), 6 (20,7%) moravam com os filhos, 2 (6,9%) moravam com avós ou irmãos, 2 (6,9%) moravam com outros parentes, 4 (13,8%) moravam sozinhos, 8 (27,6%) estavam em situação de rua, 2 (6,9%) moravam em outra situação. Esses valores estão na **Tabela 130**.

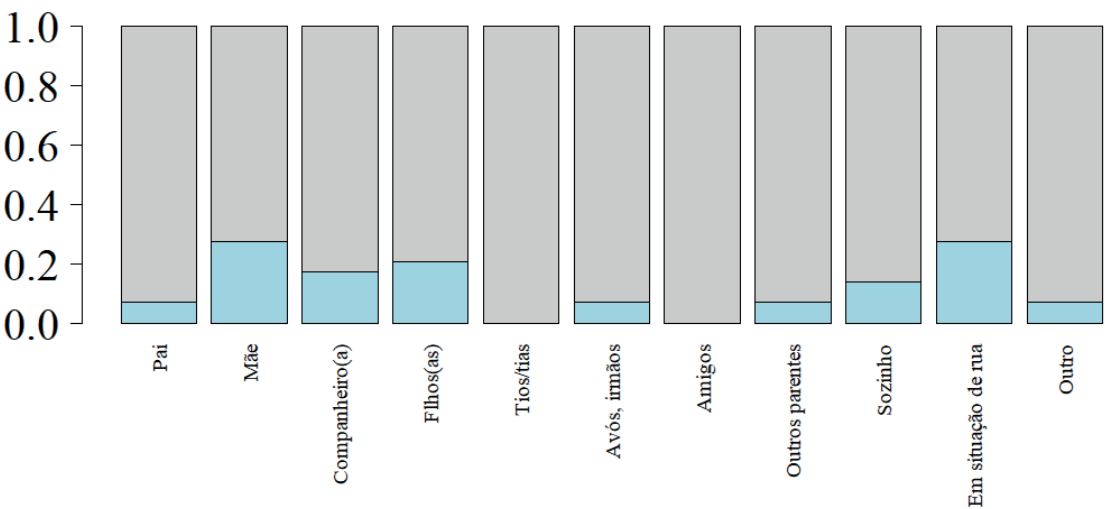
Tabela 130: Distribuição da proporção de entrevistados que moravam com familiares antes do acolhimento, por familiares

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Pai	27	93,1%	2	6,9%
Mãe	21	72,4%	8	27,6%
Companheiro(a)	24	82,8%	5	17,2%
Filhos(as)	23	79,3%	6	20,7%
Tios(as)	29	100%	0	0%
Avós, irmãos(ãs)	27	93,1%	2	6,9%
Amigos(as)	29	100%	0	0%
Outros parentes	27	93,1%	2	6,9%
Sozinho(a)	25	86,2%	4	13,8%
Em situação de rua	21	72,4%	8	27,6%
Outro	27	93,1%	2	6,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No gráfico da **Figura 33** é possível ver que as opções mais escolhidas foram “mãe” e “em situação de rua”, seguida de “filhos”.

Figura 33: Gráfico de barras empilhadas, com proporção de entrevistados que moravam com familiares antes do acolhimento, por familiares



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em seguida, investigou-se com quem os entrevistados passaram a residir após o acolhimento, sendo possível a seleção de mais de uma opção. Entre os 29 entrevistados, 2 (6,9%) residem com o pai; 5 (17,2%) com a mãe; 10 (34,5%) com companheiro(a); 5 (17,2%) com filhos(as); 3 (10,3%) com avós ou irmãos(ãs); 2 (6,9%) com amigos(as); 7 (24,1%) residem sozinhos(as); 1 (3,4%) encontra-se em situação de rua; e 3 (10,3%) em outra condição. Esses resultados estão apresentados na **Tabela 131**.

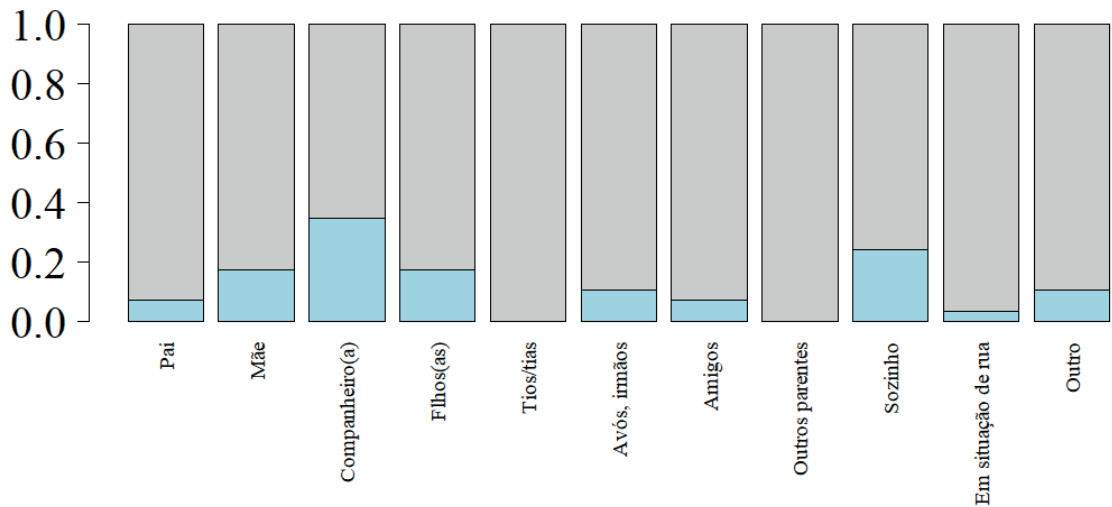
Tabela 131: Distribuição da proporção de entrevistados que moravam com familiares depois do acolhimento, por familiares

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Pai	27	93,1%	2	6,9%
Mãe	24	82,8%	5	17,2%
Companheiro(a)	19	65,5%	10	34,5%
Filhos(as)	24	82,8%	5	17,2%
Tios(as)	29	100%	0	0%
Avós, irmãos(ãs)	26	89,7%	3	10,3%
Amigos(as)	27	93,1%	2	6,9%
Outros parentes	29	100%	0	0%
Sozinho(a)	22	75,9%	7	24,1%
Em situação de rua	28	96,6%	1	3,4%
Outro	26	89,7%	3	10,3%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No gráfico da **Figura 34** é possível ver que as opções mais escolhidas foram compa-
nheiro(a) e sozinho(a), diferente da situação de moradia antes do acolhimento.

Figura 34: Gráfico de barras empilhadas da proporção de entrevistados que moravam com familiares depois do acolhimento, por familiares



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.5.6. Relacionamento com a família ou rede de apoio após acolhimento

Quando perguntado ao entrevistado se ele restabeleceu ou melhorou o relacionamento com sua família ou rede de apoio social após a saída da entidade de acolhimento, 19 (67,9%) responderam que sim, de forma significativa; 4 (14,3%) responderam que sim, parcialmente; 4 (14,3%) responderam que sim e que se mantiveram bem; 1 (3,6%) respondeu que não e que se manteve ruim; e 1 respondeu que não, com piora significativa. Os valores estão apresentados na Tabela 132. Apesar de dois entrevistados não terem estabelecido ou melhorado o relacionamento com sua família, a grande maioria respondeu que sim.

Tabela 132: Distribuição da variável relacionamento com a família ou rede de apoio social após o acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim, de forma significativa	19	65,5%
Sim, parcialmente	4	13,8%
Sim, manteve-se bom	4	13,8%
Não, manteve-se ruim	1	3,4%
Não, piorou	0	0%
Não, piorou de forma significativa	1	3,4%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.5.7. Qualidade de vida hoje em comparação ao período anterior ao acolhimento

Sobre a avaliação da qualidade de vida em comparação ao período anterior ao último acolhimento, 20 (69%) responderam que atualmente a sua qualidade de vida é muito melhor do antes; 6 (20,7%) responderam que é melhor; 2 (6,9%) responderam que é igual; e 1 (3,4%) respondeu que é pior, conforme consta na **Tabela 133**.

Tabela 133: Distribuição da variável qualidade de vida atual em comparação com o período anterior ao último acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Muito melhor	20	69%
Melhor	6	20,7%
Igual	2	6,9%
Pior	1	3,4%
Muito pior	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A participação em redes de cuidado, como o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e grupos de mútua ajuda, associada à manutenção da abstinência, pode ser um fator relevante para os resultados positivos observados na qualidade de vida.

3.5.8. Acompanhamento ou ajuda profissional em saúde após o acolhimento

Sobre a busca por acompanhamento ou ajuda profissional em saúde após o acolhimento, 10 (34,5%) entrevistados informaram que buscam acompanhamento regular até a data atual, 1 (3,4%) busca acompanhamento de vez em quando até hoje e 18 (62,1%) nunca buscaram acompanhamento em nenhum momento após a saída da entidade, conforme mostra a **Tabela 134**. Nela fica visível a existência de dois grupos distintos de egressos: os que buscam regularmente o acompanhamento ou ajuda profissional em saúde e os que saem do acolhimento e nunca mais procuram esse serviço.

Tabela 134: Distribuição da variável frequência na busca por acompanhamento ou ajuda profissional em saúde após o acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Busca regularmente, até hoje	10	34,5%
Buscou regularmente, mas não busca mais	0	0%
Busca de vez em quando, até hoje	1	3,4%
Buscou de vez em quando, mas não busca mais	0	0%
Nunca buscou	18	62,1%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Aos 11 entrevistados que, em algum momento, buscaram por acompanhamento ou ajuda profissional em saúde após o acolhimento, foi perguntado qual o tipo de acompanhamento ou ajuda profissional ele tem ou teve após sair da entidade de acolhimento. As alternativas foram apresentadas, e o entrevistado poderia escolher mais de uma opção. Entre esses 11 entrevistados, 5 (45,5%) buscaram o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), 1 (9,1%) buscou o CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), 3 (27,3%) buscaram as Unidades Básicas de Saúde (UBS), 2 (18,2%) buscaram atendimento particular psicossocial e 3 (27,3%) buscaram outros acompanhamentos. Nenhum dos entrevistados buscou Consultórios na Rua (Equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas), leitos de saúde mental em hospitais gerais, hospitais psiquiátricos (em casos específicos) ou a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) . Os valores estão apresentados na **Tabela 135**.

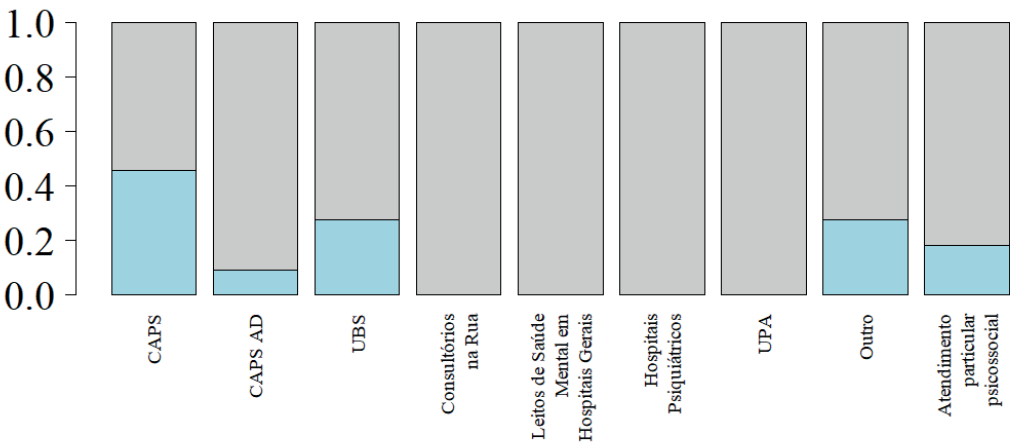
Tabela 135: Distribuição da proporção dos entrevistados que buscaram ajuda profissional em saúde após acolhimento, por tipo de ajuda

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CAPS	6	54,5%	5	45,5%
CAPS AD	10	90,9%	1	9,1%
UBS	8	72,7%	3	27,3%
Consultórios na Rua	11	100%	0	0%
Leitos de saúde	11	100%	0	0%
Hospitais psiquiátricos	11	100%	0	0%
UPA	11	100%	0	0%
Outro	8	72,7%	3	27,3%
Atendimento particular psicossocial	9	81,8%	2	18,2%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Na **Figura 35** é apresentado um gráfico de barras empilhadas com a proporção dos entrevistados que buscaram ajuda profissional em saúde após o acolhimento, por tipo de atendimento. Nela percebemos que os atendimentos mais buscados são CAPS e UBS.

Figura 35: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que buscaram ajuda profissional em saúde após acolhimento, por tipo de ajuda



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.5.9. Participação em encontros ou atividade de apoio

Quando perguntados se participaram ou têm participado de encontros ou atividades de apoio, como Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, grupos religiosos ou grupos terapêuticos, 13 (44,8%) responderam que participam regularmente, 2 (6,9%) participam de vez em quando e 14 (48,3%) nunca buscaram esse tipo de apoio após a saída da entidade, conforme demonstra a Tabela 136.

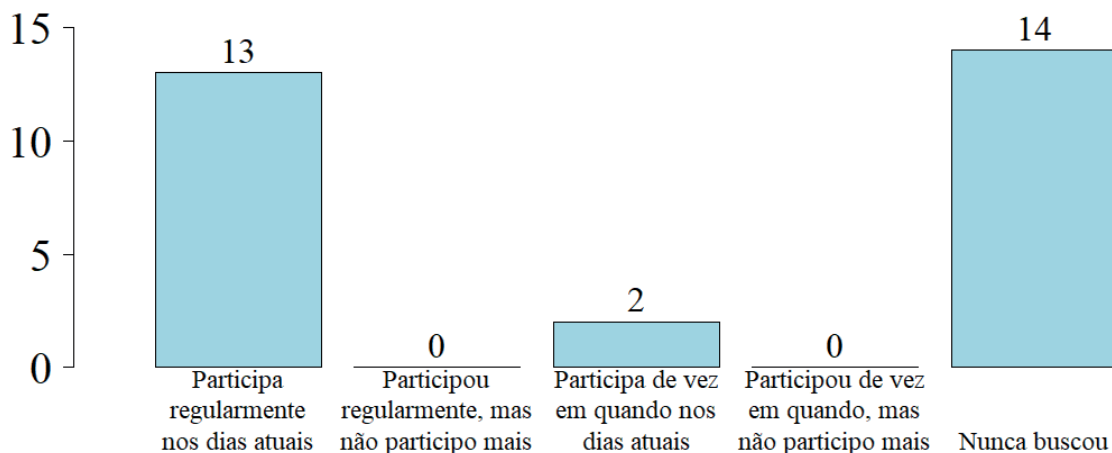
Tabela 136: Distribuição da variável frequência de participação em encontros ou atividades de apoio

Respostas	Frequência	Porcentagem
Participa regularmente nos dias atuais	13	44,8%
Participou regularmente, mas não participa mais	0	0%
Participa de vez em quando nos dias atuais	2	6,9%
Participou de vez em quando, mas não participa mais	0	0%
Nunca participou	14	48,3%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A Figura 36 mostra o gráfico de barras para a variável que indica a participação em encontros ou atividades de apoio após o acolhimento. Nele, novamente, como no caso da busca por atendimento de saúde após o acolhimento, fica visível a existência de dois grupos distintos: os que participam desses encontros e os que nunca participaram.

Figura 36: Gráfico de barras para a variável frequência de participação em encontros ou atividades de apoio



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

O padrão de comportamento dos entrevistados observado, tanto para a busca por atendimento de saúde, quanto para a participação em eventos ou atividades de apoio, após o acolhimento, levanta um questionamento sobre a relação entre essas duas variáveis. Analisando os dados, é possível verificar que, entre os 13 entrevistados que participam regularmente de eventos ou atividades de apoio nos dias atuais, 7 (53,8%) deles buscam regularmente atendimento de saúde; por outro lado, entre os 14 que nunca participaram de eventos ou atividades de apoio, 12 (85,7%) deles nunca buscaram atendimento de saúde. Também é possível verificar que, entre os 10 entrevistados que buscam regularmente atendimento de saúde nos dias atuais, 7 (70%) deles também participam regularmente de encontros ou atividades de apoio; por fim, entre os 18 entrevistados que nunca buscaram atendimento de saúde, 12 (66,7%) deles também nunca participaram dos encontros ou atividades de apoio.

Essas informações estão na **Tabela 137** e reforçam ainda mais o indicativo de dois grupos distintos de entrevistados: de um lado, os que mantêm o atendimento de saúde e a participação em grupos de apoio após o acolhimento e, de outro lado, os que deixam essa rotina de lado.

Tabela 137: Tabela de dupla entrada para as variáveis participação em encontros ou atividades de apoio e busca por atendimento de saúde

Busca por atendimento de saúde	Participação em encontros ou atividades de apoio					Total
	Participa regularmente, nos dias atuais	Participava regularmente, mas não mais	Participa de vez em quando, nos dias atuais	Participava de vez em quando, mas não mais	Nunca participou	
Busca regularmente, nos dias atuais	7	0	1	0	2	10

Participação em encontros ou atividades de apoio						
Busca por atendimento de saúde	Participa regularmente, nos dias atuais	Participava regularmente, mas não mais	Participa de vez em quando, nos dias atuais	Participava de vez em quando, mas não mais	Nunca participou	Total
Buscava regularmente, mas não mais	0	0	0	0	0	0
Busca de vez em quando, nos dias atuais	1	0	0	0	0	1
Buscava de vez em quando, mas não mais	0	0	0	0	0	0
Nunca buscou	5	0	1	0	12	18
Total	13	0	2	0	14	29

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.6. Conhecimento sobre Rede de Saúde, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Assistência Social

3.6.1. Conhecimento sobre a rede de saúde e/ou de atenção psicossocial

Quando perguntados se conhecem, ou se já ouviram falar, sobre os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS, exceto as comunidades terapêuticas), 19 (65,5%) responderam que sim e 10 (34,5%) responderam que não.

Aos que relataram conhecer os serviços, perguntou-se quais conheciam ou já haviam ouvido mencionar. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma alternativa. Entre os 19 que conheciam os serviços, 18 (94,7%) citaram o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 8 (41,1%) indicaram o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), 14 (73,7%) apontaram as Unidades Básicas de Saúde (UBS), 6 (31,6%) afirmaram conhecer os Consultórios na Rua (equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas), 6 (31,6%) citaram os leitos de saúde mental em hospitais gerais, 6 (31,6%) indicaram os hospitais psiquiátricos e, por fim, 10 (52,6%) apontaram as Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Esses valores estão presentes na **Tabela 138**. Nela é notório que, entre os que conhecem algum serviço, a maioria aponta o Centro de Atenção Psicossocial (CAP), ao passo que quase a metade não conhece as Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

Tabela 138: Distribuição da proporção dos entrevistados que conhecem os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial, por serviço

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CAPS	1	5,3%	18	94,7%
CAPS AD	11	57,9%	8	42,1%

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
UBS	5	26,3%	14	73,7%
Consultórios na Rua	13	68,4%	6	31,6%
Leitos de saúde mental	13	68,4%	6	31,6%
Hospitais psiquiátricos	13	68,4%	6	31,6%
UPA	9	47,4%	10	52,6%
Outro	19	100%	0	0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.6.2. Acesso aos serviços ofertados pela RAPS

Quando perguntados se já tinham sido atendidos em algum tipo de serviço de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) antes de serem acolhidos na última entidade, 18 (62%) dos entrevistados responderam que sim e 11 (38%) responderam que não.

Aos 18 que responderam que sim, foi perguntado sobre quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) haviam usado antes do último acolhimento. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher várias opções entre as apresentadas. Entre os 18 entrevistados que responderam a essa pergunta, 8 (44,4%) já tinham sido atendidos em algum Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 2 (11,1%) em algum Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), 11 (61,1%) em alguma Unidade Básica de Saúde (UBS), 1 (5,6%) em algum Consultório na Rua (equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas), 1 (5,6%) em algum leito de saúde mental em hospital geral, 1 (5,6%) em algum hospital psiquiátrico e, por fim, 9 em alguma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Esses valores estão apresentados na **Tabela 139**.

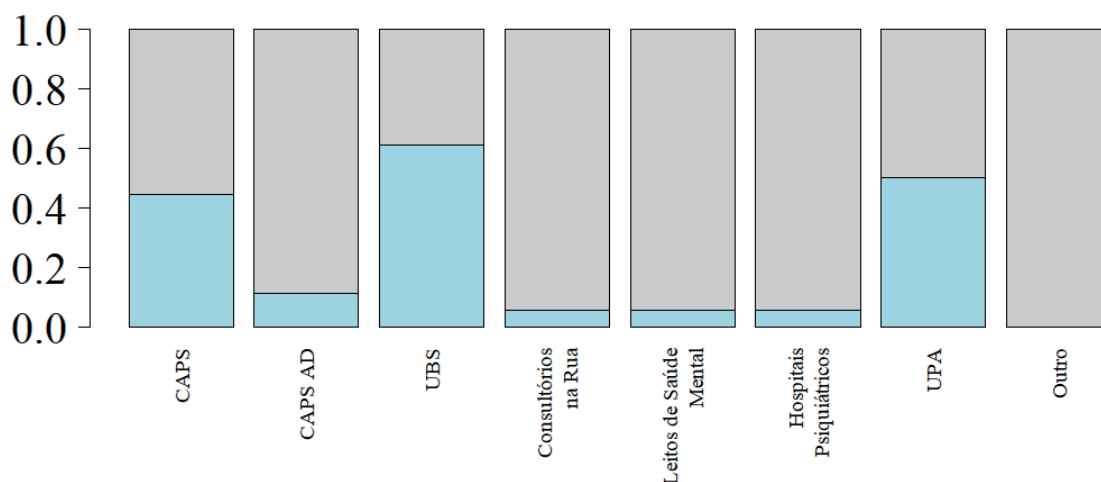
Tabela 139: Distribuição da proporção dos entrevistados que foram atendidos pelos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial antes do acolhimento, por serviço

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CAPS	10	55,6%	8	44,4%
CAPS AD	16	88,9%	2	11,1%
UBS	7	38,9%	11	61,1%
Consultórios na Rua	17	94,4%	1	5,6%
Leitos de saúde mental	17	94,4%	1	5,6%
Hospitais psiquiátricos	17	94,4%	1	5,6%
UPA	9	50%	9	50%
Outro	18	100%	0	0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Na **Figura 37** é apresentado um gráfico de barras empilhadas com a proporção dos entrevistados que já foram atendidos pelos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial antes do acolhimento, por atendimento. Nele se destacam os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

Figura 37: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que foram atendidos pelos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial antes do acolhimento, por serviço



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em seguida, a todos os 29 entrevistados foi perguntado quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) eles tiveram acesso a partir do seu acolhimento na entidade. Os entrevistados poderiam escolher mais de uma resposta. Constatou-se que 9 (31%) tiveram acesso aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 1 (3,4%) teve acesso a algum Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), 11 (37,9%) tiveram acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS), 1 (3,4%) teve acesso aos Consultórios na Rua (equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas), nenhum teve acesso a leitos de saúde mental em hospitais gerais, 1 (3,4%) teve acesso a algum Hospital Psiquiátrico (em caso específico), 3 (10,3%) tiveram acesso a Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), 1 (3,4%) teve acesso a outros serviços, 3 (10,3%) não souberam ou não responderam e, por fim, 6 (20,7%) nunca tiveram acesso a serviços de saúde no acolhimento. Esses valores podem ser encontrados na **Tabela 140**.

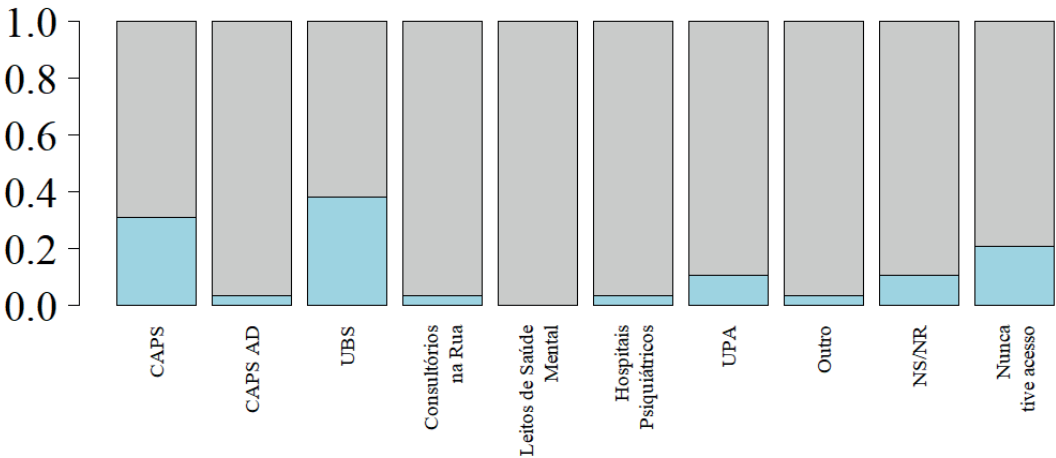
Tabela 140: Distribuição da proporção dos entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial a partir do acolhimento, por serviço

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CAPS	20	69%	9	31%
CAPS AD	28	96,6%	1	3,4%
UBS	18	62,1%	11	37,9%
Consultórios na Rua	28	96,6%	1	3,4%
Leitos de saúde mental	29	100%	0	0%
Hospitais psiquiátricos	28	96,6%	1	3,4%
UPA	26	89,7%	3	10,3%
Outro	28	96,6%	1	3,4%
NS/NR	26	89,7%	3	10,3%
Nunca tive acesso	23	79,3%	6	20,7%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Na **Figura 38** é apresentado um gráfico de barras empilhadas com a proporção dos entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial a partir do acolhimento, por atendimento. Deve haver destaque para a proporção significativa dos entrevistados que nunca tiveram acesso a serviços de saúde no acolhimento.

Figura 38: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial a partir do acolhimento, por serviço



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

3.6.3. Conhecimento sobre o Sistema Único de Atenção Social

Quando perguntados se conheciam os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, 20 (69%) responderam que sim e 9 (31%) responderam que não. Aos que conheciam, foi perguntado sobre quais serviços ofertados pelo Sistema Único de

Assistência Social eles conheciam. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma opção.

Entre os 20 entrevistados que responderam a essa pergunta, todos os 20 (100%) conheciam o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 5 (25%) conheciam o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 6 (30%) conheciam o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), 1 (5%) conhecia o Centro-dia (unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados), 2 (10%) conheciam as Unidades de Acolhimento e 2 (10%) disseram conhecer ainda outros serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social. Os valores estão apresentados na **Tabela 141**.

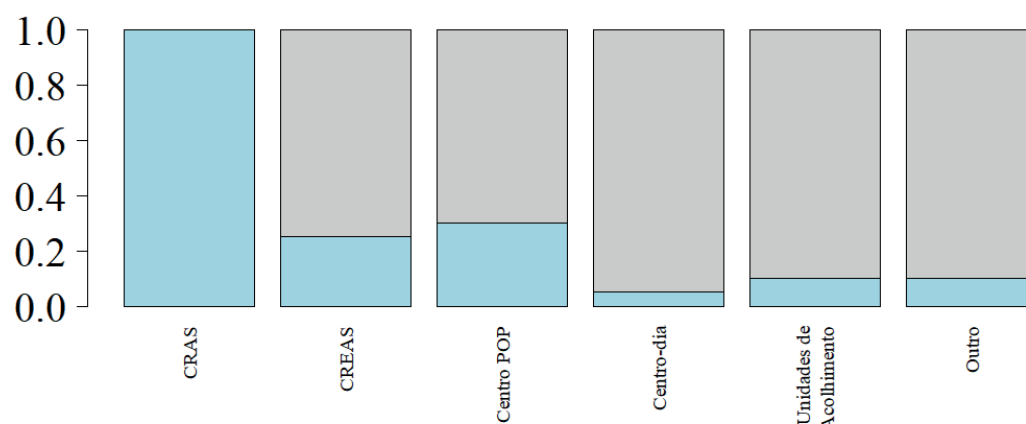
Tabela 141: Distribuição da proporção dos entrevistados que conheciam algum serviço ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CRAS	0	0%	20	100%
CREAS	15	75%	5	25%
Centro POP	14	70%	6	30%
Centro-dia	19	95%	1	5%
Unidades de Acolhimento	18	90%	2	10%
Outro	18	90%	2	10%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Na **Figura 39** é apresentado um gráfico de barras empilhadas com a proporção dos entrevistados que conheciam algum serviço ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social.

Figura 39: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que conheciam algum serviço ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.6.4. Acesso aos serviços do Sistema Único de Atendimento Social

Investigou-se, entre todos os entrevistados, a utilização prévia de serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Entre os 29 participantes, 15 (51,7%) relataram já ter utilizado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); 1 (3,4%) o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); e 5 (17,2%) o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Nenhum entrevistado (0%) declarou ter utilizado o Centro-Dia (unidade pública destinada ao atendimento especializado de pessoas idosas e de pessoas com deficiência em situação de dependência). Além disso, 3 (10,3%) relataram uso de Unidades de Acolhimento; 2 (6,9%) de outros serviços; 11 (37,9%) nunca utilizaram serviços do SUAS; e 1 (3,4%) não respondeu ou não soube informar. Esses valores são apresentados na **Tabela 142**.

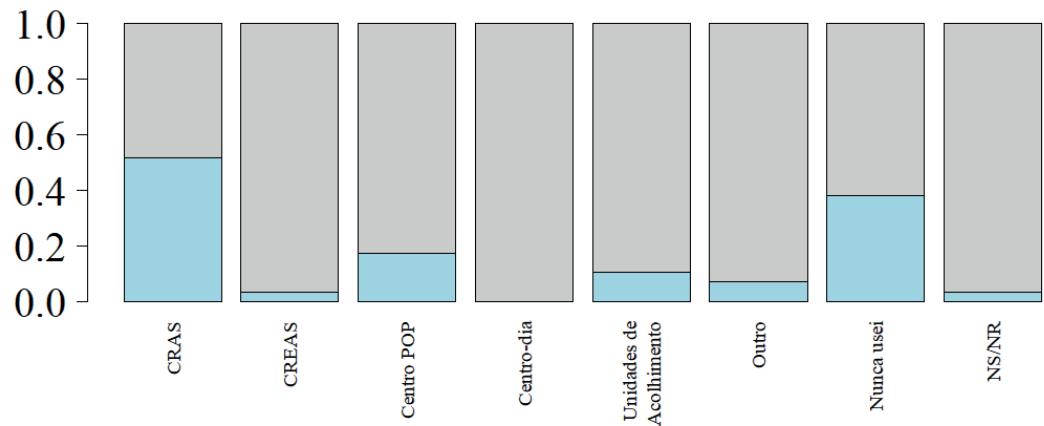
Tabela 142: Distribuição da proporção dos entrevistados que usaram os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, por atendimento

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CRAS	14	48,3%	15	51,7%
CREAS	28	96,6%	1	3,4%
Centro POP	24	82,8%	5	17,2%
Centro-dia	29	100%	0	0%
Unidades de Acolhimento	26	89,7%	3	10,3%
Outro	27	93,1%	2	6,9%
Nunca usei	18	62,1%	11	37,9%
NS/NR	28	96,6%	1	3,4%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Na **Figura 40** é apresentado um gráfico de barras empilhadas com a proporção de entrevistados que usaram os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, por atendimento.

Figura 40: Gráfico de barras empilhadas da proporção de entrevistados que usaram os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, por atendimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Foi perguntado a todos os entrevistados a que serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social eles tiveram acesso a partir do último acolhimento. Entre os 29 entrevistados, 10 (34,5%) tiveram acesso, a partir do último acolhimento, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nenhum (0%) teve acesso ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), nenhum (0%) teve acesso ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), nenhum (0%) teve acesso ao Centro-dia (unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados), 1 (3,4%) teve acesso às Unidades de Acolhimento, 2 (6,9%) tiveram acesso a outros serviços, 16 (55,2%) nunca tiveram acesso a nenhum tipo de serviço oferecido pelo Sistema Único de Assistência Social e, por fim, 3 (10,3%) não responderam ou não souberam responder. Esses valores são apresentados na **Tabela 143**.

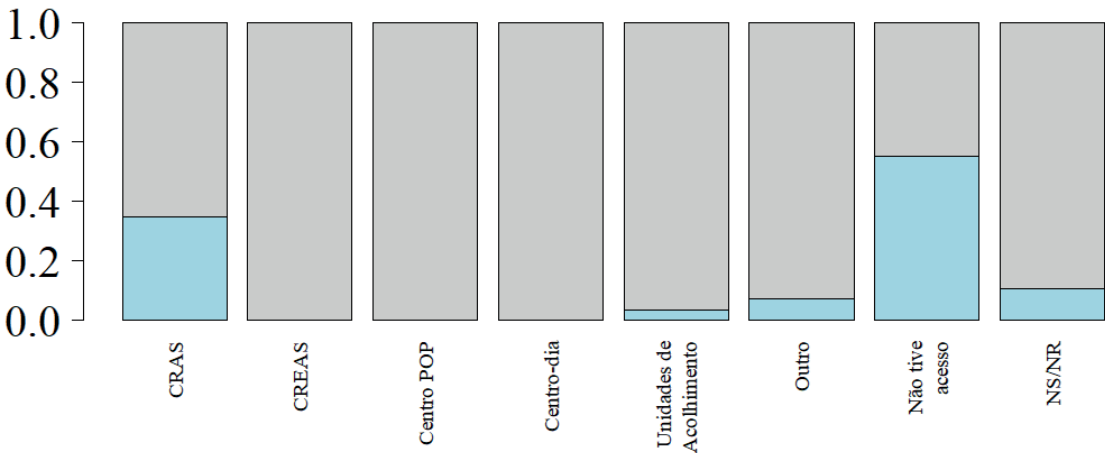
Tabela 143: Distribuição da proporção de entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social a partir do último acolhimento, por atendimento

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CRAS	19	65,5%	10	34,5%
CREAS	29	100%	0	0%
Centro POP	29	100%	0	0%
Centro-dia	29	100%	0	0%
Unidades de Acolhimento	28	96,6%	1	3,4%
Outro	27	93,1%	2	6,9%
Não teve acesso a nenhum tipo de serviço	13	44,8%	16	55,2%
NS/NR	26	89,7%	3	10,3%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Na **Figura 41** é apresentado um gráfico de barras empilhadas com a proporção de entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social a partir do último acolhimento, por atendimento.

Figura 41: Gráfico de barras empilhadas da proporção de entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social a partir do último acolhimento, por atendimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.7. Avaliação do Acolhimento

3.7.1. Avaliação da experiência

Os entrevistados foram questionados sobre a avaliação da experiência do acolhimento na entidade. Entre os 29 entrevistados, 22 (75,9%) avaliaram a experiência como ótima, 6 (20,7%) a avaliaram como boa e 1 (3,4%) a avaliou como ruim. Os valores estão na **Tabela 144**.

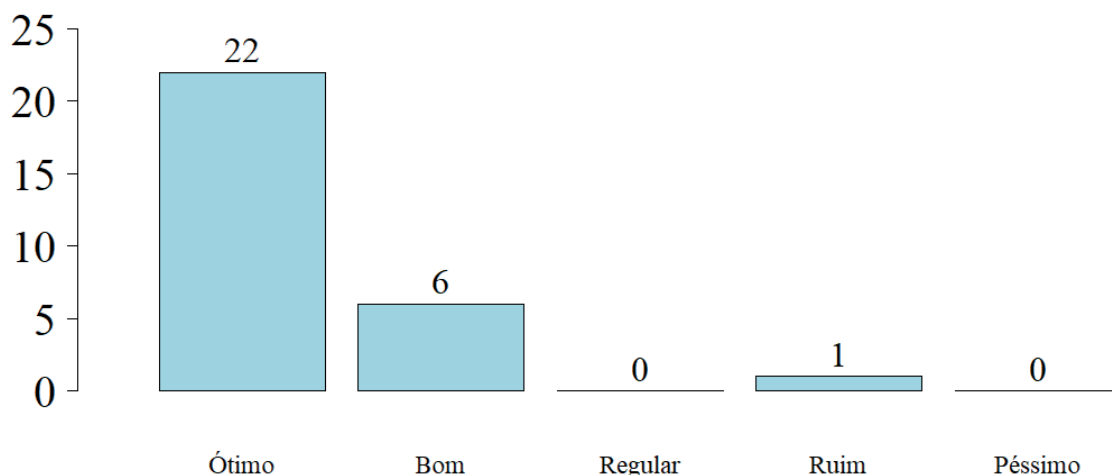
Tabela 144: Distribuição da variável avaliação da experiência do acolhimento na entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ótimo	22	75,9%
Bom	6	20,7%
Regular	0	0%
Ruim	1	3,4%
Péssimo	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 42** apresenta um gráfico de barras para a avaliação da experiência do acolhimento na entidade. Segundo a grande maioria dos entrevistados, o atendimento foi bom ou ótimo.

Figura 42: Gráfico de barras da variável avaliação da experiência do acolhimento na entidade



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.7.2. Avaliação do desempenho/participação

Quando perguntados sobre a avaliação do seu desempenho/participação no acolhimento, 20 (69%) autoavaliaram o seu desempenho e participação como ótimo, 8 (27,6%) como bom e 1 (3,4%) como regular. Os valores estão na **Tabela 145**.

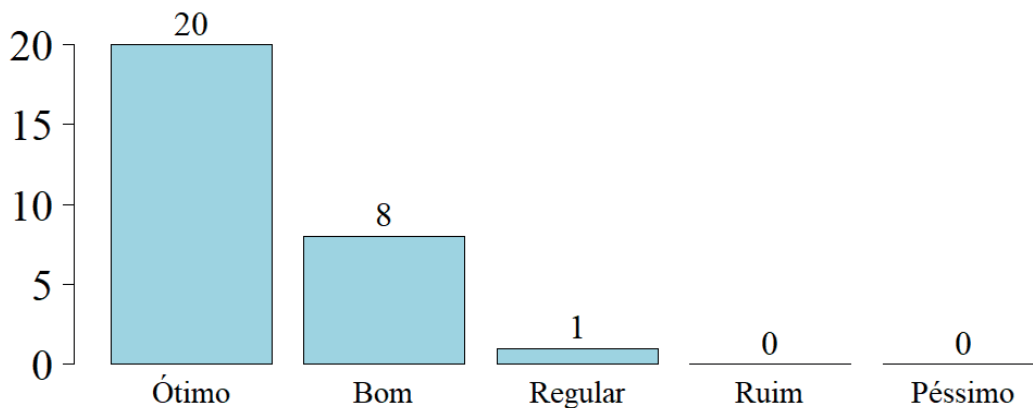
Tabela 145: Distribuição da variável autoavaliação do desempenho/participação do acolhimento na entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ótimo	20	69%
Bom	8	27,6%
Regular	1	3,4%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento UFF/Depad 2025

A **Figura 43** apresenta um gráfico de barras para a autoavaliação da participação/ desempenho no acolhimento. Ao compará-la com a **Figura 42**, percebemos uma semelhança entre a autoavaliação do comportamento e a avaliação da experiência.

Figura 43: Gráfico de barras para a variável autoavaliação do desempenho/participação do acolhimento na entidade



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.7.3. Maiores desafios enfrentados após a saída da entidade

Por fim, os entrevistados foram perguntados sobre os maiores desafios enfrentados atualmente, após a saída da entidade. Naquele momento, os entrevistados deveriam escolher três alternativas. Entre os 29 entrevistados, 2 (6,9%) não responderam ou não souberam responder, 11 (38%) escolheram apenas uma opção, 9 (31%) escolheram apenas duas opções e 7 (24,1%) escolheram três opções, como foi solicitado.

Considerando os 27 que escolheram pelo menos uma das opções de respostas, 9 (33,3%) apontaram “Conseguir trabalho e renda” como um desafio, 15 (55,6%) apontaram “Manter a abstinência do uso de álcool e/ou outras drogas”, 3 (11,1%) apontaram “Retomar ou fortalecer os vínculos familiares”, 4 (14,8%) apontaram “Ter acesso a moradia digna”, 3 (11,1%) apontaram “Lidar com a discriminação ou preconceito”, 3 (11,1%) apontaram “Dar continuidade ao tratamento/atendimento em outros serviços” e 13 escolheram “Outro” desafio que não foi listado pelo entrevistador. Esses valores estão na **Tabela 146**.

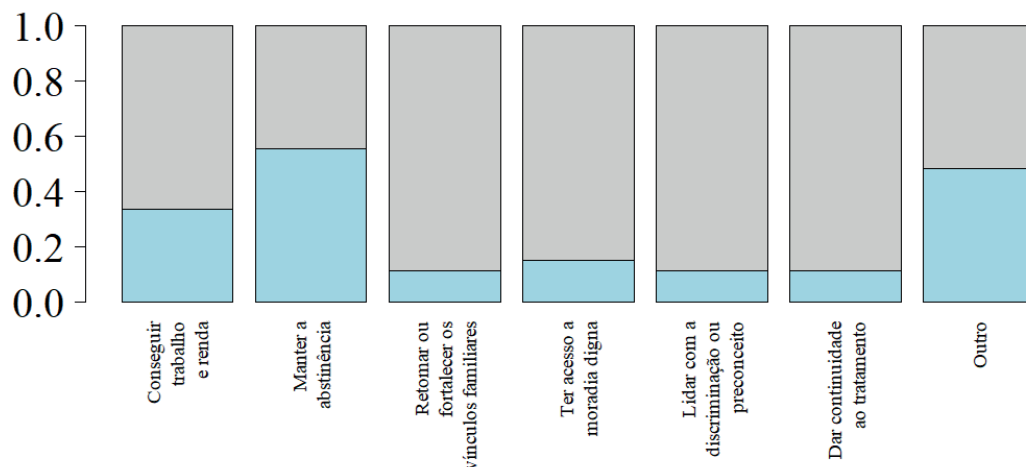
Tabela 146: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os principais desafios enfrentados após a saída da entidade

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Conseguir trabalho e renda	18	66,7%	9	33,3%
Manter a abstinência	12	44,4%	15	55,6%
Retomar ou fortalecer os vínculos familiares	24	88,9%	3	11,1%
Ter acesso a moradia digna	23	85,2%	4	14,8%
Lidar com a discriminação ou o preconceito	24	88,9%	3	11,1%
Dar continuidade ao tratamento	24	88,9%	3	11,1%
Outro	14	51,9%	13	48,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Na **Figura 44** é apresentado um gráfico de barras empilhadas com a proporção dos desafios apontados como os maiores após o acolhimento, por desafio. Manter a abstinência foi um dos grandes desafios para a maioria dos entrevistados.

Figura 44: Gráfico de barras empilhadas com distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os principais desafios enfrentados após a saída da entidade



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

3.8. Indicadores dos egressos das entidades de acolhimento

A seguir são apresentados indicadores construídos a partir das respostas dos egressos ao questionário aplicado, com o objetivo de sintetizar e facilitar a interpretação dos principais resultados do estudo. O uso de indicadores permite resumir informações complexas em medidas comparáveis, contribuindo para a avaliação das ações desenvolvidas pelas Entidades de Acolhimento, bem como para a identificação de avanços e desafios no período pós-acolhimento.

Destaca-se, contudo, que os indicadores foram calculados com base em um total de 29 egressos entrevistados, o que configura um tamanho de amostra reduzido. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados com cautela. Ainda assim, os indicadores oferecem evidências relevantes sobre o perfil e as trajetórias dos egressos, constituindo uma importante ferramenta de apoio à análise e à tomada de decisão.

3.8.1. Indicador 1 – Manutenção da abstinência após a saída

Na tabela 122 foram apresentadas as respostas para a pergunta 37 do questionário aplicado aos egressos: “Quanto ao uso de álcool e/ou outras drogas, após a sua saída da Entidade de Acolhimento, você”, sendo as opções de resposta: A) “Manteve-se em abstinência total”; B) “Reduziu significativamente o consumo”; C) “Manteve-se no padrão

de consumo”; D) “Aumentou o consumo devido a progressividade da dependência.”; E) “NS/NR”. A partir das respostas foi criado um indicador de manutenção de abstinência após a saída, definido por:

$$\text{Indicador 1} = (\text{n}^\circ \text{ egressos que responderam A ou B para a Pergunta 37}) / (\text{total de egressos entrevistados}) \times 100,$$

ou seja, a taxa de egressos em abstinência ou com redução do consumo de álcool e drogas após o acolhimento. A **Tabela 147** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 147: Indicador de manutenção da abstinência após a saída

nº egressos que responderam A ou B para a Pergunta 37	Total de egressos entrevistados	Indicador de manutenção da abstinência após a saída
27	29	93,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 147**, o indicador de manutenção da abstinência após a saída atingiu 93,1%, evidenciando que a grande maioria dos egressos manteve abstinência total ou reduziu significativamente o consumo de álcool e/ou outras drogas após o acolhimento, o que aponta para um desfecho amplamente positivo no período pós-acolhimento.

3.8.2. Indicador 2 – Fortalecimento de vínculos familiares/rede de apoio

Na tabela 132 foram apresentadas as respostas para a pergunta 46 do questionário aplicado aos egressos: “Você restabeleceu ou melhorou o relacionamento com sua família ou rede de apoio social após a saída da Entidade de Acolhimento?”, sendo as opções de resposta: A) “Sim, de forma significativa”; B) “Sim, parcialmente”; C) “Sim, manteve-se bom”; D) “Não, manteve-se ruim”; E) “Não, o relacionamento piorou”; F) “Não, piorou de forma significativa”; G) “NS/NR”. A partir das respostas foi criado um indicador sobre fortalecimento de vínculos familiares após o acolhimento, definido por:

$$\text{Indicador 2} = (\text{n}^\circ \text{ egressos que responderam A ou B ou C para a Pergunta 46}) / (\text{total de egressos entrevistados}) \times 100$$

ou seja, a taxa de egressos que restabeleceram ou melhoraram o relacionamento com a família após o acolhimento. A **Tabela 148** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 148: Indicador de fortalecimento de vínculos familiares/rede de apoio

nº egressos que responderam A ou B ou C para a Pergunta 46	Total de egressos entrevistados	Indicador de fortalecimento de vínculos familiares/rede de apoio
27	29	93,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 148** o indicador de fortalecimento de vínculos familiares/rede de apoio atingiu 93,1%, evidenciando que a grande maioria dos egressos manteve boa relação com a família ou rede de apoio após o acolhimento. Esse resultado aponta para um efeito favorável das ações desenvolvidas, indicando fortalecimento dos vínculos sociais no período pós-acolhimento.

3.8.3. Indicador 3 – Adesão à atividade laboral

A pergunta 40.2 do questionário é “Após sua saída da Entidade de Acolhimento, você obteve alguma ocupação, fonte de renda ou emprego?”, sendo as opções de resposta: “Sim”, “Não” e “NS/NR”. Entre os 29 egressos que responderam ao questionário, 23 trabalham ou têm alguma ocupação, enquanto os outros 6 não. Dessa forma foi construído o indicador de adesão laboral, definido por:

$$\text{Indicador 3} = (\text{n}^\circ \text{ egressos que responderam "Sim"}) / (\text{total de egressos entrevistados}) \times 100$$

ou seja, a taxa de egressos ocupados após o acolhimento. A **Tabela 149** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 149: Indicador de adesão à atividade laboral

nº egressos que responderam Sim para a Pergunta 40.2	Total de egressos entrevistados	Indicador de adesão à atividade laboral
23	29	79,3%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 149**, o indicador de adesão à atividade laboral atingiu 79,3%, mostrando que a maioria dos egressos conseguiu ocupação, fonte de renda ou emprego após o acolhimento.

Porém, apesar deste ser um indicador importante, mais importante talvez seja comparar a situação de trabalho antes e depois do acolhimento. Para isso, as respostas da pergunta 40.2 apresentada anteriormente podem ser combinadas com as respostas da pergunta 40: “Você trabalhava ou tinha alguma ocupação antes de ser acolhido na Entidade de Acolhimento?” para a criação de um outro indicador, sobre reinserção no mercado de trabalho, definido por:

$$\text{Indicador 3'} = (p_{\text{depois}} - p_{\text{antes}}) / p_{\text{antes}} \times 100$$

sendo p_{antes} = (nª de respostas “Sim” para a pergunta 40)/(total de egressos entrevistados), a proporção de ocupados/empregados antes do acolhimento e p_{depois} = (nª de respostas “Sim” para a pergunta 40.2)/(total de egressos entrevistados), a proporção de ocupados/empregados após o acolhimento. A **Tabela 150** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 150: Indicador de reinserção no mercado de trabalho

nº de respostas “Sim” à Pergunta 40	nº de respostas “Sim” à Pergunta 40.2	Total de egressos entrevistados	p_{antes}	p_{depois}	Indicador de rein- serção no merca- do de trabalho
15	23	29	51,7%	79,3%	53,3%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Observa-se na **Tabela 150** um aumento expressivo na proporção de indivíduos com ocupação após o acolhimento, que passou de 51,7% para 79,3%, correspondendo a um crescimento absoluto de 27,6%. Em termos relativos, esse resultado representa uma elevação de 53,3% em relação ao nível inicial, indicando uma melhora significativa na inserção dos egressos no mercado de trabalho ou em atividades ocupacionais após a saída da entidade.

3.8.4. Indicador 4 – Capacitação e trabalho

A partir da Pergunta 40.2, recentemente apresentada, e da Pergunta 39, “Durante o período em que esteve em acolhimento, você participou de alguma capacitação, curso ou oficina oferecida pela entidade?”, que apresenta como possibilidade de respostas “Sim”, “Não” e “NS/NR”, buscamos avaliar o impacto da capacitação durante o acolhimento na oportunidade de trabalho após o acolhimento. Para Isso foi criado o indicador 4, definido por:

$$\text{Indicador 4} = (\text{nº egressos que responderam “Sim” para as Perguntas 39 e 40.2}) / (\text{total de egressos entrevistados}) \times 100$$

ou seja, a taxa de egressos que fizeram cursos de capacitação e trabalham após o acolhimento. A **Tabela 151** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 151: Indicador de Capacitação e trabalho

nº egressos que responderam “Sim” para as Perguntas 39 e 40.2	Total de egressos entrevistados	Indicador de capacitação e trabalho
12	29	41,4%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 151**, o indicador de Capacitação e Trabalho atingiu 41,4%, o que significa que cerca de 4 em cada 10 egressos passaram por capacitação e conseguiram se inserir no mercado de trabalho após o acolhimento. No entanto, é importante destacar que esse indicador mistura dois fenômenos: o acesso à capacitação e a inserção no trabalho. Assim, ele não permite afirmar diretamente a efetividade da capacitação, pois não considera quantos fizeram curso e não conseguiram emprego.

Para avaliar impacto, o ideal é analisá-lo em conjunto com outros indicadores mais específicos, como por exemplo, o Indicador de conversão da capacitação em trabalho, chamado neste relatório de Indicador 4', que pode medir a efetividade da capacitação e é definido por:

$$\text{Indicador 4'} = (\text{nº egressos que responderam "Sim" para as Perguntas 39 e 40.2}) / (\text{nº egressos que responderam "Sim" para a Pergunta 39}) \times 100,$$

ou seja, a razão entre número de egressos que fizeram capacitação durante o acolhimento e trabalham após o acolhimento e o número total de egressos que fizeram capacitação durante o acolhimento. A **Tabela 152** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 152: Indicador de conversão da capacitação em trabalho

nº egressos que responderam "Sim" para as Perguntas 39 e 40.2	nº egressos que responderam "Sim" para as Perguntas 39	Indicador de conversão da capacitação em trabalho
12	13	92,7%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Um valor de 92% para o Indicador de conversão da capacitação em trabalho indica que a grande maioria dos egressos que participaram de cursos de capacitação passou a exercer alguma atividade laboral após o acolhimento. Esse resultado aponta para uma alta efetividade das ações de capacitação profissional, indicando que elas podem estar contribuindo de forma relevante para a empregabilidade dos egressos. No entanto, a interpretação deve ser feita com cautela, pois o indicador não permite, isoladamente, estabelecer causalidade. Ainda assim, o elevado percentual reforça a importância de manter e ampliar iniciativas de qualificação profissional no contexto do acolhimento.

3.8.5. Indicador 5 – Adesão à escolarização

A Pergunta 43 do questionário é "Você começou ou voltou a estudar após sair da Entidade de Acolhimento?", sendo as opções de resposta: "Sim", "Não" e "NS/NR". Entre os 29 egressos que responderam ao questionário, 2 responderam "Sim" e 27 responderam "Não". Dessa forma foi construído o indicador de adesão à escolarização, definido por:

$$\text{Indicador 5} = (\text{nº egressos que responderam "Sim"}) / (\text{total de egressos entrevistados}) \times 100$$

ou seja, a taxa de egressos que começaram ou voltaram a estudar após o acolhimento. A **Tabela 153** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 153: Indicador de adesão à escolarização

nº egressos que responderam Sim	Total de egressos entrevistados	Indicador de adesão à escolarização
2	29	6,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 153**, o indicador de adesão à escolarização ficou em 6,9%, mostrando uma taxa baixa de egressos em estudo após o acolhimento. No entanto, esse resultado deve ser interpretado com cautela, considerando o perfil dos egressos, majoritariamente inseridos no mercado de trabalho — seja como empregados formais (CLT), autônomos ou trabalhadores informais — e, em muitos casos, fora da faixa etária típica de escolarização.

Por outro lado, observa-se que 18 dos 29 egressos não possuem o ensino médio completo e, dentre estes, 7 não concluíram sequer o ensino fundamental, evidenciando uma lacuna educacional relevante (tabela 97). Nesse contexto, a baixa adesão aos estudos não necessariamente indica um resultado negativo imediato, podendo refletir a priorização da inserção produtiva; ainda assim, reforça a importância de estratégias que incentivem a retomada da escolarização, especialmente por meio de modalidades compatíveis com a realidade desses indivíduos, como a educação de jovens e adultos e cursos de qualificação profissional.

3.8.6. Indicador 6 – Reacolhimento

O número de vezes em uma entidade de acolhimento foi avaliado por meio de duas perguntas do questionário. A Pergunta 18, “Foi a primeira vez que você foi acolhido EM UMA entidade de apoio e acolhimento para tratamento contra álcool e drogas?”, que tinha como possibilidades de resposta “Sim”, “Não” e “NS/NR”; e a Pergunta 19, “Quantas vezes você já foi acolhido EM UMA entidade de apoio e acolhimento para tratamento contra álcool e drogas?”, que foi feita apenas para os entrevistados que responderam “Não” para a Pergunta 18, que tinha como opções de respostas A) “Apenas uma vez”, B) “Duas vezes”, C) “Três vezes”, D) “Quatro vezes”, E) “Mais de quatro vezes”, “NS/NR”. As respostas para essas duas perguntas estão consolidadas na tabela 104.

A partir dos dados desta tabela foi criado um indicador de recolhimento, definido por:

$$\text{Indicador 6} = (\text{nº egressos que estiveram mais de 1 vez em acolhimento}) / (\text{total de egressos entrevistados}) \times 100 ,$$

ou seja, a taxa de egressos que estiveram mais de 1 vez em acolhimento. A **Tabela 154** apresenta o cálculo deste indicador.

Tabela 154: Indicador de recolhimento

nº egressos que estiveram mais de 1 vez em acolhimento	Total de egressos entrevistados	Indicador de recolhimento
17	29	58,6%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 154**, o indicador de recolhimento atingiu 58,6%, evidenciando que mais da metade dos egressos esteve em acolhimento mais de uma vez ao longo de sua trajetória. Esse resultado sugere a presença de recorrência no processo de tratamento, o que pode estar associado às dificuldades inerentes à superação da dependência de álcool e outras drogas.

Esse cenário não deve ser interpretado apenas de forma negativa, uma vez que o recolhimento pode refletir a continuidade da busca por cuidado e apoio em momentos de recaída, sendo parte do próprio processo de recuperação. Por outro lado, o percentual elevado indica a importância de fortalecer estratégias de acompanhamento no período pós-acolhimento, com foco na prevenção de recaídas e na sustentação dos resultados alcançados, contribuindo para a redução da necessidade de novos acolhimentos.





4

Análise dos Dados das Entrevistas com os Familiares





4. Análise dos Dados das Entrevistas com os Familiares

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa realizada com familiares dos acolhidos atendidos pelas entidades participantes, com base nas respostas obtidas junto a 533 entrevistados, no período de 04 de novembro a 11 de dezembro de 2025. As análises contemplam as diferentes seções do questionário aplicado, abordando aspectos de perfil sociodemográfico, condições de vida, situação econômica, acesso a benefícios e direitos sociais, bem como outras dimensões relevantes para a compreensão do contexto familiar dos acolhidos. Todas as estimativas apresentadas consideram a aplicação de pesos amostrais, de modo a garantir que os resultados reflitam, de forma adequada, a distribuição da população de familiares dos acolhidos atendidos pelas entidades participantes.

4.1. Dados pessoais

Esta subseção apresenta resultados referentes à idade, ao local de nascimento e ao grau de parentesco ou vínculo do familiar entrevistado com o acolhido. Essas informações permitem caracterizar o perfil básico dos familiares participantes da pesquisa e compreender sua relação com os acolhidos no contexto do acompanhamento familiar durante o tratamento.

4.1.1. Idade do Entrevistado(a)

A **Tabela 155** apresenta as medidas de tendência central e de dispersão da idade dos familiares dos acolhidos entrevistados, considerando a aplicação de pesos amostrais. Observa-se que a idade média dos familiares é de 48,1 anos, com desvio padrão de 12,7 anos, indicando uma variabilidade moderada na distribuição etária desse grupo.

A mediana da idade é de 49 anos, valor muito próximo da média, o que sugere uma distribuição aproximadamente simétrica. Esse comportamento é reforçado pela posição dos quartis: 50% dos familiares têm idade entre 39 anos (1º quartil) e 57 anos (3º quartil), intervalo relativamente equilibrado em torno da mediana.

Esses resultados indicam que a maior parte dos familiares responsáveis ou vinculados aos acolhidos encontra-se em faixas etárias de meia-idade, o que pode ter implicações importantes para a compreensão do perfil socioeconômico e das condições de acompanhamento familiar durante o processo de acolhimento.

Tabela 155: Medidas de tendência central e de dispersão para a idade dos familiares entrevistados

Variável	Média	Desvio padrão	1º quartil	Mediana	3º quartil
Idade	48,1	12,7	39	49	57

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

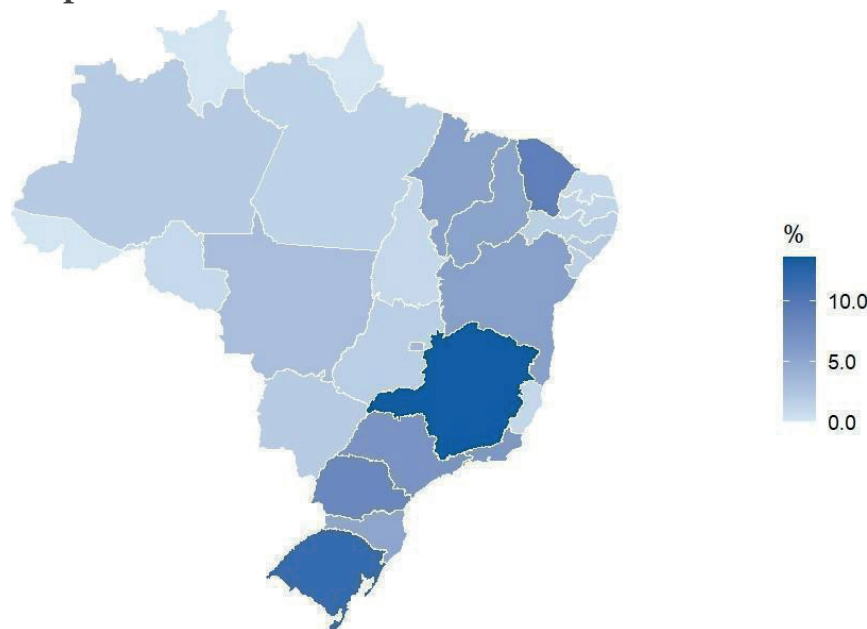
4.1.2. Local de nascimento do entrevistado(a)

A **Figura 45** apresenta a distribuição percentual dos familiares dos acolhidos entrevistados segundo o estado de nascimento, com estimativas ponderadas pelo peso amostral da pesquisa. Observa-se uma distribuição heterogênea no território nacional, com maior concentração de familiares nascidos em alguns estados específicos.

Entre os estados com maior participação destacam-se Minas Gerais (13,5%) e Rio Grande do Sul (11,4%), seguidos por Ceará (9,0%) e Paraná (8,1%). Na sequência aparecem São Paulo (6,7%), Rio de Janeiro (6,4%) e Bahia (5,5%). Também se observa uma participação relevante do Maranhão (5,5%), indicando a presença de familiares oriundos de diferentes regiões do país.

De modo geral, a distribuição sugere um padrão territorial relativamente semelhante ao observado entre os próprios acolhidos, com maior representatividade de estados das regiões Sudeste e Sul, além de alguns estados do Nordeste. Esses resultados indicam que o perfil de origem dos familiares reflete, em grande medida, os mesmos processos demográficos e sociais que influenciam a trajetória dos indivíduos acolhidos.

Figura 45: Mapa com a distribuição da proporção de nascimento por UF dos familiares dos acolhidos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.1.3. Grau de parentesco ou vínculo do(a) familiar entrevistado(a)

Quanto ao grau de parentesco ou vínculo dos familiares entrevistados com os acolhidos, observa-se que a maioria é composta por pais ou mães, que representam 35,4% do total, seguidos pelos irmãos, com 31,9%. As demais categorias apresentam proporções menores, com destaque para filhos, que representam 8,8%; outros parentes, como

tios, primos ou sobrinhos, com 7,9%; e cônjuges ou companheiros, com 7,5%. Pessoas sem parentesco direto, como amigos ou vizinhos, correspondem a 5,0% dos entrevistados, enquanto avós e a categoria “outro” apresentam percentuais residuais (conforme **Tabela 156**).

Tabela 156: Distribuição percentual (ponderada) do grau de parentesco ou vínculo com o acolhido

Respostas	%	Erro padrão (%)
Pai ou mãe	35,4	2,46
Avô ou Avó	0,5	0,28
Filho(a)	8,8	1,54
Irmão (a)	31,9	2,71
Outro parente (tio, primo, sobrinho)	7,9	1,29
Cônjuge ou companheiro	7,5	1,22
Pessoa sem parentesco (amigo, vizinho, conhecido)	5,0	0,98
Outro	3	1,03
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.2. Perfil do Entrevistado

A seção Perfil do Entrevistado tem como objetivo caracterizar os familiares entrevistados a partir de atributos sociodemográficos fundamentais, como cor/raça, gênero, estado civil, escolaridade, renda e condições de trabalho. Essas informações são centrais para compreender o contexto social e econômico das famílias dos acolhidos e permitem identificar possíveis desigualdades associadas ao acesso a direitos, serviços e oportunidades. As estimativas apresentadas ao longo desta seção foram calculadas com o uso de pesos amostrais, buscando garantir maior representatividade dos resultados.

4.2.1. Autodeclaração com relação à cor/raça

No que se refere à autodeclaração de cor/raça dos familiares entrevistados, observa-se a predominância de indivíduos que se autodeclararam pardos, correspondendo a 50,9% do total, seguidos pelos que se autodeclararam brancos, com 34,0%. A proporção de familiares que se autodeclararam pretos é de 13,3%, indicando participação relevante desse grupo na população estudada. As categorias amarelo, indígena e NS/NR apresentam percentuais residuais (**Tabela 157**).

Esse perfil indica predominância de familiares pertencentes a grupos raciais que compõem a maior parte da população brasileira, o que contribui para contextualizar as condições socioeconômicas das famílias dos acolhidos analisadas neste estudo.

Tabela 157: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração de cor/raça dos familiares entrevistados.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Amarelo	0,7	0,32
Branco	34,0	2,45
Indígena	0,7	0,30
Pardo	50,9	2,67
Preto	13,3	1,76
NS/NR	0,4	0,29
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.2. Autodeclaração de gênero dos familiares

No que se refere à autodeclaração de gênero dos familiares entrevistados, observa-se a predominância de mulheres cisgênero, que representam 74,2% dos entrevistados, enquanto os homens cisgênero correspondem a 25,5%. A categoria NS/NR apresenta participação residual, indicando elevada taxa de resposta para essa variável (**Tabela 158**).

Tabela 158: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração de gênero dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Homem cisgênero	25,5	2,29
Mulher cisgênero	74,2	2,30
NS/NR	0,3	0,27
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.3. Estado Civil do(a) Entrevistado (a)

No que se refere ao estado civil dos familiares entrevistados, observa-se que a maior parcela se declara casada, correspondendo a 42,4% do total, seguida pelos que se declaram solteiros, com 28,0%. As categorias separado/divorciado e união estável apresentam proporções semelhantes, ambas em torno de 11%, enquanto a proporção de viúvos é de 6,0%. A categoria NS/NR apresenta frequência residual (**Tabela 159**).

Esse perfil sugere predominância de familiares inseridos em arranjos conjugais estáveis, o que pode influenciar a organização do apoio familiar ao acolhido durante o tratamento.

Tabela 159: Distribuição percentual (ponderada) do estado civil dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Casado	42,4	2,72
Separado/divorciado	11,7	1,63
Solteiro	28,0	2,26
União estável	11,6	1,65
Viúvo	6,0	1,15
NS/NR	0,3	0,27
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.4. Renda familiar e individual dos familiares entrevistados

Quanto à renda familiar dos entrevistados, observa-se concentração nas faixas de menor renda: 32,3% declararam renda de até um salário mínimo e 30,3% situam-se entre um e dois salários mínimos. Esses resultados indicam que mais de 60% das famílias têm renda mensal de até dois salários mínimos. A faixa de dois a três salários mínimos representa 12,7% dos entrevistados, enquanto as faixas de renda superiores a três salários mínimos apresentam percentuais mais reduzidos. A proporção de respondentes com renda superior a cinco salários mínimos é de 6,0%. A categoria NS/NR corresponde a 11,0%, indicando parcela não desprezível de não resposta para essa variável (Tabela 160).

Tabela 160: Distribuição percentual (ponderada) da renda familiar dos familiares entrevistados.

Respostas	%	Erro padrão (%)
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,000)	32,3	2,42
De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.519,00 a 3.036,00)	30,3	2,37
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 3.037,00 a R\$ 4.554,00)	12,7	1,53
De 3 a 4 salários mínimos (R\$ 4.555,00 a R\$ 6.072,00)	5,6	1,19
De 4 a 5 salários mínimos (R\$ R\$ 6.073,00 a R\$ 7.590,00)	2,1	0,63
Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 7.590,00)	6,0	2,32
NS/NR	11,0	1,56
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à renda individual dos familiares entrevistados, observa-se que uma parcela expressiva dos respondentes se encontra em situação de renda baixa ou inexistente, com 15,3% declarando não ter renda no momento e 43,1% informando renda de até um salário mínimo. Adicionalmente, 22,1% situam-se na faixa de um a dois salários mínimos, indicando que mais de 80% dos familiares têm renda individual de até dois salários mínimos ou não têm renda. As faixas de renda superiores a dois salários mínimos apresentam

percentuais reduzidos, com participação residual acima de quatro salários mínimos. A categoria NS/NR corresponde a 6,0% (**Tabela 161**).

Esse resultado reforça a presença de elevada vulnerabilidade econômica entre os familiares dos acolhidos, o que pode impactar a capacidade de apoio financeiro e logístico ao tratamento.

Tabela 161: Distribuição percentual (ponderada) da renda individual dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não tenho renda no momento	15,3	2,54
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,00)	43,1	2,60
De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.519,00 a 3.036,00)	22,1	2,12
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 3.037,00 a R\$ 4.554,00)	9,2	1,43
De 3 a 4 salários mínimos (R\$ 4.555,00 a R\$ 6.072,00)	2,4	0,71
De 4 a 5 salários mínimos (R\$ R\$ 6.073,00 a R\$ 7.590,00)	0,3	0,20
Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 7.590,00)	1,6	0,58
NS/NR	6,0	1,15
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.5. Situação de moradia

No que se refere à situação de moradia dos familiares entrevistados, observa-se que a maioria dos respondentes reside em moradia própria, correspondendo a 56,4% do total, enquanto 28,7% vivem em moradia alugada. A proporção de familiares que residem em moradia cedida é de 11,1%. As demais categorias apresentam percentuais reduzidos, incluindo aqueles que moravam em casa de outras pessoas sem pagamento, os que se encontram em abrigo ou programa de acolhimento e outras situações de moradia. A categoria NS/NR apresenta frequência residual (**Tabela 162**).

Esse resultado sugere que, apesar das limitações de renda observadas anteriormente, uma parcela relevante dos familiares apresenta alguma estabilidade habitacional, o que pode estar associado a estratégias familiares de compartilhamento de moradia ou à aquisição de imóveis ao longo do ciclo de vida.

Tabela 162: Distribuição percentual (ponderada) da situação de moradia dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Abriço/Programa de acolhimento	0,2	0,24
Moradia alugada	28,7	2,65
Moradia cedida	11,1	1,82
Moradia própria	56,4	2,73
Morava em casa de outras pessoas e não pagava	2,2	0,63

Respostas	%	Erro padrão (%)
Outra	1,0	0,49
NS/NR	0,4	0,28
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao número de moradores no domicílio dos familiares entrevistados, observa-se que a maioria dos respondentes vive com uma ou duas outras pessoas, correspondendo a 50,8% do total. Em seguida, 30,8% residem com três a quatro pessoas, indicando a predominância de arranjos domiciliares de pequeno a médio porte. As situações de maior adensamento domiciliar, com cinco ou mais pessoas no domicílio, apresentam percentuais reduzidos. Aproximadamente 10,8% dos respondentes declararam morar sozinhos. A categoria NS/NR apresenta frequência residual (**Tabela 163**).

Tabela 163: Distribuição percentual (ponderada) do número de moradores no domicílio dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Nenhuma	10,8	1,57
1-2 pessoas	50,8	2,67
3-4 pessoas	30,8	2,4
5-6 pessoas	6,1	1,14
7 ou mais pessoas	1,1	0,43
NS/NR	0,4	0,29
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.6. Recebimento de benefícios e/ou direitos sociais pelos familiares entrevistados

No que se refere ao recebimento de benefícios e/ou direitos sociais pelos familiares entrevistados, observa-se que 66,1% declararam não receber nenhum tipo de auxílio ou benefício, enquanto 33,9% informaram receber algum tipo (**Tabela 164**). Entre os benefícios específicos investigados, o Bolsa Família é o mais frequentemente mencionado (13,7%), seguido pela aposentadoria (10,0%). Os demais benefícios apresentam percentuais reduzidos, como o Benefício de Prestação Continuada, pensão por morte, auxílio-doença e seguro-desemprego. A categoria NS/NR apresenta participação residual, e os erros padrão associados às estimativas encontram-se apresentados na tabela, indicando precisão compatível com o desenho amostral.

Tabela 164: Distribuição percentual (ponderada) do recebimento de benefícios e/ou direitos sociais pelos familiares entrevistados

Benefício	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Bolsa Família	86,3	1,71	13,7	1,71
Benefício de Prestação Continuada	97,9	0,63	2,1	0,63
Aposentadoria	90,0	1,43	10,0	1,43
Pensão por morte	97,2	0,70	2,8	0,70
Pensão por invalidez	99,7	0,21	0,3	0,21
Auxílio-doença	98,2	0,60	1,8	0,60
Seguro-desemprego	99,5	0,26	0,5	0,26
Não recebe nenhum tipo de auxílio ou benefício	33,9	2,43	66,1	2,43
Outro	97,4	0,92	2,6	0,92
NS/NR	98,7	0,66	1,3	0,66

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.7. Condição de trabalho ou ocupação dos familiares entrevistados

No que se refere à condição de trabalho ou ocupação dos familiares entrevistados, observa-se maior participação de trabalhadores autônomos (23,0%) e empregados com carteira assinada (21,5%). Também se destacam os aposentados, que representam 10,6% dos respondentes, e os trabalhadores informais, com 9,1%. As categorias de desemprego somam parcela relevante, incluindo 3,6% entre aqueles que se encontram em busca de trabalho e 8,6% entre os que não estão buscando ocupação no momento. Outras situações, como trabalhador do lar não remunerado (6,7%), servidores públicos efetivos ou temporários e microempreendedores individuais, apresentam percentuais menores. A categoria NS/NR apresenta frequência residual (**Tabela 165**).

Tabela 165: Distribuição percentual (ponderada) da condição de trabalho ou ocupação dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Empregado com carteira assinada (CLT)	21,5	2,07
Servidor público efetivo	5,2	1,04
Servidor público contratado temporariamente	2,4	0,73
Autônomo	23,0	2,14
Microempreendedor Individual (MEI)	2,2	0,66
Trabalhador Informal (sem registro)	9,1	1,55
Desempregado, em busca de trabalho	3,6	0,80
Desempregado, não está buscando trabalho	8,6	1,44
Aposentado	10,6	1,44
Estudante (sem atividade profissional)	1,0	0,66
Estagiário	0,0	-
Trabalhador do lar (não remunerado)	6,7	2,35
Outro	4,4	0,91

Respostas	%	Erro padrão (%)
NS/NR	1,7	0,68
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.8. Escolaridade dos familiares entrevistados

No que se refere à escolaridade dos familiares entrevistados, vale destacar que 31,5% têm, no máximo, ensino fundamental completo. Observa-se ainda, uma predominância de indivíduos com ensino médio completo, o que representa 34,0% do total. Em seguida, destacam-se aqueles com ensino fundamental incompleto (19,2%) e ensino superior completo (14,0%). As demais categorias apresentam percentuais menores, incluindo ensino fundamental completo (10,9%), ensino médio incompleto (8,1%) e ensino superior incompleto (7,3%). As categorias de pós-graduação e de pessoas que nunca estudaram apresentam participações residuais. A categoria NS/NR corresponde a 1,0% (Tabela 166).

Esse perfil indica predominância de familiares com escolaridade de nível médio, com presença relevante de ensino superior, mas ainda com parcela significativa de baixa escolaridade, o que pode influenciar o acesso a oportunidades de trabalho e renda. O grau de escolaridade dos familiares, se mostrou levemente acima dos grau de escolaridade dos acolhidos. O abandono escolar é uma das características da pessoa com TUS.

Tabela 166: Distribuição percentual (ponderada) da escolaridade dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Nunca estudou	1,4	0,54
Ensino Fundamental incompleto	19,2	2,02
Ensino Fundamental completo	10,9	1,55
Ensino Médio incompleto	8,1	1,41
Ensino Médio completo	34,0	2,47
Ensino Superior incompleto	7,3	1,18
Ensino Superior completo	14,0	2,43
Pós-graduação incompleta	0,2	0,20
Pós-graduação completa	3,9	0,92
NS/NR	1,0	0,61
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à participação dos familiares entrevistados em cursos de ensino formal no momento da pesquisa, observa-se que a grande maioria declarou não estar cursando nenhuma modalidade de ensino, correspondendo a 91,6% do total. Entre os que estão estudando, destacam-se aqueles matriculados no ensino superior (4,0%) e na

pós-graduação (2,1%), enquanto as participações no ensino fundamental e médio são residuais, ambas com 0,7%. A categoria NS/NR corresponde a 0,9% (**Tabela 167**).

Tabela 167: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados quanto à condição atual de estudo

Respostas	%	Erro padrão (%)
Ensino Fundamental	0,7	0,63
Ensino Médio	0,7	0,42
Ensino Superior	4,0	0,87
Pós-Graduação	2,1	0,67
Não estou cursando nenhuma modalidade	91,6	1,42
NS/NR	0,9	0,86
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.9. Número de filhos dos familiares entrevistados

No que se refere à quantidade de filhos dos familiares entrevistados, verifica-se que a maioria tem ao menos um filho, correspondendo a 84,8% do total. Destaca-se a maior frequência entre aqueles com dois filhos (31,7%), seguidos pelos que têm três filhos (19,8%) e um filho (19,7%). A proporção de entrevistados sem filhos é de 15,2%, enquanto 6,6% têm quatro filhos e 7,0% têm mais de quatro (**Tabela 168**).

Tabela 168: Distribuição percentual (ponderada) da quantidade de filhos dos familiares dos acolhidos entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	15,2	2,54
1	19,7	2,06
2	31,7	2,36
3	19,8	2,03
4	6,6	1,11
Mais de 4	7,0	1,26
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.2.10. Religião

No que se refere à religião dos familiares entrevistados, observa-se a predominância de indivíduos que se declaram evangélicos, correspondendo a 45,6% do total, seguidos pelos que se declaram católicos, com 41,2%. As demais categorias apresentam percentuais reduzidos, incluindo aqueles que não têm religião (7,8%), espíritas (1,8%), praticantes de religiões afro-brasileiras (1,0%) e outras religiões (1,7%). A categoria NS/NR corresponde a 0,9% (**Tabela 169**).

Tabela 169: Distribuição percentual (ponderada) da religião dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Católica	41,2	2,53
Evangélica	45,6	2,73
Espírita	1,8	0,66
Umbanda, Candomblé ou outra religiões afro-brasileiras	1,0	0,4
Ateu	0,0	-
Não tem	7,8	1,36
Outra	1,7	0,55
NS/NR	0,9	0,6
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto à frequência de participação em locais de prática religiosa entre os familiares entrevistados, observa-se predominância de participação regular, com 55,5% do total. Além disso, 19,8% informaram participar eventualmente e 13,4% raramente, enquanto 10,4% declararam não frequentar esses locais. A categoria NS/NR corresponde a 0,9% (**Tabela 170**).

Tabela 170: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de locais de prática religiosa dos familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, regularmente	55,5	2,61
Sim, eventualmente	19,8	1,98
Sim, raramente	13,4	1,65
Não	10,4	1,48
NS/NR	0,9	0,6
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.3. Relação entre familiar, acolhido e entidade

Esta seção apresenta resultados relacionados à relação entre o familiar entrevistado, o acolhido e a entidade de acolhimento. São analisados aspectos como tempo de tratamento do acolhido, possibilidade e frequência de visitas, manutenção de contato telefônico ou virtual, formas de comunicação com a entidade, iniciativa do tratamento e nível de satisfação com os serviços oferecidos. Essas informações permitem compreender o grau de envolvimento familiar no processo terapêutico, as condições de interação com a entidade e a percepção das famílias sobre o atendimento recebido. Todas as estimativas apresentadas consideram a aplicação de pesos amostrais, garantindo maior representatividade dos resultados.

4.3.1. Tempo de tratamento do acolhido

No que se refere ao tempo que o acolhido está em tratamento na entidade, segundo os familiares, observa-se que a maior parte dos casos concentra-se entre três e seis meses (66%), com 34,9% dos acolhidos em tratamento há três a quatro meses e 31,1% há cinco a seis meses. Em seguida, destacam-se os acolhidos com sete a oito meses de tratamento (16,0%), enquanto períodos superiores a oito meses apresentam percentuais menores. Situações de tratamento com menos de dois meses são residuais, assim como aquelas com mais de doze meses. A categoria NS/NR corresponde a 1,6% (**Tabela 171**).

Tabela 171: Distribuição percentual (ponderada) do tempo que o acolhido está em tratamento na entidade de acolhimento segundo os familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Menos de 1 mês	0,1	0,05
1 a 2 meses	0,8	0,36
3 a 4 meses	34,9	2,72
5 a 6 meses	31,1	2,38
7 a 8 meses	16,0	1,89
9 a 10 meses	6,3	1,14
11 a 12 meses	7,1	1,23
Mais de 12 meses	2,1	0,76
NS/NR	1,6	0,55
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.3.2. Possibilidade e frequência de visitas

No que se refere à permissão de visitas aos acolhidos pelas entidades, observa-se que a quase totalidade dos familiares entrevistados afirmou que as entidades permitem visitas, correspondendo a 99,0% do total. A proporção de familiares que declararam que a entidade não permite visitas é residual (0,1%), assim como a categoria NS/NR, com 0,9% (**Tabela 172**). Esse resultado sugere que a possibilidade de visitas familiares é prática amplamente adotada pelas entidades de acolhimento, o que pode favorecer a manutenção de vínculos familiares durante o tratamento.

Tabela 172: Distribuição percentual (ponderada) da permissão de visitas na entidade dos acolhidos, segundo os familiares entrevistados

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	99,0	0,50
Não	0,1	0,11
NS/NR	0,9	0,48
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto à frequência de visitas nas entidades que as permitem, observa-se que a maioria dos familiares relatou que elas ocorrem frequentemente (53,2%) ou sempre (36,5%). As permissões ocasionais correspondem a 7,5% dos casos, enquanto as situações em que as visitas são permitidas raramente apresentam percentual reduzido (1,4%). A categoria NS/NR corresponde a 1,4% (**Tabela 173**).

Tabela 173: Distribuição percentual (ponderada), segundo os familiares entrevistados, da frequência de visitas nas entidades que permitem visitas

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sempre	36,5	2,58
Frequentemente	53,2	2,68
Ocasionalmente	7,5	1,19
Raramente	1,4	0,52
NS/NR	1,4	0,48
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto à frequência de visitas realizadas pelos familiares entrevistados, considerando as entidades que permitem visitas, observa-se que 46,2% relataram visitas regulares, enquanto 31,0% informaram visitar ocasionalmente. Entre os demais, 6,8% ainda não realizaram visita; 10,1% declararam não visitar; e 5,7% indicaram já ter visitado, mas não o fazem mais. A categoria NS/NR corresponde a 0,2% (**Tabela 174**).

Tabela 174: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de visitas realizadas pelos familiares entrevistados, considerando as entidades que permitem visitas

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, regularmente e	46,2	2,73
Sim, às vezes	31,0	2,34
Ainda não visitou	6,8	1,13
Não	10,1	1,58
Já visitou, mas não visita mais	5,7	1,18
NS/NR	0,2	0,17
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere aos motivos para a não realização de visitas aos acolhidos pelos familiares entrevistados, considerando apenas aqueles que informaram que não fazem visitas, visitam ocasionalmente ou deixaram de visitar, observa-se que a principal razão reportada foi a distância geográfica, mencionada por 41,6% dos respondentes. Em seguida, destacam-se os horários incompatíveis (18,6%) e as dificuldades financeiras para deslocamento (17,4%), indicando que fatores logísticos e econômicos desempenham papel relevante na limitação das visitas.

Outros motivos foram apontados com menor frequência, como a categoria “outra” (13,4%) e questões de saúde do familiar ou do acolhido (5,3%). Percentuais ainda mais baixos foram observados para falta de interesse do familiar (2,8%), restrições impostas pela entidade (0,5%), necessidade de aguardar o período permitido para a primeira visita (0,2%) e recomendações terapêuticas para evitar contato (0,2%). Não houve registros na categoria NS/NR (**Tabela 175**).

Tabela 175: Distribuição percentual (ponderada) dos motivos para não realização de visitas aos acolhidos, segundo os familiares entrevistados que não visitam, visitam ocasionalmente ou deixaram de visitar

Respostas	%	Erro padrão (%)
Estou aguardando o período permitido para a primeira visita	0,2	0,17
Dificuldade financeira para deslocamento	17,4	2,60
Distância geográfica	41,6	3,29
Horários incompatíveis	18,6	2,46
Restrições impostas pela entidade	0,5	0,44
Motivos de saúde (do familiar ou do acolhido)	5,3	1,39
Falta de interesse do familiar	2,8	1,14
Recomendações terapêuticas para evitar contato	0,2	0,20
Outra	13,4	2,11
NS/NR	0,0	-
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.3.3. Manutenção de contato telefônico ou virtual

No que se refere à manutenção de contato telefônico ou virtual com o acolhido durante o período de tratamento, observa-se que a maioria dos familiares entrevistados afirmou manter contato, correspondendo a 88,3% do total. Entre os demais, 9,5% declararam não manter contato; 1,2% informaram que já mantiveram contato anteriormente, mas não mantêm mais; e 0,9% ainda aguardam o período permitido para iniciar o contato. A categoria NS/NR corresponde a 0,1% (**Tabela 176**).

Esse resultado indica que, além das visitas presenciais, o contato telefônico ou virtual é amplamente utilizado pelas famílias para manter vínculos com o acolhido durante o tratamento.

Tabela 176: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a manutenção de contato telefônico ou virtual com o acolhido durante o período de acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	88,3	1,61
Não, estou aguardando o período permitido para o contato telefônico	0,9	0,53

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não	9,5	1,47
Já mantivemos, mas não mais	1,2	0,45
NS/NR	0,1	0,15
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à frequência do contato telefônico ou virtual entre os familiares entrevistados que mantêm esse tipo de comunicação com o acolhido, observa-se que a forma mais comum é o contato semanal em um único dia, correspondendo a 40,2% dos casos. Em seguida, destacam-se aqueles que realizam contato até três vezes por semana (16,0%) e a cada quinze dias (16,5%). Contatos diários correspondem a 9,1%, enquanto frequências mensais ou apenas aos finais de semana apresentam percentuais menores. A categoria NS/NR corresponde a 0,8% (**Tabela 177**).

Esse resultado sugere que o contato com o acolhido ocorre majoritariamente de forma semanal ou quinzenal, indicando manutenção de vínculo familiar, ainda que não necessariamente com alta frequência.

Tabela 177: Distribuição percentual (ponderada) da frequência do contato telefônico ou virtual realizado pelos familiares entrevistados, caso tenham declarado manter esse tipo de comunicação

Respostas	%	Erro padrão (%)
Todos os dias	9,1	2,64
Até três vezes por semana	16,0	1,98
Apenas um dia da semana	40,2	2,74
Apenas aos finais de semana	5,1	1,08
A cada quinze dias	16,5	2,08
Uma vez ao mês	6,7	1,25
Outro	5,6	1,06
NS/NR	0,8	0,51
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere aos meios de comunicação utilizados pelos familiares que declararam manter contato telefônico ou virtual com os acolhidos, observa-se que o meio mais utilizado é a ligação para o celular ou telefone da entidade de acolhimento, mencionada por 63,6% dos respondentes. Em seguida, aparecem os aplicativos de mensagem instantânea por meio do celular da própria entidade (como WhatsApp ou Telegram), utilizados por 30,5% dos familiares.

Outras formas de contato apresentam proporções menores. A ligação direta para o celular do acolhido foi relatada por 12,1% dos familiares, enquanto o uso de aplicativos de mensagem instantânea via celular do próprio acolhido foi mencionado por 10,2%. O uso

de outros meios de comunicação foi pouco frequente, como computador (0,2%) e outras formas de contato (1,7%). A categoria NS/NR corresponde a 0,5% (**Tabela 178**).

Tabela 178: Distribuição percentual (ponderada) do meio de comunicação utilizado para os familiares que declaram manter contato telefônico ou virtual

Benefício	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Aplicativo de mensagem instantânea via celular da entidade de acolhimento (Whatsapp; Telegram)	69,5	2,56	30,5	2,56
Aplicativo de mensagem instantânea via celular do acolhido (Whatsapp; Telegram)	89,8	1,63	10,2	1,63
Ligação para o celular do acolhido	87,9	2,81	12,1	2,81
Ligação para o celular ou telefone da entidade de acolhimento	36,4	2,98	63,6	2,98
Computador	99,8	0,22	0,2	0,22
Outro	98,3	0,73	1,7	0,73
NS/NR	99,5	0,45	0,5	0,45

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao principal motivo para a não realização de contato telefônico ou virtual entre os familiares entrevistados que não mantiveram esse tipo de comunicação com os acolhidos (9,5%), observa-se que a categoria mais frequente foi “*Outro*”, mencionada por 34,2% dos respondentes. Em seguida, destacam-se a indisponibilidade de meios de contato por parte da entidade, como telefone, computador ou acesso à internet (16,2%), e a situação em que o próprio acolhido preferiu não manter contato (15,4%).

Também aparecem como motivos relevantes as regras internas da entidade que não permitem o contato (13,4%) e situações em que os horários ou regras da instituição dificultam a comunicação, mesmo havendo meios disponíveis (8,0%). Percentuais menores foram observados para a preferência da própria família em não manter contato (5,4%) e para casos em que o familiar ainda se encontra em período de “*quarentena*”, não podendo manter contato no momento (3,7%). A categoria NS/NR corresponde igualmente a 3,7% (**Tabela 179**).

Tabela 179: Distribuição percentual (ponderada) do principal motivo da não realização do contato telefônico ou virtual pelos familiares entrevistados que não mantiveram esse tipo de comunicação

Respostas	%	Erro padrão (%)
A entidade não permite o contato, de acordo com regras internas	13,4	4,75
O familiar está em “ <i>quarentena</i> ” e não pode ainda manter contato.	3,7	2,86
A entidade não disponibiliza meios de contato, como telefone, computador ou internet	16,2	4,68
A entidade disponibiliza os meios, mas os horários ou regras dificultam o contato	8,0	4,6
O acolhido preferiu não manter contato	15,4	6,76
A família preferiu não manter contato	5,4	2,82

Respostas	%	Erro padrão (%)
Outro	34,2	6,68
NS/NR	3,7	2,24
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.3.4. Formas de conhecimento do trabalho de acolhimento da instituição

No que se refere à forma como os familiares entrevistados ficaram sabendo do trabalho de acolhimento da instituição, observa-se que a principal via de conhecimento ocorreu por indicação de familiares, amigos ou conhecidos, mencionada por 67,0% dos respondentes. Esse resultado sugere a forte influência das redes sociais informais na disseminação de informações sobre os serviços de acolhimento.

Outras formas de conhecimento aparecem com proporções menores, como a indicação por profissionais de saúde, incluindo serviços como CAPS, UBS e hospitais, reportada por 10,6% dos familiares. A categoria “Outro” corresponde a 9,9%, enquanto anúncios na internet foram mencionados por 7,3% dos entrevistados. O encaminhamento por serviços de assistência social, como CRAS e CREAS, foi citado por 4,2% dos respondentes. A categoria NS/NR representa 1,0% (Tabela 180).

Tabela 180: Distribuição percentual (ponderada) de como os familiares entrevistados ficaram sabendo do trabalho de acolhimento da instituição

Respostas	%	Erro padrão (%)
Por meio de anúncios na internet	7,3	1,33
Indicação por parte de familiares, amigos e conhecidos	67,0	2,39
Indicação de profissional de saúde (CAPS, UBS, hospital, outros)	10,6	1,47
Encaminhamento de serviço social (CRAS, CREAS, outros)	4,2	0,93
Outro	9,9	1,42
NS/NR	1,0	0,58
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.3.5. Origem da iniciativa para o tratamento

No que se refere à origem da iniciativa para o início do tratamento, observa-se que, na maior parte dos casos, a decisão partiu do próprio acolhido, mencionado por 59,2% dos respondentes. Em seguida, destaca-se a participação da família, indicada por 33,6% dos entrevistados, evidenciando o papel relevante do núcleo familiar no incentivo à busca por tratamento.

Outras formas de iniciativa aparecem com menor frequência, como a indicação de amigos ou amigas, mencionada por 4,8% dos respondentes. A participação de profissionais da área de saúde e de profissionais do serviço social foi reportada por 0,6% em cada caso. A categoria “Outro” corresponde a 1,1%. Não houve registros de casos em que a iniciativa tenha ocorrido por determinação judicial. A categoria NS/NR representa 0,1% (**Tabela 181**).

Tabela 181: Distribuição percentual (ponderada) segundo a origem da iniciativa para o tratamento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Do próprio acolhido	59,2	2,73
De amigo(s)	4,8	1,03
De familiar(es)	33,6	2,74
Por determinação judicial (medida judicial)	0,0	-
De profissional da área de saúde (ex: médico, psicólogo, psiquiatra, enfermeiro)	0,6	0,28
De profissional de serviço social	0,6	0,30
Outro	1,1	0,45
NS/NR	0,1	0,11
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.3.6. Comunicação entre familiares e entidades

No que se refere ao recebimento de informações claras sobre o funcionamento do acolhimento da instituição, a maioria dos familiares entrevistados afirmou ter recebido esse tipo de orientação, correspondendo a 86,4% dos respondentes. Esse resultado sugere que, de modo geral, as instituições têm fornecido informações sobre o funcionamento do acolhimento aos familiares.

Por outro lado, 8,9% dos entrevistados declararam não ter recebido informações claras sobre o funcionamento do acolhimento. A categoria NS/NR corresponde a 4,7% dos respondentes. Os erros-padrão associados às estimativas encontram-se apresentados na tabela, indicando precisão compatível com o desenho amostral (**Tabela 182**).

Tabela 182: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo o recebimento de informações claras sobre o funcionamento do acolhimento na instituição

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	86,4	1,79
Não	8,9	1,44
NS/NR	4,7	1,16
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere às informações recebidas pelos familiares sobre o funcionamento do acolhimento, observa-se que os conteúdos mais frequentemente mencionados foram a rotina diária e as atividades realizadas na entidade, reportadas por 59,0% dos respondentes, seguidas pelas regras de convivência da instituição (57,3%). Também aparecem com frequência semelhantes as informações sobre possibilidades de visitas e contatos com a família (51,6%) e o tempo previsto de permanência no acolhimento (50,5%).

A proporção de familiares que relataram ter recebido informações sobre os direitos e deveres do acolhido corresponde a 48,0%, enquanto 44,1% indicaram ter sido informados sobre o apoio oferecido pela equipe técnica, como psicólogos, médicos e assistentes sociais. Por outro lado, informações relacionadas às etapas posteriores do processo de acolhimento aparecem com menor frequência. Apenas 12,1% dos familiares mencionaram ter recebido orientações sobre encaminhamentos ou continuidade do tratamento após a saída, e 11,8% relataram ter sido informados sobre a elaboração do PIA/PAS. A categoria “Outro” corresponde a 13,2%, enquanto a categoria NS/NR representa 1,2% (Tabela 183).

Tabela 183: Distribuição percentual (ponderada) de quais informações os familiares declararam que receberam acerca do funcionamento do acolhimento

Benefício	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Regras de convivência da entidade	42,7	2,77	57,3	2,77
Direitos e deveres do acolhido	52,0	2,92	48,0	2,92
Rotina diária e atividades realizadas	41,0	2,80	59,0	2,80
Tempo previsto de permanência	49,5	2,91	50,5	2,91
Possibilidades de visitas e contatos com a família	48,4	2,91	51,6	2,91
Apoio oferecido pela equipe técnica (psicólogos, médicos, assistentes sociais etc.)	55,9	2,80	44,1	2,80
Encaminhamentos ou continuidade do tratamento após a saída	87,9	1,69	12,1	1,69
Elaboração do PIA/PAS	88,2	1,55	11,8	1,55
Outro	86,8	1,78	13,2	1,78
NS/NR	98,8	0,50	1,2	0,50

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à opinião dos familiares entrevistados sobre a existência de canais adequados para comunicação com a equipe da entidade, observa-se que a grande maioria considera que esses canais estão disponíveis, correspondendo a 94,5% dos respondentes. Esse resultado indica uma avaliação predominantemente positiva quanto à possibilidade de comunicação entre familiares e a equipe responsável pelo acolhimento.

Por outro lado, 3,2% dos entrevistados afirmaram que a entidade não garante canais adequados para esse tipo de comunicação. A categoria NS/NR corresponde a 2,3% dos respondentes (**Tabela 184**).

Tabela 184: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a existência de canais adequados de comunicação com a equipe da entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	94,5	1,18
Não	3,2	0,88
NS/NR	2,3	0,82
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à oferta de oportunidades para participação dos familiares em reuniões, visitas ou no acompanhamento do acolhido na entidade, observa-se que 56,6% dos entrevistados afirmaram que a entidade oferece essas oportunidades e que eles participam efetivamente dessas atividades. Esse resultado indica um nível expressivo de envolvimento dos familiares no processo de acompanhamento do acolhido.

Por outro lado, 28,1% dos respondentes relataram que a entidade oferece essas oportunidades, porém eles não participam das reuniões, das visitas ou do acompanhamento. Além disso, 9,2% afirmaram que a entidade não oferece esse tipo de oportunidade. A categoria NS/NR corresponde a 6,1% dos entrevistados (**Tabela 185**).

Tabela 185: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a oferta de oportunidades para reuniões, visitas ou acompanhamento do acolhido pela entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, e eu participo de reuniões, visitas e acompanhamento do meu familiar na entidade	56,6	2,61
Sim, mas eu não participo de reuniões, visitas e acompanhamento do meu familiar na entidade	28,1	2,3
Não	9,2	1,47
NS/NR	6,1	1,20
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à frequência das reuniões e dos acompanhamentos realizados com os familiares, observa-se que as periodicidades mais comuns são a mensal, mencionada por 36,7% dos respondentes, e a quinzenal, indicada por 31,5%. Esses resultados sugerem que, quando ocorrem, as reuniões e os acompanhamentos tendem a ser realizados com relativa regularidade.

A categoria “Outro” corresponde a 26,9% dos entrevistados, indicando a existência de formatos ou periodicidades distintas das opções previamente listadas. Percentuais menores foram observados para reuniões realizadas a cada dois meses (1,2%), a cada três meses (0,1%) e em intervalos superiores a três meses (0,1%). A categoria NS/NR representa 3,5% dos respondentes (Tabela 186). A participação da família no processo de recuperação de pessoas com Transtorno por Uso de Substâncias (TUS) é considerada fundamental e, muitas vezes, determinante para o sucesso do tratamento.

Tabela 186: Distribuição percentual (ponderada) da frequência das reuniões e do acompanhamento dos familiares, caso haja

Respostas	%	Erro padrão (%)
A cada 15 dias	31,5	4,06
Mensalmente	36,7	3,37
A cada dois meses	1,2	0,59
A cada três meses	0,1	0,14
Em intervalos maiores que três meses	0,1	0,13
Outro	26,9	2,98
NS/NR	3,5	1,27
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.3.7. Nível de satisfação dos familiares entrevistados

No que se refere à avaliação dos familiares entrevistados sobre a satisfação em relação ao atendimento das demandas da família, considerando aspectos como tempo de resposta e clareza das informações, observa-se que a grande maioria dos respondentes avaliou positivamente esse processo. Ao todo, 92,9% afirmaram que as demandas da família são atendidas de forma satisfatória.

Por outro lado, 3,7% dos entrevistados relataram que o atendimento às demandas não é satisfatório nesses aspectos. A categoria NS/NR corresponde a 3,4% dos respondentes (Tabela 187).

Tabela 187: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a avaliação da resposta às demandas da família, quanto ao tempo de resposta e à clareza

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	92,9	1,27
Não	3,7	0,85
NS/NR	3,4	0,96
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à opinião dos familiares entrevistados sobre o apoio oferecido pela entidade para o tratamento do acolhido, observa-se que a grande maioria avalia esse apoio de forma positiva. Ao todo, 89,3% dos respondentes afirmaram que a entidade oferece apoio totalmente suficiente para o tratamento do seu familiar.

Além disso, 9,2% dos entrevistados consideram que o apoio é oferecido apenas em parte. Percentuais bastante reduzidos foram observados entre aqueles que avaliam que a entidade não oferece apoio suficiente (0,8%). A categoria NS/NR também corresponde a 0,8% dos respondentes (**Tabela 188**).

Tabela 188: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a suficiência do apoio oferecido pela entidade ao tratamento de seu familiar

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, totalmente	89,3	1,60
Sim, em parte	9,2	1,45
Não oferece	0,8	0,49
NS/NR	0,8	0,55
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao nível de satisfação dos familiares entrevistados com o serviço de acolhimento oferecido, observa-se uma avaliação amplamente positiva. A maioria dos respondentes declarou estar muito satisfeita com o serviço, correspondendo a 72,1% dos entrevistados, enquanto 25,7% afirmaram estar satisfeitos.

Percentuais bastante reduzidos foram observados entre aqueles que se declararam indiferentes (1,2%) ou insatisfeitos (0,4%). A categoria “*muito insatisfeito*” apresentou proporção ainda menor, correspondente a 0,1% dos respondentes. A categoria NS/NR representa 0,5% (**Tabela 189**).

Tabela 189: Distribuição percentual (ponderada) acerca do nível de satisfação dos familiares entrevistados com o serviço de acolhimento oferecido

Respostas	%	Erro padrão (%)
Muito satisfeito	72,1	2,29
Satisfeito	25,7	2,20
Indiferente	1,2	0,57
Insatisfeito	0,4	0,30
Muito insatisfeito	0,1	0,05
NS/NR	0,5	0,52
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à percepção dos familiares entrevistados sobre mudanças na situação do acolhido após o ingresso na entidade, observa-se que a quase totalidade dos respondentes identifica melhora no quadro do familiar. Ao todo, 98,2% afirmaram perceber melhora nesse aspecto.

Percentuais bastante reduzidos foram observados entre aqueles que não perceberam melhora, correspondendo a 1,0% dos entrevistados. A categoria NS/NR representa 0,8% dos respondentes (**Tabela 190**).

Tabela 190: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção de melhora na situação do acolhido após o acolhimento na entidade

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	98,2	0,74
Não	1,0	0,50
NS/NR	0,8	0,56
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à experiência prévia dos familiares entrevistados com tratamento em entidades de acolhimento para álcool e outras drogas, observa-se que a grande maioria (94,8% dos respondentes) declarou nunca ter passado por esse tipo de tratamento.

Por outro lado, 5,1% dos familiares relataram já ter realizado tratamento em alguma entidade de acolhimento para álcool e drogas. A categoria NS/NR corresponde a 0,1% dos entrevistados (**Tabela 191**).

Tabela 191: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo histórico de tratamento em entidade de acolhimento para álcool e outras drogas

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	5,1	1,00
Não	94,8	1,00
NS/NR	0,1	0,08
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao conhecimento dos familiares entrevistados sobre a legislação que regulamenta as entidades de acolhimento e apoio a álcool e drogas, observa-se que a maioria declarou não conhecer essa normativa. Ao todo, 88,4% dos respondentes afirmaram não ter conhecimento sobre a legislação.

Por outro lado, 10,9% dos familiares relataram conhecer a legislação que regula-
menta esse tipo de entidade. A categoria NS/NR corresponde a 0,7% dos entrevistados
(**Tabela 192**).

Tabela 192: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares
entrevistados segundo o conhecimento da legislação que regulamenta
as entidades de acolhimento e apoio para álcool e outras drogas

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	10,9	1,46
Não	88,4	1,49
NS/NR	0,7	0,33
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à busca por atendimento antes do início do tratamento na entida-
de de acolhimento, observa-se que 57,9% dos familiares entrevistados relataram já ter
conduzido o acolhido a algum equipamento da rede de saúde ou da Rede de Atenção
Psicossocial (RAPS) devido ao uso de drogas. Esse resultado indica que, para uma parcela
significativa dos casos, houve tentativa prévia de acesso a serviços formais de saúde. Por
outro lado, 39,4% dos respondentes afirmaram não ter buscado esse tipo de atendimento
anteriormente. A categoria NS/NR corresponde a 2,7% dos entrevistados (**Tabela 193**).

Tabela 193: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares
entrevistados segundo a condução prévia do acolhido a serviços da
rede de saúde e/ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	57,9	2,73
Não	39,4	2,73
NS/NR	2,7	0,97
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere aos equipamentos da Rede de Saúde e da Rede de Atenção
Psicossocial (RAPS) utilizados pelos familiares entrevistados quando conduziram o aco-
lhido para atendimento antes do tratamento na entidade, observa-se que o mais frequen-
temente mencionado foi o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), citado por 54,1% dos
respondentes. Em seguida, destacam-se as Unidades Básicas de Saúde (UBS), utilizadas
em 41,9% dos casos.

Outros equipamentos também aparecem com participação relevante, como o CAPS
AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), mencionado por 28,1% dos entre-
vistados, e as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), indicadas por 26,6%. Percentuais

menores foram observados para hospitais psiquiátricos em casos específicos (10,1%) e leitos de saúde mental em hospitais gerais (5,7%).

Por outro lado, equipamentos como Consultórios na Rua foram pouco mencionados, correspondendo a 1,2% dos respondentes. A categoria “Outro” representa 9,7%, enquanto a categoria NS/NR corresponde a 0,6% (**Tabela 194**).

Tabela 194: Distribuição percentual (ponderada) dos serviços da rede de saúde e/ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) aos quais o acolhido foi conduzido, segundo os familiares entrevistados

Benefício	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)	45,9	3,18	54,1	3,18
CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)	71,9	2,73	28,1	2,73
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	58,1	3,15	41,9	3,15
Consultórios na Rua (equipes multiprofissionais que atuam junto à população em situação de rua, incluindo usuários de substâncias psicoativas)	98,8	0,63	1,2	0,63
Leitos de saúde mental em hospitais gerais	94,3	1,52	5,7	1,52
Hospitais psiquiátricos (em casos específicos)	89,9	1,9	10,1	1,9
UPA (Unidade de Pronto Atendimento)	73,4	2,96	26,6	2,96
Outro	90,3	2,07	9,7	2,07
NS/NR	99,4	0,41	0,6	0,41

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à busca por atendimento na rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) antes do início do tratamento na entidade de acolhimento, observa-se que 33,9% dos familiares entrevistados relataram já ter conduzido o acolhido a algum equipamento dessa rede devido ao uso de drogas.

Por outro lado, a maioria dos respondentes, correspondente a 64,1%, afirmou não ter buscado atendimento em equipamentos da rede SUAS anteriormente. A categoria NS/NR representa 2,0% dos entrevistados (**Tabela 195**).

Tabela 195: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a condução prévia do acolhido a serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em decorrência do uso de drogas

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim	33,9	2,99
Não	64,1	3,03
NS/NR	2,0	0,83
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere aos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) utilizados pelos familiares entrevistados quando conduziram o acolhido para atendimento antes do tratamento na entidade, observa-se que o mais frequentemente mencionado foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), citado por 75,3% dos respondentes.

Os demais equipamentos da rede SUAS foram mencionados com menor frequência. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foi indicado por 12,6% dos entrevistados, enquanto a categoria “Outro” corresponde a 7,1%. Também apareceram as Unidades de Acolhimento, como Casas de Passagem, mencionadas por 5,9% dos respondentes, e o Centro POP, destinado ao atendimento da população em situação de rua, citado por 6,3%.

Percentuais ainda menores foram observados para o Centro-Dia, indicado por 2,0% dos entrevistados. A categoria NS/NR corresponde a 4,4% (**Tabela 196**).

Tabela 196: Distribuição percentual (ponderada) dos equipamentos acessados

Benefício	Não		Sim	
	%	Erro padrão (%)	%	Erro padrão (%)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	24,7	4,32	75,3	4,32
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	87,4	3,52	12,6	3,52
Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua)	93,7	2,24	6,3	2,24
Centro-Dia (unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados)	98,0	1,18	2,0	1,18
Unidades de Acolhimento (ex: Casa de Passagem)	94,1	1,89	5,9	1,89
Outro	92,9	2,11	7,1	2,11
NS/NR	95,6	2,28	4,4	2,28

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.4. Avaliação da família sobre o acolhimento

Esta seção apresenta resultados relacionados à satisfação dos familiares entrevistados e às suas percepções sobre o processo de acolhimento nas entidades. São analisados aspectos como a avaliação da eficácia de um ambiente protegido e afastado para a recuperação do acolhido, a percepção sobre a necessidade desse tipo de contexto para o tratamento, a adequação do tempo de permanência proposto pelas comunidades terapêuticas, o sentimento de segurança dos familiares em relação aos cuidados oferecidos pela instituição e a importância atribuída à espiritualidade ou às práticas religiosas no processo de recuperação.

Essas informações permitem compreender como os familiares avaliam o papel das entidades de acolhimento no tratamento de pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, bem como suas expectativas em relação às estratégias terapêuticas adotadas. Todas as estimativas apresentadas consideram a aplicação de pesos amostrais, garantindo maior representatividade dos resultados.

No que se refere à opinião dos familiares entrevistados sobre a eficácia de um ambiente protegido e afastado, como uma entidade de acolhimento, para a recuperação do acolhido, observa-se uma avaliação amplamente favorável. A maioria dos respondentes considera que esse tipo de ambiente é necessário para o processo de recuperação, correspondendo a 78,5% dos entrevistados.

Além disso, 21,1% dos familiares afirmaram que esse ambiente é importante para a recuperação do acolhido, ainda que não o considerem estritamente necessário. Percentuais bastante reduzidos foram observados entre aqueles que avaliam que esse tipo de ambiente não é necessário, correspondendo a 0,1% dos respondentes. A categoria NS/NR representa 0,3% (Tabela 197).

Tabela 197: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a eficácia de um ambiente protegido e afastado, como a entidade de acolhimento, na recuperação do acolhido

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, é necessário	78,5	2,05
Sim, é importante	21,1	2,04
Não é necessário	0,1	0,11
NS/NR	0,3	0,2
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Quanto à opinião dos familiares entrevistados sobre a eficácia do cuidado e acompanhamento do acolhido sem a permanência em ambiente protegido e afastado, observa-se que a grande maioria considera essencial esse tipo de contexto. Ao todo, 90,2% dos respondentes afirmaram que o acolhido deve permanecer em ambiente protegido e afastado para que o tratamento seja eficaz.

Por outro lado, 3,3% dos entrevistados consideram que o cuidado e o acompanhamento fora desse tipo de ambiente seriam suficientes para o seu familiar. Além disso, 5,5% indicaram que a eficácia do tratamento fora de um ambiente protegido dependeria da existência de apoio contínuo da família e de articulação com os serviços públicos de saúde e assistência social. A categoria NS/NR corresponde a 1,0% dos respondentes (Tabela 198).

Tabela 198: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a eficácia do cuidado e acompanhamento do acolhido fora de um ambiente protegido e afastado, como a entidade de acolhimento

Respostas	%	Erro padrão (%)
Não, considero essencial que o meu familiar permaneça em ambiente protegido e afastado	90,2	1,47
Sim, o cuidado e o acompanhamento fora do ambiente protegido afastado seriam suficientes para o meu familiar	3,3	0,85
Depende; seria suficiente apenas se houvesse apoio contínuo da família e articulação com os serviços públicos de saúde e assistência social.	5,5	1,15
NS/NR	1,0	0,47
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à opinião dos familiares entrevistados sobre o tempo proposto de acolhimento nas comunidades terapêuticas, geralmente entre 6 e 9 meses, observa-se que a maioria considera que esse período poderia ser maior. De fato, 56,7% dos respondentes indicaram que o tempo de permanência deveria ser ampliado.

Por outro lado, 39,2% dos familiares avaliam que o período de 6 a 9 meses é adequado, não sendo considerado nem curto nem longo. Percentuais bastante reduzidos foram observados entre aqueles que consideram que o tempo de acolhimento poderia ser menor, correspondendo a 0,6% dos entrevistados. A categoria NS/NR representa 3,5% (**Tabela 199**).

Tabela 199: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a adequação do tempo de acolhimento proposto pelas comunidades terapêuticas (6 a 9 meses)

Respostas	%	Erro padrão (%)
Adequado, nem curto nem longo	39,2	2,52
Poderia ser maior	56,7	2,6
Poderia ser menor	0,6	0,41
NS/NR	3,5	0,94
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere ao sentimento de segurança dos familiares entrevistados em deixar o acolhido sob os cuidados da comunidade terapêutica, observa-se que a maioria expressa elevado nível de confiança. Ao todo, 82,8% dos respondentes afirmaram sentir-se totalmente seguros ao deixar o familiar sob os cuidados da instituição.

Além disso, 10,9% relataram sentir segurança principalmente pelo fato de o acolhido não estar exposto à rua ou ao uso de drogas, enquanto 5,3% afirmaram sentir segurança apenas em parte. Percentual reduzido foi observado entre aqueles que declararam não sentir segurança, correspondendo a 1,0% dos entrevistados (**Tabela 200**).

Tabela 200: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção de segurança ao deixar o acolhido sob os cuidados da comunidade terapêutica

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, totalmente	82,8	1,93
Sim, em parte	5,3	1,19
Sim, principalmente por não estar exposto(a) à rua ou ao uso de drogas	10,9	1,57
Não, não sinto segurança	1,0	0,44
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

No que se refere à opinião dos familiares entrevistados sobre a contribuição da vivência da espiritualidade ou de práticas religiosas para o processo de recuperação do acolhido, observa-se uma avaliação amplamente positiva. A grande maioria dos respondentes, correspondente a 89,0%, considera que esses aspectos são muito importantes e contribuem significativamente para a recuperação.

Além disso, 9,6% dos familiares afirmaram que a espiritualidade ou as práticas religiosas são importantes e contribuem em parte para o processo de recuperação. Percentuais bastante reduzidos foram observados entre aqueles que percebem pouca influência (0,3%) ou que não consideram esse aspecto relevante (0,5%). A categoria NS/NR corresponde a 0,6% dos entrevistados (Tabela 201).

Tabela 201: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a contribuição da espiritualidade ou de práticas religiosas para o processo de recuperação do acolhido

Respostas	%	Erro padrão (%)
Sim, considero muito importante e contribui significativamente	89,0	1,47
Sim, considero importante e contribui em parte	9,6	1,4
Pouco, não vejo grande influência	0,3	0,17
Não, não considero relevante	0,5	0,31
NS/NR	0,6	0,32
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.5. Indicadores do grupo de familiares

Esta subseção apresenta indicadores derivados das respostas dos familiares dos acolhidos, com o objetivo de analisar aspectos relacionados ao acompanhamento do tratamento, à percepção de resultados e à interação entre a família, a entidade e as redes de cuidado. Os indicadores contemplam tanto dimensões de processo quanto de caracterização do público, permitindo compreender o papel da família no percurso do acolhimento.

São abordados temas como a manutenção de vínculos durante o período de tratamento, incluindo situações de isolamento ou dificuldade de contato, bem como a percepção dos familiares quanto à melhora clínica dos acolhidos após a passagem pela entidade. Também são considerados aspectos da trajetória dos próprios familiares, como experiências prévias com tratamento, além de sua atuação no encaminhamento dos acolhidos para serviços da rede de saúde (RAPS) e da assistência social (SUAS).

A análise desses indicadores contribui para avaliar o grau de envolvimento familiar, identificar possíveis fragilidades na comunicação e no apoio ao acolhido, e compreender como a rede de cuidado se articula a partir da perspectiva dos familiares, oferecendo elementos importantes para o fortalecimento das estratégias de acompanhamento e reinserção social.

4.5.1. Indicador 1 - Ocorrência de isolamento do acolhido na entidade

O indicador de ocorrência de isolamento do acolhido é definido por:

Indicador 1 = (Soma dos pesos dos familiares que não relataram situações de isolamento) / (Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados) × 100

Considera-se evidência de isolamento quando ocorrer as seguintes situações:

- ▶ resposta “*não*” para a pergunta sobre permissão de visitas [A entidade permite visita ao(s) acolhidos(as)?];
- ▶ resposta “*não consegue manter contato*” para a pergunta sobre contato telefônico ou virtual [Mantém contato telefônico ou virtual com o familiar acolhido durante o período de tratamento?];
- ▶ resposta indicando ausência de meios de contato disponibilizados pela entidade [Qual foi o principal motivo para a ausência de contato telefônico ou virtual com o acolhido durante o tratamento?]

O Indicador de ocorrência de não isolamento do acolhido na entidade permite avaliar, a partir da percepção dos familiares, a existência de barreiras ao contato e à comunicação com os acolhidos durante o período de tratamento. Trata-se de um indicador construído de forma a identificar situações de possível isolamento institucional, sendo considerado positivo quando não há restrições ao contato, à visita ou à comunicação.

Tabela 202: Indicador de não ocorrência de isolamento do acolhido na entidade

Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados	Soma dos pesos dos familiares que não relataram situações de isolamento	Indicador de não ocorrência de isolamento do acolhido
1846	1669	90,4%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

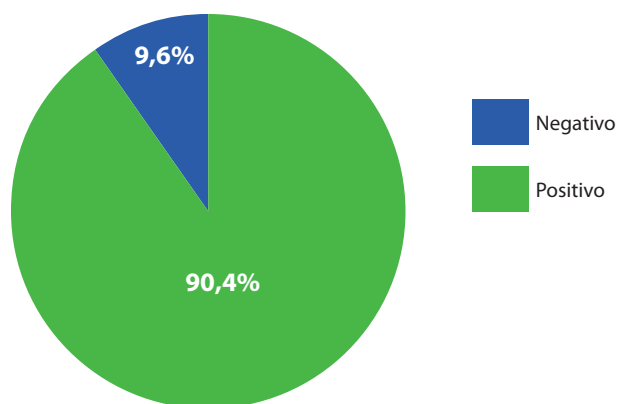
Conforme apresentado na **Tabela 202** e na **Figura 46**, observa-se que o indicador atinge 90,4%, indicando que, na grande maioria dos casos, os familiares não relataram situações de isolamento dos acolhidos. Esse resultado sugere que, de modo geral, as entidades permitem e viabilizam o contato entre acolhidos e seus familiares, seja por meio de visitas presenciais ou comunicação remota.

Esse cenário aponta para um contexto favorável à manutenção de vínculos familiares durante o acolhimento, aspecto fundamental para o processo de cuidado e reinserção social. No entanto, a existência de uma parcela, ainda que minoritária, de casos em que há indícios de isolamento reforça a necessidade de atenção contínua a esse aspecto, garantindo que todas as entidades assegurem condições adequadas de comunicação e convivência familiar.

A distribuição observada na **Tabela 202**, ilustrada pela **Figura 46**, reforça a importância de monitorar continuamente esse indicador, de modo a prevenir práticas de isolamento e promover um ambiente de acolhimento que valorize os vínculos sociais e familiares.

Figura 46: Distribuição do Indicador de Ocorrência de isolamento do acolhido na entidade

Indicador 1: Ocorrência de Isolamento do Acolhido



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.5.2. Indicador 2 - A percepção de melhora clínica do acolhido pelo familiar

O indicador de percepção de melhora clínica do acolhido pelo familiar é definido por:

$$\text{Indicador 2} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos familiares que relataram melhora clínica}}{\text{Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados}} \right) \times 100$$

O Indicador de percepção de melhora clínica do acolhido pelo familiar permite avaliar, a partir da perspectiva dos familiares, se houve melhora no quadro clínico do acolhido após o período de tratamento na entidade. Esse indicador reflete a percepção externa sobre os efeitos do acolhimento, sendo relevante para a avaliação da efetividade do cuidado ofertado.

Tabela 203: Indicador de percepção de melhora clínica do acolhido pelo familiar

Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados	Soma dos pesos dos familiares que relataram melhora clínica	Indicador de percepção de melhora clínica do acolhido pelo familiar
1846	1813	98,2%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

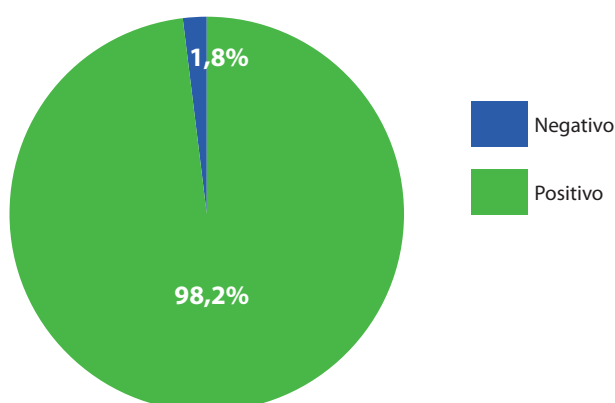
Conforme apresentado na **Tabela 203** e na **Figura 47**, observa-se que o indicador atinge 98,2%, indicando que a grande maioria dos familiares percebeu melhora no quadro clínico do acolhido após o acolhimento. Esse resultado sugere uma avaliação amplamente positiva dos efeitos do tratamento, evidenciando que, sob a ótica dos familiares, o acolhimento tem contribuído significativamente para a recuperação dos indivíduos.

Esse cenário aponta para uma alta percepção de efetividade das entidades de acolhimento, especialmente no que se refere à evolução clínica dos acolhidos. No entanto, é importante considerar que esse indicador se baseia na percepção dos familiares, podendo estar sujeito a expectativas, vínculos afetivos e diferentes critérios de avaliação. Ainda assim, o elevado percentual observado reforça a relevância do acolhimento como estratégia de cuidado.

A distribuição observada na **Tabela 203**, ilustrada pela **Figura 47**, evidencia a importância de incorporar a percepção dos familiares na avaliação dos serviços, contribuindo para uma visão mais abrangente da qualidade e dos resultados do acolhimento.

Figura 47: Distribuição do Indicador de Ocorrência de isolamento do acolhido na entidade

Indicador 2: Taxa de Percepção de Melhora Clínica



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

4.5.3. Indicador 3 - Caracterização do público-alvo

O indicador de caracterização do público-alvo é definido por:

$$\text{Indicador 3} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos familiares que já passaram por tratamento em entidade de acolhimento para álcool e drogas}}{\text{Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados}} \right) \times 100$$

O Indicador de caracterização do público-alvo permite identificar a proporção de familiares que também possuem histórico de tratamento em entidades de acolhimento, contribuindo para a compreensão do contexto social e familiar em que os acolhidos estão inseridos, especialmente em relação à recorrência de situações associadas ao uso de álcool e outras drogas.

Tabela 204: Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares

Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados	Soma dos pesos dos familiares que já passaram por tratamento para álcool e drogas	Indicador de caracterização do público-alvo
1846	93,2	5,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

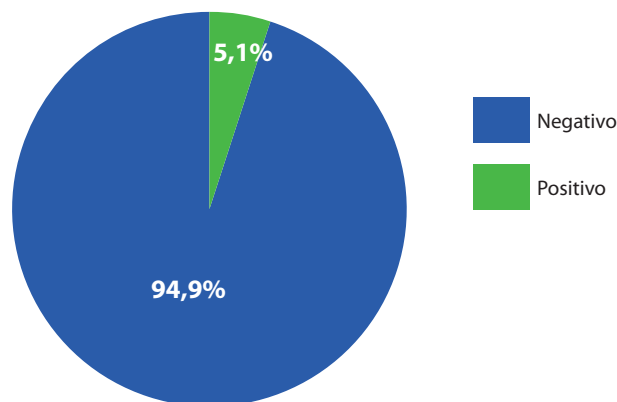
Conforme apresentado na **Tabela 204** e na **Figura 48**, observa-se que o indicador atinge 5,1%, indicando que uma pequena parcela dos familiares entrevistados já passou por tratamento em entidades de acolhimento. Esse resultado sugere que, embora exista alguma presença de experiências semelhantes no núcleo familiar, essa não é uma característica predominante entre os familiares dos acolhidos.

Esse cenário pode indicar que, na maioria dos casos, os acolhidos estão inseridos em contextos familiares que não vivenciaram diretamente o acolhimento institucional, o que pode influenciar tanto o apoio oferecido quanto a compreensão do processo de tratamento. Por outro lado, a existência, ainda que reduzida, de familiares com histórico semelhante pode apontar para situações de maior vulnerabilidade social e possíveis padrões intergeracionais.

A distribuição observada na **Tabela 204**, ilustrada pela **Figura 48**, reforça a importância de considerar o contexto familiar ampliado na análise do acolhimento, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que levem em conta as dinâmicas familiares e sociais associadas ao cuidado.

Figura 48: Distribuição do Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares

Indicador 3: Histórico de Tratamento em Comunidade Terapêutica



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.5.4. Indicador 4 - Taxa de condução do acolhido à rede de saúde e à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) por ação do familiar

O indicador de condução do acolhido à rede de saúde e à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) por ação do familiar é definido por:

$$\text{Indicador 4} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos familiares que já conduziram o acolhido a algum equipamento da rede de saúde/RAPS}}{\text{Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados}} \right) \times 100$$

O Indicador de condução do acolhido à rede de saúde e à RAPS por ação do familiar permite avaliar o papel ativo dos familiares no encaminhamento prévio dos acolhidos aos serviços de saúde, especialmente no contexto da atenção psicossocial, evidenciando o nível de engajamento da família no cuidado antes do acolhimento institucional.

Tabela 205: Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares

Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados	Soma dos pesos dos familiares que já conduziram o acolhido a algum equipamento da RAPS	Indicador de condução do acolhido à RAPS por ação do familiar
1846	106	57,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

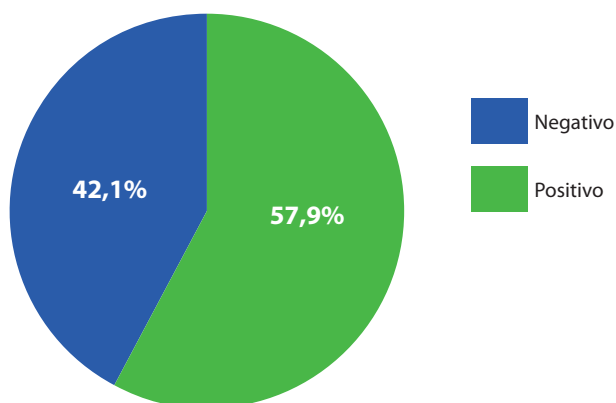
Conforme apresentado na **Tabela 205** e na **Figura 49**, observa-se que o indicador atinge 57,9%, indicando que mais da metade dos familiares já conduziu o acolhido a algum equipamento da rede de saúde ou da RAPS antes do acolhimento. Esse resultado sugere uma participação relevante das famílias na busca por cuidado, demonstrando reconhecimento da necessidade de apoio especializado e tentativa prévia de acesso aos serviços públicos.

Por outro lado, a proporção ainda expressiva de familiares que não realizaram esse tipo de encaminhamento indica possíveis barreiras de acesso, desconhecimento dos serviços disponíveis ou dificuldades na articulação com a rede de atenção. Esse aspecto reforça a importância de estratégias de ampliação do acesso à informação e de fortalecimento dos vínculos entre famílias e os serviços de saúde.

A distribuição observada na **Tabela 205**, ilustrada pela **Figura 49**, evidencia o papel central da família como agente de cuidado e mediação com a rede pública, destacando a necessidade de políticas que apoiem e orientem os familiares no encaminhamento adequado aos serviços de saúde e atenção psicossocial.

Figura 49: Distribuição do Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares

Indicador 4: Acesso Prévio à Rede de Saúde/RAPS



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

4.5.5. Indicador 5 - Taxa de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar

O indicador de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar é definido por:

$$\text{Indicador 5} = \left(\frac{\text{Soma dos pesos dos familiares que já conduziram o acolhido a algum equipamento da rede SUAS previamente à internação}}{\text{Soma dos pesos de todos os familiares entrevistados}} \right) \times 100$$

O Indicador de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar permite avaliar o envolvimento dos familiares no encaminhamento dos acolhidos aos serviços da assistência social antes do acolhimento institucional, evidenciando o grau de articulação com a rede socioassistencial.

Tabela 206: Indicador de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar

Soma dos pesos de todos os entrevistado	Soma dos pesos dos familiares que já conduziram o acolhido a algum equipamento da rede SUAS previamente à internação.	Indicador de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar
1846	495	26,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

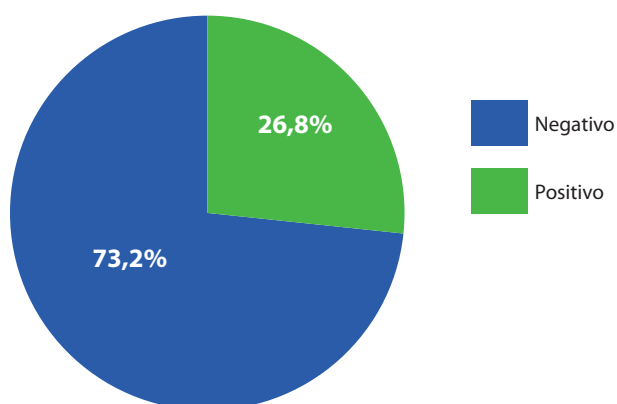
Conforme apresentado na **Tabela 206** e na **Figura 50**, observa-se que o indicador atinge 26,8%, indicando que pouco mais de um quarto dos familiares relatou ter conduzido o acolhido a algum equipamento da rede SUAS previamente à internação. Esse resultado sugere uma participação mais limitada das famílias na busca por serviços de assistência social, quando comparada à articulação com a rede de saúde.

Esse cenário pode refletir menor conhecimento sobre os serviços do SUAS, dificuldades de acesso ou menor percepção da assistência social como porta de entrada para o cuidado. Ao mesmo tempo, indica um potencial espaço para fortalecimento da integração entre famílias e a rede socioassistencial, de modo a ampliar o acesso a serviços de proteção social antes da necessidade de acolhimento institucional.

A distribuição observada na **Tabela 206**, ilustrada pela **Figura 50**, reforça a importância de estratégias de divulgação e fortalecimento do SUAS junto às famílias, contribuindo para uma atuação mais precoce e integrada no enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

Figura 50: Distribuição do Indicador de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar

Indicador 5: Acesso Prévio à Rede SUAS



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).



5

Análise dos Dados das Entrevistas com os Responsáveis Técnicos



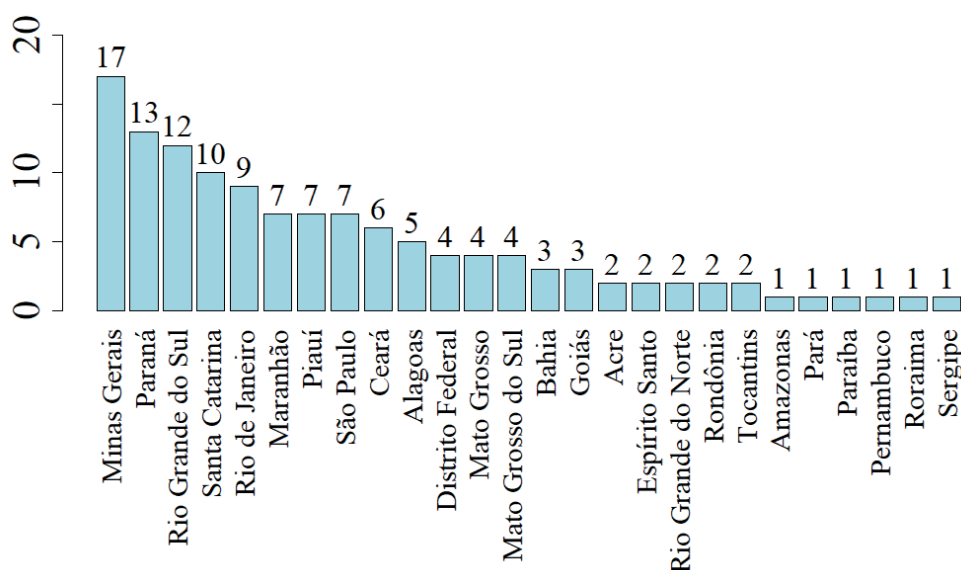
5. Análise dos Dados das Entrevistas com os Responsáveis Técnicos

O questionário para os responsáveis técnicos foi respondido por 127 pessoas entre os dias 19/11/2025 e 05/12/2025. Entre os 127 entrevistados, 126 se declararam responsáveis técnicos da entidade de acolhimento e 1 não. Todos os entrevistados deram consentimento para participação na entrevista.

Entre as entidades dos responsáveis técnicos, 33 (26%) estão localizadas na região Nordeste, sendo 3 na Bahia, 1 em Sergipe, 5 em Alagoas, 1 em Pernambuco, 1 na Paraíba, 2 no Rio Grande do Norte, 6 no Ceará, 7 no Piauí e 7 no Maranhão; 9 (7,1%) estão localizadas na região Norte, sendo 2 no Acre, 1 no Amazonas, 1 no Pará, 2 em Rondônia, 1 em Roraima e 2 no Tocantins; 15 (11,8%) estão localizadas na região Centro-Oeste, sendo 3 em Goiás, 4 no Mato Grosso, 4 no Mato Grosso do Sul e 4 no Distrito Federal; 35 (27,6%) estão localizadas na região Sudeste, sendo 7 em São Paulo, 9 no Rio de Janeiro, 17 em Minas Gerais e 2 no Espírito Santo; e 35 (27,6%) estão localizadas na região Sul, sendo 13 no Paraná, 10 em Santa Catarina e 12 no Rio Grande do Sul.

A **Figura 51** apresenta um gráfico de barras com a distribuição de frequência para a variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados.

Figura 51: Gráfico de barras da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados.

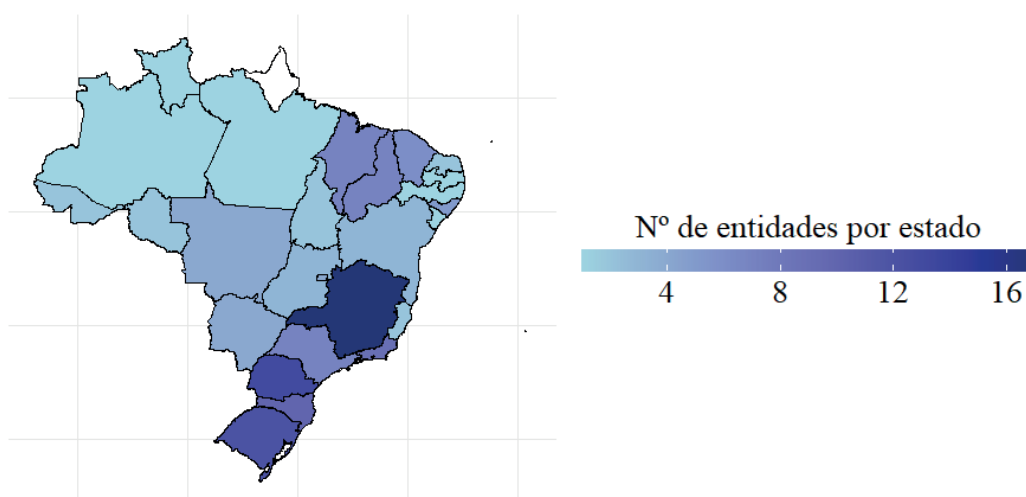


Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 52** apresenta um mapa de calor da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados. Nela encontra-se o mapa do Brasil, e os estados estão coloridos de acordo com a quantidade de entidades de acolhimento dos entrevistados no estado: quanto mais escura for a cor, mais entidades foram observadas no estado em questão.

A figura permite identificar a distribuição espacial das entidades de acolhimento, destacando os estados com maior número de ocorrências, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Observamos também que o Amapá é o único estado sem entrevistados. Ele aparece em branco no mapa da **Figura 52**.

Figura 52: Mapa de calor da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.1. Dados pessoais dos entrevistados

Nesta seção serão apresentados os resultados para as variáveis idade do(a) entrevistado(a) e também sobre o seu município de nascimento.

5.1.1. Idade do entrevistado(a)

Os entrevistados têm idade entre 26 e 78 anos, sendo a idade média de 45 anos. A mediana da idade é 45 anos, o que indica que metade dos entrevistados tem 45 anos ou menos, ao passo que a outra metade tem 45 anos ou mais. Além disso, 25% dos entrevistados têm 38 anos ou menos, e 25% dos entrevistados têm 50 anos ou mais, conforme mostra a **Tabela 207**.

Tabela 207: Medidas-resumo da idade dos entrevistados

Variável	Min	Máx	Média	Mediana	Q1	Q3
Idade (anos)	26	78	45	45	38	50

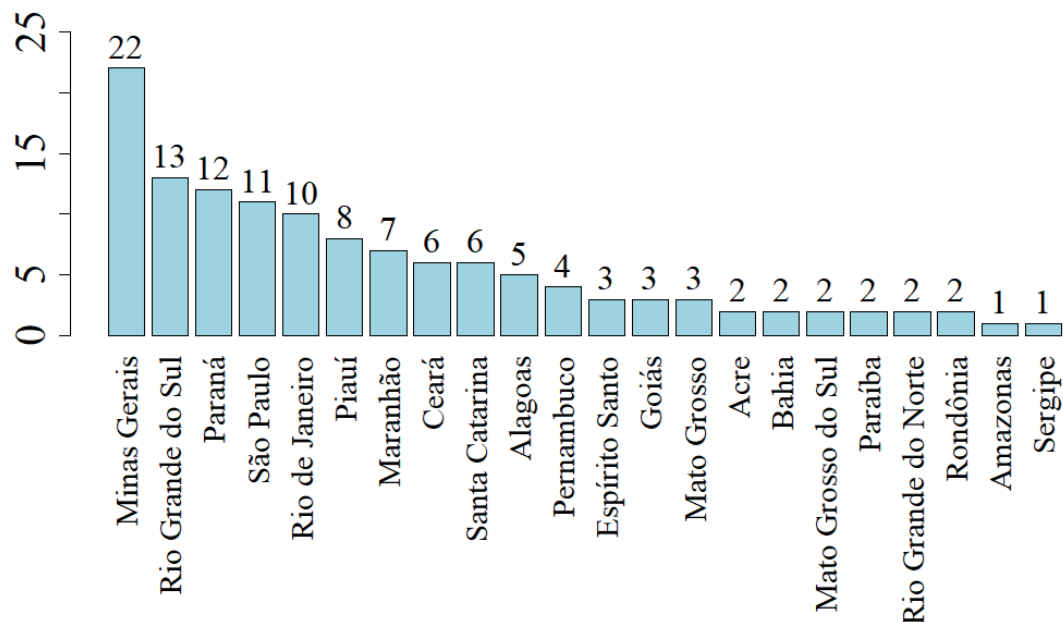
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.1.2. Local de nascimento do entrevistado(a)

Entre os 127 egressos entrevistados, 37 (29,1%) nasceram na região Nordeste, sendo 5 em Alagoas, 2 na Bahia, 6 no Ceará, 7 no Maranhão, 2 na Paraíba, 4 em Pernambuco, 8 no Piauí, 2 no Rio Grande do Norte e 1 em Sergipe; 5 (3,9%) nasceram na região Norte, sendo 2 no Acre, 1 no Amazonas e 2 em Rondônia; 8 (6,3%) nasceram na região Centro-Oeste, sendo 3 em Goiás, 3 no Mato Grosso e 2 no Mato Grosso do Sul; 46 (36,2%) nasceram na região Sudeste, sendo 3 no Espírito Santo, 22 em Minas Gerais, 10 no Rio de Janeiro e 11 em São Paulo; e 31 (24,4%) nasceram na região Sul, sendo 12 no Paraná, 13 no Rio Grande do Sul e 6 em Santa Catarina.

A **Figura 53** apresenta um gráfico de barras com a distribuição de frequência para a variável estado de nascimento dos entrevistados.

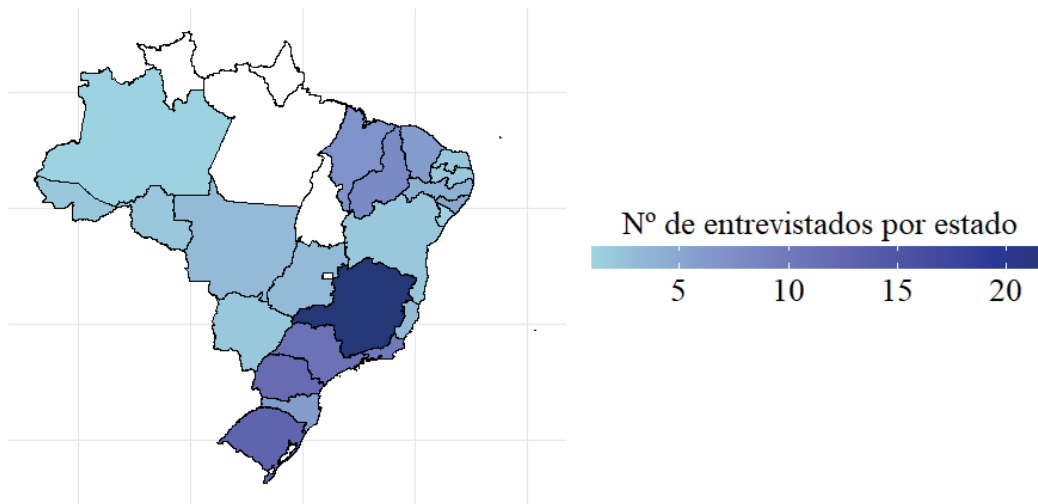
Figura 53: Gráfico em barras da variável estado de nascimento dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 54** apresenta um mapa de calor da variável estado de nascimento dos entrevistados. Nele os estados do Brasil são coloridos de acordo com a quantidade de entrevistados nascidos no estado: quanto mais escura for a cor, maior o número de entrevistados nascidos no estado.

Figura 54: Mapa de calor da variável estado de nascimento dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2. Perfil do entrevistado

Nesta seção serão apresentados os resultados para as perguntas referentes ao perfil situação de moradia antes e depois dos entrevistados.

5.2.1. Autodeclaração com relação à cor/raça

No que diz respeito à autodeclaração cor/raça, entre os 127 entrevistados, 61 (48%) se autodeclararam brancos, 50 (39,4%) se autodeclararam pardos, 13 (10,2%) afirmaram ser pretos, 2 (1,6%) se declararam amarelos e 1 (0,8%) se autodeclarou indígena. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a autodeclaração de cor/raça dos entrevistados está detalhada na **Tabela 167**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados se autodeclarou branca, seguida pela categoria parda, enquanto as categorias preta, amarela e indígena aparecem com menor frequência.

Tabela 208: Distribuição da variável autodeclaração com relação à cor/raça

Respostas	Frequência	Porcentagem
Amarelo	2	1,6%
Branco	61	48%
Indígena	1	0,8%
Pardo	50	39,4%
Preto	13	10,2%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.2. Autodeclaração com relação ao gênero

Entre os 127 entrevistados, 81 (63,8%) se autodeclararam mulheres cisgênero, 45 (35,4%) se autodeclararam homens cisgênero e apenas 1 (0,8%) se identificou como pessoa não binária. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a autodeclaração de gênero dos entrevistados está detalhada na **Tabela 209**.

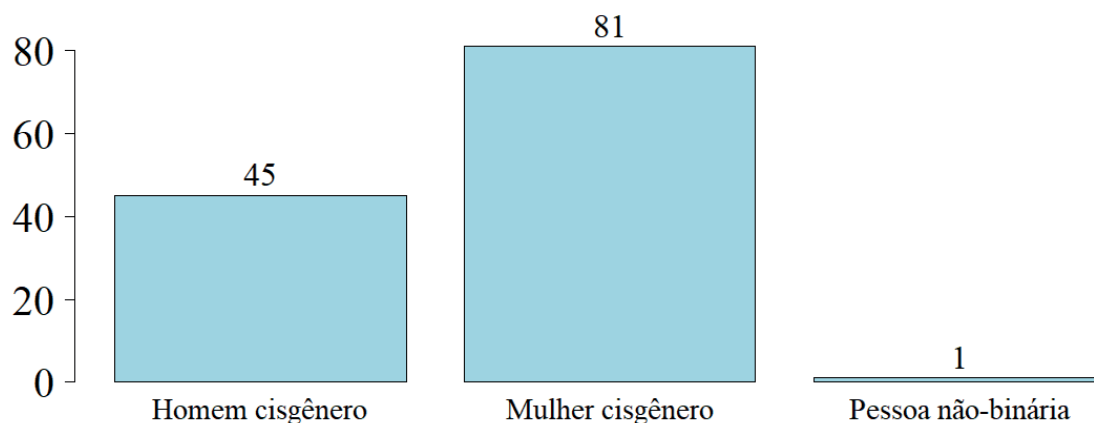
Tabela 209: Distribuição da variável autodeclaração com relação ao gênero

Respostas	Frequência	Porcentagem
Homem cisgênero	45	35,4%
Mulher cisgênero	81	63,8%
Pessoa não binária	1	0,8%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 55** apresenta o gráfico de barras da variável autodeclaração de gênero dos entrevistados. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados se autodeclarou mulher cisgênero, seguida pelos que se identificaram como homem cisgênero, enquanto a categoria pessoa não binária aparece apenas uma única vez.

Figura 55: Gráfico em barras da variável autodeclaração com relação ao gênero



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.3. Estado civil do entrevistado(a)

Sobre o estado civil, entre os 127 entrevistados, 72 (56,7%) declararam ser casados, 30 (23,6%) afirmaram ser solteiros, 13 (10,2%) relataram ser separados ou divorciados, 11 (8,7%) afirmaram viver em união estável e 1 (0,8%) declarou ser viúvo. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o estado civil dos entrevistados está detalhada na **Tabela 210**.

Tabela 210: Distribuição da variável estado civil

Respostas	Frequência	Porcentagem
Casado	72	56,7%
Separado/divorciado	13	10,2%
Solteiro	30	23,6%
União estável	11	8,7%
Viúvo	1	0,8%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.4. Renda familiar mensal

Entre os 127 entrevistados, 5 não responderam ou não souberam responder sobre a renda familiar. Entre os 122 que responderam, 35 (28,7%) declararam ter renda de mais de 5 salários mínimos, 23 (18,9%) informaram renda de 2 a 3 salários mínimos, 23 (18,9%) relataram renda de 3 a 4 salários mínimos, 20 (16,4%) afirmaram receber de 4 a 5 salários mínimos, 19 (15,6%) indicaram renda de 1 a 2 salários mínimos e 2 (1,6%) declararam ter renda de até 1 salário mínimo. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a renda dos entrevistados está detalhada na **Tabela 211**.

Tabela 211: Distribuição da variável renda familiar mensal em salário mínimos (SM)

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 1 salário mínimo	2	1,6%
De 1 a 2 salários mínimos	19	15,6%
De 2 a 3 salários mínimos	23	18,9%
De 3 a 4 salários mínimos	23	18,9%
De 4 a 5 salários mínimos	20	16,4%
Mais de 5 salários mínimos	35	28,7%
Total	122	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.5. Renda individual mensal

Entre os 127 entrevistados, 4 não responderam ou não souberam responder sobre a renda individual mensal. Entre os 123 que responderam, 38 (29,9%) declararam ter renda de 1 a 2 salários mínimos, 36 (28,3%) informaram renda de 2 a 3 salários mínimos, 18 (14,2%) relataram renda de 3 a 4 salários mínimos, 14 (11%) afirmaram receber mais de 5 salários mínimos, 10 (7,9%) indicaram renda de 4 a 5 salários mínimos e 7 (5,5%) declararam ter renda de até 1 salário mínimo. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a renda dos entrevistados está detalhada na **Tabela 212**. Nela, percebe-se que as maiores frequências correspondem às faixas de 1 a 2 salários mínimos e de 2 a 3 salários

mínimos, seguidas pela categoria de 3 a 4 salários mínimos, enquanto as faixas de mais de 5 salários mínimos, de 4 a 5 salários mínimos e até 1 salário mínimo aparecem com menor frequência.

Tabela 212: Distribuição da renda individual mensal dos entrevistados

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 1 salário mínimo	7	5,7%
De 1 a 2 salários mínimos	38	30,9%
De 2 a 3 salários mínimos	36	29,3%
De 3 a 4 salários mínimos	18	14,6%
De 4 a 5 salários mínimos	10	8,1%
Mais de 5 salários mínimos	14	11,4%
Total	123	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.6. Situação de moradia

Entre os 127 entrevistados, 1 não respondeu ou não soube responder sobre a sua situação de moradia. Entre os 126 que responderam, 33 (26,2%) moram em moradia alugada, 10 (7,9%) moram em moradia cedida, 80 moram em casa própria (63,5%), 1 (0,8%) mora em casa de outras pessoas sem pagar e 2 (1,6%) responderam ter outra forma de moradia. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o tipo de moradia encontra-se na **Tabela 213**. Nela, percebe-se a predominância pela moradia própria entre os entrevistados, responsáveis técnicos.

Tabela 213: Distribuição da variável tipo de moradia

Respostas	Frequência	Porcentagem
Alugada	33	26,2%
Cedida	10	7,9%
Própria	80	63,5%
Casa de terceiros	1	0,8%
Outra	2	1,6%
Total	126	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 17 (13,4%) responderam que moram sozinhos, 70 (55,1%) moram com mais 1 ou 2 pessoas, 34 (26,8%) moram com mais 3 ou 4 pessoas, 4 (3,1%) moram com mais 5 ou 6 pessoas e 2 (1,6%) responderam que moram com 7 ou mais pessoas. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o tipo de moradia encontra-se na **Tabela 214**.

Tabela 214: Distribuição da variável quantidade de pessoas na residência

Respostas	Frequência	Porcentagem
Nenhuma pessoa	17	13,4%
1-2 pessoas	70	55,1%
3-4 pessoas	34	26,8%
5-6 pessoas	4	3,1%
7 ou mais pessoas	2	1,6%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.7. Recebimento de benefícios e/ou direitos sociais pelos entrevistados(as)

Aos entrevistados foi perguntado se eles atualmente recebem alguns benefícios e/ou direitos sociais. Apesar de o formulário permitir a marcação de mais de uma alternativa, todos marcaram apenas uma única opção.

Entre os 127 entrevistados, 2 (1,6%) recebem Bolsa Família; nenhum (0%) recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC Loas); 1 (0,8%) recebe aposentadoria; 2 (1,6%) recebem pensão por morte; nenhum (0%) recebe pensão por invalidez; 4 (3,1%) recebem auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária); nenhum (0%) recebe seguro-desemprego; 117 (92,1%) não recebem nenhum benefício ou direito social; e 1 (0,8 %) disse receber outro benefício ou direito social. Esses valores estão na **Tabela 215**. Nela observa-se que poucos entrevistados recebem benefícios ou direitos sociais.

Tabela 215: Distribuição da proporção de entrevistados que recebem benefícios e/ou direitos sociais, por tipo de benefícios

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Bolsa Família	125	98,4%	2	1,6%
BPC Loas	127	100%	0	0%
Aposentadoria	126	99,2%	1	0,8%
Pensão por morte	125	98,4%	2	1,6%
Pensão por invalidez	127	100%	0	0%
Auxílio-doença	123	96,9%	4	3,1%
Seguro-desemprego	127	100%	0	0%
Não recebe auxílio ou benefício	10	7,9%	117	92,1%
Outro	126	99,2%	1	0,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.8. Condição de trabalho ou ocupação dos entrevistados(as)

Aos 127 entrevistados foi feita a pergunta sobre a condição de trabalho atualmente e 45 (35,4%) responderam que estão em emprego com carteira assinada (CLT), 13 (10,2%) são

servidores públicos efetivos, 35 (27,6%) são autônomos, 11 (8,7%) são microempreendedores individuais (MEI), 3 (2,4%) estão em trabalho informal (sem registro), 2 (1,6%) são aposentados, 16 (12,6%) responderam que têm outra condição de trabalho ou ocupação e 2 (1,6%) não souberam ou não responderam. Esses valores são apresentados na **Tabela 216**.

Tabela 216: Distribuição da variável condição de trabalho

Respostas	Frequência	Porcentagem
CLT	45	35,4%
Servidor público efetivo	13	10,2%
Servidor público temporário	0	0%
Autônomo	35	27,6%
MEI	11	8,7%
Trabalhador Informal	3	2,4%
Desempregado, em busca de trabalho	0	0%
Desempregado, não está buscando trabalho	0	0%
Aposentado(a)	2	1,6%
Estudante	0	0%
Estagiário(a)	0	0%
Trabalhador (a) do lar	0	0%
Outro	16	12,6%
NS/NR	2	1,6%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.9. Escolaridade do entrevistado(a)

Entre os 127 entrevistados, 1 (0,8%) tem ensino médio completo; 1 (0,8%) tem ensino superior incompleto; 59 (46,5%) têm ensino superior completo; 9 (7,1%) têm pós-graduação incompleta; e 57 (44,9%) têm pós-graduação completa. Esses valores estão apresentados na **Tabela 217**.

Tabela 217: Distribuição da variável escolaridade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Nunca estudou	0	0%
Ensino Fundamental incompleto	0	0%
Ensino Fundamental completo	0	0%
Ensino Médio incompleto	0	0%
Ensino Médio completo	1	0,8%
Ensino Superior incompleto	1	0,8%
Ensino Superior completo	59	46,5%
Pós-graduação incompleta	9	7,1%
Pós-graduação completa	57	44,9%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 84 (66,1%) declararam não estar cursando nenhum nível de ensino no momento, 36 (28,3%) informaram que estão na Pós-graduação e 7 (5,5%) relataram estar no Ensino Superior. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o nível de escolaridade do entrevistado no momento está detalhada na **Tabela 218**. Nela, percebe-se que a maioria dos entrevistados não está cursando nenhum nível de ensino no momento, seguida pela categoria Pós-graduação, enquanto o Ensino Superior aparece com menor frequência.

Tabela 218: Distribuição da variável do nível de ensino cursado atualmente

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ensino superior	7	5,5%
Pós-Graduação	36	28,3%
Não estou cursando nenhum nível de ensino no momento	84	66,1%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.10. Número de filhos do entrevistado(a)

Entre os 127 entrevistados, 40 (31,5%) declararam não ter filhos, 36 (28,3%) informaram ter 2 filhos, 33 (26%) relataram ter 1 filho, 14 (11%) afirmaram ter 3 filhos, 3 (2,4%) indicaram ter 4 filhos e 1 (0,8%) declarou ter 5 filhos. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o número de filhos do entrevistado está detalhada na **Tabela 219**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde aos entrevistados que não têm filhos, seguida pelas categorias 2 filhos e 1 filho, enquanto os grupos com 3, 4 e 5 filhos aparecem com menor frequência.

Tabela 219: Distribuição do número de filhos do entrevistado

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não tem filhos	40	31,5%
1 filho	33	26%
2 filhos	36	28,3%
3 filhos	14	11%
4 filhos	3	2,4%
5 filhos	1	0,8%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.2.11. Religião do entrevistado

Os 127 entrevistados responderam sobre sua religião. Entre eles, 48 (37,8%) são católicos, 62 (48,8%) evangélicos, 4 (3,1%) espíritas, 2 (1,6%) da Umbanda, do Candomblé ou de outras religiões afro-brasileiras, 1 (0,8%) é ateu, 7 (5,5%) não têm religião e 3 (2,4%) são de outras religiões não citadas. Os dados estão na **Tabela 220**.

Tabela 220: Distribuição da variável religião

Respostas	Frequência	Porcentagem
Católica	48	37,8%
Evangélica	62	48,8%
Espírita	4	3,1%
Religiões afro-brasileiras	2	1,6%
Ateu	1	0,8%
Não tem religião	7	5,5%
Outra	3	2,4%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Foi perguntado se os entrevistados costumavam frequentar algum local de prática religiosa antes do acolhimento (igreja, terreiro, centro). Entre os 127, 87 (68,5%) responderam que sim, regularmente; 16 (12,6%) responderam que sim, eventualmente; 8 (6,3%) responderam que sim, raramente; e 16 (12,6%) responderam que não. Esses valores são apresentados na **Tabela 221**. Nela é notório como uma grande proporção dos entrevistados frequenta locais de prática religiosa regularmente.

Tabela 221: Distribuição da variável frequência em locais de prática religiosa

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim, regularmente	87	68,5%
Sim, eventualmente	16	12,6%
Sim, raramente	8	6,3%
Não	16	12,6%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.3. Profissionalização

Foi perguntado aos 127 entrevistados se eles fizeram algum curso de especialização em dependência química. Desse total, 93 (73,2%) responderam que sim, 33 (26%) responderam que não e apenas 1 (0,8%) não respondeu ou não soube responder.

5.3.1. Duração do curso de especialização em dependência química

Em seguida, aos que disseram já terem feito algum curso de especialização em dependência química, foi perguntado sobre a duração do curso. Entre os 93 que responderam a essa pergunta, 4 (4,3%) informaram que o curso teve entre 2 e 10 horas; 18 (19,4%) responderam que o curso teve entre 10 e 50 horas; 11 (11,8%) responderam que o curso teve entre 50 e 100 horas; 13 (14%) responderam que o curso teve entre 100 e 200 horas; 44 (47,3%) responderam que o curso teve mais de 200 horas; e 3 (3,2%) não souberam

ou não responderam, como mostra a **Tabela 222**, que dá maior destaque aos cursos com mais de 200h de duração.

Tabela 222: Distribuição da variável duração do curso de especialização em dependência química

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 2 horas	0	0%
De mais de 2 horas até 10 horas	4	4,3%
De mais de 10 horas até 50 horas	18	19,4%
De mais de 50 horas até 100 horas	11	11,8%
De mais de 100 horas até 200 horas	13	14%
Mais de 200 horas	44	47,3%
NS/NR	3	3,2%
Total	93	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.2. Cursos/capacitações relacionadas às Entidades de Acolhimento

Quando questionados sobre a participação em cursos e capacitações ofertados por federações ou órgãos relacionados às entidades de acolhimento nos últimos 24 meses, 90 (70,9%) entrevistados responderam afirmativamente, enquanto 37 (29,1%) informaram não ter participado.

Considerando os respondentes que realizaram cursos, as respostas foram reorganizadas em três grupos: (1) Federações/Órgãos relacionados às Entidades de Acolhimento, (2) DEPAD e (3) Outros. Ressalta-se que, por se tratar de questão de múltipla resposta, um mesmo entrevistado pode estar incluído em mais de um grupo.

No agrupamento das Federações/Órgãos relacionados às Entidades de Acolhimento, observou-se que 66 entrevistados (73,3%) participaram de cursos vinculados a essas instituições. Já os cursos ofertados pelo DEPAD foram realizados por 53 entrevistados (58,9%), evidenciando também alta adesão. Por fim, 19 (21,1%) participantes indicaram ter realizado cursos em outras instituições.

De modo geral, os resultados indicam maior participação em capacitações promovidas por federações e pelo DEPAD, enquanto cursos ofertados por outras instituições apresentaram menor frequência entre os entrevistados.

Tabela 223: Distribuição da proporção de entrevistados entre os que fizeram cursos/capacitações relacionadas às Entidades de Acolhimento nos últimos 24 meses, por Federação/Órgão que ofertou o curso

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Federações/Órgãos relacionados às Entidades de Acolhimento	24	26,7%	66	73,3%
DEPAD	37	41,1%	53	58,9%
Outros	71	78,9%	19	21,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.3. Tema dos cursos relacionados às Entidades de Acolhimento

Entre os entrevistados que participaram de cursos e capacitações ofertados pelas federações e órgãos relacionados às entidades de acolhimento nos últimos 24 meses, foi perguntado sobre os principais temas abordados nos cursos. Nesse momento, o entrevistado poderia responder mais de uma opção entre as apresentadas. Entre os 90 entrevistados que responderam a essa pergunta, 75 (83,3%) fizeram cursos sobre dependência química/saúde mental; 50 (55,6%) fizeram cursos sobre redução de danos; 49 (54,4%) fizeram cursos sobre direitos humanos; 27 (30%) fizeram cursos sobre segurança, manejo de crise e prevenção de violências; 27 (30%) fizeram cursos sobre primeiros socorros/urgências; 37 (41,1%) fizeram cursos sobre mediação de conflito; 38 (42,2%) fizeram cursos sobre gestão de equipe; 37 (41,1%) fizeram outros cursos; e 2 (2,2%) não souberam ou não responderam. Esses valores são apresentados na Tabela 224. Nela percebe-se que a temática mais abordada entre os cursos feitos pelos entrevistados é Dependência química/saúde mental, porém, de forma geral, todas as temáticas aparecem de forma significativa entre os cursos realizados pelos entrevistados nos últimos 24 meses.

Tabela 224: Distribuição da proporção de entrevistados, entre os que fizeram cursos/capacitações relacionadas às entidades de acolhimento nos últimos 24 meses, por tema principal do curso

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Dependência química/saúde mental	15	16,7%	75	83,3%
Redução de danos	40	44,4%	50	55,6%
Direitos humanos	41	45,6%	49	54,4%
Segurança, manejo de crise e prevenção de violências	63	70%	27	30%
Primeiros socorros/urgências	63	70%	27	30%
Mediação de conflito	53	58,9%	37	41,1%
Gestão de equipe	52	57,8%	38	42,2%
Outro	53	58,9%	37	41,1%
NS/NR	88	97,8%	2	2,2%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.4. Duração dos cursos relacionados às Entidades de Acolhimento

Aos mesmos 90 entrevistados foi perguntado sobre a duração dos cursos. Somente 1 (1,1%) fez curso de até 2 horas; 21 (23,3%) fizeram curso com duração de 2 a 10 horas; 32 (35,6%) fizeram curso com duração de 10 a 50 horas; 14 (15,6%) fizeram curso com duração de 50 a 100 horas; 4 (4,4%) fizeram curso com duração de 100 a 200 horas; 11 (12,2%) fizeram curso com duração maior que 200 horas; e 7 (7,8%) não souberam ou não responderam. Os valores estão na **Tabela 225**. Nela percebe-se que os cursos com duração de 10 a 50 horas são aqueles com maior frequência entre os observados.

Tabela 225: Distribuição da proporção de entrevistados entre os que fizeram cursos/capacitações relacionadas às entidades de acolhimento nos últimos 24 meses, por duração do curso

Respostas	Frequência	Porcentagem
até 2 horas	1	1,1%
De mais de 2 horas a 10 horas	21	23,3%
De mais de 10 horas a 50 horas	32	35,6%
De mais de 50 horas a 100 horas	14	15,6%
De mais de 100 horas a 200 horas	4	4,4%
Mais de 200 horas	11	12,2%
NS/NR	7	7,8%
Total	90	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.5. Tema dos cursos ofertados por outras instituições

Quando perguntados se participaram de cursos/capacitações ofertados por outras instituições nos últimos 24 meses, 58 (45,7%) responderam que sim, 68 (53,5%) responderam que não e 1 (0,8%) não soube ou não respondeu.

Aos entrevistados que participaram de cursos/capacitações ofertados por outras instituições, foi perguntado sobre a temática dos cursos. Nesse momento, os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção entre as apresentadas. Entre os 58 entrevistados que responderam a essa pergunta, 41 (70,7%) fizeram cursos sobre dependência química/saúde mental; 21 (36,2%) fizeram cursos sobre redução de danos; 23 (39,7%) fizeram cursos sobre direitos humanos; 16 (27,6%) fizeram cursos sobre segurança, manejo de crise e prevenção de violências; 19 (32,8%) fizeram cursos sobre primeiros socorros/urgências; 19 (32,8%) fizeram cursos sobre mediação de conflitos; 20 (35,5%) fizeram cursos sobre gestão de equipe; e 21 (36,2%) fizeram cursos sobre outros assuntos. Os valores são apresentados na **Tabela 226**. Nela percebe-se que a temática mais abordada entre os cursos feitos pelos entrevistados é “dependência química/saúde mental”, assim como aconteceu nas temáticas dos cursos ofertados por federações e órgãos relacionados às entidades de acolhimento.

Tabela 226: Distribuição da proporção de entrevistados, entre os que fizeram cursos/capacitações em outras instituições, por tema principal do curso

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Dependência química/saúde mental	17	29,3%	41	70,7%
Redução de danos	37	63,8%	21	36,2%
Direitos humanos	35	60,3%	23	39,7%
Segurança, manejo de crise e prevenção de violências	42	72,4%	16	27,6%
Primeiros socorros/urgências	39	67,2%	19	32,8%
Mediação de conflitos	39	67,2%	19	32,8%
Gestão de equipe	38	65,5%	20	34,5%
Outro	37	63,8%	21	36,2%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.6. Duração dos cursos ofertados por outras instituições

Aos mesmos 58 entrevistados foi perguntado sobre a duração dos cursos. Foi atestado que 1 (1,7%) fez curso de até 2 horas; 11 (19%) fizeram curso com duração de 2 a 10 horas; 28 (48,3%) fizeram curso com duração de 10 a 50 horas; 4 (6,9%) fizeram curso com duração de 50 a 100 horas; 6 (10,3%) fizeram curso com duração de 100 a 200 horas; 7 (12,1%) fizeram curso com duração maior que 200 horas; e 1 (1,7%) não soube ou não respondeu. Os valores estão na **Tabela 227**. Nela percebe-se, novamente, que os cursos com duração de 10 a 50 horas são os mais frequentes.

Tabela 227: Distribuição da variável duração dos cursos/capacitações em outras instituições

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 2 horas	1	1,7%
De mais de 2 horas a 10 horas	11	19%
De mais de 10 horas a 50 horas	28	48,3%
De mais de 50 horas a 100 horas	4	6,9%
De mais de 100 horas a 200 horas	6	10,3%
Mais de 200 horas	7	12,1%
NS/NR	1	1,7%
Total	58	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.7. Instituição do curso ofertado

Foi então perguntado, para o mesmo grupo de entrevistados, quem ofertou os cursos/capacitações feitos por eles. Nesse momento eles poderiam escolher mais de uma opção entre as apresentadas. Entre os 58 entrevistados que responderam a essa pergunta,

28 (48,3%) fizeram cursos em órgão público (municipal/estadual/federal); 21 (36,2%) fizeram cursos em universidades ou institutos; 8 (13,8%) fizeram cursos em outros conselhos/associações profissionais; 6 (10,3%) fizeram cursos em ONGs/organismos internacionais; 7 (12,1%) fizeram cursos em empresas privadas; 11 (19%) fizeram cursos na própria entidade (formação interna); e 1 (1,7%) não soube ou não respondeu. Os valores estão na **Tabela 228**. Nela percebe-se que as instituições mais citadas foram os órgãos públicos e as universidades/institutos.

Tabela 228: Distribuição da proporção de entrevistados entre os que fizeram cursos/capacitações em outras instituições, por instituição do curso

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Órgão público (municipal/estadual/federal)	30	51,7%	28	48,3%
Universidades/Institutos	37	63,8%	21	36,2%
Outros conselhos/associações profissionais	50	86,2%	8	13,8%
ONGs/organismos internacionais	52	89,7%	6	10,3%
Empresas privadas	51	87,9%	7	12,1%
A própria entidade (formação interna)	47	81%	11	19%
NS/NR	57	98,3%	1	1,7%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.8. Tempo de trabalho

Entre os 127 entrevistados, 38 (29,9%) declararam trabalhar na entidade de acolhimento há 10 anos ou mais; 33 (26%) informaram atuar de 3 a menos de 6 anos; 21 (16,5%) relataram trabalhar de 6 a menos de 10 anos; 19 (15%) afirmaram atuar de 1 a menos de 3 anos; e 16 (12,6%) indicaram trabalhar há menos de 1 ano. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o tempo de trabalho na entidade de acolhimento está detalhada na **Tabela 229**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde à de entrevistados que trabalham há 10 anos ou mais na entidade, seguida pela categoria de 3 a menos de 6 anos, enquanto as demais faixas aparecem com menor frequência.

Tabela 229: Distribuição da variável tempo de trabalho na entidade de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Menos de 1 ano	16	12,6%
De 1 a menos de 3 anos	19	15%
De 3 a menos de 6 anos	33	26%
De 6 a menos de 10 anos	21	16,5%
10 anos ou mais	38	29,9%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 58 (45,7%) declararam trabalhar com entidades de acolhimento há 10 anos ou mais; 26 (20,5%) informaram atuar de 3 a menos de 6 anos; 25 (19,7%) relataram trabalhar de 6 a menos de 10 anos; 13 (10,2%) afirmaram atuar de 1 a menos de 3 anos; e 5 (3,9%) indicaram trabalhar há menos de 1 ano. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o tempo de trabalho com entidades de acolhimento está detalhada na **Tabela 230**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde aos entrevistados que trabalham há 10 anos ou mais, seguida pelas categorias de 3 a menos de 6 anos e de 6 a menos de 10 anos, enquanto as demais faixas aparecem com menor frequência.

Tabela 230: Distribuição da variável tempo de trabalho com entidades de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Menos de 1 ano	5	3,9%
De 1 a menos de 3 anos	13	10,2%
De 3 a menos de 6 anos	26	20,5%
De 6 a menos de 10 anos	25	19,7%
10 anos ou mais	58	45,7%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.3.9. Conhecimento sobre a legislação que regula entidades no Brasil

Entre os 127 entrevistados, 62 (48,8%) declararam conhecer a maior parte da legislação que trata das entidades de acolhimento no Brasil; 35 (27,6%) informaram conhecê-la totalmente; 26 (20,5%) relataram conhecê-la razoavelmente; e 4 (3,1%) afirmaram não a conhecer. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o conhecimento da legislação que trata das entidades de acolhimento no Brasil está detalhada na **Tabela 231**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde à de entrevistados que afirmaram conhecer a maior parte da legislação, seguida pelas demais.

Tabela 231: Distribuição da variável conhecimento sobre a legislação brasileira que trata das entidades do entrevistado

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não conhece	4	3,1%
Conhece razoavelmente	26	20,5%
Conhece a maior parte	62	48,8%
Conhece totalmente	35	27,6%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.4. Sobre a Instituição

5.4.1. Protocolo padrão de recepção e atendimento aos acolhidos

Quando perguntados sobre a existência de um protocolo padrão de recepção e atendimento aos acolhidos, apenas 1 (0,8%) respondeu que não existe tal protocolo, ao passo que os outros 126 (99,2%) disseram que o protocolo existe. Aos 126 que confirmaram a existência do protocolo padrão de recepção e atendimento aos acolhidos, foi perguntado se os membros da equipe técnica da entidade de acolhimento costumavam participar de reuniões periódicas orientativas sobre esses protocolos. Apenas 3 responderam que não e os outros 123 responderam que os membros da equipe técnica participavam dessas reuniões periódicas. Esses valores foram consolidados na **Tabela 232**.

Tabela 232: Distribuição da variável sobre o protocolo padrão de recepção e atendimento aos acolhidos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não existe protocolo de atendimento.	1	0,8%
Existe, mas a equipe técnica não tem orientações periódicas sobre ele	3	2,4%
Existe e a equipe técnica tem orientações periódicas sobre ele	123	96,8%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 122 (96,1%) declararam que a equipe técnica segue um protocolo padrão para abordagem dos acolhidos, enquanto 5 (3,9%) informaram que não seguem. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a existência de um protocolo padrão para abordagem dos acolhidos está detalhada na **Tabela 233**.

Tabela 233: Distribuição da variável existência de protocolo padrão para abordagem dos acolhidos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	5	3,9%
Sim	122	96,1%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.2. Existência de divisão de funções e responsabilidades

Entre os 127 entrevistados, todos (100%) declararam que há uma divisão clara de funções e responsabilidades entre os membros da equipe técnica. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a existência dessa divisão de funções e responsabilidades está detalhada na **Tabela 234**.

Tabela 234: Distribuição da variável existência de divisão clara de funções e responsabilidades entre os membros da equipe técnica

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	0	0%
Sim	127	100%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.3. Principal motivação para o trabalho

Entre os 127 entrevistados, 53 (41,7%) declararam que a principal motivação para trabalhar em uma entidade de acolhimento foi o propósito de ajudar pessoas e/ou gerar impacto social; 29 (22,8%) relataram experiência pessoal/familiar relacionada ao tema; 17 (13,4%) indicaram o desenvolvimento profissional/carreira na área; 9 (7,1%) mencionaram a oportunidade de emprego disponível à época; 7 (5,5%) apontaram motivação religiosa/espiritual; 6 (4,7%) informaram indicação/convite de alguém da rede de contatos; 5 (3,9%) indicaram outra motivação; e 1 (0,8%) mencionou proximidade geográfica/facilidade de acesso. A distribuição das respostas para a pergunta sobre a principal motivação para trabalhar em uma entidade de acolhimento está detalhada na **Tabela 235**.

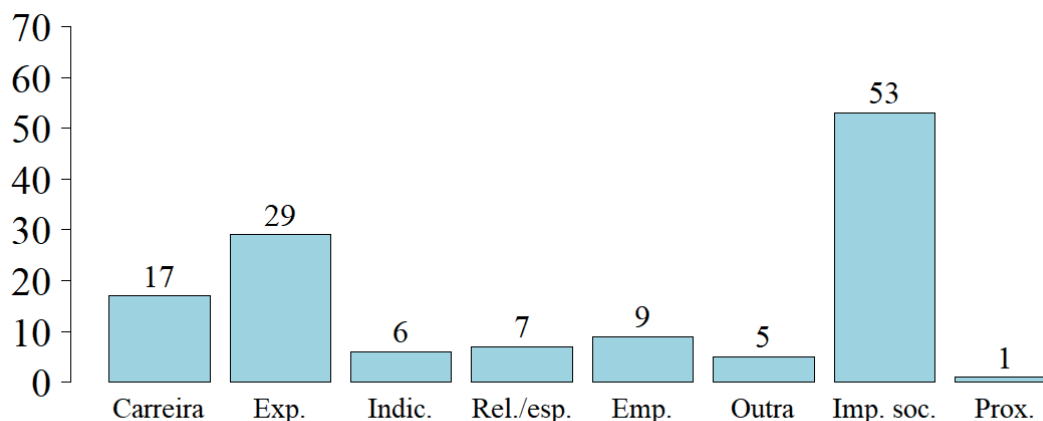
Tabela 235: Distribuição da variável principal motivação para trabalhar em uma entidade de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Desenvolvimento profissional/carreira na área	17	13,4%
Experiência pessoal ou familiar	29	22,8%
Indicação/convite de alguém	6	4,7%
Motivação religiosa/espiritual	7	5,5%
Oportunidade de emprego	9	7,1%
Outra	5	3,9%
Propósito de ajudar pessoas/impacto social	53	41,7%
Proximidade geográfica/facilidade de acesso	1	0,8%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 56** apresenta o gráfico de barras da variável “principal motivação para trabalhar em uma entidade de acolhimento”. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde ao propósito de ajudar pessoas e/ou gerar impacto social, seguida pela experiência pessoal/familiar relacionada ao tema e pelo desenvolvimento profissional/carreira na área, enquanto as demais motivações aparecem com menor frequência.

Figura 56: Gráfico de barras da variável principal motivação para trabalhar em uma entidade de acolhimento



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.4. Existência de recursos adequados para as atividades

Aos entrevistados foi perguntado se eles consideram que há recursos adequados para desenvolver suas atividades (equipamentos, espaço físico, equipe de apoio). Do total, 9 (7,1%) responderam que não e 118 (92,9%) responderam que sim (vide **Tabela 236**).

Tabela 236: Distribuição da variável existência de recursos adequados para as atividades

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	9	7,1%
Sim	118	92,9%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.5. Adequação da carga de trabalho à função desempenhada

Sobre a opinião referente à adequação da carga de trabalho à função desempenhada, 6 (4,7%) responderam ser muito inadequada, 3 (2,4%) responderam ser inadequada, 65 (51,2%) responderam ser adequada, 27 (21,3%) responderam ser boa, e 26 (20,5%) responderam ser excelente, como mostra a **Tabela 237**. Nela fica clara a prevalência das pessoas que consideram a carga horária adequada, boa ou excelente.

Tabela 237: Distribuição da variável opinião referente à adequação da carga de trabalho à função desempenhada

Respostas	Frequência	Porcentagem
Muito inadequada	6	4,7%
Inadequada	3	2,4%

Respostas	Frequência	Porcentagem
Adequada	65	51,2%
Boa	27	21,3%
Excelente	26	20,5%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.6. Orientação religiosa das instituições

Quando perguntados se a instituição onde trabalham tem orientação religiosa, 84 (66,2%) disseram que sim e 43 (33,8%) disseram que não. Aos que responderam afirmativamente, foi perguntado qual a orientação religiosa da instituição. Entre os 84 que responderam a essa pergunta, 35 (41,7%) responderam que a instituição é católica; 45 (53,6%) disseram que era evangélica; e 4 (4,8%) afirmaram que era ligada a outras denominações que não foram citadas pelo entrevistador. Os valores na **Tabela 238**. Nela fica nítida a predominância das religiões católicas e evangélicas entre as instituições.

Tabela 238: Distribuição da variável orientação religiosa das instituições

Respostas	Frequência	Porcentagem
Católica	35	41,7%
Evangélica	45	53,6%
Espírita	0	0%
Religiões afro-brasileiras	0	0%
Ayahuasca/Santo Daime	0	0%
Outra	4	4,8%
Total	84	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.7. Sanções disciplinares

Entre os 127 entrevistados, 101 (79,5%) declararam que a sanção disciplinar mais comumente aplicada quando não são cumpridas normas pelos acolhidos é a advertência verbal; 7 (5,5%) informaram a aplicação de atividades/tarefas extras; 7 (5,5%) relataram o registro da infração cometida; 5 (3,9%) indicaram a realização de reflexão em grupo; 5 (3,9%) mencionaram outra forma de sanção; e 2 (1,6%) afirmaram a perda temporária de privilégios. A distribuição das respostas está detalhada na **Tabela 239**. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados indicou a advertência verbal, enquanto as demais formas de sanção aparecem com frequências consideravelmente menores.

Tabela 239: Distribuição da variável sanção disciplinar comumente aplicada quando as normas não são cumpridas pelos acolhidos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Advertência verbal	101	79,5%
Atividades/Tarefas extras	7	5,5%
Reflexão em grupo	5	3,9%
Perda de privilégios	2	1,6%
Registro da infração	7	5,5%
Outra	5	3,9%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.8. Forma de terapia utilizada

Aos entrevistados foi perguntado quais formas de terapia são utilizadas na entidade de acolhimento. As opções de respostas foram apresentadas aos participantes e eles poderiam escolher mais de uma alternativa.

Entre os 127 entrevistados, 120 (94,5%) informaram que a entidade realiza terapia individual e 118 (92,9%) relataram a realização de terapia em grupo. Em seguida, 105 (82,7%) mencionaram a laborterapia; 102 (80,3%) falaram das atividades terapêuticas recreativas; e 100 (78,7%) apontaram a promoção do autocuidado e sociabilidade. Além disso, 90 (70,9%) citaram a psicoterapia e 90 (70,9%) fizeram referência sobre o desenvolvimento da espiritualidade, enquanto 84 (66,1%) relataram terapias expressivas, como arte, música ou dança. A videoterapia foi mencionada por 62 (48,8%) entrevistados e 23 (18,1%) indicaram práticas de *mindfulness*. Com menor frequência, aparecem yoga, constelação familiar, aromaterapia, fitoterapia e *reiki*, com menos de 10 ocorrências cada. Também foram indicadas outras formas de terapia por 20 (15,7%) participantes. A distribuição das respostas para a pergunta sobre as formas de terapia utilizadas na entidade está apresentada na **Tabela 240**. Nela observa-se que as modalidades mais frequentemente mencionadas são a terapia individual e a terapia em grupo, seguidas pela laborterapia, pelas atividades terapêuticas recreativas e pela promoção do autocuidado e da sociabilidade. Também aparecem com frequência relevante a psicoterapia, o desenvolvimento da espiritualidade e as terapias expressivas. Por outro lado, outras práticas são consideravelmente menores entre as entidades.

Tabela 240: Distribuição da proporção de terapia utilizada na entidade de acolhimento, por forma de terapia

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Terapia em grupo	9	7,1%	118	92,9%
Terapia individual	7	5,5%	120	94,5%

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Psicoterapia	37	29,1%	90	70,9%
Laborterapia	22	17,3%	105	82,7%
Atividades terapêuticas recreativas	25	19,7%	102	80,3%
Autocuidado e sociabilidade	27	21,3%	100	78,7%
Yoga	117	92,1%	10	7,9%
Reiki	123	96,9%	4	3,1%
Desenvolvimento da espiritualidade	37	29,1%	90	70,9%
Terapias expressivas	43	33,9%	84	66,1%
Mindfulness	104	81,9%	23	18,1%
Constelação familiar	118	92,9%	9	7,1%
Aromaterapia	118	92,9%	9	7,1%
Fitoterapia	118	92,9%	9	7,1%
Videoterapia	65	51,2%	62	48,8%
Não faz terapias	127	100%	0	0%
Outra	107	84,3%	20	15,7%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.9. Distribuição dos responsáveis técnicos de acordo com a ocupação na entidade

Entre os 127 entrevistados, 1 não respondeu ou não soube informar quantas pessoas trabalham exclusivamente na atenção ao acolhido. Entre os 126 que responderam, 52 (41,3%) declararam que mais de 12 pessoas trabalham exclusivamente na atenção ao acolhido; 19 (15,1%) informaram que esse número está entre 8 e 9 pessoas; 18 (14,3%) relataram entre 10 e 11 pessoas; 17 (13,5%) indicaram entre 6 e 7 pessoas; 16 (12,7%) afirmaram entre 4 e 5 pessoas; e 4 (3,2%) mencionaram até 3 pessoas. A distribuição das respostas para a pergunta sobre quantas pessoas trabalham exclusivamente na atenção ao acolhido está detalhada na **Tabela 241**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde à categoria de 12 pessoas ou mais, enquanto as demais faixas aparecem com frequências menores.

Tabela 241: Distribuição da variável quantidade de pessoas que trabalham exclusivamente na atenção ao acolhido

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 3 pessoas	4	3,2%
De 4 a 5 pessoas	16	12,7%
De 6 a 7 pessoas	17	13,5%
De 8 a 9 pessoas	19	15,1%
De 10 a 11 pessoas	18	14,3%
Mais de 12 pessoas	52	41,3%
Total	126	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 52 (40,9%) declararam que até 2 pessoas trabalham exclusivamente na administração; 45 (35,4%) informaram que esse número está entre 3 e 4 pessoas; 21 (16,5%) relataram entre 5 e 6 pessoas; e 9 (7,1%) indicaram mais de 7 pessoas. A distribuição das respostas para a pergunta sobre quantas pessoas trabalham exclusivamente na administração está detalhada na **Tabela 242**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde à categoria de até 2 pessoas, seguida pela faixa de 3 a 4 pessoas, enquanto as categorias de 5 a 6 pessoas e mais de 7 pessoas aparecem com menor frequência.

Tabela 242: Distribuição da variável quantidade de pessoas que trabalham exclusivamente na administração

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 2 pessoas	52	40,9%
De 3 a 4 pessoas	45	35,4%
De 5 a 6 pessoas	21	16,5%
Mais de 7 pessoas	9	7,1%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Aos entrevistados foi perguntado como a entidade de acolhimento admite acolhidos. As opções de respostas foram apresentadas aos participantes, e eles poderiam escolher mais de uma alternativa. Entre os 127 entrevistados, 118 (92,9%) informaram que a admissão ocorreu por encaminhamento feito pela RAPS (SUS) ou SUAS, enquanto 115 (90,6%) relataram que também ocorre por procura direta. Além disso, 112 (88,2%) indicaram que a admissão pode acontecer por intermédio de familiares ou amigos. Metade dos entrevistados, 64 (50,4%), mencionou o encaminhamento pela justiça. Com menor frequência, 31 (24,4%) citaram a busca ativa como forma de admissão e 9 (7,1%) indicaram outras formas. A distribuição das respostas para a pergunta sobre as formas de admissão de acolhidos na entidade está apresentada na **Tabela 243**. Nela observa-se que as formas mais frequentemente mencionadas são o encaminhamento pela RAPS (SUS) ou SUAS, a procura direta e o encaminhamento por familiares ou amigos, enquanto a busca ativa e outras formas de admissão aparecem com proporções menores.

Tabela 243: Distribuição da proporção de entidades que admitem acolhidos, por tipo de admissão

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Procura direta	12	9,4%	115	90,6%
Família/amigos	15	11,8%	112	88,2%
Busca ativa	96	75,6%	31	24,4%
Encaminhamento feito pela RAPS (SUS) ou SUAS	9	7,1%	118	92,9%

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Encaminhamento pela justiça	63	49,6%	64	50,4%
Outro	118	92,9%	9	7,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.4.10. Distribuição das experiências prévias

Entre os 127 entrevistados, 111 (87,4%) declararam que não passaram por tratamento de dependência química, enquanto 16 (12,6%) informaram que já passaram por esse tipo de tratamento. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na **Tabela 244**.

Tabela 244: Distribuição da variável experiência de tratamento de dependência química

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	111	87,4%
Sim	16	12,6%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 114 (89,8%) declararam que não foram acolhidos em entidade de acolhimento, enquanto 13 (10,2%) informaram que já foram acolhidos. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na **Tabela 245**. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados declarou não ter sido acolhida, enquanto uma parcela menor informou já ter sido acolhida.

Tabela 245: Distribuição da variável experiência de acolhimento em entidade de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	114	89,8%
Sim	13	10,2%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.5. Projeto Terapêutico

5.5.1. Participação do acolhido na elaboração do PIA/PAS

Entre os 127 entrevistados, um não respondeu ou não soube informar se o acolhido participa da elaboração do PIA/PAS em até 20 dias após o acolhimento. Entre os 126 que responderam, 125 (99,2%) declararam que o acolhido participa da elaboração do PIA/

PAS nesse período, enquanto 1 (0,8%) informou que não participa. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na **Tabela 246**. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados afirmou que o acolhido participa da elaboração do PIA/PAS nesse período, enquanto uma parcela muito pequena declarou que não participa.

Tabela 246: Distribuição da variável participação do acolhido na elaboração do PIA/PAS em até 20 dias após o acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	1	0,8%
Sim	125	99,2%
Total	126	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.5.2. Prática de trabalho terapêutico individual

Entre os 127 entrevistados, 119 (93,7%) declararam que a entidade realiza práticas de trabalho terapêutico individual com o acolhido, enquanto 8 (6,3%) informaram que não realiza. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na **Tabela 247**. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados afirmou que a entidade realiza esse tipo de prática, enquanto uma parcela menor declarou que não realiza.

Tabela 247: Distribuição da variável realização de práticas de trabalho terapêutico individual com o acolhido

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	8	6,3%
Sim	119	93,7%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.5.3. Distribuição da variável opinião sobre o ambiente físico da entidade

Entre os 127 entrevistados, 61 (48%) declararam que o ambiente físico da entidade de acolhimento contribui de forma decisiva para o processo de tratamento dos acolhidos; 57 (44,9%) informaram que contribui muito; e 9 (7,1%) relataram que contribui moderadamente. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na **Tabela 248**. Observa-se que a maior frequência corresponde à categoria “contribui de forma decisiva”, seguida por “contribui muito”, enquanto “contribui moderadamente” aparece com menor frequência.

Tabela 248: Distribuição da variável opinião sobre o ambiente físico da entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não contribui	0	0%
Contribui pouco	0	0%
Contribui moderadamente	9	7,1%
Contribui muito	57	44,9%
Contribui de forma decisiva	61	48%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.5.4. Acompanhamento de egressos pela entidade

Aos entrevistados foi perguntado se a entidade de acolhimento acompanha o acolhido após a saída da entidade. Do total, 26 (20,4%) disseram que não, 100 (78,8%) disseram que sim e 1 (0,8%) não soube ou não respondeu.

Em seguida, foi perguntado aos que responderam afirmativamente qual seria o canal de comunicação da entidade com o egresso para tal acompanhamento. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma alternativa. Entre os 100 que responderam a essa pergunta, 91 (91%) disseram que o acompanhamento é feito por telefone (Whatsapp/ ligação telefônica/videochamadas), 47 (47%) responderam que o acompanhamento é feito pessoalmente, 11 (11%) responderam que o acompanhamento é feito pelas redes sociais, 5 (5%) responderam que seria outra a forma de acompanhamento e 1 (1%) não soube ou não respondeu, conforme a **Tabela 249**. Nela percebe-se que o acompanhamento é feito, na maioria das vezes, por telefone, seja por mensagens, ligações de voz ou videochamadas.

Tabela 249: Distribuição da proporção das entidades que acompanham os egressos, por canal de acompanhamento

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Telefone	9	9%	91	91%
Pessoalmente	53	53%	47	47%
Redes sociais	89	89%	11	11%
Outro	95	95%	5	5%
NS/NR	99	99%	1	1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.5.5. Envolvimento dos familiares dos acolhidos

Aos entrevistados foi perguntado se eles consideram que as famílias dos acolhidos se envolvem adequadamente no processo de tratamento. Entre os 127, um grupo de 63 (49,6%) respondeu que não, 60 (47,3%) responderam que sim e os outros 4 (3,1%) não souberam ou não responderam.

Aos entrevistados que responderam afirmativamente, foi perguntado qual o motivo que o havia levado a essa resposta. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma opção entre as apresentadas. Entre os 60 entrevistados que responderam a essa pergunta, 39 (65%) apontaram as reuniões ou devolutivas periódicas, 50 (83,3%) apontaram os contatos telefônicos/mensagens regulares, 22 (36,7%) apontaram a participação em oficinas/grupos de família, 12 (20%) falaram sobre a elaboração/atualização do PIA/PAS com a família, 48 (80%) indicaram as visitas frequentes e 3 (5%) apontaram outras justificativas. Os valores estão na **Tabela 250**. Nela percebe-se que reuniões ou devolutivas periódicas, contatos telefônicos/mensagens regulares e as visitas frequentes dos familiares indicam que as famílias dos acolhidos se envolvem adequadamente com o processo de tratamento.

Tabela 250: Distribuição da proporção dos entrevistados que consideram que a família se envolve de forma adequada no tratamento, por justificativa

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Reuniões ou devolutivas periódicas	21	35%	39	65%
Contatos telefônicos/mensagens regulares	10	16,7%	50	83,3%
Participação em oficinas/grupos de família	38	63,3%	22	36,7%
Elaboração/atualização do PIA/PAS com a família	48	80%	12	20%
Visitas frequentes	12	20%	48	80%
Outro	57	95%	3	5%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Aos entrevistados que responderam que não consideram que as famílias dos acolhidos se envolvem adequadamente no processo de tratamento, foi perguntado qual o motivo que o havia levado a essa resposta. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma opção entre as apresentadas. Entre os 63 entrevistados que responderam a essa pergunta, 57 (90,5%) atribuíram suas respostas à indisponibilidade das famílias, decorrente do rompimento de vínculos com o acolhido; 50 (79,4%) à resistência das famílias em participar; 31 (49,2%) a barreiras logísticas enfrentadas pelos familiares (distância, custo e horário); 1 (1,6%) a restrições da entidade quanto às visitas; 3 (4,8%) à insuficiência da equipe para envolver a família e o acolhido; e 6 (9,5%) indicaram outras justificativas. Os valores estão na **Tabela 251**. Nela ficam nítidas as três principais justificativas para o entrevistado não considerar o envolvimento da família adequado: “família indisponível devido ao rompimento de laços com o acolhido”, “resistência da família em participar” e “barreiras logísticas (distância, custo, horário) enfrentadas pelos familiares”.

Tabela 251: Distribuição da proporção dos entrevistados que consideram que a família não se envolve de forma adequada no tratamento, por justificativa

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Família indisponível devido ao rompimento de laços com o acolhido	6	9,5%	57	90,5%
Resistência da família em participar	13	20,6%	50	79,4%
Entidade não convoca/informa adequadamente	63	100%	0	0%
Barreiras logísticas enfrentadas pelos familiares	32	50,8%	31	49,2%
Restrições da entidade quanto às visitas	62	98,4%	1	1,6%
Equipe insuficiente para envolver a família e o acolhido	60	95,2%	3	4,8%
Outro	57	90,5%	6	9,5%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.5.6. Orientação regular aos acolhidos sobre seus direitos e deveres

Entre os 127 entrevistados, 126 (99,2%) declararam que os acolhidos são regularmente orientados pela entidade de acolhimento sobre seus direitos e deveres, enquanto 1 (0,8%) informou que não são. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na Tabela 252. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados afirmou que os acolhidos recebem esse tipo de orientação, enquanto uma parcela muito pequena declarou que não recebem. Essa informação vai ao encontro das respostas dos acolhidos, em que 97,5% (tabela 34) responderam que receberam orientação pela equipe de gestão ou monitores a respeito dos seus direitos e deveres dentro da instituição.

Tabela 252: Distribuição da variável orientação regular aos acolhidos sobre seus direitos e deveres, por parte da entidade de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	1	0,8%
Sim	126	99,2%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.5.7. Respeito à diversidade religiosa e de gênero

Entre os 127 entrevistados, todos (100%) declararam que, na entidade de acolhimento, há respeito à diversidade religiosa dos acolhidos. Já na percepção dos acolhidos (Tabela 35 - Acolhidos) 98,3% consideram que a entidade respeita a sua religião, percentual semelhante dos egressos, 96,6%, consideram que houve respeito pela entidade enquanto esteve em acolhimento. A distribuição das respostas para a pergunta sobre essa questão está detalhada na Tabela 253.

Tabela 253: Distribuição da variável existência de respeito à diversidade religiosa

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	0	0%
Sim	127	100%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 126 (99,2%) declararam que, na entidade, há respeito à diversidade de gênero e sexualidade entre os acolhidos, enquanto 1 (0,8%) informou que não há. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na **Tabela 254**. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados afirmou que há respeito a essa diversidade na entidade.

Tabela 254: Distribuição da variável existência de respeito à diversidade de gênero e de sexualidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	1	0,8%
Sim	126	99,2%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 2 não responderam ou não souberam informar se consideram importante incluir práticas espirituais ou religiosas no PIA do acolhido. Entre os 125 que responderam, 109 (87,2%) declararam que consideram importante essa inclusão, enquanto 16 (12,8%) informaram que não a consideram. A distribuição das respostas para essa questão está detalhada na **Tabela 255**. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados afirmou considerar importante essa inclusão, enquanto uma parcela menor declarou que não considera.

Tabela 255: Distribuição da variável importância da inclusão de práticas espirituais no PIA

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	16	12,8%
Sim	109	87,2%
Total	125	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 120 (94,5%) declararam acreditar que a espiritualidade deve ser tratada como uma parte integrante do processo de recuperação, enquanto 7 (5,5%) informaram que não acreditam. A distribuição das respostas para essa pergunta está detalhada na **Tabela 256**. Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados

afirmou acreditar que a espiritualidade deve fazer parte do processo de recuperação, enquanto uma parcela menor declarou que não acredita.

Tabela 256: Distribuição da variável concordância com a espiritualidade ser tratada como parte integrante do processo de recuperação

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	7	5,5%
Sim	120	94,5%
Total	127	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.5.8. Encaminhamento de acolhidos para algum serviço de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS)

Aos entrevistados foi perguntado se a entidade já encaminhou algum acolhido para algum serviço de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS). Entre os 127 entrevistados apenas 1 (0,8%) respondeu que não, ao passo que os outros 126 (99,2%) responderam que sim. Vale destacar que, a pergunta feita ao responsável técnico foi: “A Entidade já encaminhou algum acolhido para algum serviço de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS)?”, sem definição específica de período de tempo. Dessa forma, por falta de recorte de tempo, o percentual tão alto na resposta se justifica uma vez que ele respondeu baseado em todo período de colaboração com a entidade.

Aos entrevistados que responderam afirmativamente para a última pergunta, foi indagado para qual serviço o acolhido já foi encaminhado. Naquele momento, ele poderia escolher mais de uma alternativa entre as apresentadas. Entre os 126 entrevistados que responderam a essa pergunta, 91 (72,2%) apontaram os Centros de Atenção Psicossocial Álcool (CAPS); 93 (73,8%) falaram sobre os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD); 119 (94,4%) indicaram as Unidades Básicas de Saúde (UBS); 22 (17,5%) apontaram os Consultórios na Rua; 39 (31%) indicaram os leitos de saúde mental em hospitais gerais; 24 (19%) citaram os hospitais psiquiátricos (em casos específicos); 96 (76,2%) apontaram as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e 5 (4%) indicaram os outros serviços de saúde que não os citados. Esses valores estão na **Tabela 257**. Nela quatro serviços se destacam como aqueles para os quais as entidades mais encaminharam os acolhidos: Centro de Atenção Psicossocial Álcool (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Tabela 257: Distribuição da proporção das entidades que já encaminharam algum acolhido para algum serviço de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS), por serviço de saúde

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CAPS	35	27,8%	91	72,2%
CAPS AD	33	26,2%	93	73,8%
UBS	7	5,6%	119	94,4%
Consultórios na Rua	104	82,5%	22	17,5%
Leitos de saúde mental em hospitais gerais	87	69%	39	31%
Hospitais psiquiátricos	102	81%	24	19%
UPA	30	23,8%	96	76,2%
Outro	121	96%	5	4%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Foi perguntado aos entrevistados se a entidade já encaminhou algum acolhido para unidade da rede SUAS. Entre os 127 entrevistados, 13 (10,2%) responderam que não, e os outros 114 (89,7%) responderam que sim.

Aos entrevistados que responderam afirmativamente para a última pergunta, foi indagado para qual unidade da rede SUAS o acolhido já foi encaminhado. Nesse momento ele poderia escolher mais de uma alternativa entre as apresentadas. Entre os 114 entrevistados que responderam a essa pergunta, 108 (94,7%) falaram que os acolhidos já foram encaminhados para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 78 (68,4%) para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 46 (40,4%) para Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), 17 (14,9%) para o Centro-Dia (unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados), 29 (25,4%) para as Unidades de Acolhimento (por exemplo, a Casa de Passagem), e 8 (7%) responderam que os acolhidos já foram encaminhados para outras unidades da rede SUAS. Os valores estão na **Tabela 258**. Nela é possível ver que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) se destacam como unidades da rede SUAS para onde mais se encaminham os acolhidos.

Tabela 258: Distribuição da proporção das entidades que já encaminharam algum acolhido para unidade da rede SUAS, por tipo de unidade

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CRAS	6	5,3%	108	94,7%
CREAS	36	31,6%	78	68,4%
Centro POP	68	59,6%	46	40,4%
Centro-Dia	97	85,1%	17	14,9%

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Unidades de Acolhimento	85	74,6%	29	25,4%
Outro	106	93%	8	7%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.6. Conhecimento sobre a rede de saúde, Rede de Atenção Psicossocial e Assistência Social

5.6.1. Entrevistados que conheciam os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS)

Foi perguntado aos entrevistados se eles conhecem, ou se já ouviram falar, sobre os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS). Todos os 127 (100%) responderam que sim. Foi então perguntado sobre quais serviços eles já ouviram falar. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma resposta entre as apresentadas. Entre os 127 entrevistados, 126 (99,2%) conheciam os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); 126 (99,2%) conheciam os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD); 125 (97,4%) conheciam as Unidades Básicas de Saúde (UBS); 100 (78,7%) conheciam os Consultórios na Rua; 104 (81,9%) conheciam os leitos de saúde mental em hospitais gerais; 112 (88,2%) conheciam os hospitais psiquiátricos; 123 (96,9%) conheciam as Unidades de Pronto Atendimento (UPA); e 1 (0,8%) conhecia outros serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS). Esses valores estão na **Tabela 259**. Nela se destaca a grande proporção dos entrevistados que conheciam cada um dos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS). Porém, há um ponto importante de atenção: para todos os serviços, há ao menos um representante técnico que declarou não os conhecer, o que sugere a necessidade de maior divulgação.

Tabela 259: Distribuição da proporção dos entrevistados que conheciam os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS)

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CAPS	1	0,8%	126	99,2%
CAPS AD	1	0,8%	126	99,2%
UBS	2	1,6%	125	98,4%
Consultórios na Rua	27	21,3%	100	78,7%
Leitos de saúde mental em hospitais gerais	23	18,1%	104	81,9%
Hospitais psiquiátricos	15	11,8%	112	88,2%
UPA	4	3,1%	123	96,9%
Outro	126	99,2%	1	0,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.6.2. Entrevistados que conheciam os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Perguntou-se aos entrevistados se conheciam ou já haviam ouvido falar dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Todos os 127 (100%) responderam que sim. Em seguida, perguntou-se quais serviços os entrevistados conheciam ou sobre os quais já haviam ouvido falar. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma resposta entre as apresentadas. Entre os 127 entrevistados, todos (100,0%) declararam conhecer o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Além disso, 123 (96,9%) conhecem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); 115 (90,6%) o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP); 110 (86,6%) as Unidades de Acolhimento (por exemplo, a Casa de Passagem); e 89 (70,1%) o Centro-Dia (unidade pública destinada ao atendimento especializado de pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de dependência). Por fim, 5 (3,9%) informaram conhecer outras unidades da rede SUAS. Os valores estão na **Tabela 260**. Nela se destaca a grande proporção dos entrevistados que conheciam cada um dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social. Porém, há um ponto de atenção: para todos os serviços, exceto o CRAS, há ao menos um representante técnico que declarou não os conhecer, o que sugere a necessidade de maior divulgação.

Tabela 260: Distribuição da proporção dos entrevistados que conheciam os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, por serviço

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CRAS	0	0%	127	100%
CREAS	4	3,1%	123	96,9%
Centro POP	12	9,4%	115	90,6%
Centro-Dia	38	29,9%	89	70,1%
Unidades de Acolhimento	17	13,4%	110	86,6%
Outro	122	96,1%	5	3,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

5.6.3. Ocorrências de brigas entre os acolhidos e condutas dos responsáveis técnicos

Foi perguntado aos entrevistados se eles já presenciaram alguma briga entre os acolhidos. Do total, 59 (46,5%) disseram que não e 68 (53,5%) disseram que sim.

Aos entrevistados que responderam afirmativamente, perguntou-se o que foi realizado na ocasião. Entre os 68 entrevistados que responderam a essa pergunta, 25 (36,8%) solicitaram aos monitores e a outros responsáveis que apartassem a briga; 20 (29,4%) separaram os envolvidos e informaram o caso à gestão; 3 (4,4%) separaram os envolvidos

e anotaram o fato no livro de queixas; 12 (17,6%) separaram os envolvidos, que foram expulsos; e 8 (11,8%) tomaram uma atitude diferente da apresentada. Esses valores estão na **Tabela 261**. Nela percebe-se que, na grande maioria das vezes, a briga foi separada por alguém da administração, e medidas diferentes foram tomadas após o episódio.

Tabela 261: Distribuição da variável atitude ao presenciar uma briga

Respostas	Frequência	Porcentagem
Solicitei aos monitores e a outros responsáveis que apartassem a briga	25	36,8%
Separei os envolvidos e informei o caso à gestão	20	29,4%
Separei os envolvidos e anotei o fato no livro de queixas	3	4,4%
Separei os envolvidos, que foram expulsos	12	17,6%
Não consegui separar os envolvidos e, por isso, tive de pedir ajuda para contê-los	0	0%
Não consegui separar os envolvidos e fui agredido	0	0%
Outro	8	11,8%
Total	68	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Foi perguntado aos entrevistados se há algum protocolo de segurança para administrar os conflitos entre acolhidos na entidade. Do total, 21 (16,5%) responderam que não; 103 (81,1%) responderam que sim; e 3 (2,4%) não sabiam ou não responderam.

Aos entrevistados que responderam afirmativamente, foi perguntado qual era o protocolo. Naquele momento, o entrevistado poderia escolher mais de uma opção entre as apresentadas. Entre os 103 entrevistados que responderam a essa pergunta, 84 (81,6%) apontaram a separação imediata dos envolvidos e a garantia da segurança do grupo como protocolo adotado. Em seguida, destacam-se a mediação/restauração de conflitos e o plano de prevenção de recorrência (51; 49,5%), a aplicação de medidas disciplinares conforme normas internas (49; 47,6%) e a comunicação imediata à direção (47; 45,6%). Outros procedimentos mencionados foram: comunicação às autoridades competentes, como a polícia (37; 35,9%); notificação à família (33; 32,0%); acionamento de serviços de saúde, como SAMU ou UPA, quando necessário (33; 32,0%); avaliação clínica e primeiros socorros (28; 27,2%); e registro formal em até 24 horas (28; 27,2%). Além disso, 11 (10,7%) indicaram outros protocolos, e 1 (1,0%) não soube ou não respondeu. Esses resultados estão apresentados na **Tabela 262**.

Tabela 262: Protocolos de segurança para administrar conflitos

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Separação imediata dos envolvidos	19	18,4%	84	81,6%
Avaliação clínica e primeiros socorros	75	72,8%	28	27,2%
Comunicação imediata à direção	56	54,4%	47	45,6%
Registro formal em até 24h	65	63,1%	38	36,9%

Resposta	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Notificação à família	70	68%	33	32%
Mediação/restauração de conflitos e plano de prevenção	52	50,5%	51	49,5%
Aplicação de medidas disciplinares	54	52,4%	49	47,6%
Acionamento de serviço de saúde (SAMU/UPA)	70	68%	33	32%
Comunicação a autoridades competentes	66	64,1%	37	35,9%
Outro	92	89,3%	11	10,7%
NS/NR	102	99%	1	1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 6 não responderam ou não souberam informar se a equipe recebeu treinamento específico nos últimos 12 meses para prevenir ou gerir brigas entre os acolhidos. Entre os 121 que responderam, 64 (52,9%) declararam que houve treinamento para toda a equipe da linha de frente; 40 (33,1%) informaram que não houve treinamento; e 17 (14%) relataram que o treinamento ocorreu, mas apenas para parte da equipe. A distribuição das respostas para a pergunta sobre o recebimento de treinamento específico para prevenir ou gerir brigas entre acolhidos está detalhada na **Tabela 263**. Nela, percebe-se que a maior frequência corresponde à categoria em que houve treinamento para toda a equipe da linha de frente, seguida pela opção em que não houve treinamento, enquanto a alternativa de treinamento apenas para parte da equipe aparece com menor frequência.

Tabela 263: Distribuição da variável existência de treinamento específico nos últimos 12 meses para prevenir/gerir brigas entre acolhidos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	40	33,1%
Sim, mas apenas para parte da equipe	17	14%
Sim, para toda a equipe da linha de frente	64	52,9%
Total	121	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre os 127 entrevistados, 1 não respondeu ou não soube informar o seu nível de satisfação em atuar na entidade. Entre os 126 respondentes, 90 (71,4%) declararam estar muito satisfeitos, 29 (23,0%) satisfeitos, 6 (4,8%) muito insatisfeitos e 1 (0,8%) indiferente. A distribuição das respostas à pergunta sobre o nível de satisfação em atuar na entidade está apresentada na **Tabela 264**.

5.6.4. Nível de satisfação ao atuar na unidade

Observa-se que predomina o nível “*muito satisfeito*”, seguido por “*satisfeito*”, enquanto as categorias “*muito insatisfeito*” e “*indiferente*” apresentam baixa frequência.

Tabela 264: Distribuição da variável nível de satisfação em atuar na entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Muito satisfeito	90	71,4%
Satisfeito	29	23%
Indiferente	1	0,8%
Muito insatisfeito	6	4,8%
Total	126	100%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

5.7. Indicadores

A seguir são apresentados indicadores construídos a partir das respostas dos responsáveis técnicos ao questionário aplicado, com o objetivo de sintetizar e facilitar a interpretação dos principais resultados do estudo. O uso de indicadores permite resumir informações complexas em medidas comparáveis.

5.7.1. Indicador 1 – Elaboração do PIA/PAS e acompanhamento pós-acolhimento

A pergunta 43 do questionário é “Na Entidade o acolhido participa da elaboração do PIA/PAS em até 20 dias após o seu acolhimento?”, sendo as opções de resposta: “Sim”, “Não” e “NS/NR”. A pergunta 46 do questionário é “A Entidade de Acolhimento acompanha o acolhido após a saída da Entidade?”, sendo as opções de resposta: “Sim”, “Não” e “NS/NR”. O indicador de elaboração do PIA/PAS e acompanhamento pós-acolhimento foi definido por:

Indicador 1 = (nº de respostas “Sim” para as perguntas 43 e 46)/
(total de responsáveis técnicos entrevistados) × 100

Tabela 265: Indicador de Elaboração do PIA/PAS e acompanhamento pós-acolhimento

nº de respostas “Sim” para as Perguntas 43 e 46	Total de responsáveis técnicos entrevistados	Indicador de adesão à atividade laboral
99	127	77,9%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

O Indicador 1 atingiu o valor de 77,9%, indicando que a maioria das entidades afirma realizar tanto a elaboração do PIA/PAS no prazo estabelecido quanto o acompanhamento dos acolhidos após a saída. Esse resultado sugere um nível relativamente elevado de adesão a práticas fundamentais de planejamento e continuidade do cuidado. No entanto, a existência de aproximadamente 22% de respostas que não atendem simultaneamente a esses critérios aponta para lacunas importantes, especialmente considerando que essas

ações são centrais para a organização do processo de acolhimento e para a reinserção social dos indivíduos.

5.7.2. Indicador 2 – Encaminhamento dos acolhidos à RAPS e à rede SUAS

A pergunta 55 do questionário é “A Entidade já encaminhou algum acolhido para algum serviço de saúde e/ou de atenção psicossocial(RAPS)?”, sendo as opções de resposta: “Sim”, “Não” e “NS/NR”. A pergunta 56 do questionário é “A Entidade já encaminhou algum acolhido para unidade da rede SUAS?”, sendo as opções de resposta: “Sim”, “Não” e “NS/NR”. O indicador de encaminhamento dos acolhidos à RAPS e à rede SUAS foi definido por:

$$\text{Indicador 2} = (\text{n}^\circ \text{ de respostas "Sim" para as perguntas 55 e 56}) / (\text{total de responsáveis técnicos entrevistados}) \times 100$$

Tabela 266: Indicador de encaminhamento dos acolhidos à RAPS e à rede SUAS

nº de respostas “Sim” para as Perguntas 55 e 56	Total de responsáveis técnicos entrevistados	Indicador de adesão à atividade laboral
114	127	89,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

O Indicador 2 apresentou valor de 89,8%, evidenciando que a grande maioria das entidades realiza encaminhamentos tanto para a rede de atenção psicossocial (RAPS) quanto para a rede socioassistencial (SUAS). Esse resultado indica uma forte articulação institucional com as redes públicas de cuidado e proteção social, o que é essencial para garantir a integralidade do atendimento aos acolhidos.

5.7.3. Indicador 3 – Percepção à respeito da diversidade e da orientação de direitos e deveres

As perguntas 50, 51 e 52 do questionário são, respectivamente: “Você considera que os acolhidos são regularmente orientados pela Entidade de Acolhimento sobre os seus direitos e deveres?”; “Você considera que na Entidade de Acolhimento há respeito com a diversidade religiosa dos acolhidos?”; e “Você considera que na Entidade há respeito com a diversidade de gênero e sexualidade entre os(as) acolhidos (as)?”. Todas com as opções de resposta: “Sim”, “Não” e “NS/NR”. O indicador de Respeito à diversidade e orientação de direitos e deveres foi definido por:

$$\text{Indicador 3} = (\text{n}^\circ \text{ de respostas "Sim" para as perguntas 50,51 e 52}) / (\text{total de responsáveis técnicos entrevistados}) \times 100$$

Tabela 267: Indicador de percepção de respeito à diversidade e à orientação de direitos e deveres

nº de respostas “Sim” para as Perguntas 50, 51 e 52	Total de responsáveis técnicos entrevistados	Indicador de adesão à atividade laboral
125	127	98,4%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

O Indicador 3 atingiu 98,4%, revelando um nível extremamente elevado de percepção positiva quanto ao respeito à diversidade e à orientação dos acolhidos sobre seus direitos e deveres. Esse resultado sugere que, sob a ótica dos responsáveis técnicos, as entidades têm incorporado de forma consistente práticas alinhadas aos princípios de respeito à diversidade religiosa, de gênero e de sexualidade, bem como à promoção de direitos. Apesar do resultado bastante expressivo, é importante considerar que se trata de uma medida baseada em percepção, o que pode estar sujeito a vieses de resposta.

5.7.4. Indicador 4 – Profissionalização e capacidade técnica

As perguntas 11, 16, 18, 22, 28 e 64 dizem respeito a profissionalização e capacitação da equipe técnica da entidade. Para cada uma delas foi estabelecido um critério positivo, como apresentado na Tabela 268.

Tabela 268: Critérios positivos para as perguntas sobre capacitação técnica

Nº	Pergunta	Critério positivo
11	Qual é a sua escolaridade?	Ensino Superior Completo ou mais.
16	Fez algum curso de especialização em dependência química?	Sim
18	Participou de cursos/capacitações ofertadas pelas Federações/Órgãos relacionadas às Entidades de Acolhimento nos últimos 24 meses?	Sim
22	Participou de cursos/capacitações ofertadas por outras instituições nos últimos 24 meses?	Sim
28	Conhece a legislação que trata das Entidades de acolhimento no Brasil?	Sim, totalmente.
64	A equipe recebeu treinamento específico nos últimos 12 meses para prevenir/gerir brigas entre acolhidos (as)?	Sim, para toda a equipe da linha de frente ou Sim, mas apenas para parte da equipe

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

O indicador de profissionalização e capacidade técnica foi definido por:

Indicador 4 = (nº de entidades que atenderam a todos os critérios positivos)/
(total de responsáveis técnicos entrevistados) × 100

Tabela 269: Indicador de percepção de respeito à diversidade e à orientação de direitos e deveres

nº de entidades que atenderam a todos os critérios positivos	Total de responsáveis técnicos entrevistados	Indicador de adesão à atividade laboral
7	127	5,5%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

O Indicador 4 apresentou valor de apenas 5,5%, indicando que uma parcela muito reduzida das entidades atende simultaneamente a todos os critérios estabelecidos de profissionalização e capacitação da equipe técnica. Esse resultado pode, por um lado, evidenciar fragilidades na qualificação dos profissionais, especialmente diante da exigência conjunta de múltiplos requisitos relacionados à formação, capacitação continuada e conhecimento normativo. Por outro lado, é importante considerar que o critério adotado para a construção do indicador é bastante rigoroso, na medida em que exige o atendimento integral a todos os requisitos simultaneamente, o que pode contribuir para a baixa proporção observada. Nesse sentido, recomenda-se que o indicador seja interpretado com cautela e, eventualmente, revisto ou complementado por medidas que capturem diferentes níveis de qualificação da equipe técnica.

6

Análise dos Dados das Entrevistas com os Gestores das Entidades de Acolhimento



6. Análise dos Dados das Entrevistas com os Gestores das Entidades de Acolhimento

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa realizada com gestores das entidades de acolhimento participantes. No total, foram entrevistados 127 gestores, por meio da aplicação de questionário estruturado específico para esse grupo. O instrumento contemplou diferentes dimensões relacionadas ao perfil sociodemográfico dos entrevistados, sua trajetória profissional, processos de capacitação e profissionalização, bem como aspectos ligados à gestão, a desafios institucionais e a perspectivas das entidades de acolhimento.

As análises estão organizadas de acordo com os blocos temáticos do questionário, incluindo dados pessoais e perfil do entrevistado, aspectos de formação e capacitação profissional, características da atuação nas entidades de acolhimento e percepções sobre desafios, funcionamento institucional e articulação com redes de atenção e políticas públicas.

6.1. Dados pessoais

Esta subseção apresenta resultados referentes à idade, ao local de nascimento e à posição ocupada pelo entrevistado na entidade de acolhimento, incluindo a confirmação de que o respondente exerce função de gestão na instituição. Essas informações permitem caracterizar o perfil básico dos gestores participantes da pesquisa e compreender algumas de suas características demográficas e institucionais, contribuindo para contextualizar as análises apresentadas nas seções seguintes do relatório.

6.1.1. Identidade dos gestores entrevistados

A **Tabela 270** apresenta as medidas de tendência central e de dispersão da idade dos gestores das entidades de acolhimento entrevistadas. Observa-se que a idade média dos gestores é de 49,3 anos, com desvio padrão de 11,7 anos, indicando uma variabilidade moderada na distribuição etária desse grupo.

A mediana da idade é de 50 anos, valor bastante próximo da média, o que sugere uma distribuição aproximadamente simétrica das idades entre os gestores. Esse padrão também pode ser observado a partir da posição dos quartis: metade dos gestores tem idade entre 41 anos (1º quartil) e 59 anos (3º quartil).

Esses resultados indicam que a maior parte dos gestores entrevistados encontra-se em uma faixa etária intermediária da vida adulta, o que pode refletir trajetórias profissionais já consolidadas e experiência acumulada na atuação em entidades de acolhimento.

Tabela 270: Estatísticas descritivas da idade dos gestores das entidades de acolhimento entrevistadas

Variável	Média	Desvio padrão	1º quartil	Mediana	3º quartil
Idade	49,3	11,7	41	50	59

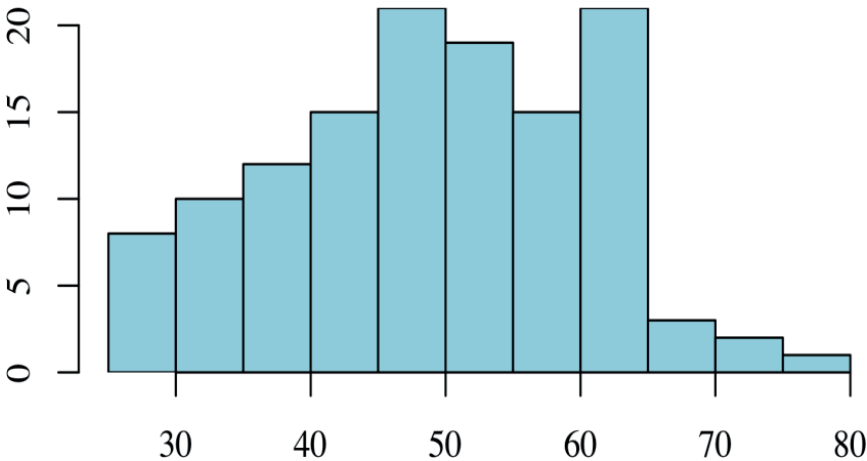
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Figura 57** apresenta a distribuição da idade dos gestores das entidades de acolhimento. Observa-se que a maior concentração de gestores encontra-se aproximadamente entre 40 e 65 anos, com pico de frequência nas faixas etárias próximas aos 50 e 60 anos. Esse padrão é consistente com as estatísticas descritivas apresentadas anteriormente, nas quais a média foi de 49,3 anos e a mediana de 50 anos.

Nota-se que a distribuição apresenta formato relativamente concentrado nas idades intermediárias da vida adulta, com menor frequência de gestores mais jovens e também de gestores em idades mais avançadas. Há alguns casos acima de 70 anos, mas esses aparecem em número reduzido, caracterizando a cauda superior da distribuição.

De forma geral, o gráfico reforça que o grupo de gestores é predominantemente composto por indivíduos em fase madura da trajetória profissional, o que pode estar associado à experiência acumulada e ao tempo de atuação necessário para assumir funções de gestão em entidades de acolhimento.

Figura 57: Distribuição da idade dos gestores das entidades de acolhimento participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

6.1.2. Local de nascimento dos gestores entrevistados

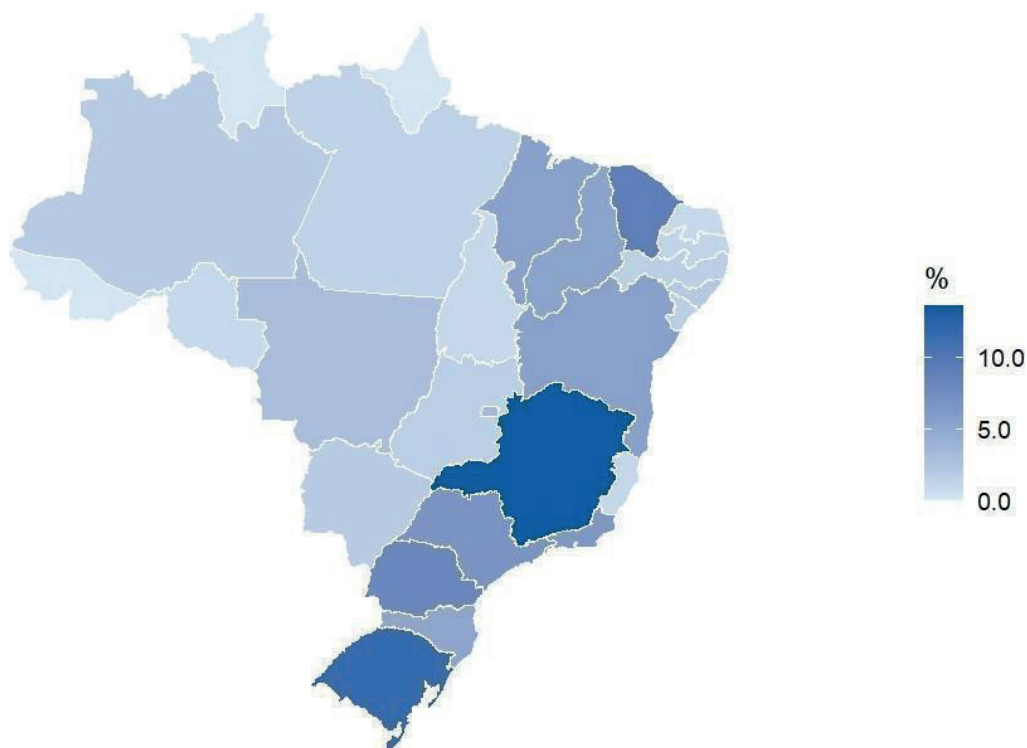
A **Figura 58** apresenta a distribuição do estado de nascimento dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados. Observa-se que há diversidade na origem geográfica desses gestores, com presença de indivíduos nascidos em diferentes unidades da federação.

Entre os estados mais frequentemente mencionados, destaca-se Minas Gerais, que concentra 15,0% dos gestores. Em seguida aparecem Paraná, com 12,6%, e São Paulo, com 11,8%. Também se observa participação relevante de gestores nascidos no Rio Grande do Sul, correspondente a 9,4%.

Outros estados aparecem com proporções menores, como Piauí e Rio de Janeiro, ambos com 6,3% dos entrevistados. Maranhão representa 4,7%, enquanto Alagoas e Santa Catarina correspondem cada um a 3,9% dos gestores.

De modo geral, os resultados indicam que os gestores das entidades de acolhimento são de origens geográficas diversas, com maior concentração em alguns estados das regiões Sudeste e Sul, mas também com presença de gestores oriundos de outras regiões do país.

Figura 58: Distribuição do estado de nascimento dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

6.1.3. Exercício da função de gestor dos entrevistados

A **Tabela 271** apresenta a distribuição das respostas à questão sobre o exercício da função de gestor na entidade de acolhimento pelo entrevistado. Observa-se que todos os 127 entrevistados afirmaram desempenhar essa função, correspondendo a 100% das respostas registradas.

Tabela 271: Distribuição das respostas quanto à condição de gestor da entidade de acolhimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	127	100
Não	0	0
Total	127	100

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Esse resultado indica que o conjunto de participantes da pesquisa corresponde integralmente ao público de interesse definido para esse grupo, isto é, gestores das entidades de acolhimento. Assim, não foram observados casos em que o questionário tenha sido respondido por pessoas que não ocupassem formalmente essa posição na instituição. Esse achado reforça a consistência da base de dados analisada e confirma que as análises subsequentes refletem exclusivamente as percepções, experiências e características dos gestores das entidades participantes da pesquisa.

6.2. Perfil do entrevistado

Esta subseção apresenta resultados relacionados ao perfil sociodemográfico dos gestores das entidades de acolhimento. São analisadas características como cor ou raça auto-declarada, identidade de gênero, estado civil, renda familiar e individual, situação de moradia, composição do domicílio, acesso a benefícios sociais, condição de trabalho, nível de escolaridade, formação superior, continuidade dos estudos, presença de filhos e aspectos relacionados à religião e à prática religiosa.

Essas informações permitem caracterizar o perfil social e econômico dos gestores participantes da pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais ampla de suas trajetórias pessoais e condições de vida, bem como para contextualizar as análises posteriores sobre sua atuação profissional e percepções acerca da gestão das entidades de acolhimento.

6.2.1. Autodeclaração com relação à cor/raça

Tabela 272: Distribuição percentual dos gestores segundo cor ou raça autodeclarada

Respostas	Frequência	Porcentagem
Amarelo	0	0,0
Branco	62	48,8
Indígena	1	0,8
Pardo	53	41,7
Preto	11	8,7
NS/NR	0	0,0
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 272** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo cor ou raça autodeclarada. Observa-se que a maior proporção dos entrevistados se autodeclara branca, correspondendo a 48,8% do total. Em seguida, destaca-se o grupo que se autodeclara pardo, que representa 41,7% dos gestores.

Uma parcela menor dos entrevistados se autodeclara preta, correspondendo a 8,7% do total, enquanto apenas um gestor, o que equivale a 0,8% dos participantes, se autodeclarou indígena. Não foram registrados gestores que se autodeclararam amarelos nem respostas classificadas como “*não sabe*” ou “*não respondeu*”.

De forma geral, tanto a tabela quanto o gráfico evidenciam a predominância de gestores que se identificam como brancos ou pardos, que juntos representam a grande maioria dos entrevistados. A participação de gestores que se autodeclararam pretos ou indígenas aparece em proporções mais reduzidas entre os participantes da pesquisa.

6.2.2. Autodeclaração com relação ao gênero

A **Tabela 273** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo gênero autodeclarado. Observa-se que a maioria dos gestores se identifica como homem cisgênero, correspondendo a 62,2% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se as mulheres cisgênero, que representam 36,2% do total.

Tabela 273: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo gênero autodeclarado

Respostas	Frequência	Porcentagem
Mulher cisgênero (mulher que se identifica com o sexo biológico de nascimento)	46	36,2%
Mulher transgênero (mulher que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer)	0	0,0%
Homem cisgênero (homem que se identifica com o sexo biológico de nascimento)	79	62,2%
Homem transgênero (homem que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer)	1	0,8%
Pessoa não binária (Pessoa que não se identifica como homem ou mulher)	1	0,8%
Outro	0	0,0%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

As demais categorias aparecem com frequência bastante reduzida. Foi registrado um gestor que se autodeclarou homem transgênero e um que se identificou como pessoa não binária, cada um representando 0,8% dos entrevistados. Não houve registros de gestores que se autodeclararam mulher transgênero, nem respostas classificadas nas categorias “*outro*” ou “*não sabe/não respondeu*”.

De modo geral, os resultados indicam predominância de gestores do gênero masculino entre os participantes da pesquisa, embora também se observa uma participação

expressiva de mulheres na gestão das entidades de acolhimento. A presença de outras identidades de gênero aparece de forma pontual entre os entrevistados.

6.2.3. Estado civil do(a) entrevistado(a)

Tabela 274: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo estado civil

Respostas	Frequência	Porcentagem
Casado	80	63,0%
União estável (casal que mora junto, mas não é casado (a) no cartório)	6	4,7%
Solteiro	23	18,1%
Viúvo	3	2,4%
Separado/divorciado	14	11,0%
NS/NR	1	0,8%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 274** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo estado civil. Observa-se que a maioria dos gestores declarou ser casada, correspondendo a 63,0% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se os gestores solteiros, que representam 18,1% do total.

Também se observa a presença de gestores separados ou divorciados, que correspondem a 11,0% dos entrevistados, enquanto 4,7% declararam viver em união estável. As categorias viúvo e “não sabe” ou “não respondeu” aparecem com menor frequência, representando 2,4% e 0,8% dos gestores, respectivamente.

De modo geral, os resultados indicam predominância de gestores em situação conjugal estável, especialmente entre aqueles que declararam ser casados, enquanto as demais categorias aparecem em proporções menores entre os entrevistados.

6.2.4. Renda familiar

Tabela 275: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo renda familiar

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,00)	3	2,3%
De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.519,00 a 3.036,00)	11	8,7%
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 3.037,00 a R\$ 4.554,00)	20	15,7%
De 3 a 4 salários mínimos (R\$ 4.555,00 a R\$ 6.072,00)	24	18,9%
De 4 a 5 salários mínimos (R\$ 6.073,00 a R\$ 7.590,00)	16	12,6%
Mais de 5 salários mínimos (mais de R\$ 7.590,00)	43	33,9%
NS/NR	10	7,9%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 275** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo renda familiar. Observa-se que a maior parcela dos gestores declarou renda familiar superior a cinco salários mínimos, correspondendo a 33,9% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se aqueles com renda entre três e quatro salários mínimos, que representam 18,9% do total, e aqueles com renda entre dois e três salários mínimos, que correspondem a 15,7%.

Também se observa a presença de gestores com renda entre quatro e cinco salários mínimos (12,6%) e entre um e dois salários mínimos (8,7%). Uma parcela menor declarou renda familiar de até um salário mínimo, representando 2,3% dos entrevistados. Além disso, 7,9% dos gestores não souberam ou preferiram não informar a renda familiar.

De modo geral, os resultados indicam que uma parcela expressiva dos gestores conta com renda familiar relativamente mais elevada, concentrada nas faixas superiores de rendimento, embora também se observe diversidade de situações econômicas entre os entrevistados.

6.2.5. Renda Individual mensal

Tabela 276: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo renda individual mensal

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não tenho renda no momento	8	6,3%
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,00)	7	5,5%
De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.519,00 a 3.036,00)	24	18,9%
De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 3.037,00 a R\$ 4.554,00)	33	26,0%
De 3 a 4 salários mínimos (R\$ 4.555,00 a R\$ 6.072,00)	15	11,8%
De 4 a 5 salários mínimos (R\$ 6.073,00 a R\$ 7.590,00)	11	8,6%
Acima de 5 salários mínimos (mais de R\$ 7.590,00)	23	18,1%
NS/NR	6	4,7%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 276** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo renda individual mensal. Observa-se que a maior proporção dos gestores declarou renda entre dois e três salários mínimos, correspondendo a 26,0% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se aqueles com renda entre um e dois salários mínimos, que representam 18,9% do total, e aqueles com renda acima de cinco salários mínimos, correspondendo a 18,1%.

Também se observa a presença de gestores com renda entre três e quatro salários mínimos (11,8%) e entre quatro e cinco salários mínimos (8,6%). Uma parcela menor declarou renda de até um salário mínimo (5,5%), enquanto 6,3% dos entrevistados informaram não ter renda no momento. Além disso, 4,7% dos gestores não souberam ou preferiram não informar a renda individual mensal.

De modo geral, os resultados indicam que a renda individual dos gestores se concentra principalmente nas faixas intermediárias de rendimento, entre um e três salários mínimos, embora também se observe uma parcela relevante com rendimentos mais elevados.

De modo geral, ao comparar os resultados das **Tabelas 275 e 276**, observa-se que a renda familiar tende a ser mais elevada do que a renda individual declarada pelos gestores. Enquanto uma parcela expressiva dos entrevistados indicou renda familiar superior a cinco salários mínimos, a renda individual apresenta maior concentração nas faixas intermediárias de rendimento, especialmente entre um e três salários mínimos. Esse padrão sugere que, aqueles que ganham até 2 salários mínimos, a renda do domicílio pode ser composta por múltiplas fontes de rendimento, como a contribuição de outros membros da família.

6.2.6. Situação de moradia

Tabela 277: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo situação de moradia

Respostas	Frequência	Porcentagem
Moradia própria	83	65,4%
Moradia alugada	20	15,7%
Moradia cedida	11	8,7%
Abrigo/Programa de acolhimento	0	0,0%
Morava em casa de outras pessoas e não pagava	2	1,5%
Estava em situação de rua	0	0,0%
Outra	11	8,7%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 277** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo situação de moradia. Observa-se que a maior parte dos gestores declarou ter moradia própria, correspondendo a 65,4% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se aqueles que vivem em moradia alugada, representando 15,7% do total.

Também se observa a presença de gestores que residem em moradia cedida ou que indicaram outras formas de moradia, cada uma dessas categorias correspondendo a 8,7% dos entrevistados. Uma parcela menor informou morar na casa de outras pessoas sem pagamento de aluguel, representando 1,5% dos gestores.

Não foram registrados gestores que declararam residir em abrigo ou programa de acolhimento, nem casos de entrevistados em situação de rua. De modo geral, os resultados indicam predominância de gestores com condições de moradia mais estáveis, especialmente entre aqueles que têm residência própria.

Tabela 278: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo número de pessoas que residem no domicílio

Respostas	Frequência	Porcentagem
0	9	7,1%
1-2 pessoas	74	58,3%
3-4 pessoas	29	22,8%
5-6 pessoas	7	5,5%
7 ou mais pessoas	8	6,3%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A Tabela 278 apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o número de pessoas que residem no mesmo domicílio. Observa-se que a maior parte dos gestores vive em domicílios com uma ou duas pessoas além de si próprio, correspondendo a 58,3% dos entrevistados.

Também se observa que 22,8% dos gestores residem em domicílios com três ou quatro pessoas, enquanto 7,1% declararam morar sozinhos. Domicílios com cinco a seis pessoas representam 5,5% dos entrevistados, e aqueles com sete ou mais pessoas correspondem a 6,3%. De modo geral, os resultados indicam predominância de gestores vivendo em domicílios com poucos moradores, especialmente em arranjos domiciliares de até duas pessoas além do entrevistado, embora também se observe a presença de domicílios mais numerosos em uma parcela menor dos participantes.

6.2.7. Benefícios e/ou direitos sociais recebidos

Tabela 279: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo recebimento de benefícios e/ou direitos sociais

Benefício	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Bolsa Família	123	96,9%	4	3,1%
Benefício de Prestação Continuada (BPC Loas)	127	100,0%	0	0,0%
Aposentadoria	116	91,3%	11	8,7%
Pensão por morte	123	96,6%	4	3,1%
Pensão por invalidez	127	100,0%	0	0,0%
Auxílio-doença	126	99,2%	1	0,8%
Seguro-desemprego	127	100,0%	0	0,0%
Não recebe nenhum tipo de auxílio ou benefício	20	15,7%	107	84,3%
Outro	127	100,0%	0	0,0%
NS/NR	126	99,2%	1	0,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 279** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o recebimento atual de benefícios ou direitos sociais. Observa-se que a grande maioria dos gestores declarou não receber benefícios sociais específicos, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC Loas), pensão por invalidez ou seguro-desemprego.

Entre os benefícios analisados, o mais frequentemente mencionado foi aposentadoria, recebida por 8,7% dos entrevistados, enquanto 91,3% declararam não receber esse benefício. Também foram registrados percentuais reduzidos de gestores que recebem Bolsa Família e pensão por morte, ambos correspondendo a 3,1% dos entrevistados cada. O auxílio-doença foi mencionado por apenas 0,8% dos gestores.

De forma geral, destaca-se que 84,3% dos gestores declararam não receber nenhum tipo de auxílio ou benefício, enquanto 15,7% indicaram receber algum benefício entre os listados. Esses resultados sugerem que a maior parte dos gestores conta com fontes de renda independentes de programas ou benefícios sociais.

6.2.8. Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo condição de trabalho ou ocupação

A **Tabela 280** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo condição de trabalho ou ocupação. Observa-se que a categoria mais frequente entre os gestores é a de autônomos, correspondendo a 29,9% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se os empregados com carteira assinada (CLT), que representam 22,0% do total.

Tabela 280: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo condição de trabalho ou ocupação

Respostas	Frequência	Porcentagem
Empregado com carteira assinada (CLT)	28	22,0%
Servidor público efetivo	6	4,7%
Servidor público contratado temporariamente	2	1,6%
Autônomo	38	29,9%
Microempreendedor Individual (MEI)	17	13,4%
Trabalhador Informal (sem registro)	2	1,6%
Desempregado, mas em busca de trabalho	0	0,0%
Desempregado e não está buscando trabalho	1	0,8%
Aposentado	8	6,3%
Estudante (sem atividade profissional)	0	0,0%
Estagiário	0	0,0%
Trabalhador do lar (não remunerado)	0	0,0%
Outro	25	19,7%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se observa a presença de gestores classificados na categoria “outro”, que corresponde a 19,7% dos entrevistados, além daqueles que atuam como microempreendedores individuais (MEI), representando 13,4%. Uma parcela menor declarou ser aposentada, correspondendo a 6,3% dos gestores, enquanto servidores públicos efetivos representam 4,7% dos entrevistados. As demais categorias aparecem com frequências reduzidas, incluindo servidor público contratado temporariamente e trabalhador informal, ambos com 1,6%, além de desempregados que não estão buscando trabalho, que correspondem a 0,8% dos entrevistados. Não foram registrados gestores nas categorias “desempregado em busca de trabalho”, “estudante”, “estagiário” ou “trabalhador do lar”. De modo geral, os resultados indicam predominância de vínculos ocupacionais mais autônomos ou diversificados entre os gestores das entidades de acolhimento, com presença relevante de trabalhadores por conta própria e empreendedores individuais.

6.2.9. Escolaridade

Tabela 281: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo escolaridade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Nunca estudou	0	0,0%
Ensino Fundamental incompleto	3	2,4%
Ensino Fundamental completo	0	0,0%
Ensino Médio incompleto	4	3,1%
Ensino Médio completo	26	20,5%
Ensino Superior incompleto	13	10,2%
Ensino Superior completo	50	39,4%
Pós-graduação incompleta	2	1,6%
Pós-graduação completa	29	22,8%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 281** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo nível de escolaridade. Observa-se que a maior parte dos gestores tem ensino superior completo, correspondendo a 39,4% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se aqueles com pós-graduação completa, que representam 22,8% do total, e aqueles com ensino médio completo, correspondendo a 20,5%.

Também se observa a presença de gestores com ensino superior incompleto, que representam 10,2% dos entrevistados, enquanto proporções menores foram registradas entre aqueles com ensino médio incompleto (3,1%), ensino fundamental incompleto (2,4%) e pós-graduação incompleta (1,6%). Não foram registrados gestores que declararam nunca ter estudado ou ter apenas ensino fundamental completo.

De modo geral, os resultados indicam um nível educacional relativamente elevado entre os gestores das entidades de acolhimento, com predominância de entrevistados que têm ensino superior completo ou pós-graduação.

Tabela 282: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo tipo de formação superior

Formação superior	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Serviço Social	67	82,7%	14	17,3%
Psicologia	72	88,9%	9	11,1%
Medicina	81	100%	0	0,0%
Enfermagem	78	96,3%	3	3,7%
Odontologia	81	100%	0	0,0%
Terapia Ocupacional	81	100%	0	0,0%
Administração	72	88,9%	9	11,1%
Pedagogia	74	91,4%	7	8,6%
Direito	71	87,7%	10	12,3%
Nutrição	81	100%	0	0,0%
Fonoaudiologia	81	100%	0	0,0%
Fisioterapia	81	100%	0	0,0%
Outro	43	53,1%	3	46,9%
Não tenho curso superior	81	100%	0	0,0%
NS/NR	81	100%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 282** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a área de formação superior. Observa-se que as formações mais frequentes entre os gestores são Serviço Social, presente em 17,3% dos casos, seguida por Direito (12,3%), Psicologia (11,1%) e Administração (11,1%). Também se destaca a presença de gestores com formação em Pedagogia, que representam 8,6% dos entrevistados com ensino superior.

Outras formações aparecem com menor frequência, como Enfermagem (3,7%). Não foram registrados gestores com formação em Medicina, Odontologia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Fonoaudiologia ou Fisioterapia.

Além das áreas listadas, observa-se ainda uma parcela relevante de gestores que indicaram ter formação em outras áreas não especificadas nas categorias do questionário. De modo geral, os resultados indicam diversidade de formações acadêmicas entre os gestores das entidades de acolhimento, com maior presença de áreas relacionadas às ciências sociais aplicadas e às ciências humanas, bem como de áreas associadas à gestão e ao campo jurídico.

6.2.10. Níveis de ensino cursados atualmente

A **Tabela 283** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o nível de ensino que estão cursando atualmente. Observa-se que a maioria dos gestores declarou não estar cursando nenhuma modalidade de ensino no momento, correspondendo a 78,0% dos entrevistados.

Tabela 283: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo nível de ensino que estão cursando atualmente

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ensino Fundamental	0	0,0%
Ensino Médio	2	1,6%
Ensino Superior	11	8,7%
Pós-graduação	14	11,0%
Não estou cursando nenhuma modalidade	99	78,0%
NS/NR	1	0,8%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Entre aqueles que informaram estar em processo de formação, destaca-se a pós-graduação, mencionada por 11,0% dos gestores, seguida pelo ensino superior, com 8,7%. Uma parcela menor declarou estar cursando ensino médio, correspondendo a 1,6% dos entrevistados. Além disso, 0,8% dos gestores não souberam ou preferiram não responder à pergunta. Não foram registrados gestores cursando ensino fundamental no momento da entrevista.

De modo geral, os resultados indicam que, embora a maioria dos gestores não esteja atualmente matriculada em algum nível de ensino formal, uma parcela relevante segue investindo na continuidade da formação acadêmica, especialmente em cursos de nível superior e de pós-graduação.

6.2.11. Números de filhos

A **Tabela 284** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o número de filhos. Observa-se que a maior parte dos gestores declarou ter dois filhos, correspondendo a 33,9% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se aqueles que têm um filho, representando 23,6%, e aqueles que declararam não ter filhos, correspondendo a 18,9%.

Tabela 284: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo número de filhos.

Respostas	Frequência	Porcentagem
Não	24	18,9%
1	30	23,6%
2	43	33,9%
3	17	13,3%
4	9	7,1%
5	3	2,4%
6	0	0,0%
7	0	0,0%
Mais de 7	1	0,8%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se observa a presença de gestores com três filhos, que representam 13,3% do total, e com quatro filhos, correspondendo a 7,1%. Proporções menores foram registradas entre aqueles que têm cinco filhos (2,4%) ou mais de sete filhos (0,8%). Não foram registrados gestores com seis ou sete filhos. De modo geral, os resultados indicam predominância de gestores com até dois filhos, embora também se observe diversidade no número de filhos entre os entrevistados.

6.2.12. Religião

Tabela 285: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo religião

Respostas	Frequência	Porcentagem
Católica	45	35,4%
Espírita	2	1,6%
Evangélica	71	55,9%
Umbanda, Candomblé ou outra religiões afro-brasileiras	1	0,8%
Ateu	0	0,0%
Não tem	5	3,9%
Outra	3	2,4%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 285** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo religião. Observa-se que a maior proporção dos gestores declarou seguir a religião evangélica, correspondendo a 55,9% dos entrevistados. Em seguida, destacam-se aqueles que se identificam como católicos, que representam 35,4% do total.

As demais religiões aparecem com menor frequência. Uma pequena parcela declarou não ter religião, correspondendo a 3,9% dos gestores, enquanto 2,4% indicaram pertencer a outras religiões não especificadas. Também foram registrados gestores que se identificaram como espíritas (1,6%) e aqueles que declararam seguir religiões de matriz afro-brasileira, como Umbanda ou Candomblé (0,8%).

Não foram registrados gestores que se declararam ateus ou que optaram por não responder à pergunta. De modo geral, os resultados indicam predominância de gestores vinculados a tradições religiosas, especialmente à religião espírita e à religião católica, entre os participantes da pesquisa.

Tabela 286: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo frequência de participação em locais de prática religiosa

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim, regularmente	96	75,6%
Sim, eventualmente	15	11,8%
Sim, raramente	7	5,5%
Não	9	7,1%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 286** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a frequência de participação em locais de prática religiosa. Observa-se que a maior parte dos gestores declarou frequentar regularmente algum local de prática religiosa, correspondendo a 75,6% dos entrevistados.

Também se observa que 11,8% dos gestores afirmaram frequentar esses locais eventualmente, enquanto 5,5% declararam fazê-lo raramente. Por outro lado, 7,1% dos entrevistados informaram não frequentar locais de prática religiosa.

De modo geral, os resultados indicam elevada participação dos gestores em atividades religiosas, com predominância daqueles que frequentam regularmente espaços de prática religiosa.

6.3. Profissionalização

Esta subseção apresenta resultados relacionados aos processos de profissionalização e capacitação dos gestores e das equipes das entidades de acolhimento. São analisados aspectos referentes às estratégias institucionais voltadas ao aprimoramento das competências profissionais, incluindo a realização de treinamentos internos, participação em cursos e capacitações, bem como parcerias estabelecidas com universidades, órgãos públicos ou outras instituições formativas.

Além disso, são examinadas informações sobre a formação específica dos gestores na área de dependência química, a participação em cursos oferecidos por federações e outras organizações nos últimos anos, bem como os principais temas abordados nessas capacitações e a duração das atividades formativas. A seção também aborda a percepção dos gestores sobre a adequação dos recursos disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades e sobre aspectos relacionados à sua atuação profissional nas entidades de acolhimento.

Essas informações contribuem para compreender o nível de qualificação dos gestores e das equipes envolvidas no funcionamento das entidades, bem como as iniciativas adotadas para fortalecer a formação contínua e a qualidade das práticas desenvolvidas no contexto do acolhimento institucional.

6.3.1. Distribuição dos gestores para promover a profissionalização e a capacitação contínua da equipe de trabalho

Tabela 287: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo estratégias adotadas para promover a profissionalização e capacitação contínua da equipe

Estratégias	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Realiza treinamentos internos regulares (palestras, oficinas, reuniões formativas)	14	11,0%	113	89,0%
Incentiva e/ou financia cursos externos de capacitação ou especialização	26	20,5%	101	79,5%
Estabelece parcerias com universidades, órgãos públicos ou entidades formativas	50	39,4%	77	60,6%
Utiliza protocolos e manuais institucionais para padronizar e qualificar a atuação	59	46,5%	68	53,5%
Não há ações estruturadas de capacitação da equipe	125	98,4%	2	1,6%
Outro	119	93,7%	8	6,3%
NS/NR	127	100,0%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 287** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as estratégias adotadas pelas instituições para promover a profissionalização e a capacitação contínua da equipe de trabalho. Observa-se que a estratégia mais frequentemente mencionada é a realização de treinamentos internos regulares, como palestras, oficinas e reuniões formativas, indicada por 89,0% dos gestores.

Também se destaca o incentivo ou o financiamento de cursos externos de capacitação ou especialização, prática relatada por 79,5% dos entrevistados. Além disso, 60,6% dos gestores informaram que suas entidades estabelecem parcerias com universidades, órgãos públicos ou outras instituições formativas com o objetivo de fortalecer a qualificação das equipes.

Outra estratégia mencionada é a utilização de protocolos e manuais institucionais para padronizar e qualificar a atuação, indicada por 53,5% dos gestores. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados afirmou que a entidade não tem ações estruturadas de capacitação da equipe, correspondendo a 1,6% dos casos.

De modo geral, os resultados indicam que a maior parte das entidades de acolhimento adota algum tipo de estratégia voltada à qualificação e ao aprimoramento contínuo de suas equipes, com destaque para a realização de treinamentos internos e para o incentivo à participação em cursos de capacitação.

6.3.1.1. Distribuição dos gestores para realização de curso de especialização em dependência química

Tabela 288: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo realização de curso de especialização em dependência química

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	91	71,7%
Não	35	27,6%
NS/NR	1	0,7%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 288** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados quanto à realização de curso de especialização em dependência química. Observa-se que a maioria dos gestores declarou ter realizado algum curso nessa área, correspondendo a 71,7% dos entrevistados.

Por outro lado, 27,6% dos gestores informaram não ter realizado curso de especialização nessa área, enquanto uma pequena parcela, correspondente a 0,7%, não soube ou preferiu não responder à pergunta.

De modo geral, os resultados indicam que uma parcela significativa dos gestores tem formação específica relacionada ao tema da dependência química, o que pode contribuir para o fortalecimento das práticas de cuidado e gestão nas entidades de acolhimento.

Tabela 289: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo duração do curso de especialização em dependência química realizado

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 2 horas	0	0,0%
Entre mais de 2 horas e 10 horas	0	0,0%
Entre mais de 10 horas e 50 horas	16	17,6%
Entre mais de 50 horas e 100 horas	19	20,9%
Entre mais de 100 horas e 200 horas	8	8,8%
Mais de 200 horas	44	48,4%

Respostas	Frequência	Porcentagem
NS/NR	4	4,3%
Total	91	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 289** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a duração dos cursos de especialização em dependência química realizados. Observa-se que a maior proporção dos gestores declarou ter participado de cursos com duração superior a 200 horas, correspondendo a 48,4% dos entrevistados que realizaram algum curso nessa área.

Também se destacam os gestores que realizaram cursos com duração entre mais de 50 e 100 horas, representando 20,9%, e aqueles que participaram de cursos com duração entre mais de 10 e 50 horas, correspondendo a 17,6%. Uma parcela menor declarou ter realizado cursos com duração entre mais de 100 e 200 horas, representando 8,8% dos entrevistados.

Além disso, 4,3% dos gestores não souberam ou preferiram não informar a duração do curso realizado. Não foram registrados casos de gestores que tenham realizado cursos com duração de até 10 horas.

De modo geral, os resultados indicam predominância de cursos com carga horária mais extensa entre os gestores que têm formação em dependência química, com destaque para aqueles com duração superior a 200 horas.

6.3.1.2. Distribuição dos gestores segundo participação em cursos ou capacitações

Tabela 290: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo participação em cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos relacionados às entidades nos últimos 24 meses

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	94	74,0%
Não	33	26,0%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 290** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a participação em cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos relacionados às entidades nos últimos 24 meses. Observa-se que a maior parte dos gestores declarou ter participado de algum curso ou atividade de capacitação nesse período, correspondendo a 74,0% dos entrevistados.

Por outro lado, 26,0% dos gestores informaram não ter participado de cursos ou capacitações promovidos por essas instituições nos últimos dois anos. Não foram registrados casos de gestores que não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

De modo geral, os resultados indicam elevada participação dos gestores em iniciativas de capacitação promovidas por federações ou órgãos vinculados às entidades de acolhimento, o que sugere a existência de oportunidades de formação continuada voltadas ao aprimoramento da gestão e das práticas institucionais nesse campo.

6.3.1.3. Distribuição dos gestores segundo participação em cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos relacionados às entidades de acolhimento

A **Tabela 291** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento quanto à participação em cursos ou capacitações, segundo o tipo de instituição ofertante. Para fins analíticos, as respostas foram reorganizadas em três grupos: (1) Federações/Órgãos relacionados às Entidades de Acolhimento, (2) DEPAD e (3) Outros, incluindo-se nesta última categoria as respostas “Outro” e “NS/NR”. Ressalta-se que a questão permitia múltiplas respostas, de modo que um mesmo gestor pode ter participado de cursos ofertados por mais de uma instituição.

No grupo das Federações/Órgãos relacionados às Entidades de Acolhimento, observa-se elevada participação dos gestores, indicando a relevância dessas instituições na oferta de atividades formativas no campo das entidades de acolhimento. O agrupamento dessa categoria foi realizado com base no conjunto de instituições dessa natureza incluídas no instrumento de coleta, não sendo possível identificar a exclusividade das respostas devido à possibilidade de múltiplas marcações.

Os cursos promovidos pelo DEPAD foram realizados por 56 gestores (59,6%), configurando-se como uma das principais fontes de capacitação entre os entrevistados.

Por sua vez, 19 gestores (20,2%) relataram participação em cursos ofertados por outras instituições ou não especificaram a origem da capacitação. De modo geral, os resultados indicam que tanto o DEPAD quanto as federações e órgãos do setor desempenham papel central na qualificação dos gestores, enquanto outras instituições apresentam menor participação relativa.

Tabela 291: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo federação ou órgão que ofertou cursos ou capacitações

Federação/órgão	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Federações/Órgãos relacionados às Entidades de Acolhimento	24	25,5%	70*	74,5%

Federação/órgão	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
DEPAD - Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas	38	40,4%	56	59,6%
Outros (inclui NS/NR)	75	79,8%	19	20,2%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

6.3.1.4. Distribuição dos gestores segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações

Tabela 292: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos

Temas	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Dependência química/saúde mental	10	10,6%	84	89,4%
Redução de danos	39	41,5%	55	58,5%
Direitos Humanos	28	29,8%	66	70,2%
Segurança, manejo de crise e prevenção de violências	51	54,3%	43	45,7%
Primeiros socorros/urgências	49	52,1%	45	47,9%
Mediação de conflitos	39	41,5%	55	58,5%
Gestão de equipe	34	36,2%	60	63,8%
Outro	65	69,1%	29	30,9%
NS/NR	93	98,9%	1	1,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 292** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos. Observa-se que o tema mais frequentemente mencionado foi “*dependência química ou saúde mental*”, indicado por 89,4% dos gestores que participaram dessas atividades formativas. Também se destacam “*Direitos Humanos*”, área mencionada por 70,2% dos gestores, e “*Gestão de equipe*”, apontada por 63,8% dos entrevistados. Os temas “*Redução de danos*” e “*Mediação de conflitos*” foram mencionados por 58,5% dos gestores, enquanto “*Primeiros socorros ou urgências*” aparece em 47,9% das respostas.

Além disso, 45,7% dos gestores indicaram a abordagem de conteúdos relacionados à “*segurança, manejo de crise e prevenção de violências*”. Uma parcela menor mencionou outros temas não especificados nas categorias do questionário, correspondendo a 30,9% dos entrevistados.

De modo geral, os resultados indicam que os cursos e capacitações ofertados por federações ou órgãos relacionados às entidades de acolhimento abordam uma diversidade de temas, com destaque para conteúdos diretamente relacionados à dependência química e à gestão das equipes de trabalho.

6.3.1.5. Distribuição dos gestores segundo duração dos cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos

Tabela 293: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo duração dos cursos ou capacitações ofertadas por federações ou órgãos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 2 horas	1	1,1%
Entre mais de 2 horas e 10 horas	12	12,8%
Entre mais de 10 horas e 50 horas	39	41,5%
Entre mais de 50 horas e 100 horas	12	12,7%
Entre mais de 100 horas e 200 horas	8	8,5%
Mais de 200 horas	15	16,0%
NS/NR	7	7,4%
Total	94	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 293** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a duração dos cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos dos quais os entrevistados participaram. Observa-se que a maior proporção dos gestores declarou ter participado de cursos com duração entre mais de 10 e 50 horas, correspondendo a 41,5% dos entrevistados.

Também se destacam os cursos com duração superior a 200 horas, mencionados por 16,0% dos gestores, além daqueles com duração entre mais de 2 e 10 horas e entre mais de 50 e 100 horas, cada um representando pouco mais de 12% dos entrevistados. Cursos com duração entre mais de 100 e 200 horas foram mencionados por 8,5% dos gestores.

Uma parcela menor declarou ter participado de cursos com duração de até 2 horas, correspondendo a 1,1% dos entrevistados, enquanto 7,4% não souberam ou preferiram não informar a duração da capacitação realizada. De modo geral, os resultados indicam predominância de cursos com carga horária intermediária entre as capacitações ofertadas por federações ou órgãos relacionados às entidades de acolhimento.

Tabela 294: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo participação em cursos ou capacitações ofertados por outras instituições nos últimos 24 meses

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	59	46,5%
Não	68	53,5%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 294** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a participação em cursos ou capacitações ofertados por outras instituições nos últimos 24 meses. Observa-se que 46,5% dos gestores declararam ter participado de algum curso ou atividade de capacitação oferecido por instituições distintas de federações ou órgãos vinculados às entidades.

Por outro lado, 53,5% dos entrevistados informaram não ter participado de cursos ou capacitações ofertados por outras instituições nesse período. Não foram registrados casos de gestores que não souberam ou preferiram não responder à pergunta. De modo geral, os resultados indicam que uma parcela significativa dos gestores também busca oportunidades de formação fora das federações ou órgãos diretamente relacionados às entidades de acolhimento, embora a maioria tenha declarado não ter participado desse tipo de atividade nos últimos dois anos.

6.3.1.6. Distribuição dos gestores segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações ofertados por outras instituições

Tabela 295: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações ofertados por outras instituições

Temas	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Dependência química/saúde mental	14	23,7%	45	76,3%
Redução de danos	31	52,5%	28	47,5%
Direitos Humanos	33	55,9%	26	44,1%
Segurança, manejo de crise e prevenção de violências	39	66,1%	20	33,9%
Primeiros socorros/urgências	34	57,6%	25	42,4%
Mediação de conflitos	33	55,9%	26	44,1%
Gestão de equipe	30	50,8%	29	49,2%
Outro	37	62,7%	22	37,3%
NS/NR	59	100%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 295** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações ofertados por outras instituições. Observa-se que o tema mais frequentemente mencionado foi dependência química ou saúde mental, indicado por 76,3% dos gestores que participaram dessas atividades formativas.

Também se destacam os temas relacionados à gestão de equipe, mencionados por 49,2% dos entrevistados, e redução de danos, apontado por 47,5% dos gestores. Os temas referentes a direitos humanos e mediação de conflitos aparecem em proporções semelhantes, ambos citados por 44,1% dos entrevistados.

Outros conteúdos abordados incluem primeiros socorros ou urgências, mencionados por 42,4% dos gestores, e segurança, manejo de crise e prevenção de violências, indicados por 33,9% dos entrevistados. Além disso, 37,3% dos gestores relataram a abordagem de outros temas não especificados nas categorias do questionário. De modo geral, os resultados indicam que os cursos ofertados por outras instituições também abordam uma variedade de conteúdos relevantes para a atuação nas entidades de acolhimento, com destaque para temas relacionados ao cuidado em dependência química e à gestão das equipes.

6.3.1.7. Distribuição dos gestores segundo duração dos cursos ou capacitações ofertados por outras instituições

Tabela 296: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo duração dos cursos ou capacitações ofertados por outras instituições.

Respostas	Frequência	Porcentagem
Até 2 horas	0	0,0%
Entre mais de 2 horas e 10 horas	11	18,6%
Entre mais de 10 horas e 50 horas	27	45,8%
Entre mais de 50 horas e 100 horas	8	13,6%
Entre mais de 100 horas e 200 horas	2	3,4%
Mais de 200 horas	10	16,9%
NS/NR	1	1,7%
Total	59	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 296** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a duração dos cursos ou capacitações realizados em outras instituições nos últimos 24 meses. Observa-se que a maior proporção dos gestores declarou ter participado de cursos com duração entre mais de 10 e 50 horas, correspondendo a 45,8% dos entrevistados.

Também se destacam os cursos com duração entre mais de 2 e 10 horas, mencionados por 18,6% dos gestores, e aqueles com duração superior a 200 horas, correspondendo a 16,9% dos entrevistados. Cursos com duração entre mais de 50 e 100 horas representam 13,6% dos casos.

Uma parcela menor declarou ter participado de cursos com duração entre mais de 100 e 200 horas, correspondendo a 3,4%, enquanto 1,7% dos gestores não souberam ou preferiram não informar a duração da capacitação realizada. Não foram registrados cursos com duração de até 2 horas.

De modo geral, os resultados indicam predominância de cursos com carga horária intermediária entre as capacitações realizadas em outras instituições, especialmente aqueles com duração entre mais de 10 e 50 horas.

6.3.1.8. Distribuição dos gestores segundo o tipo de instituição que ofertou cursos ou capacitações

A **Tabela 297** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o tipo de instituição que ofertou cursos ou capacitações realizados pelos entrevistados. Observa-se que os órgãos públicos (municipais, estaduais ou federais) foram os mais frequentemente mencionados, sendo indicados por 59,3% dos gestores que participaram dessas atividades formativas.

Tabela 297: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o tipo de instituição que ofertou cursos ou capacitações

Tipo de instituição	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Órgão público (municipal/estadual/federal)	24	40,7%	35	59,3%
Universidades/Institutos	40	67,8%	19	32,2%
Outros Conselhos/associações profissionais	47	79,7%	12	20,3%
ONGs/organismos internacionais	43	72,9%	16	27,1%
Empresas privadas	54	91,5%	5	8,5%
A própria entidade (formação interna)	43	72,9%	16	27,1%
NS/NR	59	100,0%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destacam as universidades ou institutos, mencionados por 32,2% dos entrevistados, bem como organizações não governamentais ou organismos internacionais e formações promovidas pela própria entidade, ambas indicadas por 27,1% dos gestores. Os cursos ofertados por conselhos ou associações profissionais foram mencionados por 20,3% dos entrevistados.

Por outro lado, a participação em cursos ofertados por empresas privadas aparece com menor frequência, sendo indicada por 8,5% dos gestores. De modo geral, os resultados indicam diversidade de instituições envolvidas na oferta de cursos e capacitações voltados aos gestores das entidades de acolhimento, com destaque para a participação de órgãos públicos e instituições acadêmicas.

6.3.2. Distribuição dos gestores segundo avaliação sobre a adequação disponíveis para o desenvolvimento das atividades

A **Tabela 298** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a avaliação sobre a adequação dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das atividades institucionais, considerando aspectos como equipamentos, espaço físico e equipe de apoio. Observa-se que a grande maioria dos gestores considera que a entidade conta com recursos adequados para o desenvolvimento de suas atividades, correspondendo a 89,8% dos entrevistados.

Tabela 298: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo avaliação sobre a adequação dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das atividades

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	114	89,8%
Não	13	10,2%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Por outro lado, 10,2% dos gestores avaliaram que os recursos disponíveis não são adequados para o desenvolvimento das atividades da entidade. Não foram registrados casos de entrevistados que não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

De modo geral, os resultados indicam percepção predominantemente positiva dos gestores em relação às condições estruturais e organizacionais disponíveis para a realização das atividades nas entidades de acolhimento.

6.3.3. Distribuição dos gestores segundo ocupação na entidade

A **Tabela 299** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a ocupação exercida na instituição. Observa-se que a função mais frequente entre os entrevistados é a de diretor, correspondente a 41,7% dos gestores.

Tabela 299: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo ocupação na entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Diretor	53	41,7%
Gerente	13	10,2%
Técnico	1	0,8%
Voluntário	12	9,4%
Fundador	23	18,1%
Outro	24	18,9%
NS/NR	1	0,9%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destacam os gestores que declararam ser fundadores da entidade, representando 18,1% dos entrevistados, e aqueles classificados na categoria “outro”, que correspondem a 18,9%. Além disso, 10,2% dos gestores informaram exercer a função de gerentes, enquanto 9,4% atuam como voluntários.

As demais funções aparecem com frequência bastante reduzida, incluindo a de técnico, correspondente a 0,8% dos entrevistados, e uma pequena parcela que não soube ou preferiu não responder à pergunta, representando 0,9%.

De modo geral, os resultados indicam predominância de gestores que ocupam posições de direção nas entidades de acolhimento, além de uma presença relevante de fundadores e de outros cargos de gestão ou coordenação dentro das instituições.

6.3.4. Distribuição dos gestores segundo tempo de trabalho na atual entidade

A **Tabela 300** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o tempo de trabalho na atual entidade. Observa-se que a grande maioria dos gestores atua na instituição há mais de cinco anos, correspondendo a 78,0% dos entrevistados.

Tabela 300: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo tempo de trabalho na atual entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Menos de 1 ano	5	3,9%
Entre 1 e 2 anos	5	3,9%
Entre 2 e 3 anos	4	3,1%
Entre 3 e 4 anos	7	5,5%
Entre 4 e 5 anos	6	4,7%
Mais de 5 anos	99	78,0%
NS/NR	1	0,9%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

As demais categorias apresentam frequências consideravelmente menores. Gestores com menos de um ano de atuação e aqueles com tempo de trabalho entre um e dois anos representam, cada um, 3,9% dos entrevistados. Já aqueles que atuam entre dois e três anos correspondem a 3,1%, enquanto os que têm entre três e quatro anos de trabalho representam 5,5%.

Além disso, 4,7% dos gestores declararam trabalhar na entidade entre quatro e cinco anos, enquanto 0,9% não souberam ou preferiram não responder à pergunta. De modo geral, os resultados indicam elevada permanência dos gestores nas entidades de acolhimento, com predominância de profissionais com trajetória mais longa na instituição.

6.3.5. Distribuição dos gestores segundo avaliação da adequação da carga de trabalho à função exercida

A **Tabela 301** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a avaliação sobre a adequação da carga de trabalho em relação à função exercida. Observa-se que a maior parte dos gestores considera a carga de trabalho adequada, correspondendo a 48,8% dos entrevistados.

Tabela 301: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo avaliação da adequação da carga de trabalho em relação à função exercida

Respostas	Frequência	Porcentagem
Muito inadequada	5	3,9%
Inadequada	6	4,7%
Adequada	62	48,8%
Boa	24	18,9%
Excelente	30	23,7%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Além disso, uma parcela expressiva avalia a carga de trabalho de forma ainda mais positiva, classificando-a como excelente (23,7%) ou boa (18,9%). Em conjunto, essas categorias indicam que a maioria dos gestores tem percepção favorável em relação à adequação da carga de trabalho no tocante às suas responsabilidades na entidade.

Por outro lado, uma proporção menor dos entrevistados considera a carga de trabalho inadequada ou muito inadequada, correspondendo respectivamente a 4,7% e 3,9% dos gestores. Não foram registrados casos de entrevistados que não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

De modo geral, os resultados sugerem percepção predominantemente positiva dos gestores quanto à adequação da carga de trabalho às funções desempenhadas nas entidades de acolhimento.

6.3.6. Distribuição dos gestores segundo tempo de trabalho com entidades de acolhimento

A Tabela 302 apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o tempo de trabalho nessas entidades. Observa-se que a grande maioria dos gestores tem trajetória mais longa nesse campo de atuação, com 86,7% declarando trabalhar com entidades de acolhimento há mais de cinco anos.

Tabela 302: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo tempo de trabalho com entidades dessa natureza

Respostas	Frequência	Porcentagem
Menos de 1 ano	0	0,0%
Entre 1 e 2 anos	4	3,1%
Entre 2 e 3 anos	3	2,4%
Entre 3 e 4 anos	5	3,9%
Entre 4 e 5 anos	5	3,9%
Mais de 5 anos	110	86,7%

Respostas	Frequência	Porcentagem
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

As demais categorias apresentam proporções significativamente menores. Gestores com tempo de atuação entre três e quatro anos e entre quatro e cinco anos correspondem, cada um, a 3,9% dos entrevistados. Aqueles com experiência entre um e dois anos representam 3,1%, enquanto os que atuam entre dois e três anos correspondem a 2,4%.

Não foram registrados gestores com menos de um ano de atuação nessa área, nem casos de entrevistados que não souberam ou preferiram não responder à pergunta. De modo geral, os resultados indicam elevada experiência acumulada entre os gestores no trabalho com entidades de acolhimento.

6.3.7. Distribuição dos gestores segundo o conhecimento da legislação que regula essas entidades no Brasil

A **Tabela 303** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o nível de conhecimento da legislação que regula essas entidades no Brasil. Observa-se que grande parte dos gestores declarou conhecer a maior parte da legislação, correspondendo a 48,0% dos entrevistados.

Tabela 303: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o conhecimento da legislação que regula essas entidades no Brasil

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim, totalmente	47	37,0%
Sim, maior parte	61	48,0%
Razoavelmente	17	13,4%
Não conheço	0	0,0%
NS/NR	2	1,6%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destaca a parcela de gestores que afirmou conhecer totalmente a legislação, representando 37,0% do total. Além disso, 13,4% dos gestores declararam ter conhecimento razoável sobre a legislação relacionada às entidades de acolhimento.

Não foram registrados gestores que declararam não conhecer a legislação, enquanto 1,6% dos entrevistados não souberam ou preferiram não responder à pergunta. De modo geral, os resultados indicam elevado nível de familiaridade dos gestores com a legislação que regulamenta o funcionamento das entidades de acolhimento no país.

6.3.8. Distribuição dos gestores segundo a principal motivação para trabalhar na entidade

A **Tabela 304** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a principal motivação para trabalhar nesse tipo de instituição. Observa-se que a motivação mais frequentemente mencionada foi a experiência pessoal ou familiar relacionada ao tema, indicada por 44,1% dos entrevistados.

Tabela 304: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal motivação para trabalhar na entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Desenvolvimento profissional/carreira na área	5	3,9%
Oportunidade de emprego disponível à época	2	1,6%
Remuneração/benefícios	0	0,0%
Propósito de ajudar pessoas/impacto social	50	39,4%
Motivação religiosa/espiritual	12	9,4%
Experiência pessoal ou familiar relacionada ao tema	56	44,1%
Proximidade geográfica/facilidade de acesso	0	0,0%
Indicação/convite de alguém (rede de contatos)	1	0,8%
Outra	1	0,8%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Em seguida, destaca-se o propósito de ajudar pessoas ou gerar impacto social, mencionado por 39,4% dos gestores. Também aparecem, em menor proporção, a motivação religiosa ou espiritual, apontada por 9,4% dos entrevistados, e o desenvolvimento profissional ou carreira na área, indicado por 3,9%.

Outras motivações foram mencionadas com menor frequência, como a oportunidade de emprego disponível à época (1,6%), indicação ou convite de alguém da rede de contatos (0,8%) e outras razões não especificadas (0,8%). Não foram registrados gestores que indicaram remuneração ou benefícios, nem proximidade geográfica como principal motivação para atuar na entidade.

De modo geral, os resultados indicam predominância de motivações relacionadas a experiências pessoais e ao propósito de contribuir socialmente, sugerindo forte componente vocacional ou de engajamento pessoal entre os gestores das entidades de acolhimento.

6.4. Gestão, desafios e perspectivas das entidades de acolhimento

Esta subseção apresenta resultados relacionados à gestão das entidades de acolhimento, com atenção para os principais desafios enfrentados no funcionamento dessas

instituições e perspectivas para o seu desenvolvimento no futuro. São analisadas as percepções dos gestores sobre aspectos estruturais, organizacionais e institucionais que influenciam o trabalho realizado nas entidades, incluindo dificuldades operacionais, disponibilidade de recursos e condições necessárias para aprimorar as atividades desenvolvidas.

Também são abordadas questões relacionadas ao custo do acolhimento, às melhorias consideradas prioritárias para qualificar o atendimento oferecido às pessoas acolhidas e às estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento das entidades. Além disso, a seção examina a relação das entidades de acolhimento com outras políticas públicas e serviços da rede de atenção, bem como a avaliação dos gestores sobre o papel dessas instituições no cuidado de pessoas com transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas.

Essas informações permitem compreender, a partir da perspectiva dos gestores, os principais desafios enfrentados pelas entidades de acolhimento, bem como identificar oportunidades e caminhos para o aprimoramento da gestão, da articulação institucional e da qualidade das ações desenvolvidas.

6.4.1. Principal desafio enfrentado atualmente pela entidade

A **Tabela 305** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a avaliação sobre o principal desafio atualmente enfrentado pelas instituições em que atuam. Observa-se que a dificuldade mais frequentemente mencionada foi a existência de dificuldades financeiras ou falta de recursos, indicada por 46,5% dos gestores.

Tabela 305: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o principal desafio enfrentado atualmente pela entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Falta de mão de obra qualificada	6	4,7%
Dificuldades financeiras / falta de recursos	59	46,5%
Falta de uma estrutura física mais adequada	1	0,8%
Falta de apoio da comunidade local	9	7,1%
Falta de apoio governamental / políticas públicas	13	10,2%
Insegurança jurídica (legislação, fiscalização, normativas)	5	3,9%
Alta rotatividade de profissionais	0	0,0%
Dificuldade em manter voluntários engajados	5	3,9%
Outros	29	22,9%
NS/NR	0	0,0
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destaca a categoria “*outros desafios*”, mencionada por 22,9% dos entrevistados, o que sugere a presença de diferentes tipos de dificuldades não contempladas nas alternativas previamente listadas no questionário. Entre os desafios específicos apresentados,

a falta de apoio governamental ou de políticas públicas foi apontada por 10,2% dos gestores, enquanto a falta de apoio da comunidade local foi mencionada por 7,1%.

Outros desafios aparecem com menor frequência, como a falta de mão de obra qualificada (4,7%), a insegurança jurídica relacionada a legislação, fiscalização ou normativas (3,9%) e a dificuldade em manter voluntários engajados (3,9%). A falta de estrutura física adequada foi mencionada por apenas 0,8% dos entrevistados. Não foram registrados gestores que indicaram a alta rotatividade de profissionais como principal desafio. De modo geral, os resultados indicam que as questões financeiras e de disponibilidade de recursos constituem o principal desafio enfrentado pelas entidades de acolhimento, seguidas por dificuldades relacionadas ao apoio institucional e a outros aspectos organizacionais e estruturais.

6.4.2. Custo médio diário por pessoa acolhida na entidade

A **Tabela 306** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o custo médio diário por pessoa acolhida na entidade. Observa-se que a faixa de custo mais frequentemente mencionada foi entre R\$ 41,00 e R\$ 70,00 por dia, indicada por 31,5% dos gestores.

Tabela 306: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o custo médio diário por pessoa acolhida na entidade

Respostas	Frequência	Porcentagem
De R\$ 30,00 a R\$ 40,00	16	12,6%
De R\$ 41,00 a R\$ 70,00	40	31,5%
De R\$ 71,00 a R\$ 100,00	28	22,0%
De R\$ 101,00 a R\$ 150,00	21	16,5%
Acima de R\$ 150,00	12	9,5%
NS/NR	10	7,9%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 306** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo o custo médio diário por pessoa acolhida na entidade. Observa-se que a faixa de custo mais frequentemente mencionada foi entre R\$ 41,00 e R\$ 70,00 por dia, indicada por 31,5% dos gestores.

Também se destacam os custos entre R\$ 71,00 e R\$ 100,00, mencionados por 22,0% dos entrevistados, e entre R\$ 101,00 e R\$ 150,00, correspondentes a 16,5%. Além disso, 12,6% dos gestores indicaram custo médio diário entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00, enquanto 9,5% relataram valores superiores a R\$ 150,00 por pessoa acolhida.

Uma parcela de 7,9% dos gestores não soube ou preferiu não informar o custo médio diário. De modo geral, os resultados indicam que o custo médio diário por pessoa

acolhida nas entidades concentra-se principalmente nas faixas intermediárias, especialmente entre R\$ 41,00 e R\$ 100,00.

Tabela 307: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o valor médio diário considerado necessário por pessoa acolhida para garantir condições ideais de atendimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
De R\$ 40,00 a R\$ 70,00	14	11,0%
De R\$ 71,00 a R\$ 100,00	35	27,6%
De R\$ 101,00 a R\$ 150,00	31	24,4%
De R\$ 151,00 a R\$ 200,00	17	13,4%
Superior a R\$ 200,00	28	22,0%
NS/NR	2	1,6%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 307** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o valor médio diário considerado necessário por pessoa acolhida para que a entidade ofereça condições ideais de qualidade nas ações de acolhimento. Observa-se que a faixa de valor mais frequentemente indicada foi entre R\$ 71,00 e R\$ 100,00 por dia, mencionada por 27,6% dos gestores.

Também se destacam as faixas entre R\$ 101,00 e R\$ 150,00, indicada por 24,4% dos entrevistados, e valores superiores a R\$ 200,00, mencionados por 22,0%. Além disso, 13,4% dos gestores apontaram que o valor ideal estaria entre R\$ 151,00 e R\$ 200,00, enquanto 11,0% indicaram a faixa entre R\$ 40,00 e R\$ 70,00.

Uma pequena parcela de 1,6% dos entrevistados não soube ou preferiu não responder à pergunta. De modo geral, os resultados indicam que, na avaliação dos gestores, os valores necessários para garantir condições ideais de funcionamento das entidades concentram-se principalmente em faixas superiores às atualmente praticadas em muitas instituições, especialmente entre R\$ 71,00 e R\$ 150,00 por pessoa acolhida ao dia.

6.4.3. Principal melhoria a ser implantada em um cenário ideal

A **Tabela 308** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal melhoria que seria implementada nas instituições em um cenário ideal, sem limitações de recursos financeiros. Observa-se que dentre as alternativas listadas, a mais mencionada foi a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação, indicada por 24,4% dos gestores.

Tabela 308: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal melhoria que seria implementada em um cenário ideal, sem limitações de recursos financeiros

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ampliação da oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação	31	24,4%
Maior tempo de permanência em acolhimento	1	0,8%
Projetos com maior envolvimento da família e/ou rede de apoio	11	8,7%
Expansão de espaços de lazer e atividades culturais	17	13,4%
Ampliação de atendimentos multiprofissionais	20	15,7%
Inclusão de outras modalidades terapêuticas (esportivas, artísticas ou complementares)	4	3,1%
Atendimento mais individualizado/personalizado	6	4,7%
Outro	35	27,6%
NS/NR	2	1,6%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destacam as respostas classificadas na categoria “outro”, mencionadas por 27,6% dos entrevistados, sugerindo a existência de diferentes tipos de melhorias não contempladas nas alternativas previamente apresentadas no questionário. Entre as demais opções, destaca-se a ampliação de atendimentos multiprofissionais, apontada por 15,7% dos gestores, e a expansão de espaços de lazer e atividades culturais, mencionada por 13,4%.

Outras melhorias aparecem com menor frequência, como projetos com maior envolvimento da família ou da rede de apoio (8,7%), atendimento mais individualizado ou personalizado (4,7%) e inclusão de outras modalidades terapêuticas, como atividades esportivas, artísticas ou complementares (3,1%). A opção de maior tempo de permanência em acolhimento foi mencionada por apenas 0,8% dos gestores.

De modo geral, os resultados indicam que, na percepção dos gestores, a ampliação de oportunidades de qualificação profissional para as pessoas acolhidas e o fortalecimento das atividades e serviços oferecidos pelas entidades figuram entre as principais melhorias desejadas em um cenário de maior disponibilidade de recursos.

6.4.4. Reação às críticas sobre as entidades em jornais ou redes sociais

A Tabela 309 apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a forma como costumam reagir quando surgem críticas às entidades em jornais ou em redes sociais. Observa-se que a reação mais frequentemente mencionada foi a adoção de medidas internas para aprimorar o trabalho da entidade, indicada por 33,9% dos gestores.

Tabela 309: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo reação às críticas sobre as entidades em jornais ou em redes sociais

Respostas	Frequência	Porcentagem
Procuo adotar medidas internas para aprimorar o trabalho da entidade	43	33,9%
Recebo as críticas de forma natural, sem alteração significativa na rotina de gestão	14	11,0%
Considero que parte do público pode ter compreensão limitada sobre o funcionamento das entidades	20	15,7%
Avalio que algumas críticas resultam de informações incompletas ou imprecisas	31	24,4%
Sinto impacto negativo no âmbito pessoal ou emocional	14	11,1%
Outro	5	3,9%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destaca a avaliação de que algumas críticas resultam de informações incompletas ou imprecisas, o que mencionado por 24,4% dos entrevistados. Além disso, 15,7% dos gestores consideram que parte do público pode ter compreensão limitada sobre o funcionamento das entidades.

Outras reações aparecem com menor frequência, como receber as críticas de forma natural, sem alteração significativa na rotina de gestão, apontada por 11,0% dos gestores, e sentir impacto negativo no âmbito pessoal ou emocional, indicado por 11,1% dos entrevistados. A categoria “Outro” foi mencionada por 3,9% dos gestores.

De modo geral, os resultados indicam que os gestores tendem a reagir às críticas principalmente por meio de reflexões internas ou pela percepção de que parte das críticas pode estar associada à falta de informação sobre o funcionamento das entidades de acolhimento.

6.4.5. Principal medida para aprimorar a imagem das entidades junto à sociedade

A **Tabela 310** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal medida que, na avaliação dos entrevistados, poderia contribuir para aprimorar a imagem dessas instituições junto à sociedade. Observa-se que a alternativa mais frequentemente mencionada foi a maior divulgação de resultados positivos e de experiências bem-sucedidas, indicada por 34,6% dos gestores.

Tabela 310: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal medida para aprimorar a imagem das entidades junto à sociedade

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ampliação do apoio e do reconhecimento governamental	22	17,3%
Maior divulgação de resultados positivos e de experiências bem-sucedidas	44	34,6%

Respostas	Frequência	Porcentagem
Intensificação do engajamento com a comunidade e a sociedade em geral	17	13,4%
Reforço da fiscalização e das medidas aplicadas a entidades que não atuam conforme a legislação	43	33,9%
Outra medida	1	0,8%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destaca o reforço da fiscalização e das medidas aplicadas a entidades que não atuam conforme a legislação, mencionado por 33,9% dos entrevistados. Além disso, 17,3% dos gestores apontaram a ampliação do apoio e do reconhecimento governamental como medida relevante para melhorar a imagem das entidades.

Outra medida citada foi a intensificação do engajamento com a comunidade e a sociedade em geral, indicada por 13,4% dos gestores. A opção “outra medida” foi mencionada por 0,8% dos entrevistados.

De modo geral, os resultados indicam que, na percepção dos gestores, a melhoria da imagem das entidades de acolhimento está associada tanto à maior transparência e divulgação das ações realizadas quanto ao fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e reconhecimento institucional dessas organizações.

6.4.6. Possibilidade de estabelecer padrões comuns para elaboração dos projetos terapêuticos

A Tabela 311 apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a avaliação sobre a possibilidade de estabelecer padrões comuns para a elaboração dos projetos terapêuticos, considerando as particularidades de cada instituição. Observa-se que a maioria dos gestores considera que seria possível estabelecer padrões comuns para esse processo, correspondendo a 63,0% dos entrevistados.

Tabela 311: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a possibilidade de estabelecer padrões comuns para elaboração dos projetos terapêuticos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	80	63,0%
Não	46	36,2%
NS/NR	1	0,8%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Por outro lado, 36,2% dos gestores avaliaram que não seria possível estabelecer esse tipo de padronização, possivelmente em razão das especificidades de funcionamento e

das características próprias de cada entidade. Uma pequena parcela dos entrevistados, correspondente a 0,8%, não soube ou preferiu não responder à pergunta.

De modo geral, os resultados indicam predominância da percepção de que é possível estabelecer diretrizes ou padrões comuns para os projetos terapêuticos, ainda que exista uma parcela relevante de gestores que ressalta a importância das particularidades institucionais no desenvolvimento dessas estratégias de cuidado.

Tabela 312: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os elementos considerados indispensáveis em projetos terapêuticos padronizados

Elementos	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Avaliação integrada por equipe multiprofissional	44	55,0%	36	45,0%
Definição do projeto de acolhimento em conjunto com a pessoa acolhida	59	73,8%	21	26,2%
Inclusão de dimensão espiritual no processo terapêutico	56	70,0%	24	30,0%
Programa estruturado em 12 passos	68	85,0%	12	15,0%
Plano individual com cronograma de metas e ações (PIA/PAS) em até 20 dias do acolhimento	69	86,2%	11	13,8%
Participação ativa da família e/ou rede de apoio	58	72,5%	22	27,5%
Projetos voltados à reinserção social do acolhido (educação, trabalho, moradia)	42	52,5%	38	47,5%
Atividades terapêuticas de recreação e lazer	70	87,5%	10	12,5%
Atividades esportivas, artísticas e culturais	73	91,2%	7	8,8%
Acompanhamento após a alta (egresso)	60	75,0%	20	25,0%
Outro	52	65,0%	28	35,0%
NS/NR	80	100,0%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 312** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os elementos considerados indispensáveis em projetos terapêuticos com padrões comuns para todas as entidades. Observa-se que os itens mais frequentemente mencionados foram projetos voltados à reinserção social do acolhido, indicados por 47,5% dos gestores, e à avaliação integrada por equipe multiprofissional, apontada por 45,0% dos entrevistados.

Também se destacam a inclusão da dimensão espiritual no processo terapêutico, mencionada por 30,0% dos gestores, e a participação ativa da família ou da rede de apoio, indicada por 27,5%. Além disso, 26,2% dos entrevistados apontaram como elemento importante a definição do projeto de acolhimento em conjunto com a pessoa acolhida.

Outros componentes aparecem com menor frequência, como o acompanhamento após a alta (25,0%), a adoção de programa estruturado em 12 passos (15,0%) e a elaboração de plano individual com cronograma de metas e ações, como o PIA ou PAS, em até

20 dias do acolhimento (13,8%). Também foram mencionadas atividades terapêuticas de recreação e lazer (12,5%) e atividades esportivas, artísticas e culturais (8,8%).

De modo geral, os resultados indicam que, na percepção dos gestores, os elementos mais importantes para projetos terapêuticos padronizados estão relacionados ao acompanhamento multiprofissional, ao processo de reinserção social das pessoas acolhidas e à articulação com suas redes de apoio.

6.4.7. Perspectiva para essas entidades nos próximos 15 anos

A **Tabela 313** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a avaliação sobre a perspectiva para essas instituições nos próximos 15 anos. Observa-se que a maioria dos gestores tem uma visão positiva em relação ao futuro dessas entidades, com 61,4% indicando que elas crescerão e se estruturarão, ampliando sua relevância no cuidado.

Tabela 313: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a perspectiva para essas entidades nos próximos 15 anos

Respostas	Frequência	Porcentagem
Crescerão e se estruturarão, ampliando sua relevância no cuidado	78	61,4%
Crescerão, mas sem mudanças estruturais significativas	7	5,5%
Permanecerão, sem mudanças relevantes	2	1,6%
Sofrerão redução devido a dificuldades sociais, políticas e financeiras existentes	34	26,8%
Outro	4	3,1%
NS/NR	2	1,6%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Por outro lado, 26,8% dos entrevistados consideram que as entidades poderão sofrer redução devido a dificuldades sociais, políticas e financeiras existentes. Uma parcela menor dos gestores acredita que as entidades crescerão, mas sem mudanças estruturais significativas, correspondendo a 5,5% dos entrevistados.

Outras perspectivas aparecem com menor frequência, como a avaliação de que as entidades permanecerão sem mudanças relevantes, mencionada por 1,6% dos gestores, e respostas classificadas na categoria “outro”, indicadas por 3,1% dos entrevistados. Além disso, 1,6% não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

De modo geral, os resultados indicam predominância de expectativas positivas em relação ao futuro das entidades de acolhimento, embora também exista uma parcela relevante de gestores que expressa preocupação com possíveis dificuldades estruturais e institucionais no longo prazo.

6.4.8. Realização de encaminhamento de acolhidos para serviços de saúde ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

A **Tabela 314** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a realização de encaminhamento de acolhidos para serviços de saúde ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Observa-se que praticamente a totalidade dos gestores informou que a entidade já realizou esse tipo de encaminhamento, correspondendo a 98,4% dos entrevistados.

Tabela 314: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo realização de encaminhamento de acolhidos para serviços de saúde ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	125	98,4%
Não	2	1,6%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

De outro lado, apenas 1,6% dos gestores declararam que a entidade em que atuam não realizou encaminhamentos para serviços de saúde ou da RAPS. Não foram registrados casos de entrevistados que não souberam ou preferiram não responder à pergunta. De modo geral, os resultados indicam forte articulação entre as entidades de acolhimento e os serviços da rede de saúde e atenção psicossocial, evidenciando que o encaminhamento de acolhidos para esses serviços é uma prática amplamente realizada pelas instituições.

Tabela 315: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os serviços para os quais os acolhidos foram encaminhados

Serviços	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)	17	13,6%	100	86,4%
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	11	8,8%	114	91,2%
Consultórios na Rua	100	80,0%	25	20,0%
Leitos de saúde mental em hospitais gerais	84	67,2%	41	32,8%
Hospitais psiquiátricos	92	73,6%	33	26,4%
UPA (Unidade de Pronto Atendimento)	28	22,4%	97	77,6%
Outro	115	92,0%	10	8,0%
NS/NR	124	99,2%	1	0,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 315** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os serviços para os quais os acolhidos foram encaminhados. Observa-se que os serviços mais frequentemente mencionados foram as Unidades Básicas de Saúde (UBS),

indicadas por 91,2% dos gestores, seguidas pelos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), mencionados por 86,4% dos entrevistados.

Também se destaca o encaminhamento para Unidades de Pronto Atendimento (UPA), relatado por 77,6% dos gestores. Outros serviços aparecem com menor frequência, como leitos de saúde mental em hospitais gerais, mencionados por 32,8% dos entrevistados, e hospitais psiquiátricos, indicados por 26,4%.

Além disso, 20,0% dos gestores relataram encaminhamentos para equipes de Consultórios na Rua, enquanto 8,0% mencionaram encaminhamentos para outros tipos de serviços não especificados nas categorias do questionário.

De modo geral, os resultados indicam que as entidades de acolhimento mantêm articulação frequente com diferentes pontos da rede de saúde e da Rede de Atenção Psicossocial, especialmente com a atenção básica e com serviços especializados voltados ao cuidado de pessoas com transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas.

Tabela 316: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo encaminhamento de acolhidos para unidades da rede SUAS

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	118	92,9%
Não	9	7,1%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 316** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados segundo a realização de encaminhamento de acolhidos para unidades da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Observa-se que a grande maioria dos gestores informou que a entidade já realizou esse tipo de encaminhamento, correspondendo a 92,9% dos entrevistados.

Por outro lado, 7,1% dos gestores declararam que a entidade em que atuam não realizou encaminhamentos para unidades da rede SUAS. Não foram registrados casos de entrevistados que não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

De modo geral, os resultados indicam que as entidades de acolhimento mantêm articulação frequente também com os serviços da assistência social, evidenciando a integração dessas instituições com diferentes componentes das políticas públicas de proteção social.

Tabela 317: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as unidades da rede SUAS para as quais os acolhidos foram encaminhados

Unidade	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	3	2,5%	115	97,5%
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	18	15,3%	100	84,7%
Centro POP (Centro de Especializado para População em Situação de Rua)	72	61,0%	46	39,0%
Centro-Dia	99	83,9%	19	16,1%
Unidades de Acolhimento (ex: Casa de Passagem)	85	72,0%	33	28,0%
Outro	112	94,9%	6	5,1%
NS/NR	118	100,0%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 317** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as unidades da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para as quais os acolhidos foram encaminhados. Observa-se que o encaminhamento mais frequente ocorre para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), mencionado por 97,5% dos gestores.

Também se destaca o encaminhamento para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), indicado por 84,7% dos entrevistados. Em menor proporção, aparecem encaminhamentos para Centros POP, voltados ao atendimento de pessoas em situação de rua, mencionados por 39,0% dos gestores.

Outros serviços da rede SUAS também foram citados, como unidades de acolhimento, incluindo Casa de Passagem, indicada por 28,0% dos entrevistados, e Centro-Dia, mencionado por 16,1%. Além disso, 5,1% dos gestores relataram encaminhamentos para outros tipos de serviços da rede de assistência social.

De modo geral, os resultados indicam forte articulação das entidades de acolhimento com diferentes equipamentos da rede SUAS, especialmente com os serviços de referência da proteção social básica e especial, como os CRAS e CREAS.

6.4.9. Avaliação do nível de interação com os serviços do SUS no âmbito da RAPS

A **Tabela 318** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a avaliação do nível de integração dessas instituições com os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Observa-se que a maioria dos gestores considera que existe integração entre as entidades e os serviços da rede, embora avalie que essa articulação ainda pode ser aprimorada, posição indicada por 52,0% dos entrevistados.

Tabela 318: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo avaliação do nível de integração com os serviços do SUS no âmbito da RAPS

Respostas	Frequência	Porcentagem
Existe boa integração	57	44,9%
Existe integração, mas pode ser aprimorada	66	52,0%
Não há integração	4	3,1%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Além disso, 44,9% dos gestores avaliam que já existe uma boa integração entre as entidades de acolhimento e os serviços do SUS. Por outro lado, apenas 3,1% dos entrevistados consideram que não há integração entre essas instituições.

De modo geral, os resultados indicam que os gestores percebem a existência de articulação entre as entidades de acolhimento e os serviços da RAPS, embora uma parcela expressiva avalie que ainda há espaço para fortalecer e aprimorar essa integração no âmbito das políticas públicas de saúde mental e atenção psicossocial.

6.4.10. Aspectos que poderiam aprimorar a integração com a Rede de atenção Psicossocial (RAPS)

A **Tabela 319** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os aspectos que, na avaliação dos entrevistados, poderiam contribuir para aprimorar a integração entre as entidades e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Observa-se que a alternativa mais frequentemente mencionada foi a realização de ações conjuntas de capacitação contínua para as equipes de saúde e das entidades, indicada por 30,7% dos gestores.

Tabela 319: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo aspectos que poderiam aprimorar a integração com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ampliação e aperfeiçoamento do compartilhamento de informações clínicas e sociais entre equipes de saúde e equipes das entidades	19	15,0%
Ações conjuntas de capacitação contínua para equipes de saúde e equipes das entidades	39	30,7%
Definição de protocolos unificados de cuidado e acompanhamento multiprofissional	14	11,0%
Maior oferta de serviços especializados pelo SUS em apoio às entidades (ex: psiquiatria, assistência social, CAPS AD)	37	29,1%
Aperfeiçoamento dos fluxos de encaminhamento entre RAPS e entidades	18	14,2%
NS/NR	0	0,0%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Também se destaca a maior oferta de serviços especializados pelo Sistema Único de Saúde em apoio às entidades, como psiquiatria, assistência social e CAPS AD, mencionada por 29,1% dos entrevistados. Além disso, 15,0% dos gestores apontaram como aspecto relevante a ampliação e o aperfeiçoamento do compartilhamento de informações clínicas e sociais entre as equipes.

Outros aspectos aparecem com menor frequência, como o aperfeiçoamento dos fluxos de encaminhamento entre a RAPS e as entidades, indicado por 14,2% dos gestores, e a definição de protocolos unificados de cuidado e acompanhamento multiprofissional, mencionada por 11,0% dos entrevistados.

De modo geral, os resultados indicam que, na percepção dos gestores, o fortalecimento da integração entre as entidades de acolhimento e a RAPS depende principalmente do aprimoramento da formação conjunta das equipes e da ampliação do suporte especializado oferecido pelos serviços da rede pública de saúde.

6.4.11. Proporção de acolhidos que já receberam acompanhamento pelo SUS por transtornos relacionados ao uso de substâncias

Tabela 320: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a proporção de acolhidos que já receberam acompanhamento pelo SUS por transtornos relacionados ao uso de substâncias

Respostas	Frequência	Porcentagem
Quase todas (mais de 80%)	82	64,6%
A maioria (entre 51% e 80%)	18	14,2%
Cerca da metade (aproximadamente 50%)	8	6,3%
Uma minoria (entre 20% e 49%)	13	10,1%
Quase nenhuma (menos de 20%)	3	2,4%
NS/NR	3	2,4%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 320** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a proporção aproximada de pessoas atendidas nas instituições que já receberam acompanhamento pelo Sistema Único de Saúde em razão de transtornos relacionados ao uso de substâncias. Observa-se que a maioria dos gestores indicou que quase todas as pessoas acolhidas já passaram por algum tipo de acompanhamento no SUS, categoria mencionada por 64,6% dos entrevistados.

Também se destacam os gestores que afirmaram que a maioria dos acolhidos, entre 51% e 80%, já recebeu acompanhamento pelo sistema público de saúde, correspondendo a 14,2% dos entrevistados. Além disso, 6,3% indicaram que aproximadamente metade das pessoas acolhidas teve esse tipo de acompanhamento.

Em menor proporção, 10,1% dos gestores relataram que apenas uma minoria dos acolhidos, entre 20% e 49%, recebeu acompanhamento pelo SUS, enquanto 2,4% indicaram que quase nenhuma pessoa atendida havia sido acompanhada previamente pelo sistema de saúde. Também foram registrados 2,4% de respostas classificadas como “não sabe” ou “não respondeu”.

De modo geral, os resultados indicam que grande parte das pessoas acolhidas nas entidades já teve algum tipo de contato prévio com os serviços do SUS relacionados ao tratamento ou acompanhamento de transtornos associados ao uso de substâncias.

6.4.12. Fatores associados à baixa taxa de alta terapêutica nas entidades

A **Tabela 321** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os fatores que, na avaliação dos entrevistados, podem estar associados à baixa taxa de alta terapêutica nas entidades, considerando que muitas pessoas acolhidas não concluem as etapas previstas no Plano Individual de Atendimento ou no Plano de Atendimento Singular.

Tabela 321: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo fatores associados à baixa taxa de alta terapêutica nas entidades

Fatores	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Dificuldades na manutenção da abstinência (dependência fisiológica e psicológica) do acolhido	60	47,2%	67	52,8%
Ausência de atividades significativas ou de metas de vida durante o acolhimento	110	86,6%	17	13,4%
Baixa motivação ou falta de engajamento pessoal com o processo terapêutico	78	61,4%	49	38,6%
Insuficiência no suporte familiar e comunitário após a entrada	74	58,3%	53	41,7%
Carência de acompanhamento multiprofissional contínuo (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais)	118	92,9%	9	7,1%
Limitações no acesso à rede de saúde pública e serviços da RAPS	112	96,1%	5	3,9%
Outro	96	75,6%	31	24,4%
NS/NR	127	100%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Observa-se que o fator mais frequentemente mencionado foi a dificuldade na manutenção da abstinência, relacionada à dependência fisiológica e psicológica das pessoas acolhidas, indicada por 52,8% dos gestores. Também se destaca o insuficiente suporte familiar e comunitário após o início do acolhimento, apontado por 41,7% dos entrevistados.

Além disso, 38,6% dos gestores mencionaram a baixa motivação ou o baixo engajamento pessoal com o processo terapêutico como possível fator relacionado à não

conclusão das etapas previstas nos planos de atendimento. Outros fatores aparecem com menor frequência, como a ausência de atividades significativas ou de metas de vida durante o acolhimento, indicada por 13,4% dos entrevistados.

Também foram mencionadas limitações estruturais relacionadas ao cuidado, como a carência de acompanhamento multiprofissional contínuo, apontada por 7,1% dos gestores, e limitações no acesso à rede de saúde pública e aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial, mencionadas por 3,9%. Além disso, 24,4% dos gestores indicaram outros fatores não especificados nas categorias apresentadas.

De modo geral, os resultados indicam que os gestores atribuem a baixa taxa de alta terapêutica principalmente a fatores relacionados às condições individuais das pessoas acolhidas e ao suporte social disponível, mais do que a limitações estruturais das próprias entidades ou da rede de serviços.

6.4.13. Estratégias para ampliar a conclusão das etapas PIA ou PAS

A **Tabela 322** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as estratégias que, na avaliação dos entrevistados, poderiam contribuir para ampliar a taxa de conclusão das etapas previstas no Plano Individual de Atendimento ou no Plano de Atendimento Singular.

Tabela 322: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo estratégias para ampliar a conclusão das etapas do PIA ou PAS

Estratégia	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Intensificação do envolvimento familiar e fortalecimento dos vínculos sociais	61	48,0%	66	52,0%
Diversificação das atividades ocupacionais, educativas e terapêuticas durante o acolhimento	68	53,5%	59	46,5%
Reforço do acompanhamento multiprofissional, com presença regular de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais	76	59,8%	51	40,2%
Ampliação das iniciativas de reinserção social, incluindo acesso a trabalho, educação e moradia	64	50,4%	63	49,6%
Estruturação de programas de acompanhamento pós-alta (egresso), com monitoramento contínuo	78	61,4%	49	38,6%
Outro	113	89,0%	14	11,0%
NS/NR	126	99,2%	1	0,8%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Observa-se que a estratégia mais frequentemente mencionada foi a intensificação do envolvimento familiar e o fortalecimento dos vínculos sociais, indicada por 52,0% dos gestores. Também se destaca a ampliação das iniciativas de reinserção social, incluindo acesso a trabalho, educação e moradia, apontada por 49,6% dos entrevistados.

Outras estratégias mencionadas com frequência semelhante foram a diversificação das atividades ocupacionais, educativas e terapêuticas durante o acolhimento, indicada por 46,5% dos gestores, e o reforço do acompanhamento multiprofissional, com presença regular de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, apontado por 40,2%.

Além disso, 38,6% dos gestores destacaram a importância da estruturação de programas de acompanhamento após a alta, com monitoramento contínuo das pessoas egressas. A categoria “outro” foi mencionada por 11,0% dos entrevistados, enquanto 0,8% não souberam ou preferiram não responder.

De modo geral, os resultados indicam que os gestores atribuem especial importância a estratégias que reforcem os vínculos sociais, ampliem as oportunidades de reinserção social e fortaleçam o acompanhamento técnico ao longo do processo terapêutico e após a saída da entidade.

6.4.14. Fontes de financiamento das entidades

Tabela 323: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as principais fontes de financiamento das entidades

Fonte de financiamento	Não		Sim	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
União	16	12,6%	111	87,4%
Estados / Distrito Federal	71	55,9%	56	44,1%
Municípios	78	61,4%	49	38,6%
Recursos particulares	93	73,2%	34	26,8%
Recursos próprios	98	77,2%	29	22,8%
Doações da sociedade civil / igrejas	56	44,1%	71	55,9%
Iniciativa privada / empresas	91	71,7%	36	28,3%
Outro	118	92,9%	9	7,1%
NS/NR	127	100%	0	0,0%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 323** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as principais fontes de financiamento atualmente utilizadas pelas instituições. Observa-se que o financiamento proveniente da União foi mencionado pela maioria dos gestores, sendo indicado por 87,4% dos entrevistados.

Também se destaca a relevância das doações da sociedade civil ou de igrejas, apontadas por 55,9% dos gestores. Além disso, 44,1% dos entrevistados indicaram que as entidades recebem recursos dos estados ou do Distrito Federal, enquanto 38,6% mencionaram financiamento proveniente dos municípios.

Outras fontes de financiamento aparecem com menor frequência, como iniciativas privadas ou empresas, mencionadas por 28,3% dos gestores; recursos particulares,

indicados por 26,8%; e recursos próprios das entidades, apontados por 22,8% dos entrevistados. A categoria “outro” foi mencionada por 7,1% dos gestores.

De modo geral, os resultados indicam que o financiamento das entidades de acolhimento tende a envolver múltiplas fontes de recursos, combinando repasses governamentais, doações da sociedade civil e, em menor proporção, contribuições privadas ou recursos próprios das instituições.

6.4.15. Nível de concordância com a afirmação sobre adaptação da gestão às novas tecnologias

A **Tabela 324** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o nível de concordância com a afirmação de que a gestão da entidade está adaptada às novas tecnologias. Observa-se que a maioria dos gestores expressa avaliação positiva sobre esse aspecto.

Tabela 324: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o nível de concordância com a afirmação sobre adaptação da gestão às novas tecnologias

Respostas	Frequência	Porcentagem
Concordo totalmente	68	53,5%
Concordo parcialmente	47	37,0%
Nem concordo nem discordo	6	4,7%
Discordo parcialmente	3	2,4%
Discordo totalmente	2	1,6%
NS/NR	1	0,8%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Mais da metade dos entrevistados declarou concordar totalmente com a afirmação, correspondendo a 53,5% dos gestores. Além disso, 37,0% indicaram concordar parcialmente, o que reforça a percepção de que a gestão das entidades tem incorporado, ao menos em alguma medida, o uso de novas tecnologias.

Por outro lado, uma parcela menor dos gestores apresentou posições neutras ou discordantes. A opção “nem concordo nem discordo” foi mencionada por 4,7% dos entrevistados, enquanto 2,4% declararam discordar parcialmente e 1,6% discordaram totalmente da afirmação. Também foi registrado 0,8% de respostas classificadas como “não sabe” ou “não respondeu”.

De modo geral, os resultados indicam percepção predominantemente favorável dos gestores em relação à adaptação das entidades de acolhimento às novas tecnologias, embora exista uma pequena parcela que aponta limitações ou ausência dessa adaptação em suas instituições.

Tabela 325: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a forma como as tecnologias de informação e comunicação podem contribuir para o processo terapêutico

Respostas	Frequência	Porcentagem
Aprimoram processos de ensino e aprendizagem	42	33,1%
Ampliam o relacionamento com a família e amigos	23	18,1%
Permitem desenvolver novas habilidades para o mercado de trabalho	34	26,8%
Reduzem os custos dos projetos terapêuticos	0	0,0%
Aumentam a eficiência na gestão e no monitoramento do acolhimento	21	16,5%
Não contribuem para o processo terapêutico	4	3,1%
NS/NR	3	2,4%
Total	127	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

A **Tabela 325** apresenta a distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a forma como, na opinião dos entrevistados, as tecnologias de informação e comunicação podem contribuir para o processo terapêutico das pessoas acolhidas. Observa-se que a contribuição mais frequentemente mencionada foi o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem, indicado por 33,1% dos gestores.

Também se destaca a possibilidade de desenvolvimento de novas habilidades para o mercado de trabalho, apontada por 26,8% dos entrevistados. Além disso, 18,1% dos gestores indicaram que as tecnologias podem ampliar o relacionamento das pessoas acolhidas com familiares e amigos.

Outra contribuição mencionada foi o aumento da eficiência na gestão e no monitoramento do acolhimento, indicado por 16,5% dos gestores. Por outro lado, 3,1% dos entrevistados avaliaram que as tecnologias não contribuem para o processo terapêutico, enquanto 2,4% não souberam ou preferiram não responder à pergunta. Não houve registros de gestores que associaram o uso dessas tecnologias à redução dos custos dos projetos terapêuticos.

De modo geral, os resultados indicam que os gestores reconhecem diferentes possibilidades de uso das tecnologias de informação e comunicação no contexto do acolhimento, especialmente em aspectos relacionados à formação, ao desenvolvimento de habilidades e à manutenção de vínculos sociais.

6.5. Indicadores

Esta subseção apresenta indicadores construídos com base nas informações fornecidas pelos gestores das entidades de acolhimento, com foco na avaliação de aspectos institucionais, de gestão e de articulação com as políticas públicas. Os indicadores foram elaborados a partir de critérios combinados entre diferentes perguntas do questionário, permitindo identificar padrões de qualificação, experiência e práticas de encaminhamento.

São analisadas dimensões como a formação e capacitação dos gestores, o nível de conhecimento sobre a legislação vigente, a experiência profissional na área e a estabilidade na função. Além disso, são considerados indicadores relacionados à atuação da entidade na articulação com a rede de serviços, especialmente no que se refere aos encaminhamentos para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A construção desses indicadores possibilita avaliar a capacidade institucional das entidades, o alinhamento com diretrizes normativas e o grau de integração com a rede intersetorial, oferecendo subsídios para o aprimoramento da gestão e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao acolhimento.

6.5.1. Indicador 1 – Profissionalização e capacitação do gestor

O indicador é definido por:

Indicador de profissionalização e capacitação do gestor =

$$\left(\frac{\text{Número de gestores que atendem a todos os critérios}}{\text{Número total de gestores entrevistados}} \right) \times 100$$

Considera-se que o gestor atende todos os critérios quando:

- ▶ possui ensino superior completo ou mais;
- ▶ realizou curso de especialização em dependência química;
- ▶ participou de cursos de capacitação nos últimos 24 meses;
- ▶ declara conhecer totalmente a legislação sobre entidades de acolhimento.

O Indicador de profissionalização e capacitação do gestor permite avaliar o nível de qualificação e preparo técnico dos gestores das entidades de acolhimento, considerando aspectos como escolaridade, formação específica na área, participação em capacitações recentes e conhecimento da legislação pertinente.

Tabela 326: Indicador de profissionalização e capacitação do gestor

Total de gestores	Número de gestores que atendem a todos os critérios	Indicador de profissionalização e capacitação do gestor
127	14	11,0%

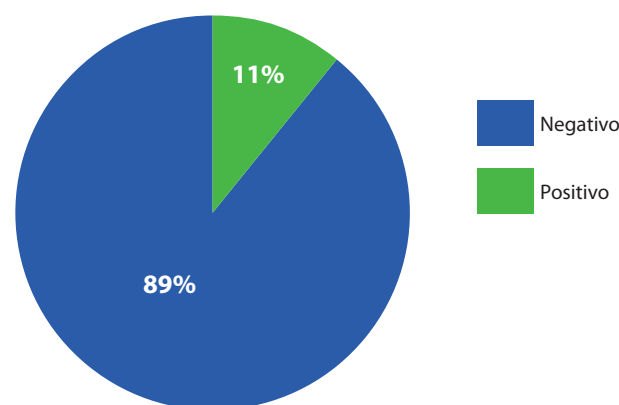
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 326**, observa-se que, do total de 127 gestores entrevistados, apenas 14 atendem a todos os critérios estabelecidos para o indicador, correspondendo a uma taxa de 11,0%. Esse resultado evidencia que uma parcela bastante reduzida dos gestores reúne simultaneamente os requisitos considerados essenciais para

uma atuação plenamente qualificada, indicando possíveis lacunas na formação e na capacitação continuada desses profissionais. Tal cenário pode impactar a qualidade da gestão das entidades, especialmente no que se refere à adequação às normativas e à condução das práticas institucionais, reforçando a necessidade de investimentos em qualificação técnica e formação permanente dos gestores.

Figura 59: Distribuição do indicador de profissionalização e capacitação dos gestores.

Indicador 1: Profissionalização e Capacitação do Gestor



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

6.5.2. Indicador 2 – Encaminhamentos à rede SUS/RAPS e SUAS

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de encaminhamentos à rede SUS/RAPS e SUAS} = \frac{(\text{Número de gestores que confirmaram encaminhamentos à RAPS e ao SUAS})}{\text{Número total de gestores entrevistados}} \times 100$$

O Indicador de encaminhamentos à rede SUS/RAPS e SUAS permite avaliar o grau de articulação das entidades de acolhimento com as redes públicas de saúde e assistência social, evidenciando a integração entre os serviços e a capacidade de encaminhamento dos acolhidos para outros pontos da rede de atenção.

Tabela 327: Indicador de encaminhamentos à rede SUS/RAPS e SUAS dos gestores

Total de gestores	Total de gestores que confirmaram encaminhamentos à rede RAPS e SUAS	Indicador de encaminhamentos à rede SUS/RAPS e SUAS
127	117	92,1%

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

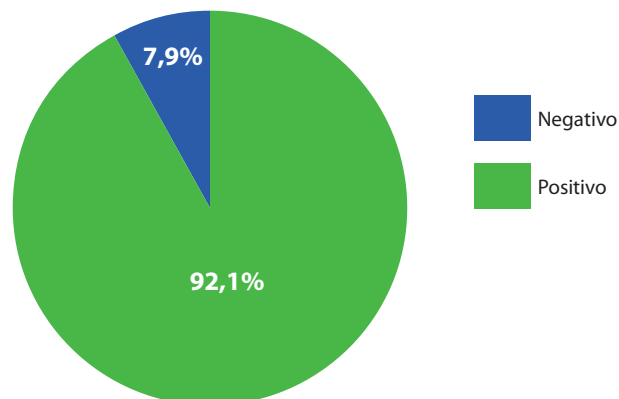
Conforme apresentado na **Tabela 327** e na **Figura 60**, observa-se que, do total de 127 gestores entrevistados, 117 afirmaram realizar encaminhamentos tanto para a RAPS quanto para o SUAS, correspondendo a uma taxa de 92,1%. Esse resultado indica um elevado nível de integração das entidades com as redes públicas, sugerindo que a maioria dos gestores reconhece e utiliza esses serviços como parte do cuidado aos acolhidos.

Esse cenário aponta para uma articulação intersetorial consolidada, fundamental para a continuidade do cuidado e para o atendimento integral das necessidades dos acolhidos, especialmente em contextos que demandam acompanhamento em saúde mental e suporte socioassistencial. Ainda assim, a existência de uma pequena parcela de gestores que não realiza esses encaminhamentos indica a necessidade de fortalecimento dessa articulação em todas as entidades, garantindo maior uniformidade no acesso às políticas públicas.

A distribuição observada na **Tabela 327**, ilustrada pela **Figura 60**, reforça a importância de manter e ampliar os fluxos de encaminhamento entre as entidades de acolhimento e as redes SUS/RAPS e SUAS, contribuindo para a efetividade do cuidado e para a promoção da reinserção social dos acolhidos.

Figura 60: Distribuição do indicador de encaminhamentos à rede SUS/RAPS e SUAS dos gestores

Indicador 2: Encaminhamento para Redes de Apoio (Saúde e SUAS)



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

6.5.3. Indicador 3 – Estabilidade e experiência do gestor

O indicador é definido por:

$$\text{Indicador de estabilidade e experiência do gestor} = \left(\frac{\text{Número de gestores com mais de 3 anos de experiência e mais de 3 anos na entidade atual}}{\text{Número total de gestores entrevistados}} \right) \times 100$$

O Indicador de estabilidade e experiência do gestor permite avaliar o nível de permanência e a experiência acumulada dos gestores nas entidades de acolhimento, considerando tanto o tempo de atuação na área quanto o vínculo com a instituição atual.

Tabela 328: Indicador de estabilidade e experiência do gestor

Total de gestores	Total de gestores com mais de 3 anos de experiência e mais de 3 anos na entidade atual	Indicador de estabilidade e experiência do gestor
127	112	88,2%

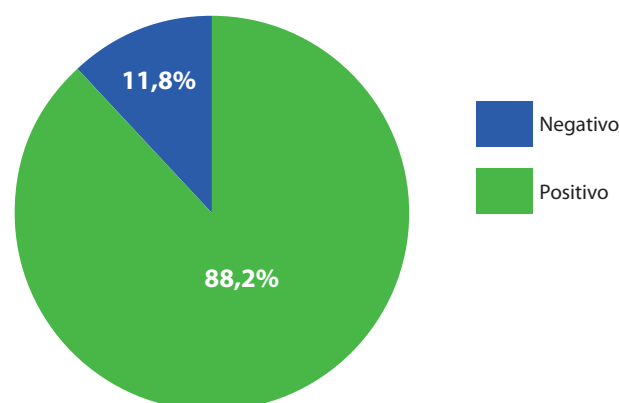
Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Conforme apresentado na **Tabela 328** e na **Figura 61**, observa-se que, do total de 127 gestores entrevistados, 112 possuem mais de 3 anos de experiência na área e mais de 3 anos de atuação na entidade atual, correspondendo a uma taxa de 88,2%. Esse resultado indica um elevado nível de estabilidade e experiência entre os gestores, sugerindo a presença de profissionais com trajetória consolidada e conhecimento acumulado no campo do acolhimento.

Esse cenário pode contribuir positivamente para a continuidade das ações institucionais, para a consistência na gestão e para a implementação de práticas alinhadas às diretrizes das políticas públicas. Por outro lado, também destaca a importância de associar essa experiência à atualização constante, garantindo que o tempo de atuação seja acompanhado por processos contínuos de formação e capacitação.

A distribuição observada na **Tabela 328**, ilustrada pela **Figura 61**, reforça o papel da estabilidade e da experiência na qualificação da gestão das entidades, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados e para a efetividade das ações de acolhimento.

Figura 61: Distribuição do indicador de estabilidade e experiência do gestor
Indicador 3: Retenção e Experiência do Gestor



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).





7

Relatório do Cálculo do Indicador de Eficiência





7. Relatório do Cálculo do Indicador de Eficiência

O Indicador de Eficiência (IE) é adotado como uma medida central de desempenho para as entidades de acolhimento, na perspectiva das estratégias previstas no Termo de Execução Descentralizada (TED) 01/2024, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), através do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (DEPAD) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). É um subproduto do primeiro ciclo da pesquisa nacional diagnóstica em comunidades terapêuticas, que é precedido dos dois ciclos de monitoramento.

O objetivo da realização do ciclo de pesquisa é verticalizar as análises a partir das impressões trazidas no monitoramento e identificar outras variáveis importantes para aperfeiçoar o serviço prestado pelas entidades e as políticas correlatas e a ele integradas. A pesquisa propõe mensurar a percepção de cinco grupos envolvidos com a prestação do serviço, a saber: acolhidos, familiares, monitores, responsáveis técnicos e egressos. A organização do indicador de eficácia considera os dados do grupo de egressos.

Sua função principal é identificar entidades eficientes, do ponto de vista da concretização total ou parcial dos objetivos previstos no projeto terapêutico, atravessados pelo recorte temporal de 12 (doze) meses, tempo máximo previsto por lei para acolhimentos contínuos. O recorte temporal em questão, toma como referência o tempo máximo de permanência de um indivíduo numa comunidade terapêutica, que é de doze meses seguidos ou distribuídos de forma intermitente ao longo de vinte e quatro meses, segundo as diretrizes traçadas pela Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015, CONAD, que regula, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados à dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas. A seguir detalhamos como o IE é calculado e qual é o seu significado nos resultados observados:

7.1. Como o Indicador de Eficiência (IE) é calculado?

O Indicador de Eficiência reflete o percentual de saídas consideradas bem-sucedidas em relação ao total de desligamentos ocorridos. O IE segue uma metodologia padronizada e aplicada de forma uniforme em todas as entidades participantes do ciclo de pesquisa. Seu caráter proporcional e longitudinal lhe confere utilidade gerencial, permitindo o conhecimento comparativo do desempenho das entidades ao longo do tempo. Os desligamentos são classificados em situações de êxito (que compõem o numerador) e saídas não exitosas (que compõem o denominador, junto ao sucesso).

As situações de sucesso são descritas a partir dos seguintes tipos:

- ▶ **O Desligamento por Alta Social (DAS)**, diz respeito às saídas do acolhido da entidade após o tempo de doze meses previsto para o acolhimento, em um período total de vinte e quatro meses. Esses desligamentos indicam que os acolhidos tiveram a oportunidade de concretizar os objetivos traçados no PIA/PAS. No entanto, essa modalidade não implica necessariamente um controle da dependência e/ou funcionalidade social após a saída da Entidade.
- ▶ **O Desligamento por Alta Terapêutica (ALT)**, diz respeito às saídas do sistema de acolhimento relacionadas ao cumprimento dos objetivos do projeto terapêutico, independente do tempo máximo previsto para o acolhimento. Essa modalidade de desligamento aponta para a concretização otimizada dos objetivos previstos no PIA/PAS e a ressocialização do acolhido.

Já as situações tomadas como não exitosas, são descritas a partir dos seguintes tipos:

- ▶ **O Desligamento por Abandono (ABD)**, que diz respeito à interrupção do acolhimento e do PIA/PAS e a saída voluntária do acolhido da entidade a partir de manifesta vontade.
- ▶ **O Desligamento por Alta Administrativa (ALA)**, é um tipo de saída relacionada à decisão da entidade de suspender o acolhimento. Esses casos estão relacionados à indisciplina e/ou descumprimento de regras das entidades, implicando na interrupção do tratamento.

Os dados para realização da análise foram gerados a partir do SISCT considerando as cento e vinte e sete entidades de acolhimento que participaram do ciclo de pesquisa diagnóstica. Foram geradas planilhas, mês a mês para cada entidade, do período compreendido entre setembro de 2024 e setembro de 2025 (totalizando 12 meses de informações), com foco no mapeamento dos diferentes tipos de saída com fins de identificação da eficiência dessas entidades. O recorte temporal visou simular o tempo máximo de acolhimento previsto por lei, a saber doze meses previsto para o acolhimento, em um período total de vinte e quatro meses.

7.2. Significado nos Resultados

Os resultados consolidados a partir da análise da amostra demonstram uma eficiência consistente do conjunto das entidades, porém os resultados heterogêneos revelam a complexidade do monitoramento do acolhimento, considerando o universo flutuante do público das entidades de acolhimento. Por essa razão o indicador médio de eficiência deve ser observado também a partir dos filtros regionais, do porte das entidades e da localização

rural ou urbana. Cada uma dessas variáveis afeta a percepção da eficiência, porém todas as variáveis posicionam o fator tempo, como campo de influência do indicador de eficiência.

Isso porque ao observar os dados dos dois ciclos de monitoramento de entidades de acolhimento realizados em 2025, é possível perceber que os indicadores de reacolhimento (Número de acolhidos presentes na roda de conversa que estão na entidade pela segunda vez ou mais ÷ Total de acolhidos presentes na roda de conversa × 100) e múltiplos acolhimentos (Número de acolhidos com passagem por ≥ 2 entidades nos últimos 5 anos ÷ Total de acolhidos presentes na roda × 100) flutuam em torno de 26% e 35% respectivamente, indicando que um maior tempo de acolhimento e as características da entidade são imprescindíveis para a conclusão do projeto terapêutico em sua totalidade (Sanfins, *et. al*, 2025).

É possível inferir, nesse sentido, que o recolhimento e os múltiplos acolhimentos tem relação não apenas com a vulnerabilidade social dos acolhidos, a partir de dados da pesquisa nacional diagnóstica (2025), (cerca de 70% são pardos ou pretos; a renda de 60% da família é de até 2 salários mínimos; 24% em situação de rua; e 35% ensino fundamental incompleto); mas com o tempo e as características do projeto terapêutico das entidades, que podem ou não encontrar ressonância nas necessidades do acolhido.

7.3. Média e Variação Observada do IE

- a) Média Nacional:** Os resultados indicam uma média nacional de eficiência de 55,93%. Este índice é considerado expressivo, embora represente um sistema que carece de homogeneidade e padronização. De maneira geral, essa média permite inferir que um pouco mais da metade dos indivíduos que entram nessas comunidades, conseguem concretizar seu projeto terapêutico, embora isso não signifique que ele não voltará para o sistema de acolhimento.
- b) Amplitude Extrema:** O desempenho é heterogêneo entre regiões, instituições e contratos, podendo ser atribuído à complexidade nacional da política de acolhimento a usuários de álcool e outras drogas. A leitura consolidada dos dados revela grande variação entre contratos e períodos, com índices oscilando entre 0% e 100%.
- c) Casos de Excelência:** A amplitude de 0% a 100% revela a coexistência de experiências de excelência (contratos emblemáticos que alcançaram 100% de eficiência) e situações críticas. Os casos de excelência são geralmente exemplos de coordenação técnica bem-sucedida, integração intersetorial e acompanhamento pós-alta consistente.

Interpretação Analítica (Prudência Necessária): A leitura dos índices de eficiência requer prudência analítica, pois o desempenho da entidade não depende apenas do seu esforço interno.

- ▶ **Índices Baixos:** Índices baixos podem refletir, em alguns casos, a excelência do trabalho técnico (devido a um maior rigor na triagem) em conjunto com filtros seletivos de acolhimento reduzidos. Por outro lado, índices baixos podem decorrer de contextos complexos, onde há carência de rede de apoio ou descontinuidade de políticas complementares (como saúde, emprego e assistência social).
- ▶ **Fator Sistêmico:** A análise aponta que a eficiência é também um reflexo da relação da gestão federal em sua articulação com as entidades de acolhimento nos diferentes territórios brasileiros; o que suscita desafios legais, administrativos e logísticos na condução dessa política pública. Entidades que operam em estados com maior integração entre saúde, segurança e assistência social tendem a apresentar indicadores mais altos. Isso reforça o entendimento de que o acolhimento deve ser concebido como uma política pública e não como um serviço isolado.

A seguir, detalham-se as disparidades conforme as fontes:

7.4. Disparidades Institucionais

As diferenças de desempenho estão fortemente ligadas à estrutura interna e à articulação externa das entidades:

- ▶ A eficiência é um reflexo tanto do esforço interno das entidades (governança federativa) quanto da articulação interinstitucional.
- ▶ Observa-se que entidades com o maior número de casos (volume de atendimentos) tendem a apresentar índices mais baixos, situando-se geralmente entre 45% e 70%.
- ▶ Em contraste, unidades de menor porte ou processos menos institucionalizados demonstram índices que flutuam entre os extremos.
- ▶ Entidades que operam em estados com maior integração entre saúde, assistência social e segurança pública tendem a apresentar indicadores mais altos.

7.5. Disparidades Regionais

As disparidades regionais refletem a diversidade operacional das entidades e a capacidade de gestão local. As disparidades se manifestam tanto no desempenho das entidades quanto nas capacidades de gestão e das regiões em alcançar excelência.

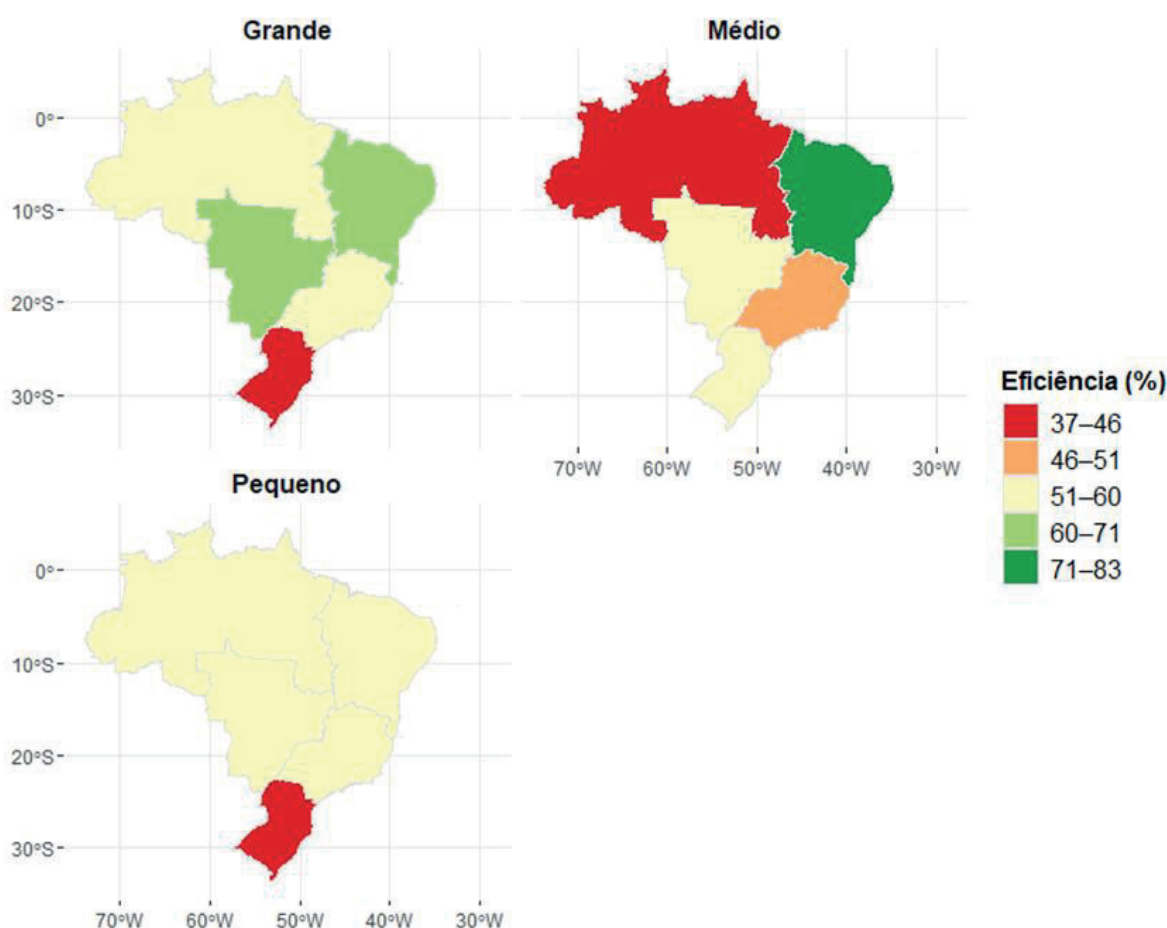
A **Figura 62**, regionaliza o indicador de eficiência das entidades de acolhimento de grande porte, que participaram do primeiro ciclo de pesquisa diagnóstica, realizado entre outubro e dezembro de 2024. Nesse tipo de entidade, as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentam eficiência média em torno de 60-71%, indicando que no período de um (01)

ano, o conjunto de entidades dessas regiões garantiu que quase 70% dos acolhidos conseguissem concluir o projeto terapêutico no tempo legal previsto para o acolhimento. Já as entidades da região Sul apresentam a menor eficiência, variando entre 37% e 46%.

Já entre as entidades de médio porte, a região Nordeste apresentou eficiência média entre 71% e 83%. Esse dado, pode servir como um modelo de organização das entidades, com foco em uma população menor de acolhidos e um trabalho de acolhimento mais direcionado. Os mapas permitem refletir sobre a variação do indicador de eficiência em função do porte das entidades: grande, médio e pequeno, atravessado pelas características regionais das instituições, inclusive no que diz respeito à quantidade de instituições que compuseram a amostra da pesquisa.

No que diz respeito às entidades de pequeno porte, a região Sul apresentou a menor média de eficiência, entre 37% e 46% e as demais regiões apresentaram eficiência média entre 51% e 60%. De forma geral, as entidades de pequeno porte apresentaram menores índices de eficiência, o que abre espaço para problematizar o modelo de acolhimento em entidades com essa dimensão.

Figura 62: Mapa das grandes regiões do Brasil segundo nível do indicador de eficiência, em porcentagem, e porte das entidades, 2025



Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas (2025).

Em resumo, a falta de homogeneidade na eficiência (55,93% de média) sugere que as disparidades estão interligadas à capacidade de coordenação técnica e intersetorial, sendo que o desempenho é mais alto onde há menor volume de casos e maior integração entre as políticas de saúde, emprego, assistência social e segurança. As recomendações feitas nos excertos visam aprimorar a governança, a transparência e o monitoramento da eficiência nacional, especialmente no âmbito das ações do estado na área socioassistencial e das entidades de acolhimento.

Outra variável importante para pensar o Indicador de Eficiência é a localização da entidade de acolhimento. A introdução dessa variável permite avaliar a influência das características do meio rural ou urbano na eficiência das entidades, considerando sua hinterlândia e o recorte por porte das entidades. Nesse sentido, a **Tabela 329** permite afirmar que entidades de grande porte, localizadas no contexto urbano apresentaram uma eficiência em torno de 64,3%, enquanto as entidades de pequeno porte localizadas na área rural tiveram um eficiência de 47,7%.

Tabela 329: Indicador de eficiência, em porcentagem, segundo local e porte da entidade, 2025

Porte	Local				Total	
	Rural		Urbano			
	nº	Eficiência (%)	nº	Eficiência (%)	nº	Eficiência (%)
Pequeno	21	47,7	18	57,3	39	52,1
Médio	36	59,4	17	52,5	53	57,2
Grande	24	55,4	11	64,3	35	58,2
Total	81	55,2	46	57,2	127	55,9

Fonte: Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas (2025).



8

Considerações Finais





8. Considerações Finais

A análise dos resultados da Pesquisa Nacional Diagnóstica em Entidades de Acolhimento - 2025 evidencia a complexidade e a heterogeneidade do campo investigado, bem como os múltiplos fatores que condicionam o funcionamento das instituições e as trajetórias dos sujeitos nelas atendidos. Ao integrar informações provenientes de diferentes públicos (acolhidos, egressos, familiares, responsáveis técnicos e gestores), o estudo ofereceu uma visão abrangente e articulada das dinâmicas institucionais, permitindo identificar padrões, desafios e oportunidades de aprimoramento.

Um dos achados mais relevantes diz respeito à diferença de desempenho entre públicos sob controle institucional e públicos externos. Enquanto acolhidos, gestores e responsáveis técnicos apresentaram elevados níveis de participação e cobertura, os egressos e familiares evidenciaram dificuldades significativas de localização e engajamento. Essa assimetria revela fragilidades estruturais relacionadas à gestão de cadastros, à manutenção de vínculos após o desligamento e à ausência de canais eficazes de comunicação com públicos externos.

No que se refere ao perfil dos acolhidos, os resultados indicam um quadro marcado por vulnerabilidades socioeconômicas expressivas. Observam-se baixos níveis de renda, elevada proporção de indivíduos sem rendimento próprio, escolaridade limitada e inserção precária no mercado de trabalho. Além disso, a análise das condições de moradia evidencia a coexistência de situações relativamente estáveis com contextos de alta vulnerabilidade, incluindo a vivência em situação de rua. Esses elementos reforçam a necessidade de articulação entre as políticas de acolhimento e outras políticas públicas, especialmente nas áreas de assistência social, trabalho, educação e habitação.

A análise das trajetórias institucionais revela, ainda, a presença de recorrência no acolhimento, tanto na mesma entidade quanto em diferentes instituições. Esse fenômeno sugere dificuldades na consolidação de processos de reinserção social e indica a necessidade de estratégias mais consistentes de acompanhamento no pós-acolhimento. A existência de previsão de saída para a maioria dos acolhidos não elimina a presença de incertezas quanto às condições efetivas de reintegração, especialmente no que se refere à moradia e à inserção produtiva.

Outro aspecto relevante diz respeito à forma de ingresso nas entidades, predominantemente associada à iniciativa própria dos indivíduos ou à influência de familiares e amigos. A menor participação dos encaminhamentos institucionais formais indica a necessidade de fortalecimento da articulação entre as entidades e os serviços públicos, de modo a garantir maior integração das políticas e continuidade no cuidado.

No âmbito dos processos institucionais, os resultados indicam avanços importantes, como a ampla participação dos acolhidos na elaboração do Plano Individual de Acolhimento (PIA/PAS) dentro dos prazos estabelecidos. No entanto, também são identificadas fragilidades, como casos de não participação, atrasos ou desconhecimento do instrumento, evidenciando a necessidade de aprimorar a transparência e a efetividade desses instrumentos.

A pesquisa também evidencia o papel das entidades na reorganização das rotinas dos acolhidos, incluindo a ampliação da participação em atividades estruturadas, como práticas religiosas e acompanhamento psicossocial. Esses elementos sugerem que o acolhimento pode contribuir para a construção de novos referenciais de organização cotidiana, embora sua efetividade dependa da articulação com estratégias mais amplas de reinserção social.

Do ponto de vista operacional, o trabalho de campo revelou a importância de procedimentos padronizados, monitoramento contínuo e registro sistemático de ocorrências para assegurar a qualidade dos dados. As dificuldades enfrentadas, incluindo problemas técnicos, inconsistências cadastrais e resistência a contatos remotos, evidenciam a necessidade de aperfeiçoamento das rotinas de coleta e da gestão da informação.

A análise dos dados relativos ao acesso a benefícios sociais indica baixa cobertura das políticas de proteção social entre os acolhidos, o que reforça a centralidade da dimensão socioeconômica no processo de reinserção. A ausência de renda e a limitada inserção no mercado de trabalho configuram obstáculos significativos à autonomia dos indivíduos, demandando políticas mais integradas e estratégias específicas de qualificação profissional e geração de renda.

Nesse contexto, o relatório aponta para a necessidade de fortalecimento das políticas públicas em múltiplas dimensões, incluindo a qualificação dos serviços, a integração intersetorial e o aprimoramento dos sistemas de informação. A produção de evidências empíricas, como a realizada neste estudo, constitui elemento fundamental para orientar esse processo, permitindo identificar lacunas, avaliar resultados e subsidiar a tomada de decisão.

Importa destacar que as limitações da pesquisa, especialmente no que se refere à cobertura de determinados públicos, não comprometem a validade do diagnóstico, mas indicam caminhos para o aperfeiçoamento de futuras investigações. A continuidade das coletas, com aprimoramento dos instrumentos e das estratégias de abordagem, será fundamental para aprofundar o conhecimento sobre o campo.

Em síntese, os resultados apresentados reafirmam a relevância das entidades de acolhimento como componente das políticas públicas de atenção em álcool e outras drogas, ao mesmo tempo em que evidenciam desafios estruturais e operacionais que precisam

ser enfrentados. O avanço nesse campo dependerá da capacidade de articulação entre diferentes atores, da qualificação das práticas institucionais e do uso sistemático de evidências na formulação e implementação de políticas.

Dessa forma, espera-se que este relatório contribua não apenas para o diagnóstico da realidade atual, mas também para a construção de estratégias mais eficazes, integradas e sustentáveis, capazes de promover melhores condições de cuidado, autonomia e inclusão social para os sujeitos atendidos, consolidando um modelo de intervenção orientado por evidências, sensível às desigualdades e comprometido com a dignidade humana.



Referências



Referências

- ARCHIBALD, Mandy M. *et al.* Using Zoom videoconferencing for qualitative data collection: perceptions and experiences of researchers and participants. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 18, p. 1–8, 2019.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BABBIE, Earl. **The practice of social research**. 12. ed. Belmont: Wadsworth, 2010.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Successful qualitative research: a practical guide for beginners**. London: Sage, 2013.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.
- DENZIN, Norman K. Triangulation 2.0. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 6, n. 2, p. 80–88, 2012.
- FOWLER JUNIOR, Floyd J. **Pesquisa de levantamento**. Tradução: Rafael Padilla Ferreira. Porto Alegre: Penso, 2011. 232 p. (Métodos de pesquisa).
- GROVES, Robert M. *et al.* **Survey methodology**. 2. ed. Hoboken: Wiley, 2009.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunidades terapêuticas: temas para reflexão**. Brasília: Ipea, 2017.
- JANGHORBAN, R; ROUDSARI, R. L; TAGHIPOUR, A. Skype interviewing: the new generation of online synchronous interview in qualitative research. **International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 24152, abr. 2014.
- LUPTON, Deborah. **Doing fieldwork in a pandemic (crowd-sourced document)**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25909/5e88ae0c7ddeb>. Acesso em: 25 de mar de 2026.
- NOVICK, Gina. Is there a bias against telephone interviews in qualitative research? **Research in Nursing & Health**, v. 31, n. 4, p. 391–398, 2008.
- SANFINS, M. A. OLIVEIRA, A. G. de; KUBRUSLY, J.; PINTO JUNIOR, J. A. (Orgs.). **Anuário brasileiro de monitoramento de entidades de acolhimento atuantes em álcool e drogas**. 2025. 1. ed. Niterói, RJ: Conted Tech, 2026. E-book. ISBN: 978-65-6129-052-4. Disponível em: Acesse no GOV.BR. Acesso em: 8 jun. 2026.
- SCHMIDT, B.; PALAZZI, A.; PICCININI, C. A. Entrevistas on-line: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, Uberaba, v. 8, n. 4, p. 960-966, out/dez. 2020.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 29-39.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. **Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Brasília, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm Acesso em 21 de maio de 2026.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília: Ipea, 2018a. v. 1. 192 p.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018b. v. 2. 301 p.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União. Manual de auditoria operacional**. 4. ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2020. 166 p.

LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de; LUI, Lizandro. Conectando problemas, soluções e expectativas: mapeando a literatura sobre análise do desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, 2021.

MARCOM, Roseli Strozack; VANTROBA, Márcio José; HALICKI, Zélia. Eficiência, eficácia, e efetividade como valores ao servidor público para qualidade nos serviços prestados: Um estudo de caso no departamento de Educação do município de Capanema, PR. In: **Administração Contemporânea: Volume 1**. Editora ZH4, 2020. Cap. 9, p. 117-127.

Apêndice: Lista de Tabelas e Figuras



Lista de Tabelas

Análise dos Dados com Acolhidos

Tabela 1: Medidas de tendência central e de dispersão para a idade dos acolhidos.....	27
Tabela 2: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração com relação à cor/raça dos acolhidos	29
Tabela 3: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração com relação ao gênero dos acolhidos.....	29
Tabela 4: Distribuição percentual (ponderada) do estado civil dos acolhidos.	30
Tabela 5: Distribuição percentual (ponderada) da renda familiar dos acolhidos.....	30
Tabela 6: Distribuição percentual (ponderada) da renda individual dos acolhidos.....	31
Tabela 7: Distribuição percentual (ponderada) da situação de moradia dos acolhidos antes do acolhimento.	32
Tabela 8: Distribuição percentual (ponderada) da quantidade de pessoas que moravam na mesma residência dos acolhidos com algum tipo de moradia antes do acolhimento.....	32
Tabela 9: Distribuição percentual (ponderada) da situação de moradia dos acolhidos quando saírem da entidade de acolhimento.....	33
Tabela 10: Distribuição percentual (ponderada) do recebimento de benefícios e/ou direitos sociais dos acolhidos.	34
Tabela 11: Distribuição percentual (ponderada) da escolaridade dos acolhidos.	35
Tabela 12: Distribuição percentual (ponderada) da modalidade de ensino cursada atualmente pelos acolhidos.....	35
Tabela 13: Distribuição percentual (ponderada) da quantidade de filhos dos acolhidos.	36
Tabela 14: Distribuição percentual (ponderada) da religião dos acolhidos.....	36
Tabela 15: Distribuição percentual (ponderada) da frequência dos acolhidos em lugares de prática religiosa (igrejas, terreiro etc.) antes do acolhimento..	37
Tabela 16: Distribuição percentual (ponderada) da frequência dos acolhidos em lugares de prática religiosa (igrejas, terreiro etc.) atualmente	37
Tabela 17: Distribuição percentual (ponderada) quanto à primeira permanência do acolhido na entidade atual.	38
Tabela 18: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de acolhimento na atual entidade entre acolhidos que já haviam sido acolhidos anteriormente.	38
Tabela 19: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a primeira experiência de acolhimento em entidade de apoio para tratamento de álcool e outras drogas.....	39
Tabela 20: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de acolhimento na entidade entre acolhidos que já haviam sido acolhidos anteriormente.	39

Tabela 21: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a situação atual de trabalho ou ocupação.	40
Tabela 22: Distribuição percentual (ponderada) do tipo de trabalho ou ocupação atual dos acolhidos.	40
Tabela 23: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo experiência prévia de trabalho ou ocupação.....	41
Tabela 24: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o tipo de ocupação exercida anteriormente.....	41
Tabela 25: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos quanto à ocorrência de problemas com a justiça.....	42
Tabela 26: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo participação no PIA/PAS nos primeiros 20 dias de acolhimento na entidade atual.	43
Tabela 27: Distribuição percentual (ponderada) do tempo do acolhido na atual entidade de acolhimento.	43
Tabela 28: Distribuição percentual (ponderada) da forma como o acolhido chegou na atual entidade de acolhimento.....	44
Tabela 29: Distribuição percentual (ponderada) quanto a alguma previsão de saída do acolhido da entidade	45
Tabela 30: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos com previsão de saída, segundo o tempo estimado até o desligamento da entidade.....	46
Tabela 31: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a ocorrência de descumprimento de normas na entidade com aplicação de sanção disciplinar	46
Tabela 32: Distribuição percentual (ponderada) da forma como a sanção sofrida pelo acolhido foi aplicada para aqueles que sofreram sanção disciplinar	47
Tabela 33: Distribuição percentual (ponderada) de como a sanção disciplinar foi aplicada nos acolhidos que sofreram sanção disciplinar	47
Tabela 34: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a orientação recebida sobre direitos e deveres por parte da equipe, da gestão ou de monitores na instituição	48
Tabela 35: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção de respeito à sua opção religiosa na entidade	49
Tabela 36: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção da importância da espiritualidade no tratamento.....	49
Tabela 37: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção de respeito à diversidade de gênero e sexualidade na entidade.....	50
Tabela 38: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a permissão de visitas e saídas para contato com familiares ou amigos durante o acolhimento	50
Tabela 39: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o tempo decorrido até a autorização para recebimento de visitas na entidade	51

Tabela 40: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o recebimento de visitas	52
Tabela 41: Distribuição percentual (ponderada) do tipo de visita dos acolhidos que afirmaram que recebem algum tipo de visita	52
Tabela 42: Distribuição percentual (ponderada) da frequência das visitas dos acolhidos que afirmaram que recebem algum tipo de visita	53
Tabela 43: Distribuição percentual (ponderada) da frequência das visitas permitida pela entidade dos acolhidos que afirmaram que recebem algum tipo de visita.....	53
Tabela 44: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o recebimento de atendimento psicossocial em serviços privados, fora da rede pública, em decorrência do uso de substâncias psicoativas	54
Tabela 45: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo o recebimento de atendimento psicossocial em serviços privados durante o período de acolhimento	55
Tabela 46: Distribuição percentual (ponderada) da substância usada pelo acolhido no último acolhimento.....	55
Tabela 47: Distribuição percentual (ponderada) da substância que o acolhido considera como a principal razão de busca por apoio na entidade de acolhimento	56
Tabela 48: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos quanto ao conhecimento sobre os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	58
Tabela 49: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) o acolhido conhece ou já ouviu falar, considerando somente os acolhidos que afirmaram ter algum conhecimento sobre esses serviços	58
Tabela 50: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a utilização de serviços de saúde e/ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).....	59
Tabela 51: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) o acolhido já usou	59
Tabela 52: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS) o acolhido tem/teve acesso a partir do seu acolhimento na entidade	60
Tabela 53: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos quanto ao conhecimento dos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	61
Tabela 54: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, o acolhido conhece	61
Tabela 55: Distribuição percentual (ponderada) sobre quais serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social foram utilizados pelo acolhido.....	62
Tabela 56: Distribuição percentual (ponderada) dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aos quais o acolhido teve acesso a partir do seu acolhimento na entidade	63

Tabela 57: Distribuição percentual (ponderada) de como o acolhido avalia a experiência do seu acolhimento na entidade.....	63
Tabela 58: Distribuição percentual (ponderada) de como o acolhido avalia o seu desempenho/participação no acolhimento.....	64
Tabela 59: Distribuição percentual (ponderada) dos acolhidos segundo a percepção sobre o principal desafio após a saída da entidade.....	65
Tabela 60: Indicador etário dos acolhidos.....	66
Tabela 61: Indicador de diversidade racial	67
Tabela 62: Indicador de diversidade de gênero dos acolhidos.....	68
Tabela 63: Indicador de vínculos familiares dos acolhidos.....	69
Tabela 64: Indicador de vulnerabilidade socioeconômica dos acolhidos	70
Tabela 65: Indicador de vulnerabilidade habitacional dos acolhidos.....	71
Tabela 66: Indicador de expectativa de reinserção habitacional dos acolhidos	73
Tabela 67: Indicador de acesso à proteção social dos acolhidos	74
Tabela 68: Indicador de escolaridade dos acolhidos.....	75
Tabela 69: Indicador de inserção educacional dos acolhidos	76
Tabela 70: Indicador de fé dos acolhidos.....	77
Tabela 71: Indicador de Reacolhimento dos acolhidos.	78
Tabela 72: Indicador de Inserção laboral dos acolhidos	79
Tabela 73: Indicador de Conflito com a justiça dos acolhidos	81
Tabela 74: Indicador de Adesão ao PIA dos acolhidos	82
Tabela 75: Indicador das avaliações do acolhimento segundo tempo de permanência ..	83
Tabela 76: Indicador de Porta de entrada dos acolhidos.	85
Tabela 77: Indicador de Expectativa de alta dos acolhidos.....	86
Tabela 78: Indicador de Disciplina institucional dos acolhidos.....	87
Tabela 79: Indicador de Orientação sobre direitos dos acolhidos	88
Tabela 80: Indicador de Inclusão e diversidade dos acolhidos.....	89
Tabela 81: Indicador de acesso a visitas dos acolhidos	90
Tabela 82: Indicador de Substância principal dos acolhidos.....	92
Tabela 83: Indicador de Integração com a saúde dos acolhidos.....	93
Tabela 84: Indicador de Integração com a assistência dos acolhidos.....	94
Tabela 85: Indicador de satisfação com o acolhimento dos acolhidos	95
Tabela 86: Indicador de avaliação do desempenho e participação dos acolhidos.....	96
Tabela 87: Indicador de Tempo de acolhimento e satisfação dos acolhidos	98

Análise dos Dados com Egressos

Tabela 88: Medidas-resumo da idade dos entrevistados	104
Tabela 89: Distribuição da variável autodeclaração com relação à cor/raça.....	106
Tabela 90: Distribuição da variável autodeclaração com relação ao gênero.	106
Tabela 91: Distribuição da variável estado civil.....	106
Tabela 92: Distribuição da variável renda familiar mensal em salários mínimos (SM) ..	107
Tabela 93: Distribuição da variável renda individual mensal em salários mínimos (SM).....	107
Tabela 94: Distribuição da variável situação de moradia antes e depois do acolhimento	108
Tabela 95: Distribuição da variável número de pessoas na residência, antes e depois do acolhimento	110
Tabela 96: Distribuição da proporção de entrevistados que recebem benefícios e/ou direitos sociais por tipo de benefícios	111
Tabela 97: Distribuição da variável escolaridade	111
Tabela 98: Distribuição da variável ensino cursado atualmente	112
Tabela 99: Distribuição da variável número de filhos	112
Tabela 100: Distribuição da variável religião.....	113
Tabela 101: Distribuição da variável costume de frequentar algum local de prática religiosa, antes e depois do acolhimento	113
Tabela 102: Distribuição da duração do último acolhimento do entrevistado	114
Tabela 103: Distribuição do tempo desde a saída do último acolhimento até o dia da entrevista do entrevistado	115
Tabela 104: Distribuição da variável número de vezes em uma entidade de acolhimento	116
Tabela 105: Distribuição da variável participação na elaboração do PIA/PAS.....	116
Tabela 106: Distribuição da variável forma de ingresso na entidade de acolhimento ...	117
Tabela 107: Distribuição da variável indicativa de problema com a justiça	117
Tabela 108: Distribuição da avaliação da experiência do último acolhimento	118
Tabela 109: Distribuição da variável autoavaliação de desempenho/ participação no acolhimento	118
Tabela 110: Distribuição da variável tempo entre o início do acolhimento e a permissão de visitas	119
Tabela 111: Distribuição da proporção de entrevistados que recebem visitas, por categoria de familiar que os visitaram	120
Tabela 112: Distribuição da variável importância dos laços familiares no tratamento durante o acolhimento	120
Tabela 113: Distribuição da variável descumprimento de regras e sanções disciplinares	121

Tabela 114: Distribuição da variável proporção de sanções sofridas como consequências do descumprimento de regras, por tipo de sanção	121
Tabela 115: Distribuição da variável indicadora de recebimento de orientação sobre direitos e deveres dentro da instituição	122
Tabela 116: Distribuição da variável importância da espiritualidade no tratamento	122
Tabela 117: Distribuição da variável indicadora de respeito às diversidades de gênero e sexualidade na entidade	123
Tabela 118: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo o tipo de substância associado ao último acolhimento	123
Tabela 119: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo a principal substância associada ao último acolhimento.....	124
Tabela 120: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os pontos positivos do último acolhimento.....	125
Tabela 121: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os pontos negativos do último acolhimento.....	126
Tabela 122: Distribuição da variável consumo de álcool e/ou drogas após o acolhimento	126
Tabela 123: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os problemas apontados como motivo para o retorno ao uso de álcool e/ou drogas	127
Tabela 124: Distribuição da variável importância do tempo de permanência no último acolhimento	128
Tabela 125: Distribuição da variável indicadora de ocupação, fonte de renda ou emprego antes e após o acolhimento	128
Tabela 126: Distribuição da variável condição de trabalho antes do acolhimento	128
Tabela 127: Distribuição da variável condição de trabalho após o acolhimento	129
Tabela 128: Distribuição da variável indicadora de estudo antes, durante e após o acolhimento	131
Tabela 129: Distribuição da variável escolaridade dos entrevistados	131
Tabela 130: Distribuição da proporção de entrevistados que moravam com familiares antes do acolhimento, por familiares.....	132
Tabela 131: Distribuição da proporção de entrevistados que moravam com familiares depois do acolhimento, por familiares.....	133
Tabela 132: Distribuição da variável relacionamento com a família ou rede de apoio social após o acolhimento.....	134
Tabela 133: Distribuição da variável qualidade de vida atual em comparação com o período anterior ao último acolhimento	135
Tabela 134: Distribuição da variável frequência na busca por acompanhamento ou ajuda profissional em saúde após o acolhimento.....	135
Tabela 135: Distribuição da proporção dos entrevistados que buscaram ajuda profissional em saúde após acolhimento, por tipo de ajuda	136

Tabela 136: Distribuição da variável frequência de participação em encontros ou atividades de apoio	137
Tabela 137: Tabela de dupla entrada para as variáveis participação em encontros ou atividades de apoio e busca por atendimento de saúde	138
Tabela 138: Distribuição da proporção dos entrevistados que conhecem os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial, por serviço	139
Tabela 139: Distribuição da proporção dos entrevistados que foram atendidos pelos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial antes do acolhimento, por serviço	140
Tabela 140: Distribuição da proporção dos entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial a partir do acolhimento, por serviço	142
Tabela 141: Distribuição da proporção dos entrevistados que conheciam algum serviço ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social	143
Tabela 142: Distribuição da proporção dos entrevistados que usaram os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, por atendimento	144
Tabela 143: Distribuição da proporção de entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social a partir do último acolhimento, por atendimento	145
Tabela 144: Distribuição da variável avaliação da experiência do acolhimento na entidade	146
Tabela 145: Distribuição da variável autoavaliação do desempenho/participação do acolhimento na entidade	147
Tabela 146: Distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os principais desafios enfrentados após a saída da entidade	148
Tabela 147: Indicador de manutenção da abstinência após a saída	150
Tabela 148: Indicador de fortalecimento de vínculos familiares/rede de apoio	150
Tabela 149: Indicador de adesão à atividade laboral	151
Tabela 150: Indicador de reinserção no mercado de trabalho	152
Tabela 151: Indicador de Capacitação e trabalho	152
Tabela 152: Indicador de conversão da capacitação em trabalho	153
Tabela 153: Indicador de adesão à escolarização	154
Tabela 154: Indicador de reacolhimento	155

Análise dos Dados com Familiares

Tabela 155: Medidas de tendência central e de dispersão para a idade dos familiares entrevistados.....	159
Tabela 156: Distribuição percentual (ponderada) do grau de parentesco ou vínculo com o acolhido.....	161
Tabela 157: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração de cor/raça dos familiares entrevistados.....	162
Tabela 158: Distribuição percentual (ponderada) da autodeclaração de gênero dos familiares entrevistados.....	162
Tabela 159: Distribuição percentual (ponderada) do estado civil dos familiares entrevistados	163
Tabela 160: Distribuição percentual (ponderada) da renda familiar dos familiares entrevistados.	163
Tabela 161: Distribuição percentual (ponderada) da renda individual dos familiares entrevistados.....	164
Tabela 162: Distribuição percentual (ponderada) da situação de moradia dos familiares entrevistados.....	164
Tabela 163: Distribuição percentual (ponderada) do número de moradores no domicílio dos familiares entrevistados.....	165
Tabela 164: Distribuição percentual (ponderada) do recebimento de benefícios e/ou direitos sociais pelos familiares entrevistados.....	166
Tabela 165: Distribuição percentual (ponderada) da condição de trabalho ou ocupação dos familiares entrevistados.....	166
Tabela 166: Distribuição percentual (ponderada) da escolaridade dos familiares entrevistados	167
Tabela 167: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados quanto à condição atual de estudo	168
Tabela 168: Distribuição percentual (ponderada) da quantidade de filhos dos familiares dos acolhidos entrevistados.....	168
Tabela 169: Distribuição percentual (ponderada) da religião dos familiares entrevistados	169
Tabela 170: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de locais de prática religiosa dos familiares entrevistados.....	169
Tabela 171: Distribuição percentual (ponderada) do tempo que o acolhido está em tratamento na entidade de acolhimento segundo os familiares entrevistados	170
Tabela 172: Distribuição percentual (ponderada) da permissão de visitas na entidade dos acolhidos, segundo os familiares entrevistados.....	170
Tabela 173: Distribuição percentual (ponderada), segundo os familiares entrevistados, da frequência de visitas nas entidades que permitem visitas.....	171

Tabela 174: Distribuição percentual (ponderada) da frequência de visitas realizadas pelos familiares entrevistados, considerando as entidades que permitem visitas	171
Tabela 175: Distribuição percentual (ponderada) dos motivos para não realização de visitas aos acolhidos, segundo os familiares entrevistados que não visitam, visitam ocasionalmente ou deixaram de visitar	172
Tabela 176: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a manutenção de contato telefônico ou virtual com o acolhido durante o período de acolhimento	172
Tabela 177: Distribuição percentual (ponderada) da frequência do contato telefônico ou virtual realizado pelos familiares entrevistados, caso tenham declarado manter esse tipo de comunicação	173
Tabela 178: Distribuição percentual (ponderada) do meio de comunicação utilizado para os familiares que declaram manter contato telefônico ou virtual.....	174
Tabela 179: Distribuição percentual (ponderada) do principal motivo da não realização do contato telefônico ou virtual pelos familiares entrevistados que não mantiveram esse tipo de comunicação.....	174
Tabela 180: Distribuição percentual (ponderada) de como os familiares entrevistados ficaram sabendo do trabalho de acolhimento da instituição.....	175
Tabela 181: Distribuição percentual (ponderada) segundo a origem da iniciativa para o tratamento	176
Tabela 182: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo o recebimento de informações claras sobre o funcionamento do acolhimento na instituição	176
Tabela 183: Distribuição percentual (ponderada) de quais informações os familiares declararam que receberam acerca do funcionamento do acolhimento.....	177
Tabela 184: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a existência de canais adequados de comunicação com a equipe da entidade	178
Tabela 185: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a oferta de oportunidades para reuniões, visitas ou acompanhamento do acolhido pela entidade	178
Tabela 186: Distribuição percentual (ponderada) da frequência das reuniões e do acompanhamento dos familiares, caso haja	179
Tabela 187: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a avaliação da resposta às demandas da família, quanto ao tempo de resposta e à clareza.....	179
Tabela 188: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a suficiência do apoio oferecido pela entidade ao tratamento de seu familiar	180
Tabela 189: Distribuição percentual (ponderada) acerca do nível de satisfação dos familiares entrevistados com o serviço de acolhimento oferecido	180

Tabela 190: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção de melhora na situação do acolhido após o acolhimento na entidade.....	181
Tabela 191: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo histórico de tratamento em entidade de acolhimento para álcool e outras drogas	181
Tabela 192: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo o conhecimento da legislação que regulamenta as entidades de acolhimento e apoio para álcool e outras drogas	182
Tabela 193: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a condução prévia do acolhido a serviços da rede de saúde e/ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	182
Tabela 194: Distribuição percentual (ponderada) dos serviços da rede de saúde e/ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) aos quais o acolhido foi conduzido, segundo os familiares entrevistados	183
Tabela 195: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a condução prévia do acolhido a serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em decorrência do uso de drogas.....	183
Tabela 196: Distribuição percentual (ponderada) dos equipamentos acessados	184
Tabela 197: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a eficácia de um ambiente protegido e afastado, como a entidade de acolhimento, na recuperação do acolhido...	185
Tabela 198: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a eficácia do cuidado e acompanhamento do acolhido fora de um ambiente protegido e afastado, como a entidade de acolhimento.....	186
Tabela 199: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a adequação do tempo de acolhimento proposto pelas comunidades terapêuticas (6 a 9 meses)	186
Tabela 200: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção de segurança ao deixar o acolhido sob os cuidados da comunidade terapêutica	187
Tabela 201: Distribuição percentual (ponderada) dos familiares entrevistados segundo a percepção sobre a contribuição da espiritualidade ou de práticas religiosas para o processo de recuperação do acolhido.	187
Tabela 202: Indicador de não ocorrência de isolamento do acolhido na entidade	188
Tabela 203: Indicador de percepção de melhora clínica do acolhido pelo familiar	190
Tabela 204: Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares	191
Tabela 205: Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares	192
Tabela 206: Indicador de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar	194

Análise dos Dados com Responsáveis Técnicos

Tabela 207: Medidas-resumo da idade dos entrevistados	198
Tabela 208: Distribuição da variável autodeclaração com relação à cor/raça.....	200
Tabela 209: Distribuição da variável autodeclaração com relação ao gênero	201
Tabela 210: Distribuição da variável estado civil.....	202
Tabela 211: Distribuição da variável renda familiar mensal em salário mínimos (SM)	202
Tabela 212: Distribuição da renda individual mensal dos entrevistados.....	203
Tabela 213: Distribuição da variável tipo de moradia	203
Tabela 214: Distribuição da variável quantidade de pessoas na residência.....	204
Tabela 215: Distribuição da proporção de entrevistados que recebem benefícios e/ou direitos sociais, por tipo de benefícios	204
Tabela 216: Distribuição da variável condição de trabalho	205
Tabela 217: Distribuição da variável escolaridade.....	205
Tabela 218: Distribuição da variável do nível de ensino cursado atualmente	206
Tabela 219: Distribuição do número de filhos do entrevistado	206
Tabela 220: Distribuição da variável religião	207
Tabela 221: Distribuição da variável frequência em locais de prática religiosa.....	207
Tabela 222: Distribuição da variável duração do curso de especialização em dependência química.....	208
Tabela 223: Distribuição da proporção de entrevistados entre os que fizeram cursos/capacitações relacionadas às Entidades de Acolhimento nos últimos 24 meses, por Federação/Órgão que ofertou o curso	209
Tabela 224: Distribuição da proporção de entrevistados, entre os que fizeram cursos/capacitações relacionados às entidades de acolhimento nos últimos 24 meses, por tema principal do curso	209
Tabela 225: Distribuição da proporção de entrevistados entre os que fizeram cursos/capacitações relacionadas às entidades de acolhimento nos últimos 24 meses, por duração do curso	210
Tabela 226: Distribuição da proporção de entrevistados, entre os que fizeram cursos/capacitações em outras instituições, por tema principal do curso	211
Tabela 227: Distribuição da variável duração dos cursos/capacitações em outras instituições	211
Tabela 228: Distribuição da proporção de entrevistados entre os que fizeram cursos/capacitações em outras instituições, por instituição do curso	212
Tabela 229: Distribuição da variável tempo de trabalho na entidade de acolhimento ..	212
Tabela 230: Distribuição da variável tempo de trabalho com entidades de acolhimento	213
Tabela 231: Distribuição da variável conhecimento sobre a legislação brasileira que trata das entidades do entrevistado	213

Tabela 232: Distribuição da variável sobre o protocolo padrão de recepção e atendimento aos acolhidos.....	214
Tabela 233: Distribuição da variável existência de protocolo padrão para abordagem dos acolhidos	214
Tabela 234: Distribuição da variável existência de divisão clara de funções e responsabilidades entre os membros da equipe técnica	215
Tabela 235: Distribuição da variável principal motivação para trabalhar em uma entidade de acolhimento	215
Tabela 236: Distribuição da variável existência de recursos adequados para as atividades	216
Tabela 237: Distribuição da variável opinião referente à adequação da carga de trabalho à função desempenhada.....	216
Tabela 238: Distribuição da variável orientação religiosa das instituições	217
Tabela 239: Distribuição da variável sanção disciplinar comumente aplicada quando as normas não são cumpridas pelos acolhidos	218
Tabela 240: Distribuição da proporção de terapia utilizada na entidade de acolhimento, por forma de terapia.....	218
Tabela 241: Distribuição da variável quantidade de pessoas que trabalham exclusivamente na atenção ao acolhido	219
Tabela 242: Distribuição da variável quantidade de pessoas que trabalham exclusivamente na administração	220
Tabela 243: Distribuição da proporção de entidades que admitem acolhidos, por tipo de admissão	220
Tabela 244: Distribuição da variável experiência de tratamento de dependência química.....	221
Tabela 245: Distribuição da variável experiência de acolhimento em entidade de acolhimento	221
Tabela 246: Distribuição da variável participação do acolhido na elaboração do PIA/PAS em até 20 dias após o acolhimento	222
Tabela 247: Distribuição da variável realização de práticas de trabalho terapêutico individual com o acolhido	222
Tabela 248: Distribuição da variável opinião sobre o ambiente físico da entidade	223
Tabela 249: Distribuição da proporção das entidades que acompanham os egressos, por canal de acompanhamento.....	223
Tabela 250: Distribuição da proporção dos entrevistados que consideram que a família se envolve de forma adequada no tratamento, por justificativa	224
Tabela 251: Distribuição da proporção dos entrevistados que consideram que a família não se envolve de forma adequada no tratamento, por justificativa.....	225
Tabela 252: Distribuição da variável orientação regular aos acolhidos sobre seus direitos e deveres, por parte da entidade de acolhimento	225

Tabela 253: Distribuição da variável existência de respeito à diversidade religiosa	226
Tabela 254: Distribuição da variável existência de respeito à diversidade de gênero e de sexualidade.....	226
Tabela 255: Distribuição da variável importância da inclusão de práticas espirituais no PIA	226
Tabela 256: Distribuição da variável concordância com a espiritualidade ser tratada como parte integrante do processo de recuperação.....	227
Tabela 257: Distribuição da proporção das entidades que já encaminharam algum acolhido para algum serviço de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS), por serviço de saúde	228
Tabela 258: Distribuição da proporção das entidades que já encaminharam algum acolhido para unidade da rede SUAS, por tipo de unidade	228
Tabela 259: Distribuição da proporção dos entrevistados que conheciam os serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial (RAPS)	229
Tabela 260: Distribuição da proporção dos entrevistados que conheciam os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, por serviço.....	230
Tabela 261: Distribuição da variável atitude ao presenciar uma briga	231
Tabela 262: Protocolos de segurança para administrar conflitos	231
Tabela 263: Distribuição da variável existência de treinamento específico nos últimos 12 meses para prevenir/gerir brigas entre acolhidos.....	232
Tabela 264: Distribuição da variável nível de satisfação em atuar na entidade	233
Tabela 265: Indicador de Elaboração do PIA/PAS e acompanhamento pós-acolhimento	233
Tabela 266: Indicador de encaminhamento dos acolhidos à RAPS e à rede SUAS.....	234
Tabela 267: Indicador de percepção de respeito à diversidade e à orientação de direitos e deveres	235
Tabela 268: Critérios positivos para as perguntas sobre capacitação técnica	235
Tabela 269: Indicador de percepção de respeito à diversidade e à orientação de direitos e deveres	236

Análise dos Dados com Gestores

Tabela 270: Estatísticas descritivas da idade dos gestores das entidades de acolhimento entrevistadas.....	240
Tabela 271: Distribuição das respostas quanto à condição de gestor da entidade de acolhimento	242
Tabela 272: Distribuição percentual dos gestores segundo cor ou raça autodeclarada	242
Tabela 273: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo gênero autodeclarado	243
Tabela 274: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo estado civil.....	244
Tabela 275: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo renda familiar.....	244
Tabela 276: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo renda individual mensal	245
Tabela 277: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo situação de moradia	246
Tabela 278: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo número de pessoas que residem no domicílio	247
Tabela 279: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo recebimento de benefícios e/ou direitos sociais	247
Tabela 280: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo condição de trabalho ou ocupação	248
Tabela 281: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo escolaridade	249
Tabela 282: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo tipo de formação superior.....	250
Tabela 283: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo nível de ensino que estão cursando atualmente.....	251
Tabela 284: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo número de filhos.	252
Tabela 285: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo religião	252
Tabela 286: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo frequência de participação em locais de prática religiosa.....	253
Tabela 287: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo estratégias adotadas para promover a profissionalização e capacitação contínua da equipe	254
Tabela 288: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo realização de curso de especialização em dependência química	255
Tabela 289: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo duração do curso de especialização em dependência química realizado	255

Tabela 290: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo participação em cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos relacionados às entidades nos últimos 24 meses	256
Tabela 291: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo federação ou órgão que ofertou cursos ou capacitações	257
Tabela 292: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações ofertados por federações ou órgãos	258
Tabela 293: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo duração dos cursos ou capacitações ofertadas por federações ou órgãos	259
Tabela 294: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo participação em cursos ou capacitações ofertados por outras instituições nos últimos 24 meses.....	259
Tabela 295: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os principais temas abordados nos cursos ou capacitações ofertados por outras instituições.....	260
Tabela 296: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo duração dos cursos ou capacitações ofertados por outras instituições.	261
Tabela 297: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o tipo de instituição que ofertou cursos ou capacitações.....	262
Tabela 298: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo avaliação sobre a adequação dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das atividades.....	263
Tabela 299: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo ocupação na entidade	263
Tabela 300: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo tempo de trabalho na atual entidade.....	264
Tabela 301: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo avaliação da adequação da carga de trabalho em relação à função exercida ..	265
Tabela 302: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo tempo de trabalho com entidades dessa natureza	265
Tabela 303: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o conhecimento da legislação que regula essas entidades no Brasil	266
Tabela 304: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal motivação para trabalhar na entidade	267
Tabela 305: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o principal desafio enfrentado atualmente pela entidade.....	268
Tabela 306: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o custo médio diário por pessoa acolhida na entidade	269
Tabela 307: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o valor médio diário considerado necessário por pessoa acolhida para garantir condições ideais de atendimento	270

Tabela 308: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal melhoria que seria implementada em um cenário ideal, sem limitações de recursos financeiros	271
Tabela 309: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo reação às críticas sobre as entidades em jornais ou em redes sociais	272
Tabela 310: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a principal medida para aprimorar a imagem das entidades junto à sociedade	272
Tabela 311: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a possibilidade de estabelecer padrões comuns para elaboração dos projetos terapêuticos	273
Tabela 312: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os elementos considerados indispensáveis em projetos terapêuticos padronizados	274
Tabela 313: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a perspectiva para essas entidades nos próximos 15 anos	275
Tabela 314: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo realização de encaminhamento de acolhidos para serviços de saúde ou da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	276
Tabela 315: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo os serviços para os quais os acolhidos foram encaminhados	276
Tabela 316: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo encaminhamento de acolhidos para unidades da rede SUAS	277
Tabela 317: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as unidades da rede SUAS para as quais os acolhidos foram encaminhados	278
Tabela 318: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo avaliação do nível de integração com os serviços do SUS no âmbito da RAPS.....	279
Tabela 319: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo aspectos que poderiam aprimorar a integração com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).....	279
Tabela 320: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a proporção de acolhidos que já receberam acompanhamento pelo SUS por transtornos relacionados ao uso de substâncias	280
Tabela 321: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo fatores associados à baixa taxa de alta terapêutica nas entidades.....	281
Tabela 322: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo estratégias para ampliar a conclusão das etapas do PIA ou PAS.....	282
Tabela 323: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo as principais fontes de financiamento das entidades.....	283
Tabela 324: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo o nível de concordância com a afirmação sobre adaptação da gestão às novas tecnologias	284

Tabela 325: Distribuição dos gestores das entidades de acolhimento segundo a forma como as tecnologias de informação e comunicação podem contribuir para o processo terapêutico	285
Tabela 326: Indicador de profissionalização e capacitação do gestor.....	286
Tabela 327: Indicador de encaminhamentos à rede SUS/RAPS e SUAS dos gestores .	287
Tabela 328: Indicador de estabilidade e experiência do gestor	289

Relatório do cálculo do indicador de eficiência

Tabela 329: Indicador de eficiência, em porcentagem, segundo local e porte da entidade, 2025.....	298
---	-----



Lista de Figuras

Figura 1: Mapa com a distribuição da proporção de nascimento por UF dos acolhidos.	28
Figura 2: Distribuição do Indicador etário dos acolhidos	67
Figura 3: Distribuição do Indicador de vulnerabilidade socioeconômica dos acolhidos .	71
Figura 4: Distribuição do Indicador de vulnerabilidade habitacional dos acolhidos.....	72
Figura 5: Distribuição do Indicador de expectativa de reinserção habitacional dos acolhidos	73
Figura 6: Distribuição do Indicador de acesso à proteção social	74
Figura 7: Distribuição do Indicador de inserção educacional dos acolhidos	77
Figura 8: Distribuição do Indicador de fé dos acolhidos.....	78
Figura 9: Distribuição do Indicador de Reacolhimento dos acolhidos	79
Figura 10: Distribuição do Indicador de Inserção Laboral dos acolhidos	80
Figura 11: Distribuição do Indicador de Conflito com a justiça dos acolhidos	81
Figura 12: Distribuição do Indicador de Adesão ao PIA dos acolhidos	83
Figura 13: Distribuição do Indicador de Expectativa de alta dos acolhidos	86
Figura 14: Distribuição do Indicador de Disciplina institucional dos acolhidos	88
Figura 15: Distribuição do Indicador de Orientação sobre direitos dos acolhidos	89
Figura 16: Distribuição do Indicador de Inclusão e diversidade dos acolhidos.....	90
Figura 17: Distribuição do Indicador de Acesso a visitas dos acolhidos	91
Figura 18: Distribuição do Indicador Integração com a saúde dos acolhidos	93
Figura 19: Distribuição do Indicador Integração com a assistência social.	95
Figura 20: Distribuição do Indicador de satisfação com o acolhimento dos acolhidos. .	96
Figura 21: Distribuição do Indicador de avaliação do desempenho e participação dos acolhidos	97
Figura 22: Distribuição do Indicador de Tempo do acolhimento e satisfação dos acolhidos	98
Figura 23: Gráfico de barras da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados.....	103
Figura 24: Mapa de calor da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados.....	103
Figura 25: Gráfico de barras da variável estado de nascimento dos entrevistados	105
Figura 26: Mapa de calor da variável estado de nascimento dos entrevistados	105
Figura 27: Fluxo de mudança na situação de moradia antes e depois do acolhimento.	109
Figura 28: Gráfico de barras da variável número de pessoas na residência, antes e depois do acolhimento.....	110
Figura 29: Fluxo de mudança na variável costume de frequentar locais de práticas religiosas, antes e depois do acolhimento	114
Figura 30: Gráfico de barras da variável condição de trabalho antes do acolhimento..	129

Figura 31: Gráfico de barras da variável condição de trabalho após o acolhimento.....	130
Figura 32: Gráfico de barras da variável escolaridade.....	132
Figura 33: Gráfico de barras empilhadas, com proporção de entrevistados que moravam com familiares antes do acolhimento, por familiares	133
Figura 34: Gráfico de barras empilhadas da proporção de entrevistados que moravam com familiares depois do acolhimento, por familiares	134
Figura 35: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que buscaram ajuda profissional em saúde após acolhimento, por tipo de ajuda.....	137
Figura 36: Gráfico de barras para a variável frequência de participação em encontros ou atividades de apoio	138
Figura 37: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que foram atendidos pelos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial antes do acolhimento, por serviço.....	141
Figura 38: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pela rede de saúde e/ou de atenção psicossocial a partir do acolhimento, por serviço	142
Figura 39: Gráfico de barras empilhadas da proporção dos entrevistados que conheciam algum serviço ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social.....	143
Figura 40: Gráfico de barras empilhadas da proporção de entrevistados que usaram os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, por atendimento	145
Figura 41: Gráfico de barras empilhadas da proporção de entrevistados que tiveram acesso aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social a partir do último acolhimento, por atendimento	146
Figura 42: Gráfico de barras da variável avaliação da experiência do acolhimento na entidade	147
Figura 43: Gráfico de barras para a variável autoavaliação do desempenho/participação do acolhimento na entidade	148
Figura 44: Gráfico de barras empilhadas com distribuição percentual (ponderada) dos entrevistados segundo os principais desafios enfrentados após a saída da entidade	149
Figura 45: Mapa com a distribuição da proporção de nascimento por UF dos familiares dos acolhidos entrevistados.....	160
Figura 46: Distribuição do Indicador de Ocorrência de isolamento do acolhido na entidade	189
Figura 47: Distribuição do Indicador de Ocorrência de isolamento do acolhido na entidade	190
Figura 48: Distribuição do Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares.....	192
Figura 49: Distribuição do Indicador de caracterização do público-alvo dos familiares.....	193

Figura 50: Distribuição do Indicador de condução do acolhido à rede SUAS por ação do familiar	194
Figura 51: Gráfico de barras da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados.....	197
Figura 52: Mapa de calor da variável estado das entidades de acolhimento dos entrevistados.....	198
Figura 53: Gráfico em barras da variável estado de nascimento dos entrevistados	199
Figura 54: Mapa de calor da variável estado de nascimento dos entrevistados	200
Figura 55: Gráfico em barras da variável autodeclaração com relação ao gênero	201
Figura 56: Gráfico de barras da variável principal motivação para trabalhar em uma entidade de acolhimento	216
Figura 57: Distribuição da idade dos gestores das entidades de acolhimento participantes da pesquisa.....	240
Figura 58: Distribuição do estado de nascimento dos gestores das entidades de acolhimento entrevistados.....	241
Figura 59: Distribuição do indicador de profissionalização e capacitação dos gestores.	287
Figura 60: Distribuição do indicador de encaminhamentos à rede SUS/ RAPS e SUAS dos gestores	288
Figura 61: Distribuição do indicador de estabilidade e experiência do gestor	289
Figura 62: Mapa das grandes regiões do Brasil segundo nível do indicador de eficiência, em porcentagem, e porte das entidades, 2025.....	297

